



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 154 - TERÇA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 148ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 69, de 1995 (nº 1.238/95, naquela Casa), de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências (Encaminhada ao Senado Federal pelo Ofício nº 510/2001, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 27552

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 6.133, de 2001, na origem, do tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 876, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada no Projeto de Irrigação Jaíba, em obediência ao contido na Decisão nº 208, de 2000, visando avaliar os aspectos ambientais do Projeto (Anexado ao Aviso nº 109, de 2000). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 27554

Recebimento do Ofício nº 372, de 2001, de 23 de outubro último, do Governador do Estado do Rio de Janeiro, exortando esta Presidência a promover gestões junto aos Presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados, no sentido do encaminhamento conjunto, ao Congresso Nacional, de projeto de lei fixando o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, para os fins de fixação dos limites máximos de remuneração dos servidores públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1998..... 27554

Recebimento do Ofício nº 2.808-5, de 2001, na origem, do Banco Central do Brasil, ma-

nifestando daquele Órgão acerca da solicitação do Estado de Pernambuco, para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$30,100,000.00 (trinta milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos), equivalente a R\$76.782.090,00 (setenta e seis milhões, setecentos e oitenta e dois mil e noventa reais), à taxa de câmbio de 31-8-2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco – PCPR-II (Anexado à Mensagem nº 230, de 2001). À Comissão de Assuntos Econômicos..... 27555

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 8, de 2001, em 31 de outubro de 2001 e publicada no dia 1º de novembro do mesmo ano, que altera e acresce dispositivo à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 27556

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 9, de 2001, em 31 de outubro de 2001 e publicada no dia 1º de novembro do mesmo ano, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 27556

1.2.3 – Ofícios

Nº 133/2001, de 26 de outubro último, da Liderança do Bloco PSDB/PPB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal. Designação do Senador Fernando Matusalém, para compor a referida Procuradoria Parlamentar do Senado Federal..... 27557

Nº 134/2001, de 29 de outubro último, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indi-

cações de membros para comporem a Comissão Mista Especial, criada pelo Requerimento nº 81, de 2000-CN, destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002. Designação dos Senadores Antero Paes de Barros e Pedro Piva, como titulares, e dos Senadores Ricardo Santos e Luiz Pontes, como suplentes, para comporem a referida Comissão. 27558

Nºs 128 a 130/2001, de 30 de outubro último, da Liderança do PSB no Senado Federal, de substituições de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 4 a 6, de 2001, respectivamente. 27558

Nº 141/2001, de 30 de outubro último, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 27558

S/Nºs, de 2001, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituições de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 3 a 7, 2.151-3, 2.157-5, 2.158-35, 2.161-35, 2.164-41, 2.168-40, 2.170-36, 2.176-79, 2.177-44, 2.179-36, 2.180-35, 2.181-45, 2.183-56, 2.185-35, 2.186-16, 2.191-9, 2.192-70, 2.193-6, 2.198-5, 2.200-2, 2.208 a 2.212, 2.213-1, 2.214, 2.216-37, 2.217-3, 2.218, 2.220, 2.221, 2.223, 2.224, 2.226, 2.227, 2.228-1, 2.229-43 e 2.230, de 2001. 27558

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Considerações sobre a vulnerabilidade do sistema de votação eletrônica nas eleições brasileiras. 27565

SENADOR MAURO MIRANDA – Registro da realização das comemorações dos 53 anos de fundação do município de Hidrolândia, em Goiás. 27570

SENADOR CASILDO MALDANER – Defesa da utilização de remédios genéricos em animais. 27571

SENADOR ÁLVARO DIAS – Apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que interceda junto à Petrobrás no sentido de possibilitar um acordo com a família do mergulhador Nereu Gouveia, falecido em trabalho. 27572

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Relatório de sua participação como observador parlamentar na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU. 27574

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Considerações sobre o pronunciamento do Senador

Roberto Requião, no que diz respeito à vulnerabilidade do processo eleitoral eletrônico no País. . 27579

SENADOR RICARDO SANTOS – Análise do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2001, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que “Regula o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. 27581

SENADOR GILVAN BORGES – Transcrição de artigos publicados no **Jornal do Dia** e no **Diário do Amapá**, em que S. Exª presta contas à população do Estado do Amapá sobre sua atuação no Congresso Nacional. 27583

SENADOR MOREIRA MENDES – Anúncio das datas de audiências públicas para discussão da construção do gasoduto Urucum/Porto Velho. . 27634

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Comunicação sobre a disponibilidade nas agências da Caixa Econômica Federal dos cadastros para os correntistas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS ressarcirem os valores referentes aos planos econômicos Verão e Collor. 27637

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários sobre a rejeição pelo Senado de projetos de sua S. Exª, que instituía o financiamento público de campanhas e que permitia apenas programas eleitorais gratuitos ao vivo. Avaliação do papel das agências publicitárias nas campanhas eleitorais. 27640

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 653, de 2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento dos irmãos Nassib Jabur e José Jabur. **Aprovado**, após usar da palavra o autor. 27645

1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2001, de autoria do Senador Mauro Miranda, que altera o art. 319 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 27646

1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Análise dos dados divulgados pelo IBGE relativamente à redução do rendimento médio dos trabalhadores. 27647

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 27648

1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Petição do Sr. Rodrigo Monteferrante Ricupero, a respeito da publicação de declarações previstas no art. 6º da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.	27650
3 – ATO DO PRESIDENTE	
Nºs 270 a 272, de 2001.	27651
4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Nº 138, de 2001.	27653

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA
6 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)
7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 148ª Sessão Não Deliberativa em 5 de novembro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Nabor Júnior e Lindberg Cury*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MATÉRIA RECEBIDA DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 1995**
(Nº 1238/95, naquela Casa)

Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 4º do projeto.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O inciso I do art. 21 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21.....

I – dez por cento de seu valor para o cônjuge, companheiro ou companheira sob sua dependência econômica; e

.....(NR)"

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º O inciso II do art. 29 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 1995**
(Nº 1238/95, naquela Casa)

Altera a Lei nº 5.809, 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providência.

EMENDA Nº 1

Suprima-se o art. 4º do projeto.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º O inciso I do art. 21 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21.....

I – dez por cento de seu valor para o cônjuge, companheiro ou companheira sob sua dependência econômica; e

.....(NR)"

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º O inciso II do art. 29 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.....

II – Passagem via aérea para o servidor ou servidora, seu cônjuge ou companheiro ou companheira com quem mantém união estável, e para dependentes menores, quando for designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada permanente e cuja duração seja superior a trinta dias; e

.....(NR)“

**PROJETO DE LEI ORIGINAL
APROVADO PELO SENADO PLS Nº 69/95**

Altera a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O I, do art. 21 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 21.

I – dez por cento de seu valor para o cônjuge, companheiro ou companheira com quem viva há mais de cinco anos, sob sua dependência econômica;

II –

a)

b)

e)

d)

e) (suprimido)“.

Art. 2º Dê-se, ao art. nº 29 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, a seguinte redação:

“Art. 29.

I –

II – passagem via aérea para o servidor ou servidora seu cônjuge o companheiro ou companheira com quem mantem união estável há mais de cinco anos e dependentes, menores quando for designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada permanente e cuja duração seja superior trinta dias: e”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 5.809, DE 10 DE OUTUBRO DE 1972

Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, e dá outras providências.

**CAPÍTULO II
Da Retribuição no Exterior**

**SEÇÃO V
Do Auxílio-Familiar**

Art. 21. O auxílio-familiar é calculado em função da indenização de representação no exterior recebida pelo servidor à razão de:

I – 10% (dez por cento) de seu valor, para a esposa; e

II – 5% (cinco por cento) de seu valor, para cada um dos seguintes dependentes:

a) filho, menor de 21 (vinte e um) anos ou estudante menor de 24 (vinte e quatro) anos que não receba remuneração ou inválido ou interdito;

b) filha solteira, que não receba remuneração;

c) mãe viúva, que não receba remuneração;

d) enteados, adotivos, tutelados e curatelados, nas mesmas condições das letras anteriores; e

e) a mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva, no mínimo há cinco anos, sob a dependência econômica do servidor solteiro, desquitado ou viúvo, e enquanto persistir o impedimento legal de qualquer das partes para se casar.

**SEÇÃO VII
Do Transporte**

Art 29. O transporte é assegurado na forma e condições que se seguem:

I – passagem via aérea, para o servidor e seus dependentes, e translação da bagagem, quando designado para:

a) missão permanente ou missão transitória de duração superior a 6 (seis) meses, com mudança de sede; e

b) missão transitória, com mudança de sede, de duração inferior a 6 (seis) meses e igual ou superior a 3 (três) meses, com dependentes;

II – passagem via aérea para o servidor, sua esposa e dependentes menores quando for designado para o exercício, em caráter provisório, de missão considerada permanente e cuja duração seja superior a 30 (trinta) dias; e

III – passagem em via aérea para o servidor, quando designado para:

a) missão transitória, com mudança de sede, de duração inferior a 6 (seis) meses e igual ou superior a 3 (três) meses, sem dependentes;

b) missão transitória, sem mudança de sede e de duração igual ou superior a 3 (três) meses;

c) missão transitória, com ou sem mudança da sede, de duração inferior a 3 (três) meses; e

d) missão eventual.

.....
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu o Aviso nº 6.133, de 2001, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 876, de 2001, bem como do respectivo relatório e voto que a fundamentam, sobre a auditoria operacional realizada no projeto de irrigação Jaíba, em obediência ao contido na Decisão nº 208, de 2000, visando avaliar os aspectos ambientais do projeto.

O expediente anexado ao processado do Aviso nº 109, de 2000, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu do Governador do Estado do Rio de Janeiro o Ofício nº 372, de 2001, de 23 de outubro último, exortando esta Presidência a promover gestões com os Presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados no sentido do encaminhamento conjunto ao Congresso Nacional de projetos de lei fixando subsídios de Ministro do Supremo Tribunal Federal, para os fins de fixação dos limites máximos de remuneração dos servidores públicos nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

É o seguinte o ofício recebido:

OFÍCIO Nº 372/2001 – GG

Em 23 de outubro de 2001

Excelentíssimo Senhor
Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Constituição de 1988 introduziu importantes inovações na disciplina da Administração Pública brasileira. Dentre elas, certamente a de maior alcance moral e maior relevância prática foi a instituição, no inciso XI do art. 37, de limites máximos de remuneração para os servidores públicos das diferentes esferas federativas. Na sua redação original, estabelecia o dispositivo que tais limites corresponderiam, no âmbito federal, à remuneração de Ministro de Estado, no âmbito estadual, à remuneração de Secretário de Estado, e, no âmbito municipal, à remuneração do Prefeito.

Como é de conhecimento geral, ampla controvérsia foi travada, perante os tribunais, acerca da correta inteligência do alcance do limite remuneratório, especialmente no que toca à sua incidência sobre as chamadas vantagens pessoais do servidor. Nada obstante a clareza meridiana do texto da norma constitucional _ que determinava a aplicação do teto remuneratório às verbas percebidas pelo servidor "a qualquer título" _ o Colendo Supremo Tribunal Federal por maioria de votos, entendeu pela exclusão das vantagens pessoais da incidência do limite máximo de remuneração. O único voto vencido na matéria _ que mereceu louvores da ampla maioria dos constitucionalistas brasileiros _ procedeu da lavra do eminente Ministro Marco Aurélio de Mello, hoje Presidente daquela mais alta Corte de Justiça do país.

O entendimento exarado pela Corte, do ponto de vista prático, inviabilizou a aplicação efetiva de limites máximos de remuneração ao funcionalismo público. Com efeito, sabe-se que o vencimento-base dos diversos cargos públicos não ultrapassam o teto, sendo os "supersalários" (**rectius**: vencimentos excessivamente elevados) decorrentes do acúmulo de vantagem pessoais dos servidores. Assim, excluir as vantagens pessoais da incidência do teto representou, na prática, a inexistência de qualquer teto.

Gerou-se, desse modo, uma situação esdrúxula e inadmissível: os limites remuneratórios existentes incidiam apenas sobre parcelas que, em geral, lhes eram inferiores; de outro lado, às vantagens pessoais, que via de regra ultrapassavam os valores máximos de remuneração, nenhum limite era aplicado.

Visando a corrigir essa disfunção, no bojo da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, foi atribuída nova redação ao aludido inciso XI do art. 37 da Constituição. O novo preceptivo, conquanto soe um tanto pleonástico, determinou a incidência do teto remuneratório sobre toda e qualquer espécie remuneratória percebida por servidor público, "incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza". De parte isto, introduziu-se um "teto nacional", correspondente ao subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, a ser fixado por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 48, XV, acrescentado pela EC nº 19/98).

Nesse novo contexto, editei o Decreto nº 25.168, de 1º de janeiro de 1999, que ratificou como limite máximo de remuneração dos servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio de Janeiro o valor bruto percebido por Secretário de Estado, em conformidade com o art. 37, inciso XI, da Constituição da República os termos, para os fins e com os efeitos previstos na Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Vale notar que, embora o novo inciso XI do art. 37 fizesse alusão a um "teto nacional", correspondente ao subsídios de Ministro do STF, nele não se continha _ nem poderia se conter, à luz do princípio federativo _ qualquer restrição ao estabelecimento de limites máximo de remuneração no âmbito dos Estados-membros.

Entretanto, no julgamento da ADIN nº 2.075 (rel. Min. Celso de Mello), o Colendo Supremo Tribunal Federal, reconhecendo embora a possibilidade de os Estados, como decorrência de sua autonomia política, instituírem limites remuneratórios adequados à realidade de suas finanças, entendeu que tais limites só poderiam ser estabelecidos após a fixação do subsídio de Ministro do STF, pela lei de iniciativa conjunta exigida pelo art. 48, XV, da Constituição da República. Assim, além de suspender a eficácia do Decreto estadual nº 25.168/99, a Suprema Corte paralisou a eficácia do art. 37, inciso I, da Lei Maior, até que editada a referida lei de iniciativa conjunta, subsistindo em vigor a antiga redação do dispositivo constitucional em questão.

O ensejo dos recém-completos 13 (treze) anos da Constituição de 1988 impõe uma séria reflexão sobre a questão do teto remuneratório do funcionalismo público que, como se descreveu acima, jamais chegou efetivamente a entrar em vigor. Ademais, três anos e meio se passaram da edição da EC nº 19/98, sem que ela tenha sequer adquirido eficácia jurídica.

As conseqüências de tal situação para as finanças públicas estaduais e para o conjunto da sociedade fluminense são nefandas. Com os vultosos recursos públicos realocados para pagamento dos chamados "supersalários", fica comprometida a manutenção dos serviços públicos essenciais, o pagamento pontual dos servidores, a continuidade das obras e investimentos sociais em curso e, principalmente, o cumprimento das metas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Diante da jurisprudência construída pelo Colendo Supremo Tribunal Federal a instituição de um limite máximo de remuneração no âmbito do Estado do Rio de Janeiro está na dependência da fixação do subsídio de Ministro do STF, por lei de iniciativa conjunta dos Chefes dos Poderes da República.

Em sendo assim, serve o presente para exortar Vossa Excelência a promovido gestões junto aos Presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados, a fim de que, conjuntamente, encaminhem ao Congresso Nacional o projeto de lei fixando o subsídio de Ministro do STF, nos termos e para os fins previstos na Emenda Constitucional nº 19/98.

O suprimimento de tal omissão legislativa, a par de por termo a intolerável situação de inconstitucionalidade pela via omissiva, possibilitará a instituição do limite máximo de remuneração no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, por conseqüência, a manutenção do equilíbrio das contas públicas estaduais.

Apresento, ao ensejo, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, **Anthony William Garotinho**
Matheus de Oliveira, Governador do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 2.808-5/2001, na origem, encaminhando, nos termos da Resolução nº 78, de 1998, manifestação daquele Órgão acerca da solicitação do Estado de Pernambuco, para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$30,100,000.00 (trinta milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos), equivalentes a R\$76.782.090,00 (setenta e seis milhões, setecentos e oitenta e dois mil e noventa reais), à taxa de câmbio de 31.08.2001, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Projeto de Combate à

Pobreza Rural no Estado de Pernambuco – PCPR-II.

O expediente, anexado ao processado da Mensagem nº 230, de 2001, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senhor Presidente da República adotou, em 31 de outubro de 2001 e publicou no dia 1º de novembro do mesmo ano, a Medida Provisória nº 8, que "Altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Júnior

Gilvam Borges
Juvêncio da Fonseca

PFL

Hugo Napoleão
Francelino Pereira

Romeu Tuma
Leomar Quintanilha

Bloco (PSDB/PPB)

Geraldo Melo

Pedro Piva

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PSB

Ademir Andrade

Roberto Saturnino

*PL

José Alencar

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PSDB

Jutahy Junior
Narcio Rodrigues

Carlos Batata
Sebastião Madeira

Bloco (PFL/PST)

Inocêncio Oliveira
Abelardo Lupion

Ariston Andrade
Corauci Sobrinho

PMDB

Geddel Vieira Lima

Albérico Filho

PT

Walter Pinheiro

Aloizio Mercadante

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

*Bloco (PL/PSL)

Valdemar Costa Neto

Bispo Rodrigues

De acordo com as normas estabelecidas por esta Presidência, na sessão conjunta realizada no dia 2 de outubro do corrente, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **1º-11-2001**
- Designação Comissão: **5-11-2001** (SF)
- Instalação da Comissão: **6-11-2001**
- Emendas: **até 6-11-2001** (6º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **1º a 14-11-2001** (14º dia)
- Remessa à Câmara dos Deputados: **14-11-2001**
- Prazo na CD: de 15-11 a 28-11-2001 (14º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 28-11-2001
- Prazo no SF: de 29-11 a 12-12-2001 (42º dia)
- Se emendado, remessa à CD: 12-12-2001
- Prazo para apreciação das emendas pela CD: de 13-12-2001 a 15-12-2001 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 16-12-2001 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 27-2-2002 ** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senhor Presidente da República adotou, em 31 de outubro de 2001 e publicou no dia 1º de novembro do mesmo ano, a Medida Provisória nº 9, que "Dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que trata a Lei nº 9.138 de 29 de novembro de 1995, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Renan Calheiros
Nabor Júnior

Gilvam Borges
Juvêncio da Fonseca

PFL

Hugo Napoleão
Francelino Pereira

Romeu Tuma
Leomar Quintanilha

Bloco (PSDB/PPB)

Geraldo Melo

Pedro Piva

Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PSB

Ademir Andrade

Roberto Saturnino

*PTB

Carlos Patrocínio

Arlindo Porto

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PSDB

Jutahy Junior
Narcio Rodrigues

Carlos Batata
Sebastião Madeira

Bloco (PFL/PST)

Inocência Oliveira
Abelardo Lupion

Ariston Andrade
Coraucci Sobrinho

PMDB

Geddel Vieira Lima

Albérico Filho

PT

Walter Pinheiro

Aloizio Mercadante

PPB

Odelmo Leão

Gerson Peres

*PTN

José de Abreu

De acordo com as normas estabelecidas por esta Presidência, na sessão conjunta realizada no dia 2 de outubro do corrente, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: **1º-11-2001**

- Designação Comissão: **5-11-2001**(SF)
- Instalação da Comissão: **6-11-2001**
- Emendas: **até 6-11-2001** (6º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **1º a 14-11-2001**(14º dia)
- Remessa à Câmara dos Deputados:**14-11-2001**
- Prazo na CD: **de 15-11 a 28-11-2001**(14º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **28-11-2001**
- Prazo no SF: **de 29-11 a 12-12-2001** (42º dia)
- Se emendado, remessa à CD: **12-12-2001**
- Prazo para apreciação das emendas pela CD: **de 13-12-2001 a 15-12-2001** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **16-12-2001** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 27-2-2002 *(60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 133/01 – LPSDB

Brasília, 26 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ofício nº 677/2001, tenho a satisfação de indicar o Senador Fernando Matusalém para integrar a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal, conforme cálculo de proporcionalidade partidária, na vaga destinada ao Bloco PSDB/PPB.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – **Geraldo Melo**, – Líder do Bloco PSDB/PPB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência designa, nos termos da Resolução nº 40, de 1995, o Sr. Senador Fernando Matusalém, indicado pela Liderança do Bloco PSDB/PPB, desta Casa, para compor a Procuradoria Parlamentar do Senado Federal.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 134/01-LPSD

Brasília, 29 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ofício nº 450/2001-CN, tenho a satisfação de indicar os Senadores Antero Paes de Barros e Pedro Piva, como titulares e os Senadores Ricardo Santos e Luiz Pontes, como suplentes, para comporem a Comissão Mista Especial, criada pelo Requerimento nº 81, de 2000-CN, destinada a "preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá em 12 de setembro de 2002", como representantes do Bloco PSDB/PPB.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência designa os Srs. Senadores Antero Paes de Barros e Pedro Piva, como titulares, e os Srs. Senadores Ricardo Santos e Luiz Pontes, como suplentes, indicados pela Liderança do Bloco PSDB/PPB, no Senado Federal, para comporem a Comissão Mista Especial, criada pelo Requerimento nº 81, de 2000-CN, destinada a preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek, que transcorrerá no dia 12 de setembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

OF. 128 /2001-GLPSB

Brasília, 30 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Exª. a indicação do Senador Paulo Hartung para titular, em substituição a este Líder, na Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 4 de 17 de outubro de 2001, que "dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica e dá outras providências".

Atenciosamente, _ Senador **Ademir Andrade**
Líder do PSB

OF.129/2001-GLPSB

Brasília, 30 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Exª. a indicação do Senador Paulo Hartung para titular, em

substituição a este líder, na Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 5 de 17 de outubro de 2001, que "institui feriados civis nos Estados que especifica e dá outras providências".

Atenciosamente, _ Senador **Ademir Andrade**
Líder do PSB

OF.130/2001-GLPSB

Brasília, 30 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Exª. a indicação do Senador Paulo Hartung para titular, em substituição a este líder, na Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 6 de 23 de outubro de 2001, que "abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de R\$280.000.000,00 para os fins que especifica".

Atenciosamente, _ Senador **Ademir Andrade**
Líder do PSB

OFÍCIO Nº141/01-LPSDB

Brasília, 30 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Venho por meio deste indicar o Senador Freitas Neto, como titular, em substituição ao Senador Nilo Teixeira Campos e o Senador Pedro Piva, como suplente, em vaga existente, para comporem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. _ Senador **Geraldo Melo** Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em Substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 3**Publicação DOU: 27-9-01**

Assunto: Estabelece normas para registro do resultado líquido negativo decorrente do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos, e dá outras providências.

Titular: Ricardo Santos**Suplente:** Luiz Otávio

Brasília, de 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em Substitutivo à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Seguinte Medida provisória:

MP nº 4 Publicação DOU: 17-10-01

Assunto: Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica e dá outras providências.

Titular: Romero Jucá

Suplente: Ludio Coelho

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo**

Melo, Líder do PSDB.

Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 5 Publicação DOU: 18-9-01

Assunto: Institui feriados civis nos Estados que especifica e dá outras providências.

Titular: Eduardo Siqueira Campos

Suplente: Ronaldo Cunha Lima

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo**

Melo, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 6 Publicação DOU: 24-9-01

Assunto: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de R\$280.000.000,00, para os fins que especifica.

Titular: Teotônio Vilela Filho

Suplente: Eduardo Siqueira Campos

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo**

Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 7 Publicação DOU: 25-9-01

ASSUNTO: Altera a Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER.

Titular: Antero Paes de Barros

Suplente: Teotônio Vilela Filho

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2151-03 Publicação DOU: 27-8-01

ASSUNTO: Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Titular: Antero Paes de Barros

Suplente: Freitas Neto

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2157-05 Publicação DOU: 27-8-01

ASSUNTO: Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências.

Titular: Luiz Pontes

Suplente: Ricardo Santos

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2158-35 Publicação DOU: 27-8-01

ASSUNTO: Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.

Titular: Antero Paes de Barros

Suplente: Fernando Matusalém

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2161-35 **Publicação DOU: 24-8-01**

Assunto: Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória

MP nº 2164-41 **Publicação DOU: 27-8-01**

Assunto: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

Titular: Freitas Neto

Suplente: Ricardo Santos

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2168-40 **Publicação DOU: 27-8-01**

Assunto: Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional

de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências.

Titular: Lúdio Coelho

Suplente: Antero Paes de Barros

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº: 2170-36 **Publicação DOU: 24-8-01**

Assunto: Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a Legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.

Titular: Pedro Piva

Suplente: Antero Paes de Barros

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 2176-79 **Publicação DOU: 24-8-01**

Assunto: Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais, e dá outras providências.

Titular:

Suplente:

Eduardo Siqueira Campos Teotônio Vilela Filho

Geraldo Melo – Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 2177-44 **Publicação DOU: 27-8-01**

Assunto: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.

Titular:

Suplente:

Pedro Piva

Ricardo Santos

Geraldo Melo – Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a co-

missão especial mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 2179-36 **Publicação DOU:** 27-8-01

Assunto: Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.

Titular: Eduardo Siqueira Campos **Suplente:** Ricardo Santos

Geraldo Melo – Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 2180-35 **Publicação DOU:** 27-8-01

Assunto: Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, e 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.

Titular: Antero Paes de Barros **Suplente:** Romero Jucá

Geraldo Melo – Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em substituição à designação desta Presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 2181-45 **Publicação DOU:** 27-8-01

Assunto: Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.

Titular: Pedro Piva

Suplente: Teotonio Vilela Filho

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 2183-56 **Publicação DOU:** 27-8-01

Assunto: Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei. nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177,

de 10 de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

Titular: Luiz Pontes

Suplente: Ronaldo Cunha Lima

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico em substituição à designação desta Presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 2185-35 **Publicação DOU:** 27-8-01

Assunto: estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

Titular: Romero Jucá

Suplente: Luiz Otávio

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 2186-16 **Publicação DOU:** 24-8-01

Assunto: Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 10, 8º, alínea c, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Romero Jucá

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2191-09 **Publicação DOU:** 24-8-01

Assunto: Acresce e altera dispositivos da Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e dá outras providências.

Titular: Pedro Piva

Suplente: Ricardo Santos

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,
Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2192-70 **Publicação DOU: 25-8-01**

Assunto: Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.

Titular: Pedro Piva

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2193-06 **Publicação DOU: 24-8-01**

Assunto: Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Titular: Eduardo Siqueira Campos

Suplente: Fernando Matusalém

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em Substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2198-05 **Publicação DOU: 27-8-01**

Assunto: Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.

Titular: Teotônio Vilela Filho

Suplente: Ricardo Santos

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em Substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº: 2200-02 **Publicação DOU: 27-8-01**

Assunto: Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

Titular: Ricardo Santos

Suplente: Romero Jucá

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em substituição à designação desta Presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº: 2208 **Publicação DOU: 20-8-01**

Assunto: Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Eduardo Siqueira Campos

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº: 2209 **Publicação DOU: 30-8-01**

Assunto: Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.

Titular: Teotônio Vilela Filho

Suplente: Eduardo Siqueira Campos

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 2210 **Publicação DOU: 30-8-01**

Assunto: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$50.000.000,00, para os fins que especifica.

Titular: Lúdio Coelho

Suplente: Luiz Otávio

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em Substituição à designação desta Presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2211 **Publicação DOU: 30-8-01**

Assunto: Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente.

Titular: Romero Jucá

Suplente: Luiz Otávio

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2212 **Publicação DOU: 31-8-01**

Assunto: Cria o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse social – PSH, e dá outras providências.

Titular: Antero de Barros

Suplente: Luiz Pontes

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº: 2213-01 **Publicação DOU: 31-8-01**

Assunto: Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída na Região do Semi-Árido, e dá outras providências.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Teotônio Vilela Filho

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a

Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2214 **Publicação DOU: 1º-9-01**

Assunto: Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, pertencentes à União.

Titular: Ricardo Santos

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº: 2216-37 **Publicação DOU: 1º-9-01**

Assunto: Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Titular: Luiz Pontes

Suplente: Freitas Neto

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº: 2217-03 **Publicação DOU: 5-9-01**

Assunto: altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.

Titular: Eduardo Siqueira Campos

Suplente: Teotônio Vilela Filho

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a co-

missão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº: 2218 **Publicação DOU: 5-9-01**

Assunto: dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.

Titular: Romero Jucá

Suplente: Fernando Matusalem

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional:

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº: 2220 **Publicação DOU: 5-9-01**

Assunto: dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano _ CNDU, e dá outras providências.

Titular: Luiz Pontes

Suplente: Freitas Neto

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 2221 **Publicação DOU: 5-9-01**

Assunto: altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, instituindo o patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias, e dá outras providências.

Titular: Freitas Neto

Suplente: Ricardo Santos

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 2223 **Publicação DOU: 5-9-01**

Assunto: dispõe sobre a Letra de Crédito Imobiliário, a Cédula de Crédito Imobiliário e dá outras providências.

Titular: Pedro Piva

Suplente: Ricardo Santos

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº 2224 **Publicação DOU: 5-9-01**

Assunto: estabelece multa relativa a informações sobre brasileiros no exterior e dá outras providências.

Titular: Freitas Neto

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP nº: 2226 **Publicação DOU: 5-9-01**

Assunto: acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Titular: Antero Paes de Barros

Suplente: Ronaldo Cunha Lima

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2227 **Publicação DOU: 5-9-01**

Assunto: Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Titular: Teotônio Vilela Filho

Suplente: Geraldo Melo

Brasília, 5 de novembro de 2001. — **Geraldo Melo**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2228-01 Publicação DOU: 10-9-01

Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.

Titular: Artur da Távola

Suplente: Ronaldo Cunha Lima

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo**

Melo, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP nº 2229-43 Publicação DOU: 10-9-01

Assunto: Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Titular: Freitas Neto

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo**

Melo, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória.

MP nº 2230 Publicação DOU: 10-9-01

Altera a Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR e cria a Câmara de Medicamentos.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Freitas Neto

Brasília, 5 de novembro de 2001. – **Geraldo**

Melo, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conversa clara faz bons amigos. É um conselho do meu líder espiritual, já falecido, D. Hélder Câmara. Quero ter, nesta tarde de segunda-feira, com os Srs. Senadores e com os cidadãos do meu País, uma conversa muito clara a respeito do nosso sistema de votação eletrônica.

Há mais de dois anos, esforço-me para dar ao sistema brasileiro uma característica de credibilidade e de seriedade que ele não possui hoje em dia. Estabeleci uma discussão, com o auxílio de um fórum de debates, na internet, que envolveu alguns milhares de pessoas – técnicos na internet, criadores de softwares e especialistas na área. Todos chegamos a uma mesma conclusão: se o voto não for simultaneamente impresso, garantindo a possibilidade da auditoria do resultado, o sistema brasileiro não será confiável.

Avançamos com tranquilidade nesse sentido com a colaboração do Tribunal Superior Eleitoral que, por diversas vezes, inclusive aqui no plenário do Senado solicitou que o processo fosse retirado de votação porque o Ministro Nelson Jobim queria contribuir para a melhoria do sistema e realmente contribuiu e trouxe algumas idéias pertinentes. Mas, tanto pedi postergações de votação e tantas vezes o Senado o atendeu, no plenário onde já estava o processo no regime de votação ou na Comissão onde a votação foi retardada inúmeras vezes que o Congresso Nacional perdeu o prazo legal segundo o princípio da anualidade. Não estávamos nos preocupando com isso. Por quê?

Porque o Ministro Jobim, em uma reunião com a minha participação, com a participação de Leonel Brizola, do Senador Romeu Tuma e de diversos Parlamentares da Câmara Federal, nos havia dito com a presença do Ministro Sepúlveda Pertence e do Ministro Fernando Neves, que não sendo a questão referente a direitos individuais, mas sim a um procedimento de votação o princípio da anualidade não seria necessário.

Com essa afirmação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal somada aos insistentes e contínuos pedidos de postergação da votação, o prazo de um ano foi superado. Eis que, de repente não mais que de repente, surge uma entrevista do Ministro na **Folha de S.Paulo** dizendo que não havia mais o compromisso do Tribunal Superior Eleitoral com a impressão

do voto, uma vez que o Congresso Nacional havia perdido o prazo.

Quero, nesta tribuna e neste momento, deixar claro que, se o prazo foi perdido, isso ocorreu pela influência direta do Tribunal Superior Eleitoral e do Ministro Jobim. E, em função da afirmação de que questões que não abrangessem direitos individuais poderiam ser incorporadas a qualquer momento, acrescidas da intenção manifestada diversas vezes pelo Tribunal de instaurar o processo do voto impresso.

Com isso, inicio minha intervenção.

Passo à leitura de um documento que recebi em junho de 2000 do Procurador da República Celso Antônio Três sobre o assunto embasado nos seguintes termos:

"Exm^o. Sr. Dr. Senador da República" – é dirigido a mim o ofício – , "honrado em cumprimentá-lo, saudando uma vez mais a combatividade e a defesa da coletividade que marcam vossa vida pública, no que tange à missão ora empreendida, em favor de um sistema eleitoral seguro, à prova de fraudes, aduzo uma modesta ponderação."

E continua o Procurador da República Celso Três: "A essência do debate não se localiza na segurança do engenho informático. Mesmo que a ciência pudesse asseverar a absoluta invulnerabilidade – sabidamente não o pode, haja vista os **racks** que devassam os sistemas mais protegidos do mundo -, a cidadania não estaria plenamente contemplada.

A transparência (publicidade – art. 37, "caput", da C.F.) da soberania popular exercida pelo cidadão (art.14, "caput", da C.F.) no Estado Democrático de Direito (art. 1º, "caput" da C.F.) perfectibiliza-se tão-somente quando o eleitor, de per si, pelo mero uso de suas faculdades, possa fiscalizar a fiel observância de seu voto. A Justiça Eleitoral, Ministério Público, Partidos Políticos, demais candidatos etc são apenas co-interessados nessa lisura. Porém, o cidadão – porque titular exclusivo de um direito constitucional público subjetivo – é que deve estar apto a sindicá-lo o processo eleitoral. Para isso, faça-se o que necessário for, a exemplo da impressão material (não apenas virtual) das cédulas.

Em um processo judicial qualquer" – continua o Procurador – "o eleitoral também o é, apenas que não tendo por objeto de um

crime, sim o exercício da cidadania -, assegura-se o "**due process of law**" (publicidade, transparência, acusação prévia e categórica, ampla defesa, juiz e promotor naturais etc) não porque se desconfie dos membros da Magistratura e/ou do Ministério Público. A idoneidade é pressuposta. Contudo, é o cidadão (acusado) titular de um direito inalienável e pessoal de defesa. Assim, os termos processuais devem ser consignados de forma a permitir-lhe o mais absoluto controle, segundo as faculdades rotineiras do **homo medium**. Ora, se um réu – pretensamente devedor de uma pena – tem essa garantia; **a fortiori**, o cidadão – credor de um direito constitucional.

Portanto, de todo distorcida a dialética que restringe a discussão à confiabilidade técnica da apuração."

É um documento a mim enviado pelo Procurador da República Celso Antônio Três.

Recorri, recentemente, ao fórum de debates sobre o voto impresso, sobre a segurança do voto no Brasil, e recolhi, a respeito do que foi aprovado pelo Senado, as seguintes observações:

"Primeiro, no entanto, devemos destacar que o item mais difícil de se obter, que as urnas imprimam os votos para a conferência do eleitor e posterior recontagem, foi conseguido." Na lei, não de forma definitiva, mas foi conseguido parcialmente.

"Análise das principais emendas aprovadas e que enfraquecem a segurança do sistema eleitoral que era objetivada pelo PLS nº 194/99 originalmente.

1) Voto manual em separado.

A idéia original de se imprimir o voto era baseada no sentido de se criar um canal alternativo dos votos que permitisse a conferência da apuração eletrônica. Cada voto virtual computado teria uma contrapartida material, que viabilizava uma posterior auditoria.

Ao impor o voto manual em separado para eleitores que reiterem eventual erro na urna, o Tribunal Superior Eleitoral reintroduziu no sistema o voto manual sem contrapartida virtual, que por isso volta a ser vulnerável às fraudes antigas, como o mapismo, o voto-carreirinha, etc.

É importante destacar a diferença entre o voto impresso pela urna, o qual possui sua versão virtual

gravada na memória para permitir o batimento, com o voto manual em separado, que não possui o segundo canal para controlá-lo.

Frise-se, no entanto, que a fraqueza na segurança do sistema, introduzido pelo voto manual em separado, refere-se à possibilidade de ocorrerem fraudes regionais localizadas.

2) Sorteio das urnas a serem conferidas na véspera.

A função da contagem dos votos impressos de 3% das urnas era fazer uma amostragem que detectasse uma eventual fraude contida nos programas das urnas. O ideal seria se fosse feita a contagem dos votos impressos de todas as urnas, mas isso tornaria essa conferência um processo muito amplo, caro e demorado.

Um teste por amostragem desse tipo é muito semelhante ao teste **anti-dopping** nas competições esportivas ou as batidas policiais. Devem ser feitos de surpresa, sem aviso prévio.

É significativo destacar que, em vários processos em que se obteve acesso aos arquivos de log das urnas, como Diadema – SP (pedido de perícia em julgamento pelo TSE), Santo Estevão – BA (pedido de perícia aprovado, “com limitações aoperito”), Estado de Roraima (o processo nem chegou a ser interposto mas se obteve acesso aos arquivos de log), e Osasco – SP (o mesmo que Roraima), ficou claro que as urnas eletrônicas são regularmente acessadas (ligadas) depois da sua lacração, inclusive na véspera do dia de votação, “para testes”, segundo se alega.

Sortear as urnas na véspera, como pretendeu o Tribunal Superior Eleitoral e aquiesceu o Senado da República, é o mesmo que avisar pela imprensa os locais onde haverá batida policial no dia seguinte, ou ainda sortear na véspera do jogo de futebol quais atletas terão de fazer exame **anti-dopping**. Os sorteados podem alegar contusão e não jogar, e outros ficam livres para se dopar à vontade!

Essa tornou-se a principal falha na segurança introduzida no PLS nº 194/99, pois se refere a uma possível falha sistêmica, que permitiria um ataque centralizado a todas as máquinas.

Quando se conta a qualquer leigo que o Senado da República autorizou o “sorteio na véspera”, ele dá uma casquinada de tamanha patacoada que se inventou e que a Bancada majoritária do Governo no Senado aprovou, com a força decisiva de um rolo compressor. Essa emenda tornou-se motivo de riso e de escárnio por parte de todos os profissionais de informática no País.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, está a desvinculação da identificação do eleitor nas máquinas de votar.

Como já disse anteriormente no plenário, o Brasil é o único país do mundo onde se identifica o eleitor na máquina de votar. Não existe sistema semelhante no planeta Terra. A falha de segurança decorrente é óbvia. Torna-se possível que programas mal-intencionados façam a identificação sistemática do voto, violando a Constituição. A desvinculação tornaria a violação sistemática do voto impossível tecnicamente. O argumento apresentado pelo Ministro Nelson Jobim para impedir a desvinculação proposta pelo PLS nº 194/99, de que se tornaria possível ao mesário votar por eleitores ausentes, já tinha sido contraditado pelo próprio Ministro em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, logo após sua posse no TSE, quando reconheceu que nas urnas atuais (com ligação entre os processos de identificar e de votar):

(...)os integrantes da mesa poderiam se unir para tentar fraudar a eleição votando no lugar de outras pessoas. Para isso, eles apenas teriam de digitar o número do título de eleitor, que está disponível na lista de eleitores.

Ou seja, o Ministro Nelson Jobim induziu os Senadores a votarem usando um argumento a que S. Ex^a nega veracidade anteriormente.

4) Exclusão do Sistema Operacional dos programas a serem apresentados aos Partidos para análise. Trata-se, definitivamente, da questão mais séria. A diferença entre o texto do parágrafo introduzido ao art. 66 da Lei nº 9.504, contido no primeiro substitutivo do Senador Romeu Tuma, de fevereiro de 2001, e o texto final aprovado, sugerido pelo Ministro Jobim, é flagrante e extremamente significativa.

O texto do Senador Romeu Tuma dizia o seguinte:

“Todos os programas de computador usados nas urnas eletrônicas durante o processo de votação e apuração devem ser, obrigatoriamente, programas abertos, livres de restrição proprietária quanto à sua cessão, alteração e distribuição e deverão ser apresentados para análise dos Partidos e Coligações na forma de programa-fonte, inclusive os programas do Sistema Básico, Sistema Operacional, Sistema Aplicativo, Bibliotecas Padrão e Especiais e Sistema de Segu-

rança, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso se manterão no sigilo da Justiça Eleitoral."

Era um sistema que poderia ser analisado em profundidade.

O que propõe o Ministro Jobim e o que a Bancada do Governo abriga, com apoio, inclusive, irrefletido do meu Partido, que não havia se debruçado sobre o assunto e permitiu que a Liderança no plenário me contestasse sem saber que contestava a licitude e decência da votação eletrônica no Brasil.

O texto do Ministro Jobim, aprovado, com apoio do PMDB, de forma irrefletida e irresponsável, sem discussão na Bancada, diz o seguinte:

"Todos os programas de computador de propriedade do TSE, desenvolvidos por si ou sob encomenda, utilizados nas urnas eletrônicas para o processo de votação e apuração, serão apresentados para análise dos Partidos e Coligações, na forma de programas-fonte, inclusive os Sistemas Aplicativos e de Segurança e Bibliotecas Especiais, sendo que as chaves eletrônicas privadas e senhas eletrônicas de acesso se manterão no sigilo da Justiça Eleitoral."

A retirada das expressões "Sistema Básico, Sistema Operacional e Bibliotecas Padrão" e a inclusão da expressão "de propriedade do TSE" tornam possível que o TSE compre programas de terceiros para incluí-los nas urnas eletrônicas sem precisar apresentá-los para o conhecimento dos Partidos.

Lembro que na Lei nº 9.504, atual, antes dessa emenda, dizia que os Partidos tinham direito a conhecer todos os programas das urnas, o que não vinha sendo respeitado pelo TSE, que se recusava a apresentar justamente o Sistema Operacional (Básico) e a Biblioteca de Segurança aos fiscais dos Partidos, o que ensejou o mandado de segurança do PDT, em setembro de 2000, cujo mérito não foi julgado pelo próprio TSE, perpetuando, assim, uma situação de irregularidade formal.

A emenda que os Senadores aprovaram, por insistência do Tribunal Superior Eleitoral e do Ministro Jobim, legaliza o procedimento espúrio do TSE de manter um sistema eleitoral com programas secretos. Qualquer político ou eleitor leigo sabe entender o significado de votar em máquinas de apurar com programas secretos. Os Senadores deram ao TSE a possibilidade de colocar em lei esse absurdo. Por que, Sr. Presidente? Porque mais uma vez, de forma submis-

sa, tola e irresponsável, os Partidos votam no plenário aquilo que não discutiram, aquilo de que não têm consciência e informação e obedecem a uma orientação governamental ou fazem um agrado a um tribunal superior para serem simpáticos a um Ministro, violando a possibilidade que o Brasil tinha de realizar uma eleição confiável, com credibilidade absoluta e rigorosamente indiscutível. Fica aqui a minha afirmação definitiva: não temos eleição confiável no País, porque assim não o quis o Tribunal Superior Eleitoral e porque, de forma submissa e tola, os Senadores votaram o absurdo que eu acabo de descrever.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me Ex^a um aparte, Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Como não Senador Eduardo Suplicy?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiramente, eu gostaria de reiterar aqui o apoio do PT e do Bloco de Oposição ao projeto que V. Ex^a aqui, com tanto denodo, procurou aperfeiçoar, debatendo com o Ministro Nelson Jobim e com o Relator da matéria, Senador Romeu Tuma. Os esforços de V. Ex^a têm sido muito importantes para que tenhamos um processo de eleição com uma apuração a mais...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Para que tivéssemos, Senador, porque, desta vez, não teremos nada.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E dada a notícia de que como foi ultrapassado o prazo necessário para que possam haver eventuais modificações na lei que regulamentam as eleições do ano próximo, e que agora está ao encargo da Justiça Eleitoral o procedimento sobre como fazer a regulamentação, eu espero que os responsáveis pela Justiça Eleitoral levem em consideração o que V. Ex^a está aqui afirmando e reiterando. Espero que ainda haja a devida lucidez por parte daqueles que serão responsáveis, na Justiça Eleitoral, por regulamentar o procedimento eleitoral de outubro do ano que vem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, era o que eu imaginava. Discutíamos com o Ministro Nelson Jobim e com os técnicos em um clima excepcional. Mas quando o Ministro atribui ao Congresso Nacional a demora e modifica a sua interpretação de que, em não se tratando de direitos individuais, um projeto de lei poderia ser implantado a qualquer momento, passo a entender que não era essa intenção.

E sem fazer nenhuma acusação especial ao Tribunal Superior Eleitoral, quero dizer desta tribuna ao Brasil que o Tribunal escolhe, se quiser, se mal inten-

cionado for, o Presidente da República independentemente da votação dos brasileiros, porque nós lhe damos os instrumentos para tal.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Roberto Requião, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Como não, Senador Antonio Carlos Valadares?

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Esta Casa, a começar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acompanhou o valoroso trabalho de V. Exª no sentido de, cada vez mais dar uma transparência à votação em nosso País, conferir aos nossos eleitores um sistema eleitoral seguro, confiável, como afirmou V. Exª, e que possam os Partidos que participam da disputa eleitoral recorrer da recontagem, o que não acontece hoje no sistema em vigor. Esse sistema que estamos aplicando em algumas eleições manifestou uma certa admiração até dos próprios americanos. Depois da eleição do Presidente Bush, vieram técnicos dos Estados Unidos, examinaram o nosso sistema eleitoral e, entretanto, não vimos nenhuma consequência de que o mesmo sistema seria aplicado nos Estados Unidos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador, se me permite, 47 países tiveram acesso ao sistema brasileiro, mas nenhum deles o adotou. Porque ninguém aceita um sistema que pode ser manipulado pelo Tribunal Eleitoral ou por quem operar o sistema informatizado das eleições.

A mudança, nos Estados Unidos, requer o voto impresso. O sistema deles estava muito ruim e estão avançando para o voto impresso.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Exatamente. E o que eu proponho a V. Exª é um ato de sabedoria. Nós tivemos ocasião, mesmo no sistema eleitoral tradicional mais antigo, de recorrer junto ao Tribunal Superior Eleitoral, o que não acontece hoje em dia. Se, por exemplo, V. Exª for candidato a algum cargo majoritário, no seu Estado, e por acaso quisesse entrar com algum recurso de recontagem, não existe essa possibilidade. Eu nunca vi um sistema eleitoral que não permita o recurso. Os Partidos políticos ficaram inviabilizados de demonstrar a verdadeira vontade do eleitor. Por isso, concordo com V. Exª, mesmo diante do prazo já ultrapassado e que foi anunciado pelo Ministro Jobim, eu acho que para se dar seriedade à votação do sistema eleitoral que vigora em nosso País, com a aprovação da Câmara dos Deputados, do projeto que teve a iniciativa de V. Exª, deveria o Tribunal Superior Eleitoral recorrer desse sistema e dar

credibilidade ao voto dos brasileiros. Portanto, a minha solidariedade a V. Exª e eu tenho certeza absoluta que Tribunal Superior Eleitoral, diante da realidade vai atender ao apelo de V. Exª, e é isso que espero.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador, o mais terrível é que nós discutimos esse projeto no Plenário do Senado e na Comissão por cerca de dois anos. E o projeto, substitutivo do Senador Romeu Tuma que foi feito a quatro mãos comigo e com todos os técnicos do fórum do voto eletrônico, foi aprovado por unanimidade. Não teve nenhum voto contrário. Quando os Senadores utilizaram os seus abundantes neurônios, eles concordaram com o projeto. Agora, quando ele veio para o Plenário, o Executivo desligou os neurônios dos Senadores e eles apresentaram emendas que não eram deles e sobre as quais eles não tinham nenhuma informação e não conheciam o sentido. Apresentaram as emendas, votaram e derrotaram um projeto que daria credibilidade ao processo eleitoral brasileiro. Isso é que desmoraliza de forma profunda o Congresso Nacional.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Roberto Requião, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Roberto Requião, eu louvo a obstinação de V. Exª no sentido da purificação do processo eleitoral do nosso País. Nós que provínhamos de uma época em que as eleições eram realmente viciadas e que ao longo dos tempos elas foram melhorando até chegarmos ao processo eletrônico, eu hoje não tenho dúvida de que a iniciativa de V. Exª, as idéias de V. Exª foram exatamente aquelas que melhor atendiam aos interesses do Brasil e das eleições. Não consigo entender que o Ministro Nelson Jobim pudesse ter má vontade ou má-fé nesse processo todo. Creio que houve um acidente de percurso. S. Exª está tão interessado quanto nós todos na purificação do processo eleitoral. A luta de V. Exª merece todos os elogios. Eu, que a princípio não gostava muito do seu projeto, hoje estou absolutamente convencido de que se trata de uma necessidade imperiosa, para que se tenha de fato a possibilidade de confrontar a eleição realizada com os votos ali emitidos. V. Exª não deve desistir dessa luta nunca. Talvez ainda possamos encontrar uma solução, a fim de que o projeto, votado e aperfeiçoado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, possa valer para as próximas eleições, pois é uma matéria extremamente útil ao Brasil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Senador Edison Lobão, mais importante que a própria implantação de sistemas, que podem ser comprados da CIA, do SNI ou do Osama bin Laden porque não há restrição e a propriedade do sigilo do sistema é de quem o vende, não é sequer do Tribunal Superior Eleitoral é a impressão do voto. Se o voto for impresso, poderemos sempre fazer uma conferência estatística. A lei propunha 3% de urnas eletrônicas a serem conferidas de forma automática e impositiva. Se esse percentual desenhasse algum desvio padrão da contabilidade, haveria o aprofundamento e requerimentos em juízo, com a participação do Judiciário para o exame acurado do sistema. Entretanto, da forma como a questão está sendo abordada e da forma como se avançam as concorrências públicas para a compra de novas urnas, o sistema que temos pode escolher, por si mesmo, um Presidente da República, dispensando a participação do povo ou o escolhendo em sentido contrário à participação do povo, o que é uma ironia – uma vez que “ironia” é exatamente a contraposição de uma situação esperada.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Nabor Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda, por 20 minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivendo neste momento um misto de emoção e de alegria, ocupo a tribuna desta Casa para destacar a comemoração, no dia de hoje, dos 53 anos de emancipação do Município de Hidrolândia, cidade tradicional, acolhedora, organizada e com grandes quintais. É uma cidade muito agradável, distante 30 Km de Goiânia, a capital do nosso Estado.

As circunstâncias que cercam essa festividade estão assegurando-lhe um caráter ainda mais especial. Primeiramente, pelo adiantamento em que se encontram as obras de duplicação da BR-153, entre Aparecida de Goiânia – portanto, Goiânia também – e Hidrolândia; apenas uma das etapas daquela que considero a maior obra em andamento no Estado de Goiás.

Em um segundo momento, terei a inestimável honra de ser agraciado nesta quinta-feira, dia 8 de novembro, com o título de cidadão hidrolandense – uma homenagem da Câmara Municipal, por intermédio do Vereador José de Araújo e do Prefeito José Geraldo da Silva –, o que muito me orgulha e dignifica.

Como se vê, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho todos os motivos para considerar o aniversário de Hidrolândia, e seus desdobramentos, um momento ímpar na minha trajetória política, a começar pela íntima ligação que tenho, desde os primeiros passos na vida pública, com o Município e sua gente. Não se trata de contatos políticos formais, mas, sim, de diálogos francos, abertos, e de amizade mesmo, com representantes de famílias tradicionais do Município de Hidrolândia.

Hidrolândia é nacionalmente conhecida como a “capital da jabuticaba”, em função dos milhares de pés da fruta localizados na Fazenda Jabuticabal, de propriedade de Antônio Batista, empresário de sucesso, que consegue aliar a ótima qualidade das jabuticabas com um atendimento exemplar aos visitantes. Foi apostando nessa combinação, carro-chefe para o fortalecimento da economia local e para a geração de novos empregos, que apresentei emenda orçamentária para a construção de uma minifábrica comunitária, coordenada pela Prefeitura, especializada na produção do vinho de jabuticaba. Da mesma forma, não tenho medido esforços para ver concluído o processo de regulamentação de uma rádio comunitária para Hidrolândia, cidade que se encontra em franco desenvolvimento e que, exatamente por isso, necessita contar com um veículo de comunicação que divulgue suas potencialidades.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda hoje pela manhã, em contato com lideranças da vida política e empresarial de Hidrolândia, pude constatar a alegria contagiante com que se referiam à vasta programação festiva em homenagem aos 53 anos do Município. Desde o último sábado, dezenas de atividades esportivas e culturais estão sendo realizadas na cidade. Em todos esses contatos, um assunto é inevitável: a duplicação do trecho da BR-153, entre Aparecida de Goiânia e Hidrolândia e de Hidrolândia a Itumbiara, com destino a São Paulo.

O clima assemelha-se muito ao dos primeiros meses do ano de 1998, quando pude promover a primeira audiência pública para duplicação da BR-153, ligando a capital de Goiás ao Estado de São Paulo. O evento propriamente dito ocorreu em Itumbiara, mas lembro-me da satisfação com que os moradores de Hidrolândia e outras cidades beneficiadas receberam

a presença da classe política de Goiás, de outros Estados e da União.

O meu sonho, sinceramente, era que essa obra, ou pelo menos parte dela, estivesse pronta, mas, em face das inconstâncias que cercam o Orçamento Geral da União, foi necessário trabalhar com os pés no chão, para que não ocorressem interrupções no ritmo dos trabalhos. Com essas expectativas correspondidas em relação ao promissor aniversário de emancipação política de Hidrolândia, aliadas à conclusão de mais um trecho de duplicação da BR-153, que caminha a passos largos em direção a Itumbiara, aguardo com ansiedade o momento em que me tornarei, com imenso prazer, cidadão hidrolandense, título que extrapola as conveniências políticas e os retratos na parede do gabinete, mas revela um sentimento profundo de carinho, consideração e grande estima aos irmãos hidrolandenses.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, por até vinte minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, na troca de idéias e no diálogo, muitas vezes, surgem as saídas.

Ultimamente, tenho recebido propostas para buscarmos caminhos como aqueles que encontramos em relação aos medicamentos no Brasil. Adotou-se a possibilidade, por lei, de implementarmos a comercialização dos remédios com nomes genéricos, para fazer com que os preços caíssem, a fim de que a população de menor renda tivesse acesso aos medicamentos necessários para tratamentos.

Desse modo, surgiu a idéia de se estabelecerem no Brasil os medicamentos genéricos, e houve um novo debate. Há que se respeitar aquele que descobriu e patenteou a fórmula química do medicamento, mas tentou-se encontrar uma saída por lei no Brasil. Chegamos à conclusão de que os genéricos possuem a mesma composição e causam os mesmos efeitos dos medicamentos já implantados e patenteados, não havendo problemas em relação aos efeitos na busca das soluções. Portanto, possibilitou-se o acesso das pessoas a esses medicamentos, mesmo daquelas com um poder aquisitivo menor.

Sr. Presidente, como os medicamentos genéricos destinados às pessoas estão crescendo cada vez mais no Brasil, tenho recebido várias manifestações por onde passo, principalmente no Estado de Santa

Catarina, de setores organizados da sociedade, especialmente aqueles que tratam da agropecuária. Perguntam-me: "Senador Casildo Maldaner, se é possível aplicar medicamentos genéricos às pessoas, por que não aos animais?" A área da pecuária também usa esses medicamentos patenteados – deve-se respeitar isso. Se foi possível aplicar os medicamentos genéricos às pessoas, por que não adotar os genéricos também para os animais? Nesse caso, seria possível abranger todas as espécies de animais que usam hoje medicamentos importados, patenteados, de multinacionais e de grandes empresas que são proprietárias desses medicamentos.

Tendo-se descoberto a composição química desses produtos, por que não se pode aplicá-los também aos animais? Esse questionamento, Sr. Presidente, está sendo feito. Começo a meditar acerca desse assunto e concluo que quem pode o mais também pode o menos, ou seja, como é possível a utilização dos genéricos nas pessoas, abrangendo uma camada maior da população, uma vez que os custos são menores, por que não estender esses medicamentos aos animais? Assim, estaríamos indo ao encontro de setores que influenciam a economia de modo geral.

No que tange aos produtos usados na avicultura, na suinocultura, na bovinocultura, na cultura de caprinos, enfim, de todas espécies de animais, por que não se pode buscar uma solução análoga à dos medicamentos genéricos para as pessoas, aplicando-os à pecuária genericamente? No Brasil, poderemos partir para esse caminho.

Nesse sentido, Sr. Presidente, minha assessoria está fazendo estudos, inclusive com a participação da assessoria técnica desta Casa, a fim de, se for essa a saída, apresentar uma proposta em forma de projeto de lei no Senado para que adotemos esse procedimento também em relação a esse setor importante da economia, porque essa medida vai fazer com que se barateiem os custos. No geral, teremos vantagens não só para quem produz, mas no contexto do referido setor.

Trago essas considerações para reflexão, porque fui procurado pessoalmente, por correspondências e por e-mails. Essas sugestões estão aparecendo. Acredito que, com o debate e o concurso da sociedade organizada, depois de apresentarmos essa proposta em plenário, com a participação dos Colegas Senadores e da Casa, com o debate da Nação inteira, da mesma forma que houve essa discussão em relação à adoção dos genéricos para as pessoas, possamos também debater essa questão no que diz respei-

to à pecuária, aos animais em geral, a essa questão que influencia a economia como um todo.

Penso que vale a pena, respeitando-se as patentes conseguidas, as fórmulas descobertas com resultados idênticos aos dos produtos patenteados – e quem tem a patente, por ter esse direito, muitas vezes, tem seus produtos mais caros –, adotarmos, com o tempo, os genéricos, de acordo com certos ditames, e debatermos esse setor importante da economia.

Informo mais uma vez que, com a participação da nossa assessoria, não só do Gabinete, como também da Casa, nos próximos dias, poderemos elaborar propostas e debates. Estamos ouvindo os Ministérios da Agricultura, da Saúde e os setores envolvidos como um todo na questão do País.

Finalizando, quem pode o mais pode o menos. Se podemos adotar um genérico para as pessoas, por que não podemos pensar em adotá-lo para um setor importante da economia brasileira que são os animais, a pecuária como um todo, a agricultura?

Essas são as considerações que trago na tarde de hoje atendendo, ouvindo um reclamo, um palpitar de setores importantes da sociedade brasileira.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o ilustre Senador Álvaro Dias, pelo prazo regimental de 20 minutos.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há alguns dias, um navio da Petrobras encalhou e quatro milhões e cem mil litros de nafta vazaram em Paranaguá. O petroleiro bateu em uma pedra quando deixava o Porto de Paranaguá.

O acidente colocou em risco sete mil moradores em um raio de dois quilômetros. E o jornal Gazeta do Povo publicou foto em que sinalizou a área com risco de explosão, alcançando um raio de 1.500 metros da cidade de Paranaguá. Portanto, um risco seriíssimo milhares de pessoas correram.

Sr. Presidente, venho hoje à tribuna a fim de trazer um apelo da família do mergulhador Nereu Gouvêa, que, em serviço de peritagem, contratado emergencialmente pela Petrobras, faleceu por intoxicação. A nafta matou o mergulhador, conforme laudo do Instituto Médico Legal. A família do mergulhador morto encaminha um dossiê e faz um apelo ao Presidente da República para que exija providências imediatas no sentido de se chegar a um acordo urgente com a Petrobras, evitando uma longa e cansativa pendência judicial.

Leio, Sr. Presidente, alguns dos trechos do dossiê encaminhado aos três senadores do Paraná:

Nereu Gouvêa, profissional de mergulho há mais de 36 anos e detentor de extensa bagagem profissional, foi acionado pessoalmente pela sede da Petrobras S/A no dia do acidente ocorrido com o Navio-Tanque "N/T – Norma", encalhado a meia milha do cais do Porto de Paranaguá/Pr após chocar-se com um costão de pedras, solicitados os seus serviços de peritagem subaquática para emergencial vistoria no casco da embarcação de propriedade da referida empresa brasileira de exploração petrolífera, a fim de que, em sendo avaliada a gravidade das avarias constatadas, imediatas providências fossem adotadas para que a amplitude do desastre fosse o tanto quanto possível minorada em seus efeitos.

O criterioso laudo de exame cadavérico comprova cabalmente a intoxicação do mergulhador por "hidrocarboneto volátil", desmentindo a sorrateira notícia "plantada" astuciosamente na imprensa de que ocorreria morte natural por mau súbito (sic). Além disso, a suscitada questão de uso de equipamento inadequado, mormente quanto às roupas, restou cabalmente afastada quando da conclusão intermediária de que toda a extensão da pele do cadáver (cútis) não restou lesionada.

Não é preciso fazer muito esforço e nem mesmo ser jurista, trata-se esse evento de infortúnica laboral de caracterização de responsabilidade objetiva (em sentido próprio jurídico) da concessionária do serviço público em relação ao vitimado. Essa responsabilidade objetiva envolve assunção total de cautelas, tudo em função, até mesmo,

do risco-proveito que a atividade contratada enseja.

Nada há que se cogitar, pois, e ainda mesmo que se fosse de boa-fé, (como jamais se percebe estar acontecendo nesse caso), em compensação de alguma espécie de culpa do profissional prestador dos serviços, conquanto o simples fato de ter sido autorizado o seu ingresso na área de risco para realizar o trabalho de vistoria do casco pela polícia das águas (leia-se Capitania dos Portos), veja-se, tal autorização foi requerida pela Petrobras S/A (que obviamente deve ter emitido uma "OS" – Ordem de Serviço para tanto).

O dossiê, portanto, imputa inteira responsabilidade à Petrobras S/A.

Aliás, dos fatos extrai-se houve *omissão de socorro* (resgate lento e totalmente desaparelhado), negligência da Petrobras ao não cumprir acordo verbal com o mergulhador de que a bordo do navio, durante a vistoria, estaria(m) técnico(s) ou engenheiro(s) para orientá-lo etc.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é relevante destacar a omissão de socorro e a ocorrência de um resgate lento e totalmente desaparelhado. Em um acidente dessas proporções, colocando em risco mais de 7 mil pessoas, evidentemente, não se pode admitir de uma empresa como a Petrobras tamanha omissão em relação a fato de tal gravidade.

Nesse momento, focaliza-se a omissão de socorro em relação a um cidadão, a um ser humano, e isso, por si só, já justifica o que faz a família ao recorrer ao Presidente da República. Afinal, o ser humano deve ser protegido. E, obviamente, não se pode admitir de uma empresa do porte da Petrobras esse tipo de comportamento, com uma omissão de socorro flagrante, como se verificou nesse caso.

Fico a imaginar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se se consumasse o risco de explosão, como se atestou e como esse jornal, por foto de satélite, publica, informando que a explosão poderia alcançar mil e quinhentos metros da cidade de Paranaguá, colocando em risco milhares de pessoas.

Depois disto tudo, da omissão de socorro, do resgate lento e totalmente desaparelhado por parte da Petrobras, todos desaparecem, como atesta a família do mergulhador, que diz, em seu dossiê:

Nem mesmo o ilustre Delegado Federal Dr. Evaristo Kuceki, que preside as inves-

tigações (IPL n.º 097/2001), conseguiu, após duas intimações, obter que alguém responsável pela Petrobras S/A viesse depor.

Esse desinteresse, Sr. Presidente, é condenável.

E vai além a família.

Em total *desrespeito* à família enlutada, tal declaração, obviamente engendrada *por advogado* (vejam-se os termos empregados), veio "formatada" com a absurda conjectura de conceder à sociedade de economia mista, pela verba meramente *acessória* decorrente do enterro (assim estatuída no Código Civil pátrio em termos de incorrência na responsabilidade civil), isenção de responsabilidade pelo evento mortal.

Ou seja: solicitou-se a assinatura da família em documento que isentava a empresa Petrobras – segundo este dossiê – de qualquer tipo de responsabilidade pela morte do mergulhador.

Indagada sobre o documento, a Petrobras aludiu tratar-se de um "formulário padronizado", justificando o "equivoco". É de se pensar: Padronização de quê? de mortes? Muitas delas ocorridas nestes últimos tempos e que estão sendo apuradas, inclusive com grande preocupação do Parlamento Brasileiro, pelo Ministério Público e Polícia, acompanhadas pelos Sindicatos de Classe e ONGs, entre outras entidades.

A posição oficial da família somente foi registrada na íntegra – e fidedignamente – por uma única fonte jornalística, qual seja, pelo Jornal O Estado do Paraná, edição de hoje, 26.10.2001 (sexta-feira), página 09, 1º caderno. Todas as demais, ou pecam pela especulação e/ou inverdades manifestas, ou até mesmo pela omissão (que se acredita astuciosamente urdida pelo malévolo interesse econômico).

Aguardar-se-á com serenidade a conclusão dos inquéritos. Provas já existem e são muito convincentes no sentido de responsabilização da Petrobras S/A e de seus agentes pelo êxito letal ocorrido.

Além do que, espera-se que a Petrobras S/A conceda tratamento digno à família, inclusive não permitindo que, à falta de interesse em composição amigável, deixe tudo para futura e demorada discussão judi-

cial, fato que só aumentaria o já tão grande prejuízo impingido aos cofres públicos, pois, afinal, a Petrobras S/A é empresa cujo capital majoritário é público, bem como, além da realização de lucros, deve, sim, promover a *justiça social*.

De todo o exposto, com base no presente **dossiê**, ainda incompleto dada a recenticidade do evento, pleiteia a família paranaense ofendida e enlutada pela perda do ilustre filho o seguinte:

a) seja dado *conhecimento, por expediente conjunto* ao Exmo. Sr. Presidente da República, Prof. Fernando Henrique Cardoso, dos fatos ora relatados, inclusive e mormente para que **determine** à Petrobras S/A, por intermédio da pasta ministerial supervisora, adote a empresa comportamento ético, legal e, sobretudo, razoável, atentando-se sempre para o *público interesse*, a fim de que o caso venha a ser resolvido no *menor tempo* e da *melhor forma* possível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro o apelo da família de Nereu Gouvêa.

Em nome dessa família, da cidade de Paranguá, das milhares de pessoas que viveram mais de perto o drama desse acidente, rogo ao Ministro de Minas e Energia, ao Presidente da Petrobras e ao Presidente da República que o apelo da família de Nereu Gouvêa não seja em vão e que providências sejam adotadas o mais rapidamente possível.

Sr. Presidente, esse não é o primeiro acidente provocado por navios da Petrobras. Foram vários nos últimos tempos, com depredação do meio ambiente, riscos à saúde de milhares de pessoas e, inclusive, perda de vidas humanas preciosas, como o caso do mergulhador paranaense Nereu Gouvêa.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que autorize a Secretaria da Mesa a remeter ao Ministro de Minas e Energia, ao Presidente da Petrobras e ao Presidente da República o relato que apresentamos, com o **dossiê** encaminhado pela família do pescador morto, a serviço da Petrobras, para que o Governo Federal demonstre responsabilidade e adote as providências urgentes para minorar o sofrimento da família e, especialmente, para que o fato possa significar mais um alerta à Petrobras. Diante já de tantos outros fatos ocorridos, certamente, a gravidade desse acontecimento deve servir de alerta à Petrobras, para evitar futuros danos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, esperando, sinceramente, que as autoridades federais, desde o Presidente da República, sensibilizem-se diante do apelo feito pela família de Nereu Gouvêa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Álvaro Dias, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o ilustre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, designado pela Presidência desta Casa para acompanhar, como observador parlamentar, os trabalhos da Assembléia-Geral da ONU, ano 2001, e já de retorno dessa missão, ocupo a tribuna, nesta tarde, para apresentar relatório sucinto dos assuntos mais importantes que estão em discussão naquele órgão, apresentar minha observação pessoal sobre os fatos que lá vi e dar conhecimento à Casa das preocupações que, neste momento, norteiam os debates na Assembléia.

Inicialmente, digo às Sr^{as} e Srs. Senadores que, quando cheguei à Nova Iorque, cidade que visitei por tantas vezes, esperava um esquema de grande dificuldade para desembarque de bagagem, migração, alfândega. Esperava encontrar uma cidade impactada, mas, a bem da verdade, devo dizer que nunca foi tão fácil entrar e sair de Nova Iorque como desta vez, em que estive para, como observador parlamentar, participar da Assembléia-Geral da ONU.

Diria mais: a cidade está assustada – em pânico, não; assustada, sim. Ela desenvolve atividade normal, com movimento nas ruas, bares, restaurantes e lugares de lazer. A Assembléia-Geral está concorrida como sempre, todos os países estavam presentes, houve discussões profícuas e participativas. A ONU está, portanto, cumprindo seu dever e a cidade de Nova Iorque, mesmo impactada e assustada, não está em pânico.

Com essa observação – que é um comentário **à latere** –, diria que na Assembléia-Geral da ONU muitos assuntos estão em discussão, mas dois lideram os debates nas diversas comissões e subcomissões: o terrorismo e o financiamento para o desenvolvimento – que julgo ser correlato –, fato que abordarei logo após tecer comentários sobre o que está sendo feito na ONU acerca do combate ao terrorismo.

No que diz respeito ao terrorismo, a Assembléia-Geral deste ano foi inaugurada com um discurso do Secretário-Geral do órgão, o Sr. Kofi Annan, abordando a questão do terrorismo, mas não de forma inédita, pois há anos debate-se na ONU a questão do terro-

risimo. O Secretário-Geral da ONU fez questão de abrir a Assembléia-Geral, abordando, em longo discurso, a questão do terrorismo e suas circunstâncias. Logo após o discurso do Sr. Kofi Annan, 177, dos 189 países integrantes da ONU, se manifestaram sobre o mesmo tema ao longo das reuniões plenárias da Assembléia-Geral. Isso dá uma dimensão de como o assunto está motivando as atenções do mundo inteiro.

É preciso que se diga que na ONU a questão do terrorismo já há muito tempo é debatida e discutida, mas não com a ênfase que se dá no momento atual ao tema.

Ao longo de muito anos, a questão do terrorismo produziu, na Assembléia-Geral da ONU, diversos acordos ou convenções setoriais, que foram objeto ou produto de consensos, acordos, tratados, fatos que transitaram em julgado e que se encontram sob a forma de resoluções consensuais da ONU, tais como: tratamento dado a atentados a bomba, seqüestro de aeronaves e coisas correlatas.

O que a Assembléia-Geral está, neste momento, recomendando é que os 189 países membros cuidem de adequar as suas legislações locais às convenções setoriais já aprovadas.

O que aconteceu com o Brasil recentemente, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em recente decreto do dia 18 de outubro, já incorporou a recomendação da ONU, colocando, através de decreto, em vigência uma série de recomendações que dão tratamento à questão do terrorismo na legislação interna da República Federativa do Brasil.

O que a Assembléia-Geral está, portanto, neste momento, recomendando aos países membros é que se transformem em leis de cada país as convenções setoriais já aprovadas por consenso nas Assembléias-Gerais da ONU de anos anteriores.

Um fato que está em discussão febril é o conceito do que é terrorismo. Porque é preciso que se entenda que existem dois lados da moeda. O Afeganistão e o Iraque têm assento na ONU. A Palestina, Israel, todos os países têm assento na ONU. E vai-se discutir uma legislação que pode atingir um ou outro país.

Na medida em que isso possa acontecer, é profunda a discussão sobre o conceito real do que é terrorismo. Se é terrorismo o que possa ser interpretado como luta de libertação nacional, ou luta por autodeterminação de povos? É ato terrorismo apenas ato ou fato praticado por Estado, ou é terrorismo ato ou fato praticado por uma instituição ou organismo? Aí se relembram os contras. A própria CIA, é acusada de ações que poderiam ser julgadas como terroristas,

que poderiam ser interpretadas como terroristas por algumas vozes, em movimentos no Panamá, na Nicarágua, no Irã.

Essa é a discussão que vai tomar e está tomando bom tempo da Assembléia-Geral da ONU, mas ela tem que ser profunda e precisa chegar a uma conclusão para que não se pratiquem injustiças e o combate ao terrorismo possa ser levado a efeito com eficiência.

A Assembléia-Geral da ONU está, portanto, discutindo o que é terrorismo e recomendando que os países membros transformem em legislação doméstica aquilo que já foi transformado, na Assembléia-Geral, por consenso, em convenção setorial.

O segundo fórum, que eu diria é o mais atual, o mais atuante, o mais dedicado, é o Conselho de Segurança; e é preciso que esta Casa reconheça que é mandatário. O que o Conselho de Segurança, composto por 15 países membros, delibera, tem que ser aceito por 187 países membros da ONU. Portanto, esse Conselho dispõe de um poder muito forte. Neste momento, está discutindo pragmaticamente, porque já editou duas resoluções no curto espaço de tempo em que a Assembléia Geral da ONU está desenvolvendo os seus trabalhos, a partir de setembro deste ano. Uma delas é a Resolução nº 1.368 que recomenda a necessidade de levar culpados, acusados de terrorismo, à Justiça, recomenda a necessidade de que sejam punidos os que abrigam ou apóiam células ou núcleos terroristas e reafirma condenação ao terrorismo internacional.

Mais recentemente, foi editada a Resolução nº1.373, adotada – diga-se de passagem – por consenso, por unanimidade dos 15 Estados membros, e é mais pragmática e prospectiva; trata o assunto do terrorismo de forma mais abrangente.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador José Agripino, o relato de V. Exª não deve causar nenhuma admiração aos seus colegas – e posso dar o meu testemunho, porque ambos já estivemos certa feita na Assembléia Geral da ONU, sobretudo quando aborda o terrorismo e se reporta à legislação doméstica. Observe como o nosso Constituinte foi sábio ao ter, no art. 5º, inciso XLIII, declarado, com todas as letras, que o terrorismo é crime inafiançável e insusceptível de graça ou anistia. Agora mesmo V. Exª citou o trabalho da administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso e outras que vão desenvolver-se.

A minha interrupção ao seu discurso é apenas para apresentar-lhe a minha solidariedade. O terrorismo, de fato, é um crime que não tem pátria, nem bandeira, nem rosto, mas traduz seu significado exato: inquietação mundial. Meus cumprimentos, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Exª pela contribuição dada no seu aparte, colocando, com muita propriedade, que o terrorismo está produzindo, fundamentalmente, a inquietação. Não diria que a Nação americana esteja apavorada, mas está inquieta, o que acarreta desarranjos de toda natureza: social, econômica e até política. Por isso, a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança da ONU estão debatendo, febrilmente, este assunto, a fim de que se possa estabelecer balizamento legal, para que os países do mundo possam exercer uma ação no combate eficaz ao terrorismo e voltar à paz mundial. Em última análise, é isso que se objetiva.

Retomando o que eu falava, Senador Bernardo Cabral, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Resolução nº 1.373, que – repito – foi adotada por consenso, trata mais pragmaticamente do combate ao financiamento do terrorismo, que é a questão basilar, o calcanhar de Aquiles, e, de forma muito objetiva, trata do reforço da cooperação entre Estados para esse fim, para o combate ao terrorismo.

Foi criado o chamado "Comitê Antiterrorismo", curiosamente, composto pelos 15 membros titulares do Comitê ou do Conselho de Segurança, e, sob a Presidência do Embaixador da Inglaterra, Sir Jeremy, vem se reunindo quase diariamente para produzir uma legislação específica sobre o combate ao terrorismo, baseada em sete pontos principais.

Devo esclarecer que esses sete pontos em discussão – eu os registrarei para o conhecimento do Senado Federal do Brasil – têm de ser objeto de consenso até o dia 27 de dezembro deste ano, quando se deverá produzir um documento final sobre eles, que irão se constituir na bíblia internacional de combate ao terrorismo. Vou expô-los.

O primeiro deles é sobre a legislação bancária com vistas ao combate ao terrorismo. O que significaria isso? Significa uma legislação bancária que evite ou preveja a lavagem de dinheiro, ou seja, matar a iniciativa terrorista no seu nascedouro, na sua fonte ou no seu suporte logístico.

A segunda trata de legislação de migração e de sua prática. À medida em que se seja mais diligente na questão da imigração, começa-se a dificultar a ação do terrorismo.

Uma legislação de alfândega voltada para o combate ao terrorismo.

Uma legislação de extradição que favoreça a relação entre países para melhor combater ações de terrorismo, pela prática mais fácil da extradição de terroristas claramente culpados e condenados.

Ação de polícia e de agentes aplicadores da lei.

Apoio à legislação antiterrorismo para países sem experiência no assunto. Aí, está se cuidando da contratação de peritos ou de experts para que países de menor expressão, países pobres que, até pelo fato de serem pobres, podem ser amparo de células terroristas, por não disporem de estrutura institucional para se equiparem e se prepararem a fim de combater o terrorismo – tenham os instrumentos legais, institucionais e logísticos a fim de que, por meio desses peritos e **experts** colocados à disposição pela ONU, possam também contribuir para o combate ao terrorismo.

Repito que toda essa ação de legislação precisará estar consolidada até o dia 27 de dezembro. Essa é a tarefa do Comitê Antiterrorismo do Conselho de Segurança da ONU que, neste momento, está reunido para produzir esse documento que reputo de fundamental importância para o objetivo final de combate ao terrorismo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com prazer, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador José Agripino, considero da mais alta importância o pronunciamento que está sendo feito por V. Exª, principalmente por se tratar da ONU. E é tremendamente importante que ela se dê conta de que é responsável por essa questão. Sou daqueles que pensam que o Prêmio Nobel foi entregue à ONU este ano não pelo que ela fez – cá entre nós, pelo que ela fez no ano anterior, ela não merecia –, mas pelo que ela deverá fazer. Aliás, a imprensa comentou desta forma: de que foi um chamativo à ONU para que ela percebesse a sua importância quanto à questão dos Direitos Humanos e na questão da sociedade mundial. Vejo aqui uma manchete da maior importância do jornal Folha de S.Paulo: "Anistia vê ameaça a direitos humanos. Há um perigo de que o mundo tenha mudado para pior", diz a Secretária-Geral da ONG Anistia Internacional, Irene Khan. Vejo nesse debate uma preocupação muito grande, porque, repare V. Exª, que o conceito de jurídico e de ilegal varia muito de acordo com as circunstâncias. Os americanos tiveram fábrica de ter-

rorismo na América Latina. Eles preparavam pessoas para a luta no Brasil, no Chile, no Paraguai, na Argentina. Hoje isso está provado; e há coisas dramáticas como ensinar os policiais a cobrarem confissão mediante tortura. Isso aconteceu no Brasil e em vários lugares. Perguntou-se: onde eles aprenderam uma barbárie como essa? Foi nas escolas que os americanos preparam para a América Latina, para garantir as ditaduras militares aqui. Não era para restabelecer a democracia ou coisa que o valha. Não. Era para manter as ditaduras, ou para derrubar regimes democráticos e instalar a ditadura, como aconteceu no Chile. Esse conceito é muito delicado, porque, geralmente, vale o pensamento do vitorioso. V. Ex^a fala sobre o assunto com brilhantismo e eu apenas espero dizer alguma coisa. Na verdade, estão divulgando na imprensa apenas a versão dos vencedores. Já disseram que, um dia, escreverão o total da Segunda Grande Guerra mundial, divulgando também a versão dos alemães e dos japoneses – até agora conhecemos apenas a versão dos vitoriosos. Em toda essa questão que estamos a debater, penso haver apenas um fato concreto: o que ocorreu em Nova Iorque e em Washington, fato sem precedentes nem tanto pelo alcance da barbárie, porque, cá entre nós, nunca vi nada semelhante ao que está ocorrendo no Afeganistão, pelo menos não me lembro. Lançaram algumas bombas em um ponto determinado do Iraque para ameaçar; bombardearam o Vietnã, onde morreram 60.000 soldados americanos numa guerra. Mas o que está ocorrendo numa região que não tem nada, dizem que não tem nem Governo, é bombardeio e mais bombardeio. Bombardeiam de um lado e lançam caixas de comida do outro. Bombardeiam postos da ONU que distribuem comida e lançam caixas de comida do outro lado. Nesse contexto geral, não sabemos o que está ocorrendo. Agora estão falando que a fronteira Brasil, Argentina, Paraguai há um foco muito delicado de terrorismo. Falam em desenvolver um esquema para a região de Foz do Iguaçu. Penso estar havendo histeria nesse sentido. O americano é assim; é deus. O cidadão americano para o mundo de hoje é muitas vezes superior aos romanos da época do Império Romano. Às vezes se fala em Império Romano, dizendo que os romanos mandavam. Não mandavam nem 10% do que mandam os americanos. Os americanos não precisam de tropa. Há a televisão, a cultura, a língua, o avanço tecnológico e tudo o mais. Para dominar um país, não precisam manter um soldado lá dentro. Esses países giram em torno dos Estados Unidos. Percebo, nesse contexto, a importância de uma voz sonora. Gostei daquilo que disse o

Presidente Fernando Henrique em Paris sobre os Estados Unidos; aliás foi um belo discurso. Se eu for Presidente da República penso em convidá-lo para o Itamaraty, porque ele entende desse assunto e seria um excepcional Ministro das Relações Exteriores. O Presidente disse que, assim como devemos ver, combater e questionar o terrorismo, devemos também verificar as decisões unilaterais dos que se consideram os donos do poder: no caso, os americanos. Ele foi aplaudido de pé pelos franceses que pensam o mesmo. Está na hora de tentarmos fazer algo. É preciso surgir uma voz com mais tranquilidade, com mais serenidade. A Europa, de certa forma, está tentando agir dessa maneira. É muito importante, além de batermos palmas para os americanos pelos atos de defesa de seu País, combatermos radicalmente o terrorismo – eu combato de todas as formas o terrorismo, que considero uma brutalidade, uma monstruosidade. Entretanto, vamos devagar com o andor. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Desculpe-me. Espero não ter atrapalhado o seu pronunciamento com o meu aparte meio atabalhado.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – O pronunciamento de V. Ex^a nunca atrapalha, apenas contribui, até pelas luzes da sua inteligência e do seu preparo. V. Ex^a, que não estava presente no começo do meu discurso, captou um fato que eu já havia exposto e que cabe como uma luva em seu raciocínio: como a ONU está sendo importante neste momento no contexto do mundo, que deseje a paz!

Fui todos os dias à ONU durante o período em que estive em Nova Iorque, designado pelo Senado para desempenhar as funções de observador parlamentar. Ora estava na comissão ora no plenário. Em nenhuma oportunidade, no plenário ou em comissão qualquer, vi o representante do Afeganistão ocupando o seu assento. No entanto, as questões mais febrilmente discutidas eram as relativas ao conceito de terrorismo. Talvez os afegãos fossem os mais interessados em defender essa concepção, alegando que aquilo não seria terrorismo, mas uma luta de sobrevivência nacional, de autodeterminação ou mesmo religiosa – talvez até uma ação de Estado. Sem a presença dos afegãos no debate, o tema que presidia as discussões, mais do que as recomendações, era o conceito de terrorismo.

O mundo tem consciência – até porque a imprensa é livre – do que aconteceu no Panamá com o Sr. Manuel Antonio Noriega, que, segundo dizem atualmente, foi treinado e subsidiado pela CIA, tendo terminado Presidente de um país acusado de narcotráfico e de toda sorte de desmando. Os Irã-Contras tam-

bém são outro fato. Palestinos versus Israel é outro fato passível de reflexão. Tudo isso está sendo discutido em pé de igualdade, onde a voz de cada país é levada, no ponto democrático, por igual, para que se considere a legislação antiterrorismo, considerando-se todos os pontos do contexto e não apenas a prevalência do mais forte, que é o agredido do mundo, o país de que todos gostamos, cujas Twins Towers foram destruídas, sede do seu Ministério do Exército atingido, a dignidade e a honra nacional atingidas.

Mas não, a ONU está, de forma democrática e autônoma, discutindo o problema por inteiro. Ainda bem que a ONU existe. As considerações que V. Ex^a tece a respeito, Senador Pedro Simon, vão ao encontro do segundo ponto, que, no meu julgamento é tão importante quanto o primeiro, em discussão hoje na ONU: o financiamento para o desenvolvimento.

Onde estão as células do movimento terrorista do Sr. Osama Bin Laden? Nos países mais pobres do mundo, em alguns países da África, como o Sudão, Somália. Dizem que estão também no Iraque, até escondidas em alguns países da Europa, mas fundamentalmente elas se enclausuram onde a pobreza existe, porque lá, elas podem comprar a proteção com pão, que aqueles que o acolhem não têm como comprar, numa injustiça profunda e que tem que ser objeto da atenção dos ricos do mundo antes que seja tarde.

Daí a discussão que se processa atualmente na ONU e que deveria ter ocorrido há mais tempo. Que ocorreu sim, é verdade, na Assembléia do Milênio no ano 2000, quando, por consenso, os 187 países deliberaram que até o ano 2015 dever-se-ia providenciar 50% de erradicação da pobreza do mundo. Mas nenhuma providência efetiva foi tomada. Agora, urge, até porque a questão do terrorismo está, em minha visão, umbilicalmente ligada à pobreza mundial.

A ONU está tomando a iniciativa, é verdade, que depois das crises do México, da Rússia, do Brasil, da Argentina, da Ásia, porque reconhece que organismos tipo a OMC – Organização Mundial do Comércio –, FMI, Banco Mundial, ou Banco Interamericano de Desenvolvimento são organismos ou entidades que têm cuidado da pobreza, mas de forma tópica. Essas organizações têm agido na questão comercial de prejudicados, na questão de rolagem de dívida de países endividados, mas nesses organismos o peso dos países mais fortes é muito maior do que o dos países que deles precisam. O debate, portanto neles não é democrático. Na ONU o debate é democrático e se pode encontrar caminhos de combate à pobreza.

Graças a Deus, nos debates deste ano a questão do financiamento do desenvolvimento está ocupando lugar de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Agripino, o Plenário, com justa razão, está ouvindo atentamente o seu pronunciamento, dada a sua importância. Mas queremos dizer que V. Ex^a já está com dez minutos de seu tempo ultrapassado. A Mesa pede que V. Ex^a conclua.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a a condescendência e prometo ser breve na minha conclusão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste momento, o que existe em discussão na ONU para que se elabore um plano de financiamento para o desenvolvimento? Existe um comitê preparatório que reuniu uma série de propostas densas, boas, elaboradas por países em desenvolvimento. Esse comitê, ao qual estive presente várias vezes, presidido pelo representante da Suécia e secretariado pelo representante do Paquistão, ou seja, uma nação desenvolvida e outra em desenvolvimento, está debatendo diversas propostas que tratam de seis temas diferentes. Passo a abordar tais temas rapidamente:

1) mobilização de recursos para o desenvolvimento. É a pedra de toque. O que se pensa? E o que está em discussão? Duas propostas: a instituição da tolbin tax e a instituição da carbon tax. O que é a tolbin tax, que Fernando Henrique Cardoso, aqui mencionado pelo Senador Pedro Simon, defende? A tolbin tax é uma taxa que se aplicaria às operações financeiras feitas entre os países mais ricos. O Presidente Fernando Henrique propõe que seja aplicada sobre os dez mais ricos países. Cada operação financeira feita por cada um desses dez países pagaria uma taxa que seria recolhida a um fundo para investimento dos países pobres. A segunda, a carbon tax, seria paga pelos países poluidores. Uma ou outra, ou as duas, comporiam um fundo de recursos expressivos a serem aplicados no combate à pobreza em diversos países que detêm parcela de sua população em regime de pobreza absoluta;

2) um programa de investimentos diretos, verificando quais as oportunidades eficazes, efetivas, competitivas e de investimento para ser aplicado na relação de emprego e renda para países pobres;

3) a relação do comércio internacional. E aí cabe uma questão muito brasileira, a dos subsídios à agricultura. As exportações brasileiras são prejudicadas pelos subsídios que a Europa e os Estados Unidos concedem à sua agricultura, impedindo que nós,

que somos competitivos na área, vendamos o produto de nosso trabalho e conquistemos os dólares de que precisamos para construir o futuro do País. É, portanto, tema importante, ao lado de investimentos diretos, o comércio internacional.

4) a ajuda oficial ao desenvolvimento. Alguns países já o fazem, como a Suécia, que reserva 0,7% de seu PIB para aplicação em empreendimentos ou investimentos em países pobres, numa atitude ainda pouco eficaz. Pois os países que aplicam dinheiro em países pobres obrigam, em regime de financiamento, a que a compra de equipamentos ou serviços seja feita de empresas ou de empresários do país que concede a ajuda;

5) tratamento da dívida externa, e, finalmente, as questões institucionais, que dariam melhor posição aos países menos desenvolvidos em organismos como o FMI, como o Bird, etc., uma rediscussão, um rearranjo da posição dos países nesses órgãos internacionais de modo a possibilitar uma voz mais atuante de países que precisam desses órgãos que podem ajudar.

Essa discussão terá que ter consequência pragmática até março de 2002, porque, nessa data, na cidade do México, estará se realizando uma reunião para aprovação do texto final das proposições da ONU que, democraticamente, terão sido debatidas, discutidas e produzidas para que seja a bíblia do mundo coordenada pela ONU para investimentos e para a correção de pobreza nos países pobres, e para que os ricos possam, com o seu potencial, ajudar a equilibrar o mundo, para que pobreza de menos signifique antro de menos para o terrorismo internacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era o relato que eu tinha a fazer da minha participação, designado que fui observador parlamentar representando o Senado da República na Assembléia Geral da ONU do ano de 2001.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o ilustre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (Bloco/PTB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reabre-se mais uma vez, no Senado Federal, a discussão em torno de uma reforma política que propicie melhores condições para o aperfeiçoamento das instituições democráticas em nosso País. É evidente a importância do assunto, aliás, objeto de várias propo-

sições em tramitação nos órgãos técnicos desta Casa e da Câmara dos Deputados.

A esse propósito, Sr. Presidente, há pouco, ouvimos a pregação do eminente Senador Roberto Requião no que diz respeito à violabilidade do processo eleitoral eletrônico em nosso País. O Senado Federal e o Congresso Nacional têm que esgotar, junto ao órgão competente, ao Tribunal Superior Eleitoral, as negociações para que efetivamente se possam introduzir modificações para que não haja fraudes nas próximas eleições. Evidentemente que a questão tão falada da anualidade não pode estar implícita.

De imediato, ganha dimensões o debate sobre o polêmico tema da fidelidade partidária, tão necessária ao funcionamento e à boa reputação dos partidos. A troca de legendas constitui lastimável espetáculo entre nós, a ponto de quase ter-se tornado tradição. Compreensível, assim, que a opinião pública revele especial interesse pelo problema, que tanto contribui para o enfraquecimento dos partidos.

Expresso, desta tribuna, minha concordância com o propósito de melhorar nossa legislação política, mas confesso minha perplexidade em face da ênfase com que tantos clamam pela imediata imposição, por meio de lei, da fidelidade partidária. À perplexidade se soma o temor, uma vez que o País encontra-se envolto em crises sucessivas, o que nos deve impor maiores cautelas para que o debate ocorra com prudente serenidade.

Igual perplexidade senti em pronunciamento feito nesta Casa pelo eminente Senador Artur da Távola, cuja autoridade na matéria é acrescida por décadas de intensa militância na imprensa carioca. Se o problema tivesse a simplicidade que muitos lhe atribuem, bastaria que retornássemos ao tempo da Arena e do MDB, agremiações cuja desmoralização nacional resultou, em grande parte, da imposição da fidelidade partidária – disposição característica dos regimes totalitários. Nada nos espanta, Sr. Presidente, que o regime militar tenha sucumbido, entre tantas outras, à tentação da fidelidade obrigatória, fator que apressou sua extinção após cair em descrédito. Os que se derem ao trabalho de ler os jornais da época constatarão que parlamentares que muito louvaram a fidelidade adiante a combateram com extremo vigor, como os então Deputados Paulo Maluf, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

Essa conduta contraditória constitui, pode-se dizer, uma fatalidade decorrente de disposições legais de consequências antidemocráticas. Acredito poder expressar o sentimento que comungamos: o anseio de fidelidade partidária simultâneo ao temor de que o

busquemos por vias impróprias e, assim, mais danosas à democracia.

A fidelidade partidária, imposta aos Partidos pelo regime militar, veio a ser unanimemente estigmatizada como inconstitucional por todos os nossos juristas, com entusiástico apoio da mídia. Inconstitucionalidade proclamada em Constituição de inspiração que pouco possuía de democrática! Este, um convite à reflexão!

Sr. Presidente, sobreponho o bom-senso à erudição, tão do gosto de muitos, em rápida lembrança desse passado ainda tão próximo. No Jornal do Brasil, de 8 de outubro de 1978, o ex-Governador, ex-Deputado e saudoso jornalista Barbosa Lima Sobrinho publicava artigo intitulado: "Mandato Imperativo e Fidelidade Partidária", admirável retrospecto da evolução da democracia, a partir da Revolução Francesa, e do decorrer da nossa própria história, demonstrando que os Deputados são representantes do povo e não de Partidos. A Câmara dos Deputados é constituída de representantes do povo brasileiro, como nós o somos dos Estados – perdoe-me o uso desse lugar-comum, Sr. Presidente.

E o articulista prossegue dizendo que "a perda do mandato é uma decorrência da ênfase que se procura atribuir à disciplina, num regime que não procura dissimular as suas origens militares". Acrescentando que a sanção então cabível "seria a exclusão do Partido, nunca a perda do mandato, que foi conferido pelo povo, e não pelos Partidos, meros coordenadores do processo eleitoral". Repele a argumentação dos que buscam apoio externo, sobretudo nos Estados Unidos e Inglaterra, mostrando o despropósito em que incorrem. E conclui, com copioso apoio de tratadistas, nacionais ou não: "A fidelidade é uma regra interna dos Partidos políticos, nunca uma obrigação que limite a liberdade dos mandatos". E enfatiza: "O mandato imperativo repugna ao Direito Público universal e também ao Direito Público brasileiro, através da tradição de todas as Constituições políticas que até hoje vigoraram no país".

Em periódico patrocinado pela Fundação Milton Campos, da então Arena, um artigo de David Gueiros Vieira abordava, naquela época, questões diversas relacionadas com Partidos políticos e fidelidade, à luz das tradições inglesas e americanas, mostrando, a despeito das diferenças, concordância e apoio às afirmativas feitas no já mencionado texto de Barbosa Lima Sobrinho. Aconselha, Sr. Presidente, o máximo cuidado aos que procuram, no exterior, fundamento para decisões que não encontram amparo em nossas próprias e ricas tradições políticas e jurídicas.

Permita-me, Sr. Presidente, insistir na lembrança de que, mesmo ainda em plena vigência do regime militar, a fidelidade partidária então estabelecida foi declarada inconstitucional pela unanimidade de nossos juristas e mestres de Direito.

Sr. Presidente, prefiro a expressão "lealdade partidária" à usual "fidelidade". O ponto de partida para a melhoria da situação brasileira está na elaboração de lei que determine a nossas agremiações serem realmente éticas e democráticas. Hão de ser constituídas a partir da base sociopolítica, isto é, dos Municípios, passando pelos Estados para, afinal, alcançar a União. Todos os órgãos partidários deverão ter a mesma transparência democrática, fruto de livres decisões de homens livres. Sua direção deverá ser renovada a prazos curtos, pelos mesmos processos decisórios, sempre democráticos.

A lei há de dispor para que a liberdade esteja sempre presente nos Partidos, impedindo desvirtuamentos que tornem as agremiações propriedade de minorias. E, aqui, há muito a se acautelar no tocante às Comissões Executivas, passíveis de fácil manejo, que podem ser transformadas em instrumentos de poder de pequenos grupos, com menosprezo à ética, sem a qual não há nobreza na política.

Finalmente, Sr. Presidente, a infidelidade só poderá ocorrer após decisão democrática legitimamente adotada pelos órgãos adequados do Partido. A desobediência à determinação partidária, que jamais poderá implicar questão de consciência, poderá sofrer ampla variedade de punições, desde a perda de postos, cargos de natureza partidária e participação de eventos em viagem à expulsão dos quadros partidários, preservando-se a integridade do mandato conferido pelos eleitores.

Não poderia calar o receio de que o combate à infidelidade partidária, que hoje atinge nossas agremiações, resulte dano maior para a democracia, como tantas vezes, infelizmente, tem ocorrido no Brasil. Vê-se, Sr. Presidente, a deploração, sem comentários, sem aprofundar com a questão, sobre a troca desmesurada de Partido nas diversas Casas Legislativas e Executivas em nosso País. É necessário que se aprofunde um estudo que procure as causas mais comuns da mudança de partido. Muitas vezes um político troca de partido não por uma questão pessoal ou porque tirará vantagem, mas porque, inexoravelmente, se ele almejar um futuro político, será obrigado a mudar de Partido, como temos visto também aqui no Senado Federal.

Ao concluir, Sr. Presidente, reafirmo minha preocupação com a frequência de certos atos, como a

troca rotineira de Partidos, condenando à desmoralização pública o que é essencial à sobrevivência democrática.

A correção há de ser alcançada no exercício da democracia, dentro dos próprios Partidos, em suas Bancadas, e finalmente em um relacionamento com os demais Poderes, especialmente o Poder Executivo, no qual podem se originar muitos dos males que hoje nos atingem, de tão fácil contaminação.

Desse relacionamento entre os Poderes depende, de maneira substancial, o respeito à ética, sem a qual a política se corrompe e se desqualifica perante a Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em prosseguimento, tem a palavra o eminente Senador Ricardos Santos.

O SR. RICARDO SANTOS (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendemos, desta tribuna, abordar hoje o tema do desenvolvimento científico e tecnológico, aproveitando a oportunidade em que tramita, na Comissão de Educação desta Casa, o Projeto de Lei nº 85/2001, de autoria do Senador Roberto Saturnino Braga, que trata da regulamentação do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Como se sabe, os recursos destinados a esse Fundo foram substancialmente ampliados pelo esforço do Poder Executivo Federal, ao instituir novas fontes por meio dos fundos setoriais referentes às áreas de energia elétrica, recursos hídricos e minerais, espacial, transportes terrestres, informática, telecomunicações, recentemente criados.

Sabemos que a inovação entendida como o uso do conhecimento para criação de novas formas de produção e de novos bens e serviços – materializa-se nos processos produtivos, sendo, portanto, levada a cabo no interior das unidades produtivas. Para que isso ocorra em maior velocidade, tal como é desejável para um país como o Brasil – que necessita diminuir a distância tecnológica que o separa dos principais líderes mundiais –, é necessário a existência de um ambiente favorável para a produção e aplicação do conhecimento. A construção desse ambiente exige estímulos suficientes para a atuação dinâmica e articulada de uma complexa rede que inclui universidades, institutos de pesquisa, empresas e órgãos de apoio e de financiamento aos investimentos requeridos.

Diante desse contexto, consideramos que as políticas e ações governamentais são os elementos principais na determinação do maior ou menor grau de estímulo à pesquisa científica e tecnológica. Por outro lado, ampliar os estímulos existentes implica movimentar um amplo leque de políticas e ações públicas: desde as políticas macroeconômicas até as políticas específicas – como aquelas voltadas ao comércio exterior e ao desenvolvimento industrial, entre outras –, importantes para a orientação e definição dos investimentos privados. Os investimentos públicos em educação, formação de técnicos e cientistas, bem como na infra-estrutura de pesquisa, nas instituições públicas e privadas, devem merecer também atenção especial da administração pública.

Inegavelmente, avançamos bastante nas últimas décadas na construção de uma infra-estrutura de capacitação e na constituição de entidades e instrumentos para o apoio ao desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica no Brasil. Parte importante deste caminho já foi percorrido e está representado pelas instituições que se consolidaram, especialmente no setor público, ao longo dos últimos 50 anos, a saber:

- Uma rede de universidades – especialmente as públicas federais e estaduais;

- O CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa, principal órgão do Governo Federal no financiamento da pesquisa científica;

- A FINEP – Financiadora de Estudos e Pesquisas, particularmente em seu desempenho como Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

- O FNDCT – Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituído em 1969 e, agora, revigorado pelo Projeto de Lei do Senado nº 85;

- A Fundação Capes, vinculada ao Ministério da Educação, principal responsável pelo fomento à pós-graduação no Brasil;

- A rede de instituições estaduais de apoio à pesquisa, com destaque para a FAPESP, cujo modelo vem se disseminando para os demais Estados da Federação e;

- A Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, no âmbito da agricultura.

Também vale lembrar os esforços representados pelas atividades específicas do ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica, no que se refere à tecnologia de aviação; e da Fiocruz, na área de pesquisa e produção de medicamentos.

Não temos dúvida quanto à capacidade desse sistema de dar respostas a novos desafios, dado que a sua construção, ao longo dos anos, foi também a de uma história marcada pela superação de obstáculos.

No campo específico das ações e políticas de ciência e tecnologia no Brasil, acreditamos que o Ministério de Ciência e Tecnologia, sob a liderança do Ministro Ronaldo Sardenberg, tem a clareza e a sensibilidade necessárias para tratar das questões relevantes que envolvem este tema.

Permitam-nos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, citar as principais prioridades do Ministério de Ciência e Tecnologia, explicitadas pelo Exm^o Sr. Ministro, em recente solenidade:

a) dotar o campo da ciência e tecnologia de um arcabouço institucional e financeiro capaz de dinamizar sua produção intelectual e protegê-lo das incertezas que, muitas vezes, minaram esforços anteriores (...);

b) desenhar e empreender uma estratégia de ação regional, por meio do estabelecimento de parcerias com as esferas locais de Governo, com a finalidade de redução das disparidades na geração do conhecimento e da tecnologia;

c) definir e praticar uma política sólida e atualizada de cooperação internacional em ciência e tecnologia, tendo em vista o interesse nacional e a percepção de que se tornam mais severos e variados os hiatos científicos e tecnológicos mundiais e que se intensificam os temores de exclusão de países e regiões inteiras e;

d) propiciar o debate permanente dos grandes temas em ciência, tecnologia e inovação, por intermédio da mobilização da sociedade.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, cujo redesenho e fortalecimento é objeto do projeto de lei a que nos referimos anteriormente, contribuiu de forma inquestionável para o acervo de pesquisas do País nos últimos anos. Todavia, seu alcance e os seus resultados foram limitados, ao longo do tempo, em função da exiguidade e da irregularidade no fluxo de recursos orçamentários a ele destinados – incertezas essas que são incompatíveis com as necessidades de financiamento de longo prazo dos projetos de ciência e tecnologia.

A criação dos Fundos Setoriais, conforme explicita a justificativa do projeto de lei em questão, ao as-

segurar receitas vinculadas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, além de outras fontes, resgata as fontes estáveis de receitas e, segundo o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, já em 2001, serão incorporados recursos da ordem de R\$700 milhões ao orçamento do Fundo.

Nesse sentido, o FNDCT pode transformar-se no principal instrumento para viabilizar investimento em ciência e tecnologia no Brasil, com consequências extremamente positivas para a economia brasileira, destacando-se as seguintes:

- Consolidação da capacidade competitiva nacional em áreas em que temos nítida vantagem comparativa, a exemplo da siderurgia e do agronegócio, dentre outras;

- Elevação dos investimentos, visando melhorar nossa capacidade de competição em setores que utilizam tecnologia de ponta (telecomunicações, informática e aviação);

- Concepção de mecanismos novos de integração e parceria entre os centros públicos de ciência e tecnologia e o setor privado, por meio da gestão compartilhada dos fundos setoriais e do próprio FNDCT;

- Ampliação e recuperação da infra-estrutura em universidades e centros de pesquisa no Brasil e;

- Descentralização dos esforços de pesquisa, reconhecendo as diferenciações e potencialidades regionais como elementos importantes da integração e do desenvolvimento nacional.

É importante enfatizar que o Poder Executivo Federal deverá encaminhar projetos de lei para criação de novos fundos setoriais nas áreas de agronegócio, saúde, biotecnologia e aeronáutica. No que diz respeito à descentralização, estamos acompanhando, com otimismo, a ação de técnicos do Ministério em quase todos os Estados, buscando levantar possibilidades de parcerias para o fortalecimento dos sistemas locais de inovação, atendendo às recomendações do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia.

As grandes diretrizes e prioridades para aplicação de recursos em ciência e tecnologia no Brasil foram amplamente discutidas durante a Conferência Nacional de Tecnologia, realizada no mês de setembro último, que contou com a participação da comunidade acadêmica, do setor privado, do Congresso Nacional, do Governo e da imprensa.

O projeto que regula o novo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o de nº 85/2001, importante e consistente iniciativa do Senador Roberto Saturnino Braga e que tem como Relator, na Comissão de Educação, o Senador Artur da Távola, deve merecer, pela sua relevância, toda atenção e prioridade por parte do Senado Federal. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agora revigorado e fortalecido, soma-se ao esforço do Governo em redesenhar o sistema e o processo do desenvolvimento científico no Brasil visando aproximá-lo das reais necessidades de desenvolvimento econômico e social garantindo fontes estáveis de financiamento à pesquisa e à inovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atividade parlamentar cuida da elaboração de leis, em sentido **lato**, porém, a ela não se restringe, vai mais além. Por vezes, esta Casa transforma-se em Tribunal, exercendo atividade judicante, como ocorreu, por exemplo, com o julgamento do ex-Presidente Fernando Collor.

Parlamentar, na sua etimologia, significa "entrar em negociações, conferenciar". Usamos parcela considerável do nosso tempo para expor nossas idéias, mostrar ao País nossa visão da vida. Semanalmente, faço publicar no Jornal do Dia e no Diário do Amapá, diários mais importantes do meu Estado, artigos, no qual exponho minhas idéias, faço minhas homenagens, cobro atuações positivas do Governo local, dentre outras.

Resolvi compilar parte desses artigos, que trago nesta oportunidade, os quais retratam as idéias e posicionamentos deste parlamentar diante de variados temas e situações, bem como a coragem do cidadão amapaense, sua perseverança e tenacidade em superar os obstáculos da vida, do clima, da região, do preconceito.

Sr. Presidente, nesses sessenta artigos compilados, busquei, com linguagem clara e concisa, prestar contas ao povo do Amapá de minha atuação no Congresso Nacional, inclusive. Pois, nunca me furtei debater qualquer assunto, por mais delicado que se apresentasse.

Assim, requeiro a transcrição desse documento nos Anais desta Casa, para que passe a integrar meu discurso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GILVAM BORGES EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

Senador Gilvam Borges

Gilvam Borges – Sua Visão da Vida

EXPEDIENTE

Gabinete do Senador
Gilvam Borges

Supervisão e Coordenação Geral:
José Maria da Silva

Colaboradores:
Dora Gonçalves
Neiva Lúcia Nunes
Revisão Gramatical
Hirauba Freire Salles Silva

APRESENTAÇÃO

Desde os primórdios da humanidade que o homem procura meios e formas de comunicar-se na expectativa de informar, orientar, difundir e propor idéias.

Nada foi tão revolucionário quanto a invenção do prelo, em 1450, pelo mestre gráfico Johannes Guttemberg. E o primeiro livro a ser impresso por esse ex-ourives, em caracteres móveis, foi a Bíblia. Um feito, sem dúvida, extraordinário para a Europa do século XV. Cinco séculos após o invento que mudou o mundo, a humanidade vive sob o signo da era eletrônica, a comunicação globalizada, movida pela força expansionista das imagens, do cosmo da impressão. Mesmo assim, a palavra impressa está latente e presente anunciando para todos os cantos que o prelo luminoso de Guttemberg jamais vai desaparecer.

A comunicação é essencial ao ser humano. Nossas vivências diárias, os caminhos percorridos; pessoas que conhecemos, fatos acontecidos em todos os aspectos de nossas vidas, provocam situações que ousamos colocar no papel.

Os ensaios que audaciosamente tomamos a liberdade de publicar nas páginas dos jornais de grande circulação de nosso Estado _ Jornal do dia e Diário

do Amapá, e que aqui transcrevemos, traduzem a fidelidade no nosso pensamento sobre as coisas que vivenciamos, experiências de vida, dentro e fora do Amapá. É a mais precisa e clara forma de expressão sobre nossas alegrias e tristezas, amigos, esperanças no futuro, sobre o ontem e o hoje.

Inegavelmente, é o compartilhamento de experiências e idéias.

Um abraço
Do Senador Gilvam Borges

2001 – ESPERANÇA QUE SE RENOVA

Todo fim de ano provoca na gente uma estranha sensação de que o tempo passou rápido demais e nos faz pensar se tivemos chance de fazer tudo aquilo que planejamos. Com o ano 2000 não foi diferente, e nem poderia deixar de ser. Afinal, é um ano que precedeu a chegada de um tempo inserido no imaginário de todas as pessoas da minha geração e até mesmo de gerações mais recentes. Quando eu era menino (e isso já faz muito tempo...), também me perdia em sonhos, imaginando como seria chegar ao ano 2000. A idealização do futuro era povoada de engenhocas ultramodernas, viagens intergalácticas, naves espaciais ... O tempo não deu vencimento aos meus sonhos de menino, mas superou grande parte deles fazendo surgir na era atual coisas que eu de fato nem tinha como dimensionar. A revolução das comunicações, a sofisticação da indústria, os avanços da ciência, grandes mudanças comportamentais... Tudo nos remete mesmo à chegada de uma nova etapa na evolução da humanidade. Entretanto, algumas coisas continuam perversamente iguais e algumas ganharam matizes ainda mais dramáticas. Eu vi o homem chegar à lua, mas não o vi superar as carências materiais de seu planeta. Eu vi o homem criar chips minúsculos capazes de arquivar toda a memória cultural da humanidade, mas não vi providências eficientes capazes de tirar bilhões de crianças, em todo o mundo, do trabalho precoce, da fome, da violência física e emocional. Eu vi a medicina criar procedimentos para a realização de operações cirúrgicas sofisticadíssimas, mas continuo vendo milhões de brasileiros desesperando-se na porta dos hospitais em busca de um atendimento médico elementar. Estranha passagem do tempo essa nossa. Mas, eu iniciei esse texto falando nas sensações que emanam de cada fim de ano. E quero concluir falando da euforia que emana de cada recomeço. Como num passe mágico, a gente faz surgir

uma intensa esperança de que o próximo ano será sempre melhor. Um novo tempo, um novo dia e lá vamos nós outra vez, projetando para o futuro os sonhos que não se converteram em realidade no presente. E é isso que eu faço agora, desejando que as portas do novo milênio se abram para a humanidade diante de alegrias mais verdadeiras, mais perenes e essenciais, alguns poderão dizer que é uma utopia _ mas, pobre do homem que abre mão de suas utopias, de seus sonhos de menino. É hora de cuidar do broto para que a vida nos dê flores! Feliz Ano 2001!

ORÇAMENTO – O PROGRESSO PLANEJADO

Orçamento. A palavra não é estranha. Da dona de casa que planeja meticulosamente o consumo dos alimentos e outros itens da subsistência familiar, do pai de família que faz e refaz suas contas para manter em dia o orçamento doméstico, do trabalhador que sabe a que se destina cada centavo do seu suado salário, até as instâncias superiores da administração pública, todos, sem exceção, reconhecem e vivenciam a prática do planejamento, da previsão orçamentária. E se no pequeno universo familiar, essa previsão é essencial, dá pra imaginar a dimensão que ela ganha quando se trata de planejar e gerir os recursos que irão manter a subsistência de toda uma nação em todas as suas vertentes sociais.

No entanto, quando vai chegando o fim do ano e a proximidade do novo, a palavra mais do que nunca volta à baila, dessa vez, nas citações diárias sobre o chamado orçamento geral da união, que nada mais é do que uma minuciosa previsão para saber quanto e em que cada município, cada estado, poderá gastar no ano que inicia, e como se dá esse processo? de que forma, como atuam, e que instrumentos usam senadores e deputados federais para penetrar no complexo e disputado núcleo da elaboração orçamentária?

Bem, é essencial lembrar primeiro, que a grande maioria dos municípios depende de forma visceral dos recursos advindos do FPM – o Fundo de Participação por Município. Isso porque, a arrecadação é incipiente e a população depende basicamente de emprego na Prefeitura. O congressista consciente das carências materiais dessas cidades que, registre-se, ajudam-o a eleger-se, trabalha o ano inteiro visando a elaboração e a distribuição dos recursos orçamentários. Ele sabe que o processo é complexo, delicado, cheio de nuances técnicas e pessoais. A ação junto ao Orçamento começa assim: uma Comissão é oficialmente montada e as lideranças partidárias indica-

rão os membros que dela farão parte. Imagine, agora, uma espécie de piracema, onde os peixes lutam bravamente para subir o rio e completar o ciclo da desova. Nem todos conseguem, muitos ficam pelo caminho. A disputa pela composição dessa comissão especial faz lembrar tal fenômeno da natureza. As vagas são poucas e muitos querem participar, o que suscita uma disputa de prestígio político para que o parlamentar tenha seu nome indicado. Afinal, é aquele núcleo seletivo de Senadores e Deputados Federais que irão atuar na discussão, no encaminhamento das propostas e na aprovação destas, até que elas sigam para a votação final no plenário.

Eu tive a felicidade de ser indicado não apenas para compor a comissão, mas também para atuar como coordenador da bancada. A partir daí, a atuação junto aos ministérios é intensa e árdua, percorrendo fases que consomem a maior parte do tempo do parlamentar. Ele sabe que o Poder Executivo guarda a prerrogativa de cortar, a qualquer momento e da forma como lhe convier, os pedidos de recursos, as propostas encaminhadas, já que a atuação do legislativo está limitada por um caráter meramente autorizativo. Para cumprir as previsões orçamentárias, o governo depende do que foi arrecadado. Daí, a importância da atuação do parlamentar junto ao Chefe da Casa Civil, aos ministros, aos líderes de partido e até ao próprio Presidente da República para que todo o esforço não seja em vão, para que as propostas sejam acolhidas e os recursos previstos para atender as carências municipais sejam efetivamente aprovados.

Essa mobilização estende-se, inclusive, às tribunas, quando, em plenário, senadores e deputados mais aguerridos defendem as emendas orçamentárias que favorecem seus municípios. Sim, porque o orçamento é da União, mas a União é uma figura simbólica. O que existe são as cidades, sua gente, suas vicissitudes. É a sensibilidade do parlamentar que vai guiá-lo para identificar e priorizar as obras mais importantes, aquelas que irão beneficiar um número maior de pessoas.

Não podemos nos esquecer que geralmente os ministros têm compromissos com as suas bases e lideranças mais próximas e que hoje, a composição ministerial é basicamente formada por homens do centro-sul do país. e o dito popular não se engana, quando prega que "farinha pouca, meu pirão primeiro", eu não desejo que minhas palavras sejam mal interpretadas por quem considere tênue demais a linha que separa a franqueza da indelicadeza, mas não há como negar que a vigilância daqueles que representariam comissão de orçamento dos estados, das de-

mais regiões, sobretudo do norte do país, precisa ser intensa para que na hora da divisão do bolo, possamos garantir a fatia que com tanta dificuldade foi colocada no orçamento.

E, a essa altura do nosso artigo, já é hora de concluir, lembrando que a ação parlamentar pode ser individual ou de bancada. A primeira para aquelas atuações particularmente especiais, onde o carinho por um município, a sensibilidade para suas carências falam mais alto. A segunda, quando a bancada entende que a proposta precisa ser coletiva para ganhar peso, devido à abrangência de seus benefícios em favor da população.

Eu aproveitei, intensamente, o período do recesso parlamentar para atuar junto ao relator geral do orçamento, Senador Amir Lando. E divido com outros colegas a eufórica alegria do dever cumprido. Foi assim que conseguimos incluir e aprovar na proposta orçamentária da união para 2001, recursos na ordem de mais de setenta e sete milhões de reais nas emendas de bancada e mais vinte e dois milhões em emendas individuais, entre as quais eu destaco os recursos para a construção da BR-156 para a qual foram destinados inicialmente dezesseis milhões de reais e este Senador conseguiu incluir mais cinco milhões de reais e a construção da ponte sobre o rio Jari, no empenho do Presidente José Sarney e de todos os colegas de bancada, para cuja obra foram destinados seis milhões de reais. Esses são apenas dois exemplos de recursos defendidos para o Estado do Amapá, num esforço final de seus parlamentares para a inclusão no Orçamento de 2001.

Tudo o que falamos aqui faz referência a projeções para este ano, mas os exemplos práticos existem e servem de referência para quem ainda não se convenceu da importância de todo esse processo. Em Itaúbal, Santana, Vitória do Jari, Laranjal do Jari, estão alguns bons exemplos de nossa luta pela obtenção de recursos. Quem passar pela Praia da Fazendinha e vir a obra de revitalização daquele balneário saberá que foram emendas orçamentárias de nossa autoria que garantiram aquela conquista. Igualmente, essas benfeitorias podem ser encontradas em diversas outras localidades, como resultado de um trabalho conjunto dos parlamentares que representam o Amapá. São municípios que se articularam com Brasília, e por isso tiveram melhor desempenho graças às verbas federais.

É uma ação que nos orgulha não tanto pelo feito em si, já que este é essencialmente o papel do parlamentar que honra a confiança do povo que o elegeu, mas, pela certeza de que ano a ano, vamos conse-

guindo diminuir a indiferença, o abandono, o pouco caso com a região norte do país. Uma região, que, a despeito de ocupar uma imensidão territorial impressionante e guardar riquezas naturais de valor imensurável, é terrivelmente cobiçada por estrangeiros e pouco valorizada e reconhecida por muitos brasileiros.

CIDADE DE MACAPÁ

Em 4 de fevereiro de 1758 não te conhecia, pois a 243 anos atrás, ainda estava a caminho dos acontecimentos do universo, a minha chegada ao mundo; mas desde criança, quando meus olhos te viram, meu amor brotou, crescendo contínuo, junto com minha transformação em homem e político lutador em prol de ti Macapá, e do maravilhoso povo que te habita.

Quando menino, meus pés atravessaram pontes que hoje são ruas como Odilardo Silva, Mendonça Júnior, etc, e que trançavam teu coração. Os mururês, ovos branquinhos de uruás, enfeitavam o caminho da escola. Açaizeiros mil, a fazer sombra aos transeuntes que na calmaria do dia partiam ao trabalho.

Praia da Vacaria, a liberdade das crianças e adolescentes com este Rio que te acompanha antes mesmo do teu nascer. Teus bairros eram poucos: Trem, Jacareacanga, Laguinho, Igarapé das Mulheres, Centro, Beírol, Pacoval, onde poucos iam se aventurar a tomar banho no lago, que parecia um lugar muito distante.

Ginásio de Macapá _ GM, os "garapa azeda" do Colégio Amapaense e os "piramutaba" do IETA, disputa salutar da rapaziada. O melhor vencia no desfile de 13 de setembro. Colégio Comercial do Amapá - CCA, onde aprendi muito e fiz muitos amigos.

Fortaleza de São José, imperiosa a observar-te e a abrigar gerações e gerações privilegiadas com a história e a maravilhosa visão do Rio Amazonas. Ao redor dela o Macapá Hotel, com seu Claudomiro nos mostrando como o homem chegou na lua. Era certeza de diversão.

Não se trata de saudosismo, mas da prazerosa constatação de conhecer teu crescimento e crescer junto contigo. A evolução de uma cidade bela, de um povo aconchegante, espontâneo, de lugares, pessoas e fatos, que possuem um significado especial para todos, individual e coletivamente.

Meus pés me levaram a conhecer cada recôndito teu, desde criança meus passos seguem tua expansão. Infelizmente algumas mazelas te atingem, fruto da falta de compromisso de alguns daqueles que te administraram. Tudo tinhas para crescer organizada, ser muito, mas muito melhor do que hoje és.

Vigilante, cada um de teus filhos naturais ou adotivos tem a responsabilidade de contribuir para teu crescimento, desenvolvimento. Graças a Deus sou um deles, lutando por ti, com um dever mais arraigado, não só por te amar, mas por honrar o compromisso oficial que o povo do Estado, do qual és capital, me deu.

Parabéns, Macapá! As bacabeiras, origem de teu nome, hoje são poucas, mas frutos do teu solo guardam inigualável sabor e continuam a fortificar teus filhos.

DEFESA AMBIENTAL: NEM TANTO AO MAR, NEM TANTO À TERRA...

Um dito muito popular em nosso país prega que quando a esmola é muita até o santo desconfia. Há pouco tempo recebi no gabinete que ocupo no Senado Federal, uma correspondência enviada pela associação Comercial e Industrial de Roraima! alertando para a excessiva preocupação de países estrangeiros com a Amazônia brasileira. Bem, o manifesto não chega a ser exatamente uma novidade, já que muitos ambientalistas brasileiros há muito chamam atenção para o mesmo aspecto. Não obstante a entidade alerta para um detalhe que está mesmo merecendo do governo brasileiro e de suas representações diplomáticas espalhadas pelo mundo um posicionamento mais firme e nacionalista. Trata-se da orientação geográfica que estudantes norte americanos e de alguns países europeus que não se libertaram do ranço colonialista têm recebido do Brasil. Naquelas escolas o mapa brasileiro foi simplesmente amputado com reconhecimento para as regiões sul, sudeste e nordeste. Para eles essas são áreas brasileiras. O restante, o norte do país, e parte do Pantanal - portanto do Centro Oeste, não são territórios de nosso país. O ensinamento é de que essas são áreas de proteção internacional. Eu não sei quem é que deu a eles esse direito e acho que a proposta é fundamentalmente ofensiva à soberania brasileira. Vejam, estamos falando dos Estados Unidos, a nação mais rica do planeta e de como as crianças norte americanas estão sendo educadas para uma visão futura de dominação e apropriação do quê, definitivamente, não lhes pertence, as delimitações geográficas de uma nação são muito claras, com a exceção de alguns países, especialmente do Oriente, que vivem em luta eterna pela definição de sua ocupação territorial. Eu não tenho mantido no Senado e nem mesmo quando era Deputado Federal, uma postura radical de preservação em detrimento da fome e do atraso em nossa região. Acho, e tenho a coragem de assumir meu posicionamento,

que o discurso da intocabilidade dos recursos naturais amazônicos pertence a um ideário anacrônico e que não nos ajuda a dar andamento a projetos que se traduzam em geração de emprego e melhorem o padrão de vida de nossa gente, sobretudo aqui no Amapá. Eu posso garantir que tenho profundo respeito pela riqueza, variedade sobretudo pela manutenção de nossa fauna e flora. Também não compactuo com a ação clandestina da biopirataria e outras versões criminosas que lesam a rica natureza com que fomos contemplados. Mas, com todo o respeito aos ambientalistas mais radicais aqui mesmo de nossa região, eu também não assimilo os rigores de uma atuação preservacionista que chega aos limites de comprometer a própria alimentação e a saúde de nossa gente. Lá em Brasília (e isso virou matéria divulgada em todo o Brasil), um velhinho foi flagrado pela polícia florestal quando raspava cascas de uma árvore, analfabeto e muito pobre, ele explicou com sua humildade singela, que não sabia que era proibido tirar cascas de árvores e, que na verdade, já o fazia há muito tempo, pois sua mulher é diabética e o chá feito com aquelas cascas ajudavam-na a sofrer menos os efeitos da doença. Não adiantou. O rigor da lei ambiental brasileira, que, muitas vezes, é plena de indulgência com crimes ambientais gravíssimos praticados por grandes empresas, fábricas e multinacionais, não teve qualquer compaixão e tolerância com o velhinho. Sem nenhum antecedente criminal, ele foi jogado numa cela por cinco dias junto com homicidas, latrocidistas e estupra-dores. Extremamente humilhado e constrangido, de lá, ele só saiu, porque a notícia chegou à imprensa e o Ministro do Meio Ambiente, o atuante Zequinha Sarney, assim que soube do caso, foi pessoalmente à delegacia providenciar a soltura do velhinho. Ainda assim, ele foi punido com a obrigatoriedade de plantar centenas de mudas que foi pego descascando. Sinceramente, com esses delírios ecológicos, eu não posso compactuar. Afinal, todo mundo fala em defender os filhotes das baleias, dos golfinhos, dos macacos, etc. E o filhote do homem? Quem defende? Quem protege? Quem grita por ele? Fica aqui a minha solidariedade com a Associação Comercial e Industrial de Roraima e mesmo minha gratidão pela confiança depositada para que eu defenda seus posicionamentos. Não resta dúvida de que essa mutilação do mapa brasileiro por países do primeiro mundo, é uma afronta e uma agressão à nossa soberania, exigindo uma manifestação do governo. No mais, temos que separar o joio do trigo, pois os recursos naturais estão aí para dar alimento, habitabilidade, conforto, saúde e até beleza ao nosso povo. Trabalhar com os conceitos

de manutenção, replantio e vigilância é uma coisa. Impedir que o povo usufrua das riquezas de sua terra, aí já passa da conta.

TRABALHO INFANTIL

Eu comentava neste prestigioso jornal, na última semana, sobre o drama do desemprego que, só em nosso país, aflige pelo menos catore milhões de brasileiros. A seqüência desses temas de cunho sociais teve início com a questão da violência. Por isso tentei, em meu último artigo, traçar um esboço sobre como todos esses desarranjos acabam entremecendo-se e convertendo-se, ora em causa, e ora em consequência.

Chamei ainda atenção para o fato de que a frieza e a objetividade das estatísticas escondem um drama ainda pior, porque no instante em que quantifica o número de desempregados, lança como que uma cortina sobre os desdobramentos desse quantitativo. Se imaginarmos que uma parcela significativa desses catorze milhões constitui-se de arrimos de família, teremos então um número cruelmente gigantesco de pessoas que se irmanam no desespero.

Mas eu finalizei o texto citando um outro aspecto desse mosaico triste: a exploração do trabalho infantil. E, desejoso de falar sobre o assunto, aproveito esta ocasião, já que o conjunto desses trabalhadores precoces reúne uma soma não menos estarrecidora e incoerente: quase oito milhões de crianças espalhadas pelos seringais, canaviais, pedreiras, minas de carvão e tantos outros segmentos que os mantêm covardemente distantes do único universo que poderia dar a esses pequenos brasileiros alguma perspectiva de futuro melhor: a escola.

As ações governamentais ainda são tímidas, mas, para fugir à regra daqueles que só apontam falhas sem reconhecer um ou outro esforço, eu cito aqui pelo menos uma iniciativa que me deixou feliz: a criação dos chamados selos sociais.

Eles nada mais são do que uma espécie de distintivo e louvor às empresas que se comprometem a não usar crianças em suas atividades. A criação do selo fez surgir uma verdadeira disputa pela simpatia do consumidor e tornou-se, assim, uma arma poderosa contra uma das mais graves distorções da sociedade brasileira: o trabalho infantil. Para as empresas distinguidas com o selo, poder exibí-lo nos produtos tornou-se quase um prêmio. O raciocínio é simples: companhias concorrentes também querem ter o direito de estampar o selo.

Dentro desse projeto, um exemplo bem sucedido é o da associação brasileira dos exportadores de

cítricos que desde 1996 não compra matéria prima de produtores que usam trabalho infantil nas plantações. Evitou-se assim que milhares de criança continuassem perdendo até as impressões digitais por causa do efeito corrosivo da colheita de laranjas.

Mas, eu sei, sempre haverá quem diga que nos recônditos do país a realidade permanece cruelmente igual. O pouco é sempre melhor do que o nada. Haverá também, quem diga que as crianças precisam trabalhar pra ajudar os pais e que o desejo deste Senador é apenas uma utopia. Que seja. Eu ainda prefiro sustentar que não é por aí que se ajuda uma família a resgatar o direito de sobreviver com um mínimo de dignidade. Esses quase oito milhões de brasileirinhos fazem falta nos bancos de escola. E num mundo globalizado como o que vivemos, a falta de escolaridade é, indiscutivelmente, o primeiro pilar da exclusão social.

CAMARADAS COMUNISTAS

Dirigia-me à fazendinha com o Dr. Carlos Lobato e esposa, quando à margem esquerda da pista avistamos um grupo de pessoas, em frente à futura sede da OAB. Carlos falou: “vamos parar um pouquinho”. Respondi: “só se for agora”!

No grupo estava o Presidente da OAB, Dr. Helder Ferreira, acompanhado de vários advogados, dentre estes, o Presidente anterior da entidade, Dr. Wagner Gomes, que fitou-me como uma jibóia. Mundiado, atraído pelo sorriso largo de quem tem ciência e respeitabilidade no meio jurídico, começamos a conversar sobre a possível cassação ou não de ACM e Arruda, assunto do momento no País. De repente ele sacou um livro de bolso, “Manifesto Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels”, oferecendo-me com uma dedicatória” ... para uma grande reflexão política”.

Ao retomar, fui à minha velha estante rever alguns livros da Coleção Primeiros Passos, escolhi “O que é socialismo”. Passei a vista rapidamente, e aprofundei-me na reflexão, recordando meus velhos tempos de estudante, e leituras que fazia, como “Utopia” de Thomas Morus e a “Teorização” de Karl Marx, dentro de uma visão científica.

A diferença entre socialismo e comunismo, para mim estava apenas a um passo.

Das sociedades feudais ao advento da Revolução Industrial, houve uma mudança radical nas relações de trabalho e capital. O mundo então dividiu-se entre Capitalistas e Comunistas.

Revoluções ocorreram pelo mundo à fora. A de 1917, na Rússia gerou um grande pólo ideológico e fi-

losófico de doutrina comunista e modelo de exportação para o mundo. O Estado russo gerenciava toda a vida da sociedade, ou seja, tudo era propriedade do governo, e o que se arrecadava, em tese, era dividido igualitariamente.

Os EUA representavam o capitalismo na sua mais ampla concepção, centrado na iniciativa privada, propriedade e, em tese, liberdade.

Essa divisão entre dois mundos, sustentada pelas duas ideologias, criou a Guerra Fria. Os dois lados defendiam ferrenhamente suas doutrinas, buscando adeptos por todo o planeta. A corrida armamentista, assim como gerou equipamentos modernos e perigosos, também ocasionou avanços científicos e tecnológicos que estão a servir os homens.

Política e economicamente, foi um estrago! A Alemanha dividiu-se com o famigerado Muro de Berlim, separando seu povo. O mesmo ocorreu no Vietnã e Coreia que dividiram seu território em Norte e Sul, cada um. Na China Mao-Tsé-Tung provocou a grande “Revolução Cultural”. Aqui na América Latina o embate ideológico também foi instalado. Disseminaram-se guerrilhas, surgindo ditaduras de esquerda e de direita.

No Brasil, Argentina, Chile, e outros países latinos contabilizaram-se desaparecidos, vítimas do embate.

Fidel Castro, em Cuba, resiste bravamente, não mais na ideologia radical, pois promoveu abertura econômica para sobrevivência do País.

Voltei a meus tempos de estudante, onde convivi com várias correntes, dentro da doutrina comunista; Trotskistas, Leninistas, Stalinistas, etc. Eu, com toda minha energia e irreverência, usava boina de Che Guevara, e fazia parte de alguns poucos gatos pingados que seguiam a linha de Bakunin.

Na hora do intervalo, no pátio da faculdade _ Ficou, sempre falava ao público, e a estudantada reunia-se para ouvir. A divisão era certa. De um lado os reacionários, combatidos pelos comunistas, donos da doutrina revolucionária, que reuniam-se em outro lado. Eu começava a falação dizendo: “Camaradas”, e o aplauso dos comunistas era imediato; tecia alguns comentários de que justiça, liberdade, fraternidade e igualdade eram o caminho que todos os homens deveriam perseguir para que pudéssemos ter uma sociedade mais justa. De repente, virava o discurso dizendo que a iniciativa privada e a propriedade, eram resultados da condição humana, e que todos deveriam estar atentos para não serem colocados no curral e ficarem sob o domínio de uma ditadura de esquerda ou de direita. Era ovacionado imediatamente pelos reaci-

onários direitistas. Finalizava dizendo que o homem deveria ser dono de si, dos Seus atos, da sua atitude e livre escolha, fazendo seu próprio caminho e construindo seu destino.

Como o chavão do meu líder Bakunin era nem pátria, nem patrão", ninguém entendia nada.

Tempos bons. A efervescência das idéias, juventude, busca de conhecimentos, me levaram a organizar passeatas, movimentos de protestos contra questões de abusos, das injustiças do cotidiano. Naquele tempo de expressão, tinha que se ter muita coragem para fazer isso.

Logo em seguida passei no vestibular da UFPA, onde andava pelo Campus Universitário, fazendo minhas pregações. O "Vadião" era o ponto de encontro.

Em outra oportunidade contarei algumas passagens deste outro tempo da minha vida estudantil.

A reflexão recomendada pelo Dr. Wagner trouxe-me um saudosismo daqueles bons tempos, onde o ideal, a ideologia norteavam nossas vidas. Não perdi aquele desejo ardente da juventude, de bem servir, ser honesto e franco, de assumir minhas responsabilidades dentro de um compromisso com o conjunto da sociedade.

Camarada Wagner, lamentavelmente, os ideais e compromissos de que falo, hoje em dia são raros. Uma parcela considerável das lideranças preocupa-se somente com dinheiro e poder, munição que usam para manipular, mentir e enganar. Sorte nossa em não sermos um deles.

EDU E CACÁ

A narrativa que se segue assemelha-se àquelas com as quais temos contato através dos livros; daqueles que a professora indica como contribuição para a formação da nossa moral, para que possamos tomar como exemplo e não nos deixarmos envolver pelas "facilidades" que sempre custam nossa paz de espírito. O caso é que não sendo a estória uma ficção nos deixa apreensivos, entristecidos e revoltados.

Edu era menino modelo, de família humilde, com poucos recursos. Muito cedo identificou-se com a religião. Era considerado muito esperto e inteligente, e logo foi promovido a coroinha da igreja do bairro; querido por todos, o menino foi crescendo sob os elogios dos vigários e a esperança de que seria um grande religioso. As expectativas sobre sua vida foram completamente frustradas quando na adolescência conheceu, no bairro onde foi criado, Cacá, filho de uma autoridade do Estado; passou a freqüentar a residência do novo amigo, envolveu-se e foi envolvido pela família; apelos juvenis,

roupas da moda, vaidades, dinheiro fácil e drogas complementavam o relacionamento de "amizade" entre Cacá e Edu.

Nosso protagonista começou a vestir-se melhor, criou novos hábitos mais caros e cada vez mais exigentes, e numa dessas vezes em que ficamos indiligentes em relação aos nossos pensamentos, deixou-se levar por tentadores apelos e facilidades capazes de corromper até os mais perseverantes no bem. Transferiu uma certa importância em dinheiro da conta corrente da mulher de Cacá para sua própria, o que passou pela cabeça do jovem tão querido, admirado por todos, que pregava no púlpito da igreja e possuía o dom da palavra, jamais poderemos descobrir ao certo; talvez caiba aqui uma reflexão sobre o pensamento do filósofo "o homem é um produto do meio" e sobre o, não menos importante, dito popular "diz-me com quem andas e te direi o que és capaz de fazer".

Sobre o delito cometido, Edu, como era de se esperar, recebeu a reprovação de todos, até de seus amigos e familiares; gestos e olhares condenaram-no. Três tentativas de suicídio, detenção, perseguição, ameaças de morte, etc. em menos de seis meses a vida de Edu mudou completamente, vivendo sem referencial.

Hoje ele é um adolescente marcado que terá que pagar pelos erros cometidos, perambulando pelas ruas da cidade a espera de um desfecho para sua trágica história. Cacá, diferentemente, foi para o Canadá em companhia da esposa respirar ares novos e esquecer certos problemas causados por um "certo" vizinho seu.

EM ALGUM LUGAR DO PASSADO...

Eu sou madrugador e tenho nas caminhadas as minhas horas de reflexão. Em uma dessas madrugadas eu andava em direção à Antena 1 e no trajeto, contemplava o majestoso rio Amazonas. Os pensamentos me levaram a um tempo muito especial da minha juventude... Tempos de tranquilos banhos no rio, de lazer juvenil, livre de medos e sobressaltos. Estava ali perdido nas minhas lembranças quando fui surpreendido pela saudação carinhosa de um taxista, amigo de muitos anos, que, reconhecendo-me, parou para me cumprimentar e perguntar por que eu estava ali, contemplando o rio. Eu expliquei que estava recordando os bons tempos em que tomava banho no Araxá, entre mururés e canaranas, que pegava peixes em baixo dos aturiazeiros...

Tendo respondido à pergunta do meu amigo, devolvi a gentileza, indagando como estavam ele e a família.

– Tudo em paz? – eu perguntei.

Ele foi taxativo na resposta, dizendo que não estava em paz pois sua esposa havia sido assaltada naquela semana. E ficou ali, falando sobre a violência na nossa cidade, dizendo que em cada dez comerciantes, pelo menos cinco já tinham sido assaltados. Também disse, que na periferia a coisa estava ainda pior, com a atuação de gangues aterrorizando as pessoas de bem.

Naturalmente os comentários daquele taxista acabaram por interromper as minhas lembranças e evidenciar a distância das minhas recordações. E mais, serviram para me fazer entender a nostalgia que tomava conta da minha alma, ao lembrar dos velhos tempos em que tínhamos paz para viver, andar, ser feliz... livres das amarras do medo de assaltos e outras formas de violência.

É verdade que o problema não é uma peculiaridade do Amapá. Lamentavelmente, a violência urbana e rural representa hoje um fator incomensurável de pânico social. Ninguém desconhece a gravidade do problema e as estatísticas estão aí para alertar a todos. Os números são tão altos que se comparam às endemias: no Brasil registra-se um número aproximado de cem mil mortes violentas por ano, cabendo lembrar que esta é a quantificação do extremo, ou seja, dos casos de morte. Os delitos envolvendo atuação de gangues que roubam, seqüestram, espancam e estupram, crescem vertiginosamente e se agregam, naturalmente, aos números da insegurança.

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça lançaram a pouco tempo uma campanha de combate a violência, pedindo a mobilização da sociedade em favor da paz. O discurso é válido, mas de pouca aplicação prática. Não falta à grande maioria do nossa gente disposição para as atitudes de paz. Tão pouco somos conhecidos como um povo de tendências belicosas e intolerantes. Resta daí, que a única mobilização que a sociedade tem feito, na verdade, cumpre um ritual de silêncio, dor e estorpecimento, porque sente-se impotente diante de tanta violência. Sabemos os números, ouvimos os conselhos das autoridades, mas desconhecemos, entre outras coisas, a existência de uma política nacional de segurança pública.

Curiosamente, ao mesmo tempo, nunca se prendeu tanto no Brasil. O crescimento da população carcerária foi de quase 35% nos últimos 5 anos. E o que poderia sugerir eficiência, revela na verdade, mais um quadro desanimador, uma vez que são simplórios os exemplos de reeducação e reintegração dos presos à sociedade. Falta tudo nos presídios: espaço, estudo, trabalho, saúde e a própria segurança. E onde falta isso naturalmente sobra o que não deve: ociosidade, venda de favores, torturas, rebeliões, trá-

fico de drogas e morte. Do lado de fora, um número impressionante de mandados de prisão expedidos, sem que o sistema possa executar. E mais: uma população amedrontada, acuada, sem saber com quem contar.

Também no meio rural o crime se faz presente, envolvendo disputas fundiárias com o plantio de maconha e, mais recentemente, até mesmo no delicado tema do policiamento das fronteiras, como por exemplo o que se vê aqui no norte do país. A Polícia Federal sabe e de resto todos sabemos, que guerrilheiros colombianos estão efetivamente invadindo pontos estratégicos da Amazônia, recrutando jovens brasileiros que poderão acabar envolvidos em guerrilhas ou com o narcotráfico. Mas por que tanta violência? Que mecanismos impulsionam e alimentam esse processo de degradação social que nos rouba a paz e a vida?

Nesse ponto da indagação diversas vertentes se abrem, e uma delas, necessariamente, avança sobre a questão do desemprego e nos obriga a refletir sobre até que ponto a falta de oportunidade de trabalho contribui para o agravamento da violência. Há poucos dias, um Deputado Federal, em favor de quem terei a delicadeza de não citar o nome, cometeu a sandice de afirmar que o desempregado acaba virando um criminoso. A afirmação é precipitada e preconceituosa porque no Amapá e em qualquer outro lugar do Brasil, milhões de pessoas vivem o drama do desemprego e nem por isso enveredam no mundo do crime. São pessoas decentes, humildes, e honestas. Menos infeliz teria sido o Parlamentar se tivesse declarado apenas que um ser humano desprovido de trabalho pode, eventualmente, ser levado ao crime ou acabar sendo, de uma forma ou de outra, por ele vitimado. A impossibilidade de garantir aos filhos o acesso a uma boa educação, ao lazer, ao esporte, acabam potencializando a violência, seja na condição de vítima ou agente da ação criminosa.

Quando meu amigo taxista revelou-me suas preocupações sobre a violência na Capital amapaense e sobretudo nos bairros periféricos, na verdade ele estava interpretando o sentimento de nossa gente e um claro apelo social: o Governo do Amapá não pode ficar inerte esperando que uma solução chegue voando pelos céus de Brasília. Projetos educativos direcionados para o esporte, arte e outras modalidades culturais, além da formação acadêmica com orientação profissional, certamente poderão garantir à nossa juventude um lenitivo, uma perspectiva de futuro. E quem sabe, essas crianças e esses jovens ainda poderão vivenciar no presente as alegrias das recordações que me vinham de algum lugar do passado...

CADÊ OS TURISTAS?

Estamos em pleno mês de janeiro. Em quase todo o país fervilham as levas de turistas que vão atrás do merecido descanso e lazer. Lamentavelmente o Estado do Amapá ainda não está inserido nos núcleos chamativos de turistas e por isso deixamos de nos beneficiar daquela que é, reconhecidamente, uma das fontes poderosas de captação de recursos, revitalização do comércio, integração sócio-cultural e geração de empregos. Essa fonte tem nome e perfil: é o turista que sai para conhecer o seu país, que deseja conhecer novas paragens, novos encantos.

Uma série de fatores contribuem para isso. Passam pela questão da ausência de estradas. Passam pelo preço absurdo das tarifas aéreas praticadas no Brasil. Passam pela deficiência de nossa rede hoteleira e de uma série de ações conjuntas que precisam ser tomadas em prol do turista. Não apenas aquele turista que tem aqui a família e vem vê-la uma vez na vida, outra na morte. Eu falo do turista potencial. Por isso eu prossigo dizendo que entre os fatores, existe ainda um outro que deve entrar na cabeça das autoridades locais, responsáveis pelo setor, como uma espécie de carapuça: a divulgação e infra-estrutura.

Ora, quem é que vende o nosso peixe? Quem é que nos exhibe ao país, revelando os atrativos que temos? Quem é que nos oferece como uma alternativa interessante e compatível com, por exemplo, o chamado turismo ecológico – um dos modismos mais badalados da atualidade? Dizem que ao surgir a “crise”, deve-se adaptar a palavra, cortando o “S”, ela vira crie. Precisamos então criar. Não são poucos os exemplos de cidades e até pequenas localidades que acabaram cativando o coração de turistas e transformando-se em pólo de visitação, ainda que ocasional. Temos um povo gentil e encantador, temos centenas de jovens prontos para serem treinados profissionalmente no ramo. Temos a exuberância de nossa natureza, motivo maior do orgulho amapaense. Mas não basta que só nós saibamos disso. É preciso tornar o produto conhecido nacionalmente, através de uma política séria de divulgação, paralela a uma capacitação real da cidade para receber esse fluxo, que naturalmente não se dará de uma hora pra outra, mas virá, desde que saiba o que pode encontrar por aqui. O que os olhos não vêem dificilmente o coração consegue desejar...

Há poucas semanas, eu falava nesta coluna sobre previsão orçamentária. E o tema de hoje, ilustra bem o valor do planejamento e do trabalho direcionado para a conquista de benefícios no futuro. A infra-estrutura para receber esse potencial turístico já é uma

prioridade nossa, pois trabalhamos nas grandes obras. A BR_156 é um dos exemplos mais recomendáveis, por tratar-se da espinha dorsal que interliga todos os municípios. Por ela haverão de circular todas as nossas riquezas, incluindo-se aí o próprio fluxo turístico. E se voltarmos nossos olhos para o exterior, o sentimento visionário fica ainda maior. O Amapá é a o portal de entrada da Amazônia. Vislumbrando nossa condição fronteiriça com a Guiana Francesa, não é delírio imaginar que os europeus, se interessassem cada vez mais, pela possibilidade de vir conhecer nossa região. Afinal, poderão via França, fazer o percurso Paris-Caiena, num custo que deverá cair de forma considerável. E vamos além, quando projetamos para Oiapoque a condição de cidade cartão postal. Para lá canalizamos através de recursos orçamentários, 6 milhões e 600 mil reais para obras de infraestrutura. Já temos recursos para a construção da ponte do Rio Oiapoque. A isso se chama preparar o município para o futuro, vocacionando-o para o segmento turístico e dando ao povo que ali habita uma perspectiva de ganhos e progressos futuros.

Ora, gente, no imenso Estado do Amazonas, já temos exemplo do que é acreditar no sonho e trabalhar por ele. Manaus recebe uma média de duzentos mil turistas/ano. O Amapá é o único Estado da Amazônia efetivamente margeado pelo esplendor do Rio Amazonas. Acho então que o que propomos não é um delírio. A realidade só se transforma quando as pessoas se dispõem a fazê-lo.

FOME, DÓI EM QUEM SENTE DÓI EM QUEM PENSA

Todo tipo de desigualdade social agride os sentimentos de uma pessoa de bem, e, de certa forma, a coloca no limite tênue da impotência e da indignação. Mas alguns desses aspectos ferem, indiscutivelmente, mais do que outros. É o caso da fome. O mapa do programa mundial de alimentos das Nações Unidas aponta para uma população de 830 milhões de famintos, ou seja, mais de 14% da população mundial.

Reparem que não são os indicativos dos que passam fome pela quantidade insuficiente de comida. Não. A estatística refere-se aos extremos da fome, aos protagonistas de cenas dantescas como a das crianças africanas disputando grãos de arroz jogados à terra. Se a essa legião de famintos fossemos somar os que têm que contentar-se com uma pequena porção diária de alimento, chegaríamos facilmente a dois bilhões de seres humanos inseridos num processo de degredo. A grande maioria dessa legião de desnutri-

dos está na Ásia e na África, o que não deixa de fora os demais Continentes e Países. E o Brasil está na estatística e figura de forma vergonhosa, porque se há pouco mais de dez anos a taxa brasileira de mortalidade infantil era de 47,8 mortes para cada mil crianças, hoje essa porcentagem ainda está na casa de 36,1, quando já era de se esperar um avanço muito, muito maior. Alagoas, Paraíba e Pernambuco continuam liderando o ranking desse infanticídio, resultado da falta de políticas adequadas de nutrição, inclusive das mães.

Sim, porque se milhares de crianças brasileiras ainda nascem abaixo do peso normal, está mais do que indicado um problema sério de falta de assistência à condição materna. Ainda está bem viva em nossa memória, o drama dos 102 recém-nascidos mortos na casa da mulher mãe Luzia no último trimestre de 2000. Muita gente optou por atirar pedras responsabilizando a entidade e condenando a postura da associação de pediatria do Amapá. Obviamente que não estavam errados, pois a responsabilidade objetiva do estado, em relação à saúde, não pode e nem deve ser desculpada.

Não devemos esquecer que políticas equivocadas, como a de incentivo a partos "caseiros", aliás, implementada no Estado do Amapá com bastante agressividade, não só de mídia, mas de apologia, podem ter concorrido significativamente com o agravamento do quadro.

Eu mesmo vivi uma situação, que me parece bastante exemplificativa. Estava indo para o município de Calçoene, e no Km 23 da BR_156, havia uma ambulância do Município de Serra do Navio, atravessada no caminho. Nos deparamos com a seguinte situação: dentro da ambulância, uma moça de uns vinte e poucos anos, grávida, gemia de dor. A enfermeira, ao lado, pedia auxílio para socorrer o parto impossível, já que ela mesma afirmou que a criança estava atravessada na barriga. E nos explicou que o médico estava ausente do município, mas que a parturiente estava sendo atendida por uma parteira, e só ocorreu problema porque o bebê estava atravessado. Fizemos contato com o corpo de bombeiro, para prestar o devido socorro.

O programa de resgate da maneira antiga e arcaica de se efetuar partos, muitas vezes foi comparado ao existente no Canadá. Mera demagogia. No Canadá, existem até helicópteros para atendimento às parturientes sob risco.

Mas no Amapá é assim, "coisas e saúde de primeiro mundo". Olvidam que a grande maioria desses óbitos neonatais são consequência direta das péssi-

mas condições de vida, de subdesenvolvimento, de um pré-natal mal feito, de responsabilidade do Estado, que mesmo querendo culpar o Município, jamais poderá fugir de sua própria responsabilidade.

Esperamos sinceramente que esta situação se altere, pois este quadro está passando da hora de ser mudado, porque aquilo que nunca se começa, jamais termina.

ATÉ POR LÁ ADELINO

Semana passada recebi em nosso gabinete a visita do Deputado Murilo Pinheiro, atual Diretor do IBAMA/AP. Conversa vai, conversa vem, tratamos dos assuntos políticos e das ações administrativas, e, nos finais, ele disse: "sabias que o Adelino Gurjão morreu?". Surpreso, exclamei: "Mas como?!" Respondeu ele: "Eu li a notícia no jornal, quando vinha para Brasília". Resolvi ligar para Macapá tentando confirmar a notícia. Do outro lado da linha a morte foi confirmada. Imediatamente comecei, mentalmente, a viajar até Tartarugalzinho. De tantas idas e vindas pela BR-156, de jipe, moto, a pé, de avião, ônibus, caminhão. As minhas paradas pelo município de Tartarugalzinho eram obrigatórias; primeiro, o hotel do Mineiro; e em seguida, a casa do Adelino.

No meio político, todos sabem que Adelino e Mineiro (Altamir Rezende) sempre foram adversários, revezando-se no poder. Tive a oportunidade de participar de uma das disputas ao lado de Adelino. À época, o Iraçu Collares, Prefeito nomeado pelo então Governador Jorge Nova da Costa, apoiava Mineiro. Eu, como sempre, nas trincheiras da oposição. Acampeei na casa de Adelino, para produzir um filme sobre sua vida, e elaborar propostas para aquele pleito. Lembro-me de uma cena onde lavava minhas roupas às margens do rio que passa em frente à casa de Adelino. Ele estava sentado no alpendre, com seu tradicional chapéu na cabeça, me observando, quando gritou: "Gilvam, o almoço está quase pronto, não demora!" Logo em seguida conclui a empreitada, afinal eram apenas três peças: uma calça jeans, uma camisa e uma bermuda. Estendi a roupa sobre o estrado do trapiche e segui para a cozinha. Sentamos em volta da mesa e sobre ela uma cuia de farinha, um litro de tucupi, uma vasilha de arroz, um prato com sal, pimenta e limão. O prato principal estava na panela de pressão; a despressurização, com seu barulho característico, foi tomando o ambiente por um cheiro mágico, que fez a gente encher a boca d'água. Logo após o cozimento, a concha entrou na panela de pressão e começou a fazer o transbordo para a travessa que estava no centro da mesa. Eu falei: "Adelino, este pernil 'a La Rose' deve estar uma delícia. Qual o tempero?" Adelino

sorriu e disse. “Sal, pimenta de cheiro, alho e pimenta cominho”. Durante minhas caminhadas nunca tinha comido prato tão saboroso.

Nas nossas conversas aprendi a conhecer o Adelino, suas aspirações e seu jeito franco de tratar as coisas da vida. Fazendeiro da região, cabloco de boa cepa, foi valente, determinado. Histórias verídicas dão conta de que, em um certo momento de sua vida, houve um entrevero com o Sr. Alô. Não chegando a bons termos, sacou de seu 38 e deu um tiro na boca do valente, que por sorte sobreviveu.

Era bom de laço e montava como ninguém. Quando empunhava um rifle, não errava o alvo. Os cablocos da região dizem que só acertava na “cabeça”.

Na política enfrentou um adversário à altura, o Mineiro. Ganhou algumas e perdeu outras, o tiro da fatalidade acertou seu coração e Adelino já não está em nosso meio.

O Mineiro, lá no fundinho de seu coração deve ter ficado triste, pois sabe que levará bastante tempo para encontrar um adversário como Adelino.

Acredito que no mínimo por doze anos Mineiro vai liderar a política de Tartarugalzinho. Hoje tem o irmão Prefeito, e prepara um jovem estudante de Direito, muito carismático, que promete ser um bom líder, afinal, filho de tucunaré, traíra não é.

Amigo Adelino, até por lá! Brevemente estaremos reunidos, eu você e o Mineiro. Pode parecer difícil no presente, mas no futuro não teremos dificuldades, pois nossa visão se alargará e compreenderemos melhor a vida e suas nuances, pois os contrários é que movem a vida, e todos os rios desembocam no mar.

O QUE ESPERAR DO INÍCIO DE UM ANO LEGISLATIVO

O Congresso Nacional está convocado extraordinariamente pelo Presidente da República para apreciar a reedição de várias Medidas Provisórias. Tal medida, a Convocação Extraordinária, está embasada na Constituição Federal. Ocorre que uma parcela significativa da imprensa insiste em passar ao país de forma extremamente negativa a atividade legislativa extraordinária, sem apontar entretanto, que o congressista cumpre, tão somente, o chamamento que lhe é feito para deliberar sobre matérias específicas.

Este ano, outro evento não menos importante, e que está movimentando o parlamento, é a escolha dos novos nomes que comporão as Mesa Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, as quais, por dois anos, conduzirão os trabalhos em ambas as Casas. O embate de forças é inevitável, pois os candi-

datos são fortes e de grande ascendência, dividindo simpatias e preferências

Mas o início de um ano legislativo não enseja apenas a designação de novos líderes. Na verdade, como todo início preconiza uma série de mudanças, revive-mos aquela história do livro em branco, que se deseja escrito de forma diferente, sem máculas, sem a repetição de erros. Para este ano poderemos ter o prosseguimento das tão esperadas reformas que ajustarão o país às novas exigências de um mundo globalizado.

Todos sabem que a corrupção, o déficit público, a má implementação de políticas de desenvolvimento nos setores importantes da economia, são reflexo de um Estado desorganizado, descomprometido com as causas que mais diretamente afetam a vida do cidadão: um Estado injusto.

A exemplo da reforma administrativa que já vem qualificando o gerenciamento dos setores públicos, este ano poderemos ter a mais importante de todas: a reforma política. Até então, o que se observa é que os líderes credenciados pelo voto e que tomam as decisões nas esferas municipal, estadual e federal, nos poderes executivo e legislativo, vêm de eleições viciadas, onde as propostas dos partidos que representam não se revelam suficientemente claras, não sugerem um efetivo comprometimento com o eleitorado.

Basta ver a fleuma com que alguns políticos mudam de partido, obedecendo tão somente aos comandos de suas conveniências individuais. Eles dificultam a focalização e a identificação de suas ações e de seus princípios perante a opinião pública.

Ora, a nossa autoridade emana do voto e os líderes eleitos vêm de uma agremiação partidária sobre a qual repousam e sedimentam-se a doutrina e as propostas que a originaram. Do jeito que está, não pode ficar. Essa quantidade absurda de partidos de aluguel só serve para o jogo sujo da barganha de espaço e tempo na mídia e das composições de conveniência, que não obedecem a um ideário político, naquilo que ele guarda de mais puro: a bandeira que levanta, a legitimidade de suas convicções.

Possivelmente ainda este ano trataremos também de outro ponto vital, que é a reforma tributária, sem a qual o povo brasileiro permanecerá sob o jugo de uma das mais pesadas cargas do mundo, numa burocracia que só serve aos mais espertos na exata medida em que sangra o trabalhador honesto, o cidadão cumpridor do seu dever. Mas isso é assunto que fica pra outro dia.

Por hora, só me permito finalizar, lembrando a necessidade premente da reforma política. Afinal, é

preciso não perder de vista que o mandato deve ser do partido. E o partido deve ser do povo.

LEITO DA INTRIGA

A rede de intriga e difamações chega ao extremo! Maquiavel, em sua obra, diz que os meios justificam os fins, ou seja, tudo é válido para alcançar um objetivo, principalmente na "arena do poder", onde a guerra é de morte.

O Tribunal de Contas do Estado tornou-se centro de disputa e ódio deflagrado pelo Setentrião. MDC, eminência parda, que foi devidamente premiado com a indicação de Conselheiro, comandou a desestabilização do grupo que estava à frente do Tribunal de Contas. Afinal, o mar de lama, licitações viciadas, aprovação de contas irregulares do executivo, passam por lá. Estrategicamente o TCE, por uma questão de sobrevivência política deveria ser tomado pelo grupo governista. Aí vem os métodos sujos e asquerosos utilizados para difamar, enfraquecer, criar situações irreais, desestabilizar moralmente aqueles que se opõem ao projeto do Setentrião.

Margarete Salomão recebeu a pecha de rainha do narcotráfico, e, agora, o Conselheiro Regildo Salomão vê-se envolvido em uma trama diabólica como suposto mandante de um crime. Sua família não foi poupada. Tudo isso estampado no jornal "chapa branca" Folha do Amapá.

Fiquei estarecido diante do método desesperador dos asseclas do governador, pois nos dias 15 e 16 de janeiro, o Conselheiro Regildo Salomão estava em Brasília, onde participou de duas audiências, uma delas com o Ministro do Supremo Carlos Veloso.

Enquanto isso, a trama em Macapá já estava em curso. A manchete do comprometido jornal, estampava o Conselheiro. Autoridades policiais deram entrevistas, orquestradamente, sem que as investigações fornecessem dados para incriminar o Conselheiro Regildo Salomão. O estrago estava feito.

Lamento quando duas mulheres, mãe e filha, são expostas, irresponsavelmente com o objetivo único de atingir a vítima principal da trama. Compreendemos que o jogo do poder e pelo poder tem suas táticas e métodos, mas desse jeito é algo, ultrajante, realmente inadmissível.

TEMPOS DE VIOLÊNCIA

Experimente desprender-se da sua realidade atual e imaginar-se num cenário de milhões e milhões de anos passados, com o homem erguendo-se no lento processo evolutivo. Tente imaginar a espécie humana ainda no seu processo de formação de grupos

e enfrentando-se na disputa por territórios, por alimentos, acasalamento – no próprio cio da terra. Na frenética disputa pela vida, eles embatiam-se fisicamente, para se sobreporem aos demais. Fazendo cultura através da fala e da escrita, o homem foi definindo sua própria história. Essa consciência da trajetória humana, da evolução das espécies, é necessária para compreendermos a violência física, psicológica, que no presente a todos assombra e assusta, num contexto que mescla o discernimento, a percepção de sentimentos, a inveja, a paixão, o amor, a liberdade, nuances que permeiam a natureza humana.

Semana passada, participei do programa J. Nei, "Sua Excelência o Domingo", e lá o assunto era a celebração dos 243 anos de nossa cidade. Num saudável devaneio, falávamos sobre bons tempos: tempos de janelas abertas, com o vento embalando nossas redes, um tempo de ausência de medos e sobressaltos.

De repente, adentrou no estúdio da Antena 1, o Bolero, figura emblemática, conhecida na cidade pelas informações que detém, sobretudo dos últimos 40 anos. Pois bem, ali estava o Bolero, com sua paixão declarada no uso tradicional da camisa do flamengo e do inseparável pingente com o escudo do time carioca. Nossos olhares se cruzaram e entendemos, simultaneamente, que ele desejava falar-me e eu, ouvi-lo. Bolero sacou então do bolso da calça um papel que estendeu prontamente em minha direção, dizendo:

"Gilvam! que Saudade da Guarda Territorial!"

Eu intui o significado daquele saudosismo, mas o próprio Bolero completou sua saudação: "*Senador Gilvam, dá uma olhadinha nisso...*". era um levantamento das ocorrências policiais dos últimos três meses no Amapá, com dados dos órgãos oficiais de segurança pública: 105 assaltos a mão armada, 257 furtos, 59 homicídios e 9 assaltos em ônibus. Atônito eu pensei, nem sei se em voz alta, que estamos perdendo o controle sobre a situação. Os números me acaunharam e eu fiquei ali, numa avaliação solitária e silenciosa sobre o processo da violência, imaginando-a como um efeito dominó, onde causas e consequências se misturam.

As estatísticas mundiais registram que persistem no planeta sete guerras mundiais por motivações étnicas, religiosas, disputa de territórios. Estaríamos então fora da estatística, e no entanto, paradoxalmente, nos apresentamos diante do mundo com números absurdos, crescentes, que revelam a face cruel de um país que está sendo derrotado pela violência. Essa vi-

olência com a qual convivemos no dia-a-dia, de palmo em cima, e que segundo uma corrente de entendimento é oriunda da pobreza, da falta de emprego e de oportunidades iguais para todos. São aspectos que não podem deixar de ser considerados. Mas existem também os pensamentos contrários, que lucidamente mostram que a grande maioria da nação brasileira é formada de gente pobre, de gente simples, porém honesta e trabalhadora. E mais, que a violência, na sua iniciativa, parte igualmente de camadas sociais mais abastadas, inclusive (e de forma especial) a violência praticada contra a mulher, que, decididamente, não escolhe núcleo social para erguer-se.

Pensei também nos estudos que atribuem a violência aos meios de comunicação, que fazem verdadeira apologia às condutas grosseiras, hostis, brutais, e, por fim, na violência que nasce na degeneração dos sentimentos humanos, no umbral dos desvios de comportamento, na parte sombria dos desequilíbrios emocionais que martirizam crianças, mulheres, pessoas inocentes de um modo geral.

Então, ocorreu-me pensar, por fim, que o saudosismo do *Bolero*, ali na minha frente com sua paixão rubro-negra, traduzia as matizes de uma sociedade assustada. Uma gente que recorda o passado para tentar iluminar as desesperanças do presente. Mas tudo isso não me impede de sustentar que pelo menos aqui, no nosso Estado, é possível reverter esse quadro. Impérios econômicos como os Estados Unidos também estão às voltas com questões semelhantes e, de todos os lados, surgem idéias inspiradas, programas de combate à violência, em modelos que evidentemente podem ser adaptados à nossa realidade, ao nosso contexto. É preciso vontade política, determinação, querer fazer.

Aceitar que aqueles números são decorrência normal de um mundo globalizado, que maximiza os ganhos, os lucros, na exata proporção em que minimiza os sentimentos, já é uma violência. E eu sei dali e tudo em mim, alma e coração, gestos e pensamentos, diziam: sim! se a gente quiser, é possível fazer esta cidade, este país e, quiçá, este mundo melhor!

VALE DO JARI

No dia 25 de maio de 1967 chega o sonho que busca materializar-se no ideal de um homem, em implantar um mega-projeto no coração da selva. Daniel Keith Ludwig, milionário americano, dono de 68 petroleiros e outros empreendimentos, aporta em Monte Dourado, trazendo consigo uma força de trabalho impressionante. De imediato chamou logo a atenção de todo o Brasil, especialmente da dita "esquerda", que o

rotulou como representante do Tio Sam e do capital internacional a serviço da CIA. Esta era a visão dos marxistas, leninistas, trostkistas, e outros "istas da vida".

No auge da guerra fria o mundo dividia-se entre os capitalistas, amantes da iniciativa privada, e os de mentalidade estatizantes. O velho americano virou o demônio que precisava ser exorcizado.

Com ele surgiram cidades como Beiradão, às margens do rio Jari, e Beiradiriho, hoje município de Vitória do Jari. A região povoou-se com amazônidas de todas as partes, e pessoas de todo o Brasil, formando um caldeirão cultural no Vale do Jari.

Numa grande frente de trabalho, homens e máquinas confundiam-se, e o sul do Estado tornou-se a esperança de dias melhores, do emprego que não existia e do pão que faltava à mesa.

No último dia 10 do corrente mês, estive em Monte Dourado, participando da inauguração da primeira Rádio Comunitária do Estado do Pará, fronteira com o Amapá. No aeroporto, eu e vários parlamentares amapaenses, que faziam parte da comitiva, fomos recepcionados pelo Dr. Cristovão Lins e Dr. Rubens Francisco Tocci.

Inaugurada a rádio, fizemos uma visita à fábrica, e no trajeto relembramos as dificuldades que culminaram com o movimento SOS Jari. Estávamos lá, naquela frente, lutando pela manutenção do emprego de milhares de famílias da região.

Percebi pelas conversas mantidas com o Dr. Rubens, ponta de lança do Grupo Orsa, representante da reorganização econômica do vale do Jari, que as providências estratégicas, como a construção da hidrelétrica, coração do desenvolvimento e minimizadora de custos, que suprirá também demanda do Estado do Amapá, estavam asseguradas. Comungamos dos mesmos ideais para garantia da perenidade do projeto: construção da hidrelétrica, já em curso; pavimentação asfáltica da estrada Laranjal do Jari – Macapá, início da BR 156; linha sul, que suplementará deficiência energética no Estado do Amapá, a médio prazo, e a ponte sobre o Rio Jari, cujos recursos encontram-se alocados no orçamento da União, como resultado de uma exaustiva ação do Presidente Sarney, minha e da Bancada, junto aos Ministérios, em Brasília.

O Dr. José Cláudio Sardinha coordena todo o processo de planejamento e execução. Observei nele algumas características importantes: humildade, inteligência e empreendedorismo. Fiquei feliz, pois a equipe que lidera o Grupo Orsa foi escolhida a dedo.

Este excelente time tem um líder: Dr. Sérgio Antônio Garcia Amoroso, que é um brasileiro com visão globalizada e de sucesso reconhecido.

Os resultados em curso, são as provas de que o Grupo Orsa não é só esperança, é a realidade configurada

na competência de quem pode e sabe fazer. Enfim, estamos prestes a terminar com trinta anos sonhando com a hidrelétrica, pois sua construção já tem data marcada.

Na travessia do Rio Jari, vi a saga de um povo valente e corajoso. Incêndios, enchentes, doenças tropicais, e lá ele está, firme, imponente, disposto a enfrentar as intempéries. Nessa última enchente, a esposa do Dr. Rubens, Sra. Nancy Tocci, à frente da Fundação Orsa, foi ao comércio comprar algumas luvas, e nos locais onde chegava, por menor que fosse a loja, o comerciante se dispunha a contribuir. Gente solidária, que merece ter um futuro para si e para as gerações futuras.

AÇAI x ACARAJÉ

A sucessão da Mesa do Senado levou o PMDB a articular-se sob a custódia daqueles que reúnem forças para desbancar o PFL, representado por Antônio Carlos de Magalhães, que tem se mantido nas últimas décadas como o equilibrista do poder.

O presidente Fernando Henrique foi muitas vezes destratado; o então Presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer, foi enxovalhado com expressões como: "cara de mordomo de filme de terror", que demonstravam o desdém de quem jamais poderia imaginar-se derrotado.

Na luta por espaços, enfrentou Jader Barbalho, impondo veto à sua candidatura à Presidência do Senado. Em certos momentos, com o dedo em riste dizia:

"jamais serás Presidente do Senado".

Nas reuniões com seus aliados baianos, notícias chegavam dando conta de que impunha respeito à força, e que as chibatadas, através das palavras não tinham limites, ou melhor, não existia amigo que não pudesse levar um ralho.

Recentemente, um de seus aliados mais próximos, de longa data, Benito Gama, que aliás foi padrinho do casamento de sua neta, assinou filiação no PMDB.

Líderes de renome nacional, como Marco Maciel e Jorge Bornhausen, tiveram suas dificuldades e levaram alguns puxões de orelha do rei do acarajé.

Alguma coisa estranha estava acontecendo. Cá com meus botões, penso que o equilíbrio do grande líder estava em seu filho Luis Eduardo, único com ascendência sobre ACM, ponderando nos momentos cruciais, onde uma palavra mal colocada ou um movimento impensado pode trazer consequências drásticas, como de fato ocorreu.

Citar os defeitos ou avaliar deficiências é muito fácil, porém não podemos deixar de creditar à ACM, características especiais como coragem, determinação, palavra segura nos entendimentos e conchavos políticos.

Jader enfrentou e combateu com firmeza a grande guerra na mídia nacional, onde todos os instrumentos foram utilizados.

No final da votação o rei do acarajé anuncia, altamente contrariado, a vitória do açaí.

O PMDB com Jader Barbalho inicia uma nova fase de reaglutinação e disciplina partidária, relembrando o PMDB dos bons tempos de Ulysses Guimarães.

Os canhões rufaram em frente ao Congresso Nacional, e Jader percorreu o tapete vermelho, ladeado pelos Dragões da Independência. Saudou e foi saudado no plenário da Câmara pelas mais altas autoridades da República. Abraçou Aécio Neves, novo Presidente da Câmara, confirmando a consumação de uma aliança política vitoriosa.

Senti-me muito feliz pois, pela segunda vez, em 175 anos da história brasileira, um líder amazônida, representante do Pará, assume a Presidência do Senado Federal.

SOMOS TODOS IGUAIS?

As pesquisas anunciadas pela empresa americana de biotecnologia Celera e pelo consórcio público internacional projeto genoma humano revelaram dados que surpreenderam não apenas a comunidade científica, mas também pessoas comuns, como eu, como você, que de forma mais acentuada nos deslumbramos com os avanços desses estudos.

Na curiosa leitura do material divulgado pela imprensa, chama atenção a proximidade que os seres humanos guardam das outras espécies animais, mesmo aquelas consideradas insignificantes como as moscas. Teria o ser humano apenas cerca do dobro de genes que os vermes, por exemplo. Por extensão, a pesquisa também surpreendeu muita gente, ao demonstrar que não existe base genética para o conceito de raça – o que deitaria por terra alguns conceitos eugênicos, muitos deles eivados de preconceitos,

em nome das exigências para o melhoramento da raça humana. Com esse parâmetro, ninguém é superior a ninguém, por ser branco ou preto, alto ou baixo, ter nascido nesta ou naquela localidade, o que nos faz assimilar com mais clareza, um dos mais belos princípios dos ensinamentos divinos: a humildade.

Mas, a pré-disposição humana para a igualdade infelizmente é enfraquecida pelas condições reais de vida a que estão submetidas, numero incomensurável de pessoas no mundo e, em particular, no Brasil. A miséria, as adversidades ambientais aliadas ao descaso das autoridades públicas, resultam num somatório infeliz de seres humanos a quem são negadas condições mínimas de cidadania. Eu lia esta semana a reportagem publicada no jornal O Globo apontando o ressurgimento de antigas mazelas na região norte brasileira, como a hanseníase, cólera, a tuberculose e a malária.

O autor do texto tentou manter-se nos limites do jornalismo informativo, mas não conseguiu impedir a comoção, ao narrar a triste rotina de crianças pobres das cidades mais interioranas da região amazônica, que ainda travam uma luta desigual contra doenças. Doenças que, em pleno século vinte e um, já deveriam ter desaparecido das estatísticas oficiais do país. Trata-se, na verdade, de dramas que se perpetuam, desafiando o sistema de saúde pública do Brasil, e, mais que isso, desafiando nossa própria consciência. É um quadro tão vergonhoso, que já nos coloca, no caso por exemplo da hanseníase, em segundo lugar na escala mundial, com pelo menos 40 mil novos doentes a cada ano.

A degradação ambiental, a migração de pessoas pobres em busca de sobrevivência, a falta de urbanização, falhas na vigilância epidemiológica, a desinformação nas questões de higiene, a insuficiência das medidas preventivas, tudo isso junto, traça um perfil cruel que constrange e maltrata profundamente o nosso povo. Há poucos dias eu falava que o Brasil cumpria seu fadário ao fechar o século dezenove perseguido pelo mosquito da febre amarela e o século vinte pelo mosquito da dengue - doenças que chegaram a ser erradicadas em vários países do continente americano. Mas a mosquitada está toda aí, de volta. Dos cerca de cinco mil municípios brasileiros, o mosquito da febre amarela está presente em três mil e seiscentos, acenando com uma verdade que não gostaríamos de admitir: estamos perdendo a guerra.

Mas, eu iniciei esse desabafo comentando as recentes revelações do projeto genoma. E, ao tomar conhecimento dos dados divulgados que negam base genética para os conceitos de raça, pergunta-

va-me, onde residiria, enfim, a tão propalada superioridade humana. Pode ser um devaneio, mas este Senador, vai permitir-se um palpite: talvez pudesse ser na capacidade de, pelo menos, não ficarmos indiferentes, ao grito de socorro dos mais desassistidos.

A DÉCADA PERDIDA

O PMDB levou ao ar no último mês de abril seu programa dentro do horário eleitoral gratuito. A repercussão foi surpreendente, confirmando os sinais de que, aos poucos, a população do Amapá vai se dando conta do grande engodo que representa a administração do Governador João Capiberibe. Passo a passo, foram desmontadas no programa as farsas de um governo que imprimiu ao nosso Estado uma condição indesejável: seis anos jogados fora. Seis anos que valem por uma década _ uma década perdida pelo desperdício de recursos, pela má condução de projetos, pela inoperância diante de providências vitais para o desenvolvimento do Amapá.

As evidências do despreparo do governador são claras e se revelam em dados oficiais, como os apresentados em pesquisa recente do IBGE que comprou os indicadores sociais das cinco regiões e entre os estados também. E lá está o Amapá, elencado vergonhosamente dentro dos piores resultados. Não fomos para frente. Não avançamos. Os números dizem por si: 70% de nossa população é composta de pobres e miseráveis. No saneamento básico também somos insuperáveis: o Amapá é o Estado mais desprovido desse mecanismo essencial para as ações de saúde. Sem redes estruturadas de água e esgoto realimentamos as cadeias epidemiológicas, perpetuando doenças, inflando as filas do nosso precaríssimo sistema hospitalar.

O desemprego também infelicitava nossa população, tirando dos jovens qualquer perspectiva de progresso e dos adultos qualquer esperança de melhorar o padrão de vida. A exuberância de nossa floresta, a beleza caudalosa de nossos rios, o exotismo de nossa culinária, a riqueza de nossas culturas e tradições, a simpatia e hospitalidade de nossa gente passam despercebidos pelas autoridades que não tiveram competência para converter tudo isso em favor do desenvolvimento turístico. Podia ser diferente, mas não é. Faltam estradas, falta saneamento, falta uma boa rede hoteleira, falta infra-estrutura, falta competência do governo para gerir aquelas potencialidades. E assim, junto com o esgoto que corre a céu aberto por toda parte, escoam também nossas chances de incentivar o turismo (fonte reconhecida de progresso econômico e cultural). Nossa zona de livre comércio

está abandonada. Sem outra opção, os lojistas fecham suas portas, desempregando mais gente, penalizando ainda mais a parca economia local. A perspectiva de parcerias comerciais com o Caribe, Antilhas, Guiana Francesa e até com os Estados Unidos graças à nossa posição geográfica privilegiada revela-se cada vez mais Nunca o Amapá perdeu tanto. Foi isso que o PMDB mostrou no horário político.

E o descompasso do progresso gera outras anomalias sociais, como a violência que assusta a população de bem, roubando a paz dos inocentes, precipitando o ingresso de tantos jovens no submundo do crime e da marginalidade. Crescem os bolsões de miséria na exata proporção em que proliferam as denúncias de corrupção e desmando da atual administração.

O Governador Capiberibe foi eleito de forma democrática, passou pelo crivo das urnas, e tem, naturalmente, seus aliados e defensores. Aliás, nada é mais decepcionante do que a frustração do voto, a confirmação de que aquela pessoa em quem você apostou todas as fichas ficou longe de corresponder às expectativas. Só que não há como tapar o sol com a peneira. A administração de Capiberibe empobreceu o Estado, esmoreceu esperanças, revelou-se desastrosa do ponto de vista econômico e social.

O PMDB revelou apenas alguns aspectos dessa atuação nefasta e cumpre seu dever de alertar, de propor soluções, de pedir mudanças. Afinal, o pior cego é aquele que não quer ver.

O ENGRAXATE E O MILIONÁRIO

De muito longe vem essa história verídica que fez tantas outras.

O garoto adolescente morava em Santa Lúcia, uma Ilha no mar das Antilhas, ex-colônia inglesa. Aos 14 anos levou uma reprimenda da mãe, daquelas caprichadas. Aborrecido e desencantado, tomou uma atitude que mudou sua vida para sempre. Começou nesse dia a construir seu próprio destino. Escondeu-se no porto da cidade, esperou a oportunidade, e, na madrugada do dia seguinte, entrou sorrateiramente em um navio mercante. Após três dias de fome, o navio já encontrava-se em alto mar, e o garoto em meio a carga no porão, já debilitado, teve que mostrar a cara, para surpresa de toda a tripulação, que sem saber o que fazer, tocou a viagem. O Comandante do navio, em conversa com o garoto, disse que não podia ficar com tamanha responsabilidade, e que no primei-

ro porto ele teria que desembarcar e ganhar estrada. Imagine que o porto era o de Belém.

Assim aconteceu, sem falar uma palavra em português, Piton perambulava pela feira do Ver-o-Peso. No Porto do Sal repetiu a dose, escondendo-se em uma canoa à vela, foi parar no Amapá.

No Amapá, tornou-se um pioneiro. Participou da Construção do Macapá Hotel e de muitas outras obras, constituiu também sua família. Dentre seus quatro filhos, um tornou-se engraxate, fazendo ponto no Macapá Hotel, e neste local começou a relacionar-se com um filantropo milionário italiano, Marcelo Cândia, que desenvolvia o projeto da construção do Hospital São Camilo.

Todos os dias, ao chegar da obra, Marcelo Cândia tirava as botas e carinhosamente dava uma cacholeta no garoto, que já estava com a escova e a flanela nas mãos. O engraxate era muito simpático, esperto e falante, tinha uma química própria que dava um brilho especial driblando a concorrência; e assim a amizade floresceu, e ela foi muito importante para a formação do caráter do engraxate.

Um certo dia, Marcelo Cândia, que tinha o caçoete de morder a língua, perguntou ao amigo o que ele fazia com o seu dinheiro, e veio a resposta: – dou um pouquinho para minha mãe, e o resto gasto tudo; foi quando, o velho milionário disse: – a partir de hoje, você vai assumir um compromisso comigo, pois isso significará a garantia do seu futuro. Tudo o que você ganhar, seja qual for o trabalho que fizer, você guardará 25%, faça sol ou faça chuva. E assim o menino fez.

Com uns 13 anos, foi trabalhar como ajudante de mecânico. Passaram-se os anos, e um certo dia o dono da oficina com problemas pessoais disse: vou vender a oficina! Então o ex-engraxate virou-se para o patrão e falou: – eu compro! Assustado, o patrão retrucou: – que enxerimento é esse? De onde tu vás tirar dinheiro? Deixa comigo, ele respondeu.

O ex-engraxate, foi buscar cinco latas de leite ninho, onde, durante anos, guardava suas economias, conforme orientação do seu amigo milionário Marcelo Cândia. Pediu a seu pai, o velho Piton, o restante que faltava. O negócio foi feito e a oficina passou a ser conhecida como “Oficina do Jefri”.

Crente fervoroso, cantor e compositor, com participação ativa nas atividades de evangelização da Assembléia de Deus, Jefri Hippolyte tomou-se amigo do saudoso Pastor Otoniel que o convidou para ser candidato a Deputado Estadual. Eleito, cumpriu seu mandato com dignidade e compromisso com os princípios que aprendeu na sua vida de luta.

O velho Piton, hoje com 86 anos, continua o mesmo aventureiro, lógico que sem poder se enfiar novamente em porões de navios, vida à fora.

Dia 5 de setembro, Jefri realizará um sonho que acalantou durante quase dez anos, inaugurando a Rádio

RBN.

A influência das confabulações com seu amigo milionário Marcelo Cândia, que foi um exemplo de ser humano em todos os sentidos, tem norteado os caminhos do ex-engraxate.

ABISMOS SOCIAIS

Contam que dois eleitores trocavam idéias sobre a atuação dos governantes. O primeiro, fazendo referência a uma administração passada, lembrava com orgulho os feitos obtidos, o amigo rebateu os elogios, dizendo-me...

Desculpe, mas seu Presidente deixou o país à beira do abismo.

– E ...e o seu deu um passo à frente!

Comparações à parte, a verdade irrefutável é que as estatísticas continuam evidenciando os abismos sociais do Brasil. Entramos num novo milênio mas as desigualdades econômicas ainda envergornham qualquer pessoa que tenha um mínimo de sensibilidade e preocupação com os destinos da pátria e de seu povo.

Esta semana foi lançada a Síntese dos Indicadores Sociais da década de 90, um trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E é o próprio presidente do IBGE, Sergio Besserman, quem define: nos quinhentos anos de história, nosso traço é a desigualdade.

Está certo o economista. Por trás da frieza dos números, revela-se uma verdade constrangedora e palpitante, que evidencia os mecanismos de perpetuação das desigualdades socioeconômicas de nosso país.

De acordo com o IBGE, encerrada a década de 90, o Brasil ainda é o palco de enormes diferenças no tratamento de ricos e pobres, negros e brancos, homens e mulheres e habitantes de nossas cinco regiões.

E, antes que me chamem de pessimista e anunciem que o Brasil avançou em alguns aspectos sociais, deixem-me lembrar que mesmo nessa melhora, mesmo nas subidas de patamar, ainda se vê o traço cruel da desigualdade. Vejamos alguns aspectos: um dos indicadores onde o Brasil mais avançou foi na mortalidade infantil. É verdade que em todo o país

este indicador caiu em torno de 20%, mas o flagrante da disparidade se revela no comparativo das regiões. A Organização das Nações Unidas estipulou para o ano 2000 a aceitação máxima de uma taxa de 33 crianças menores de um ano para cada mil nascidas vivas. Na contagem geral estamos na faixa dos 34,6 por mil – portanto próximos do que foi estabelecido pela ONU. Só que no Nordeste o índice é de 53/1000 chegando a 66/1000 em Alagoas, que apresenta a maior taxa de mortalidade entre os estados.

Na educação também avançamos um pouco, sobretudo no combate ao analfabetismo. Em 1992 quando a pesquisa foi iniciada, os analfabetos somavam 17,2% da população. Hoje somam 13,3, o que representa quinze milhões de brasileiros que não sabem ler nem escrever. E tome disparidade regional! Enquanto no Sul e Sudeste o índice é 7,8%, no Nordeste é de 26,6% de analfabetos.

E se você continuar analisando comigo os números do abismo social, podemos chegar por exemplo, a outros dados de fazer qualquer um corar de vergonha. É o caso do saneamento básico. Parece mentira, mas este fator fundamental para a saúde pública, continua recebendo do governo o mais absoluto descaso, por isso é artigo de luxo em determinadas regiões do Brasil. E lá vamos nós para a berlinda ... Comparadas as cinco regiões do país, o Norte é o mais desfavorecido. Enquanto no Sudeste 78,8% das casas estão ligadas à rede de esgoto, em nossa região o percentual cai vergonhosamente para apenas 8,2%. Parece ser muito difícil para os governantes entenderem a relação fortíssima que existe entre saneamento e mortalidade. Nesse passo de cágado, com o Brasil crescendo em média 10% a cada dez anos, só em 2020 chegaremos a 61% dos domicílios atendidas pela rede coletora de esgotos. Mas eu sou insistente e, ano após ano, por ocasião do Orçamento, lá está este Senador apresentando emendas e conseguindo dotações de recursos para investir em saneamento básico. Será que estão indo pelo ralo abaixo? Sabe Deus....

Na concentração de renda, na falta de acesso à pré-escola, nas diferenças salariais entre homens e mulheres que exercem rigorosamente a mesma função... e por aí vamos, fincando estacas para segurar a pirâmide social. O grito social que implora a definição de políticas públicas para melhorar a vida dos brasileiros já está sendo dado e não adianta fazer ouvidos de moco. O governo precisa se mobilizar e cumprir uma agenda determinada a combater essas disparidades que reforçam a realidade odiosa de cidadãos de primeira e segunda categorias, de uma minoria para quem tudo é fácil e de uma maioria esmagadora

para quem faltam condições básicas de cidadania. E nada garante legitimidade a esse tratamento desigual, afinal, como bem prega o adágio popular, a dor que dá em Chico, dá em Francisco. E eu desconheço qualquer coisa decente que possa vigorar, que possa prosperar, no terreno hostil da desigualdade.

LIÇÃO DE ESTRADA

Há poucos dias, eu me dirigia do Município de Macapá a Santana. Na estrada, antes de chegar ao posto de gasolina do matadouro, avistei um senhor empurrando um carrinho de picolé. Reparei que, mesmo sendo um caboclo forte, entroncado, ele trazia a camisa encharcada de suor e o rosto marcado pelo cansaço e pelo esforço físico. Parei o carro e ofereci uma carona. Ele acomodou o carrinho de picolé na carroceria e eu, que sempre gostei mais de ouvir do que de falar, e que vivo a reformular meus pensamentos e meus paradigmas a partir da história de tantas vidas que cruzam meu caminho, pedi-lhe que ao longo do trajeto, me contasse um pouco de sua história. Fiquei surpreso ao ouvi-lo dizer que tinha ido a pé de Santana até Macapá para vender seus picolés. Lá, também andara quase o dia inteiro, de um lado pra outro, a fim de vender sua mercadoria. Agora, já fazia o caminho de volta, vencendo as mesmas léguas. Feliz da vida, disse-me que estava muito grato a Deus pois tinha conseguido vender tudo. Num cálculo rápido entendi que o homem havia percorrido a pé, pelo menos trinta quilômetros, empurrando aquele carrinho. De onde então, meu Deus, tirava ele tanta força, tanta gratidão? Qual era o mistério do seu sorriso franco, naquele rosto marcado pelo trabalho duro de sol a sol? Então entendi que aquele trabalhador humilde, personificava o desafio que a necessidade propunha à fé e que a fé testava na necessidade. E mais emocionado fiquei quando ouvi o picolezeiro dizer que assim que chegasse a Santana, tomaria um banho e iria logo à sua Igreja agradecer a Deus. Para ele a vitória compensava todo o cansaço. Naquele momento, este Senador teve muito orgulho do povo que representa. Uma gente, em sua maioria, muito pobre, muito humilde e trabalhadora. Uma gente que luta com as forças de um gigante pela sobrevivência digna e honesta. Então lembrei-me também de agradecer a Deus, por ter me dado a oportunidade de, naquela estrada, oferecer a carona ao humilde vendedor de picolés, que se mostrava tão feliz ganhando aquele pouquinho de dinheiro com um sacrifício que muito burocrata jamais conseguiria suportar. A atividade parlamentar deu-me este ganho extra: o de me aproximar das pessoas, até pela necessidade de conquis-

tar-lhes a confiança da representação política. E é impressionante o que se colhe de experiência na convivência com essas pessoas. De carro e com aquela narrativa carregada de esperança e otimismo, a distância de um município a outro foi rapidamente vencida. O vendedor pediu para descer na Área Portuária de Santana, retirou seu carrinho e desembarcou, não sem antes agradecer-me a carona com mais um daqueles sorrisos puros, serenos, com a dignidade tão própria das pessoas honestas e humildes.

– Que Deus lhe pague, Senador! Disse-me o homem.

E Deus assinou a fatura em baixo, ao gravar na minha mente e no meu coração, o semblante feliz do trabalhador, oferecendo-me como pagamento aquela bem vinda lição de estrada.

ALMA CAIPIRA

Dizem que quem está na chuva é pra se molhar. Provavelmente é por conta disso, que volta e meia as figuras públicas escorregam nas palavras e se vêem tendo que explicar algum descarrego verbal ... Quem não se lembra, por exemplo, da vez em que o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o brasileiro é um povo caipira? Na época foi um ba-fa-fá danado. O Presidente até tentou se explicar, mas a emenda saiu pior que o soneto quando completou dizendo que também ele era caipira pois tinha um “pé na cozinha”. Pior, impossível.

Mas, enfim, voltemos à alma caipira do brasileiro – a minha, a sua e até a do Presidente. Se tem uma época do ano em que ela justificadamente se manifesta é durante a tradição do mês de junho, todo ele consagrado às festas de São João. O santo católico, primo de Jesus Cristo, nasceu a 24 de junho na palestina. Antes mesmo de Jesus, João Batista já pregava às margens do rio Jordão. O tempo passou e o rascunho bíblico ganhou dimensões ainda mais populares, de tal forma que, dentre os santos celebrados no mês de junho, ele teve o poder de dar seu próprio nome ao mês e qualificar de “joaninas” (que uma quase aliteração nos remete a juninas) todas as festas realizadas nos trinta dias do mês.

Santo Antonio, lembrado no último dia 13, também não deixa por menos. É santo familiar, protetor dos taverneiros e dos varejistas em geral. Padroeiro das povoações e dos soldados. E na nossa alma caipira encontrou morada também entre as mocinhas casadoiras, que o querem pequenino, talhado em nó de pinho. A procura casamenteira inclui até curiosos rituais de tortura ao santo... “meu querido Santo Anto-

nio/meu santo de carne e osso/se tu não me dás marido/não tiro você do poço.

Depois dele, igualmente querido e lembrado, lá vem São Pedro, o apóstolo pescador, o primeiro Papa. Na tradição popular virou chaveiro do céu. A ele também atribui-se a responsabilidade de fazer chover. Aliás, em tempos de crise energética, deve ser o nome mais citado entre as autoridades do setor... valei-nos São Pedro! livrainos do apagão! Aliás, contam que a mãe de São Pedro era uma velhinha muito má, rabugenta e encrenqueira, não tinha amizades, todos lhe fugiam. Aconteceu que um dia estava a lavar num córrego umas folhinhas de cebola, quando uma delas desprende, ganhou a correnteza e lá se foi pela água abaixo. A velha tentou revê-la, e, não conseguindo, exclamou: – ora, seja tudo pelo amor de Deus!

Não levou muito tempo morreu e foi apresentar-se no céu. Foi pesada na balança de São Miguel e não houve outro remédio senão mandá-la para o inferno, tão grande era o peso dos seus pecados. O filho ainda andava pelo mundo. Nada podia fazer para ajudá-la.

Quando São Pedro morreu foi nomeado chaveiro do céu. Das profundezas do abismo, a velhinha já avistou o filho em pleno uso de suas glórias celestiais. Então, clamou-lhe por gestos para que a salvasse. O santo chaveiro, foi interceder por ela junto ao Senhor: – salva minha mãe, divino mestre.

O senhor respondeu-lhe: – se houver, no livro das almas, na vida de tua mãe, ao menos uma boa ação, estará salva, caso ela saiba aproveitá-la.

Examinou-se o livro, mas nas contas da mãe de São Pedro, só foi encontrada a folhinha de cebola, nada mais! Era a mesma que motivara aquele dizer com que a velha, ao menos uma vez, se mostrara conformada: – seja tudo pelo amor de Deus!

O Senhor disse a Pedro: – lança uma das pontas da folhinha em direção ao inferno. Tua mãe que agarre a ela. Tu puxarás. Se conseguir subir até cá, estará salva. Pedro fez tudo o que o Senhor lhe ordenara.

A velhinha agarrou-se à folha, mas uma porção de almas, querendo aproveitar o ensejo de salvação, segura-se às pernas da velha. Apesar disto subia. Quando já estava o grupo a certa altura, outras almas se iam apegando às pernas das primeiras.

A velha indignada, de avara que era, esperneou e atirou novamente ao inferno as companheiras, não querendo levá-las para o céu. Mas, no mesmo instante, a folha de cebola partiu-se, e a mãe de São Pedro ficou no espaço. Não tinha por onde subir ao céu e o

pedacinho de folha que conservava nas mãos não a deixava voltar ao inferno.

E assim vive até hoje: nem na terra, nem no céu.

Assim, costuma-se dizer aqui no Brasil que quem fica com a mãe de São Pedro, não está nem com Deus nem com o diabo...

Conversa do povo. Mas, é assim, entre as verdades da religião e as adaptações criativas, as festas juninas se firmaram no coração gentil e festeiro de nossa gente. Hoje, 24 de junho, em todas as regiões do Brasil as fogueiras estão acesas (olha o apagão de novo ...). Na nossa Amazônia cabocla não é diferente, embora tenhamos somado as manifestações culturais do boi bumbá. Lá em Parintins, nossos irmãos amazônidas dançam ao som do caprichoso e do garantindo, mesclando as matizes de outras tradições.

Por toda parte, as bandeirinhas tremulam. As mocinhas ainda invocam a proteção dos santos para os seus sonhos de amor. Os balões sobem aos céus desafiando o apelo dos bombeiros. E o nosso povo dança e canta esquecendo um pouquinho as suas penúrias. Esse povo tão querido, essas almas caipiras...

COMEMORAÇÃO, AINDA QUE TARDIA...

Na última semana, quando tive a oportunidade de registrar neste espaço algumas considerações acerca da celebração da Paixão de Cristo, eu disse que as desigualdades sociais reproduziam no mundo o sofrimento de bilhões de seres humanos, a quem ousei denominar, meninos-Jesus, homens-jesus, mulheres-jesus...

Falamos aqui sobre o calvário que penitencia esses seres humanos e hoje, retomo o assunto, para acrescentar outra cruz: a luta da classe trabalhadora por salário justo e melhores condições de trabalho, protagonizada em todo o mundo e, por conseguinte, no Brasil. Claro que a mensagem se oportutiza pela proximidade do primeiro de maio, dia nacionalmente consagrado às homenagens para o trabalhador. E é bom que se faça. Em nosso país, a maioria das datas comemorativas possui forte apelo do comércio, restando poucas para o clamor cívico, o dever pátrio, o apelo social. O Dia do Trabalho inclui-se, felizmente, neste segundo grupo e portanto nos remete a algumas reflexões.

No Brasil, todos sabemos, a classe trabalhadora não tem muito o que comemorar. À legião de desempregados desprovidos de qualquer renda, somam-se os heróis do mercado informal, que ganham o pão de cada dia absolutamente à margem da proteção que

as leis trabalhistas podem, eventualmente, lhes dar. Só nesse grupo, dos desempregados sem renda alguma e a dos que “vivem de bicos” já podemos visualizar os contornos de um drama que se desdobra em uma série de outros desajustes sócioeconômicos. Está bastante claro que pessoas honestas, quando não têm ao fim de cada período mensal a certeza de uma renda, conseqüentemente perdem também acesso a qualquer outro mecanismo de progresso material ou intelectual. Por outro lado, se algum rendimento têm, obtido no mercado informal, ficam esses trabalhadores desprovidos do aparato legal, fugindo à contraprestação dos direitos trabalhistas, que impõem a todos, igualmente, seus deveres.

Uma situação, portanto, não ameniza outra, embora produza algum consolo a certeza de que, desafiando todas as limitações mercadológicas, milhões de brasileiros conseguem, graças a Deus, (e a muito jogo de cintura) defender algum dinheirinho no fim de cada mês pra não ver a família morrer de fome. Mas, e o Estado, o que faz? A União, como se comporta?

Bem, aqui no Amapá, a situação é de penúria. É conhecida de todos, por exemplo, a situação dramática dos servidores das prefeituras (no interior e na própria capital), alguns com salários retidos há meses. Ora, que perspectiva, que paz podem ter um pai, uma mãe de família, sabendo que ao fim de cada mês laboral, as contas vão chegar, os credores irão bater à porta, e eles não terão salário para honrar seus compromissos? Isso é uma violência, uma indecência, uma imoralidade. Não há estrutura familiar que resista à falta de planejamento. E que planejamento pode uma família fazer se o trabalho é certo mas o pagamento é absolutamente duvidoso?

Aí saímos do universo estadual e vamos além para acompanhar outro calvário – o do funcionalismo em geral, cujos salários estão congelados desde 1995. Eu sou um Senador que tem dado apoio ao Governo Federal nas questões prioritárias para os planos de desenvolvimento e saúde financeira do país. Mas me recuso a compactuar com aquilo que avilta o respeito e a consideração que o povo merece. Por isso vibrei quando, esta semana, o Supremo Tribunal Federal declarou por unanimidade a omissão do Presidente da República quanto à obrigação de conceder anualmente o reajuste geral dos servidores. Ora, o perfil democrático do Presidente desmorona diante da frieza que o mantém inerte face ao apelo dos trabalhadores.

É preciso, inclusive, lembrar que a decisão tomada no plenário daquela corte judiciária beneficia indiretamente os servidores estaduais e municipais,

visto que a norma da reforma administrativa vale para todo o funcionalismo público. O conhecimento jurídico que certamente Sua Excelência tem, é bastante para alertá-lo de que, ignorar a decisão do Supremo implica em crime de responsabilidade. As perdas da categoria nesses seis anos sem aumento salarial chegam a 75,48%, segundo o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (SINDSEP-DF). No próximo dia 10, quando o funcionalismo público federal entregar sua pauta de reivindicação salarial ao governo, eu sinceramente espero que encontrem interlocutores mais sensíveis e menos omissos. Da mesma forma, desejo que os apelos dos servidores de nosso Estado e municípios parem de ecoar no campo vazio da indiferença e do descaso. Não é outra, senão a força do trabalho que move uma Nação. Não pode ser outra, que não a de solidariedade a postura dos representantes políticos em relação aos apelos de uma categoria que há mais de seis anos vem sendo solenemente ignorada em suas prerrogativas.

A aparente conformidade dos servidores com esse castigo que lhes vêm sendo imposto, não pode ser interpretada como desistência da luta, como aquiescência. De fato alguns esmoreceram, vencidos talvez pelo desânimo, pela falta de eco aos protestos que com tanta legitimidade foram feitos. Mas outros resistem e seguem em frente, com a bandeira erguida, realimentando-se na solidariedade de todos os segmentos sociais e de outras classes trabalhadoras que se solidarizam com a penúria dos funcionários públicos.

E eles precisam desse apoio. Nicolas Guillen, expoente da poesia negra cubana, traz em um de seus registros poéticos, a seguinte frase: “Para construir essa muralha, tragam-me todas as mãos”. Trata-se de um chamamento que deve nos inspirar na decisão de fazer do Dia do Trabalhador uma data um pouco mais feliz, uma possibilidade de comemoração, ainda que tardia.

CORAÇÃO DE ESTUDANTE

Eu percorria esta semana os longos corredores do Senado Federal, que levam do meu Gabinete de trabalho, até o Plenário, quando chamou-me atenção as vozes altas e cristalinas de um grupo de estudantes que faziam o trajeto contrário, provavelmente em algum tipo de visita escolar à sede do Poder Legislativo. Diminuí meu passo e fiquei ali, contemplando aquela movimentação alegre, que destoava um bocado da sisudez da Casa. A professora tentava, em vão, fazer o grupo falar baixo mas, que nada! Um dos jovens criticou o luxo da Casa e ali, por alguns minutos,

eu me vi menino também, um estudante como aquele, franzino e inquietor, com o coração dividido entre o apelo do mundo material e a dignidade do espírito. Me vi ainda jovem, contestador e aguerrido, cheio de indignação com as diferenças sociais. Então me peguei pensando em nossa própria cidade, onde algumas pessoas têm uma inquietante necessidade de demonstrar sua ascensão econômica.

Não que pretenda fazer a apologia da pobreza. Acho mesmo que todos os seres humanos deveriam prosperar e ter acesso ao conforto, às coisas boas que o mundo moderno permite. O que me ofende não é a riqueza de uns, mas a extrema pobreza de outros. E não é de hoje que as desigualdades sociais me constroem. Por sorte, o tempo não envelheceu meu coração, não mudou a minha essência, nem corrompeu o meu espírito. Naqueles momentos breves de observação, sobre as minhas sandálias eu era o estudante de tênis. O terno era a camiseta de protesto. A calça social era o jeans (que na verdade ainda uso, para estranheza de uns que acham um absurdo um Senador da República andar de calça jeans e sandálias, como se a roupa diminuísse ou elevasse o caráter de um homem). E ri baixinho, achando-me jovem também, contestador também, e, nesse instante, fora do "esquadrão". Talvez porque dentro de mim ainda bata um coração que resiste bravamente a aceitar uma sociedade que oferece tanto para uns, e nega as mínimas condições a outros.

Sim, essa é a sociedade em que vivemos: uma sociedade que se apressa para não perder o "trem bala" da globalização. Uma sociedade que tem um lado atraente, mas que guarda na injustiça social sua principal característica. Não tive mais vontade de rir. Solidarizei-me silenciosamente com a indignação do menino. O rostinho jovem do estudante ainda não fora marcado pela passagem inexorável do tempo. Mas ele traduzia ali, no seu questionamento, a ânsia e a desolação dos mais humildes, estes sim, muito marcados.

A grande massa trabalhadora do nosso País ainda é composta de gente extremamente humilde e tão resistente quanto desprotegida. São homens e mulheres que levantam ainda de madrugada e enfrentam longos trajetos para ir ao seu trabalho ou para tentar conseguir algum dinheiro. São crianças que vencem distâncias incomensuráveis para chegar até a escola, tão precária quanto o caminho, tão distanciada dos recursos modernos quanto a língua tirana que a meninada percorre. São brasileiros que perdem a saúde e a mocidade trabalhando em condições desumanas na cidade e no campo, comendo mal, passan-

do raiva, sem ter suas necessidades básicas atendidas. São mulheres violadas na sua sensibilidade, nas suas condições físicas e emocionais. São jovens que curvam os ombros impotentes diante de uma máquina desumana que separa duramente os ricos dos pobres, dando aos primeiros todas as condições do bom ensino, do acesso fácil à informação e ao aperfeiçoamento acadêmico e profissional, enquanto nega sistematicamente aos segundos, um lugar ao sol. São pessoas que sofrem a espera exaustiva, em horas incontáveis, nas filas dos hospitais, e que acabam resignando-se vencidas, não pela conformidade, mas pelo cansaço. É contra isso que luto. Por isso é inaceitável a condição do Amapá, especialmente no interior do Estado, onde essa é uma realidade gritante, agravada com a ausência de políticas econômicas, sociais e educacionais sérias, capazes de alterar essa realidade num espaço territorial promissor como o nosso.

Passaram os estudantes e eu também passei. Seguíam em frente no seu passeio cultural e eu segui também para cumprir minha jornada legislativa. Sabia que, dali a poucos metros, encontraria alguns homens que se importam com a destruição de sonhos e tentam construir um mundo melhor. São homens-meninos, capazes de sentir e interpretar a dor alheia, capazes de se envergonhar com as desigualdades sociais. São homens com coração de estudante.

A REVOLUÇÃO SILENCIOSA

As mulheres empreenderam no século 20, recém passado, a maior revolução de que se tem notícia. Transformações profundas foram sedimentadas, jogando luz onde só havia a cegueira do desrespeito e da violência física e emocional. Quando me decidi a escrever este pequeno artigo na passagem do dia internacionalmente dedicado à mulher, o fiz tendo como propósito destacar as nuances bem sucedidas dessa revolução. Mas é muito difícil falar de alegria sem pontuar o processo de dor. É muito difícil saudar a vitória sem reverenciar a luta, daí a lembrança ao que a mulher passou para chegar ao ponto de hoje, quando a ciência a define biologicamente mais forte; quando as estatísticas colocam-na à frente nos níveis de escolaridade; quando dominam técnicas e áreas profissionais antes exclusivamente acessíveis ao homem. Sim, foi uma tremenda revolução.

Mesmo assim, apesar de tantos progressos, a tocha continua tendo que ser passada de mão em mão, porque a corrida não chegou ao fim. Uma em cada cinco mulheres no planeta ainda sofre todo tipo de violência. Em países como a África perpetua-se a tradição do corte do clitóris. Ainda meninas elas so-

frem a dor lancinante da mutilação genital. As que sobrevivem carregam por toda a vida a marca do rito cruel. São mulheres que jamais sentirão prazer sexual. Em diversos países do Oriente Médio a cada doze horas uma mulher morre queimada, num ritual de suplício e dor extrema. São povos onde a mulher para se casar precisa pagar um dote. Quando o marido ou mesmo a sogra consideram que fizeram um mal negócio eles queimam a moça viva em sinal de descontentamento. No Afeganistão, um país mergulhado em guerra há vinte anos, as mulheres foram reconduzidas à obscuridade, desde que lá se instalou o regime talibã, milícia encarregada de impor a rígida lei islâmica. Um dos primeiros decretos foi a volta do **buska**, um manto que cobre as mulheres da cabeça aos pés. Sob os panos elas escondem uma tristeza imensa e uma revolta palpitante que fizeram o número de suicídios atingir níveis epidêmicos. O veneno mais acessível é a soda cáustica, que provoca uma morte lenta e dolorosa. Elas também perderam o direito ao passaporte e à carteira de identidade. Proibidas de frequentar escolas e de trabalhar, foram deixadas na miséria. Mas que ninguém se engane: a dor e a humilhação estão ali, gestando uma próxima etapa de coragem. Elas vão insurgir-se com ou sem a ajuda das organizações internacionais que se revelam impotentes e inoperantes diante da covardia e do atraso.

Bem, digamos que essa mistura confusa e efervescente de religião e política, de apelos morais e consumistas, transforme a vida naqueles países um inferno em particular. Mas por aqui também temos nossas brasas: 46% das trabalhadoras brasileiras ainda não têm carteira assinada. Apenas 13% ocupam cargos de chefia e quase todas, a despeito das determinações constitucionais, ainda sofrem terríveis pressões e são discriminadas quando têm filhos e precisam conciliar as funções maternas com o trabalho. De qualquer forma, a ação cada vez mais determinada de algumas organizações feministas, e a própria sensibilidade no trato da lei, estão conseguindo, aos poucos, reverter dados que há algumas décadas nos fariam corar de vergonha.

Na fogueira já queimaram muitos sonhos e ideais. As lágrimas jamais foram bastante para anular os castigos. O diálogo foi sistematicamente interrompido pela força bruta, pela ignorância. No entanto, apesar de tantas limitações, a mulher que chega ao século 21 está incólume, fortalecida pela própria trajetória de dor que empreendeu por anos a fio. Os instrumentos de luta foram passados de geração em geração, numa transformação silenciosa e determinada.

DIGA AO POVO QUE FICO

O fim de semana foi marcado pelas festividades cívicas, que, em todo o Brasil, celebraram o sete de setembro. Pela TV assisti as imagens das paradas militares em todas as cidades brasileiras. Por alguns instantes fechei os olhos e me vi ainda pouco mais que um menino, preparando-me com os colegas para desfilar pelo GM, que tinha a melhor banda de música devidamente liderada pelo saudoso mestre Oscar. O grito do Ipiranga foi dado pelos colegas...

– Sobe! sobe! sobe!

E eu, sempre muito afoito, pulei pra cima de um velho chassi de caminhão, largado no pátio da escola e que serviria como carro alegórico no desfile juvenil. Os colegas ajudaram a empurrar e lá fui eu com chassi e tudo em direção ao muro da escola. O estrago conduziu-me sem escala e sem honras até a sala do diretor ... professor Tosti! que bronca!

– Você precisa se comportar melhor, meu filho! prometa que daqui pra frente vai ficar mais quieto...

Pelo bem do colégio e felicidade geral da diretoria, respondi: eu fico! e assim os anos se passaram e com eles as peraltices de menino. Já rapaz, vivia o clima político do Brasil, acompanhando o golpe de 64, em curso “Ame-o ou deixe-o”: era a pregação dos militares, que nos desfiles de 7 de setembro davam um brilho todo especial à data, com suas paramentas verde-amarelas. Estava na moda ser patriota.

E a ciranda dos anos não parou. Mais alguns cabelos brancos, novas perspectivas dos acontecimentos históricos, e, agora sim, homem feito. Mas ali estava o meu país ainda clamando por independência ... Sim, a história nos remete ao longínquo 7 de setembro de 1822, quando o Brasil inicia, sob o comando de Dom Pedro, sua fase imperial. O grito do Ipiranga foi dado. Invocando o bem e a felicidade geral da nação, Dom Pedro também disse: eu fico! e o Brasil-colônia se despedia, teoricamente, da dominação portuguesa. Ora pois...

Em 1824, o mesmo imperador outorgava nossa primeira Constituição. Outorgada, sim ... Que participação popular, que nada! também nada de democracia, nada de consulta popular ... A Carta era praticamente uma cópia da Constituição Americana e Tio Sam já dizia não às minorias. Preto não vota. Pobre não vota. Mulher não vota. Na escola, a sandice recebeu nome elegante: voto censitário. Homens brancos, que tinham renda, que pertenciam a famílias tradicionais – estes podiam votar.

Sim, eu reconheço – nós viramos algumas dessas páginas borradas. E eu confesso que o 7 de se-

tembro ainda me emociona com seu apelo cívico. Na verdade, o amor à pátria ainda toca o coração de quase todos os brasileiros, graças a Deus. Apesar da sucessão de políticas erradas nas áreas de educação, saúde, agricultura ... Apesar da falta de investimento em setores estratégicos como o energético, estradas ... Bem, amanhã há de ser outro dia.

O outro dia que sonhamos no passado não chegou tão belo. Mas estamos mais atentos, mais observadores, mais preparados para o questionamento. O sentimento de amor ao país é tão grande, que não se curva diante das dificuldades que o Brasil atravessa. Nosso povo não ficou independente das filas horrendas dos hospitais, da falta de acesso a um ensino de qualidade. Também não se libertou do sonho da casa própria que um dia há de se realizar ... O povo não se libertou dos salários miseráveis, da dor do desemprego, dos grilhões da fome. Não ficou independente da violência que acorrenta pessoas inocentes ao medo e à angústia. Mas é 7 de setembro ... E eu digo ao povo que fico...

Fico confiante num tempo novo, num novo grito, às margens de qualquer grande rio (quem sabe um dos nossos?), porque o coração ainda bate forte e confiante em dias melhores para todos ... Numa pátria verdadeiramente feliz e independente!

E ENTÃO O ANO COMEÇA ...

Na tradição cairnavalesca, dá-se hoje o “enterro dos ossos” – um gracejo para marcar o encerramento da festa mais popular do Brasil. A subjetividade do nome traduz o sentimento que move essa paixão nacional e assim, em bailes glamourosos ou nos irreverentes blocos de rua, o povo despede-se da festa pagã, num ritual que, para muita gente, dá um indicativo bastante claro: agora sim, o ano começa.

A interpretação não é unânime, mas seguramente você já deve ter ouvido alguém falar que o ano no Brasil cumpre um calendário surreal, que só tem início pra valer, depois que cessam os clarins e o repique dos pandeiros. Que orçamento, que nada! A volta às aulas... bobagem! O ano começa é quando acaba o carnaval. É como se o brasileiro ficasse em transe. Após as celebrações do ano novo, com as promessas de felicidade e realização, o coração ficasse ali, pedindo festa! O carnaval então viria como uma redenção, uma chave de ouro pra encerrar o ciclo de sonhos, até que o povo se dê conta de que as contas vencem no fim do mês e que a ciranda da vida é um pouco menos colorida. Há inclusive quem diga que essa postura tira a atenção dos brasileiros para os

problemas graves que o país atravessa. Falta o pão, mas sobra poesia ... então está tudo certo!

Bem, como eu disse, não é a opinião soberana. Uma outra vertente social pondera que o lirismo não compromete a visão crítica. O brasileiro seria apenas um povo diferente, vocacionado para a alegria e para o otimismo. Um povo capaz de questionar os desarranjos da saúde, da educação, da segurança, sem, contudo, perder seu gosto pela festa, pelo riso, pela sedução dos ritmos. No esplêndido berço verde amarelo dá-se o encontro de pessoas vindas das mais diferentes regiões do planeta. E aí até me recordo de uma viagem que fiz à África do Sul, participando da comitiva presidencial. Paramos em Moçambique para inspecionar o contingente de soldados brasileiros que ali davam sua contribuição para o processo de paz. No trajeto vi um povo mutilado, mas aquela gente, marcada pelos horrores da guerra demonstrava uma alegria impressionante, que eu não compreendia bem de onde vinha. Mas entendi que ali estavam também as nossas raízes, a essência gentil do nosso próprio povo, sua hospitalidade e disposição para a felicidade a despeito de tantos problemas. E pensei na nossa raça miscigenada, que explode em sensualidade no carnaval, um povo ímpar, no gingado maroto dos homens, no caminhar charmoso das mulheres...

Conclusão: tudo empatado no jogo democrático das opiniões. De qualquer forma, a indústria carnavalesca movimenta a economia, incentiva o fluxo turístico e envereda até por defesas apaixonadas de algumas tradições. Em Olinda, a prefeita comprou uma briga grande ao proibir o som da axé music no carnaval da tradicional cidade pernambucana. O propósito? Preservar a cultura do frevo. No Rio de Janeiro e em São Paulo, as escolas de samba despejaram mais uma vez nas avenidas sua indústria alegórica em detrimento do samba no pé. O de sempre... Sem faltar nem a mulata globeleza desfilando sua nudez pintada. Muita polêmica pelo excesso de mulheres com seios à mostra. Muito comentário maldoso sobre os sili-cones. Na Bahia, a exuberância dos trios. Lá do alto, cantores e compositores exibindo faixas de apoio a Antonio Carlos Magalhães. Lá de baixo, a resposta do povo, vaiando o cacique da política local. Tudo é festa!

E aqui no Amapá? Sim! Brincamos também! Atrás da Igreja de São José a concentração do banzé do formigueiro. Na Avenida Nações Unidas o caldeirão do pavão. A campeã da avenida, piratas da batucada, somando-se à alegria das demais escolas de samba. Os blocos comandados pela maestria da banda, que há 36 anos encanta o povo amapaense. Todos juntos, saudando o primeiro carnaval do milênio.

E, em meio a tudo isso, de ponta a ponta do nosso imenso Brasil, o saudosismo dos mais velhos... O tempo (sempre ele) passou, e, da janela, pierrôs e colombinas contemplam o passado, enquanto o bonde do tigrão enlouquece as popozudas, as tchutchucas, as preparadas e, pasmem, até as cachorras! Modismos do carnaval.

De qualquer forma, acabou a festa. E, tanto para quem o ano já avança em ritmo frenético de trabalho, ou para quem acha que só agora 2001 começa de verdade, a mensagem é uma só: hoje enterram-se os ossos, mas não sepultam-se as esperanças. Quiçá possamos ver os problemas sociais resolvidos ou pelo menos minorados. Mais do que nunca, a hora é de arregaçar as mangas e trabalhar muito pra converter alegorias em realidades. O brasileiro não precisa abrir mão dos seus festejos e tradições para que o país progrida e vença seus desafios. Mas todos, sem exceção, precisam estar atentos para não destoar do enredo. O desenvolvimento, traduzido em saúde, educação, segurança, saneamento e outros indicadores da qualidade de vida, deve ser a nossa apoteose. É preciso tirar a máscara negra dos olhos e vislumbrar um futuro mais claro e belo para toda a nossa gente.

EMPREGO – UM PILAR DE CIDADANIA

Há poucos dias, eu fazia aqui alguns comentários sobre a violência que tira a paz e a alegria do nosso povo tão naturalmente vocacionado para esses sentimentos. A extensão desse tema desdobra-se em diversas outras vertentes, com causas e efeitos que se misturam, confundindo os indicadores sociais e dificultando a definição de políticas nacionais que resolvam ou minimizem o problema. No entanto, uma dessas variáveis é de fácil identificação por estar associada à angústia de pelo menos 14 milhões de brasileiros. Eu falo do desemprego.

Os números são de assustar, quando se pensa na gravidade de ver uma soma tão grande de pessoas em idade produtiva fora do mercado de trabalho. A frieza da estatística esconde um drama real e de intensa repercussão nos sentimentos desses excluídos. Nada, rigorosamente nada, desespera mais um pai, uma mãe um jovem arrimo de família, do que a impossibilidade de prover a subsistência dos seus entes queridos. E se alguma vinculação fazemos entre esse processo de degeneração social que é o desemprego com as questões de violência, é porque suas consequências são tão covardes, tão aviltantes, que acabam deformando a natureza afável do povo brasileiro,

deixando-nos embrutecidos, temerosos, cheios de prevenção contra tudo e todos.

E quando eu falo aqui em violência, não me refiro apenas àquela que nos aterroriza nas ruas, ramificando-se em seqüestros, assaltos e mortes. Eu falo também na violência que começa em casa, praticada sobretudo contra as mulheres, simplesmente porque um lar desprovido de recursos para seu sustento, gera um ambiente propício para a tristeza, o desencanto, as agressões, o desespero. Não é sem motivo que o tema da última Campanha da Fraternidade concebida anualmente pela CNBB aponta o desemprego como principal fator de desagregação familiar. Uma pessoa desempregada perde a auto estima e, muitas vezes, o controle emocional.

Uma visão superficial e simplória poderia registrar que nada abona, redime, justifica a violência doméstica. Mas quem tiver a humildade e a capacidade de se colocar no lugar de um pai ou mãe de família que não têm garantido seu rendimento mensal, poderá entender que, em alguns casos, desempregados que perdem o controle emocional são, ao mesmo tempo e em igual proporção, ofensor e vítima. Uma pessoa feliz forma um núcleo feliz. Uma pessoa empregada representa muitas vezes uma família a menos em estado de penúria, desesperança e desunião.

Falamos aqui em catorze milhões de desempregados. E os números devem nos alertar para um outro ainda maior: aquele que resulta das pessoas que dependem justamente daquele ou daquela que é o arrimo da família, o pilar de sustentação. Isso potencializa os números e fazem surgir uma estatística cruel, de um número incontável de brasileiros vagando perdidos em busca de um lugar ao sol. São jovens que precisam trabalhar e não conseguem porque não têm experiência e, incoerentemente, não adquirem experiência porque lhes é negada a chance de começar a aprender. São mães recusadas porque ainda persiste na visão retrógrada e mesquinha de alguns patrões a idéia de que a mulher não consegue conciliar emprego e cuidado com os filhos. São pessoas discriminadas porque fogem aos padrões estéticos dos tiranos que acreditam que um rostinho e um corpo bonito são atributos melhores que a bagagem intelectual e produtiva de um ser humano. São homens e mulheres considerados velhos para o mercado de trabalho, num país onde aos 40 anos a pessoa já precisa cumprir um ritual estranho de exclusão como se a experiência de vida não fosse um dos melhores e mais valiosos fatores para a boa prestação do serviço.

E ainda caberia aqui falar do drama da exploração do trabalho infantil, mais um desdobramento tris-

te desse enredo. Mas isso fica pra gente comentar numa outra oportunidade, porque é assunto que merece igualmente uma avaliação apurada. O tema não se esgota porque a certeza de remuneração ao fim de cada mês, a garantia de um emprego, constitui na verdade o principal pilar da cidadania. Talvez por isso ocorreu-me fechar esse artigo lembrando os versos de uma das mais belas músicas do cancioneiro nacional, segundo os quais "um homem se humilha se castam seus sonhos. Seu sonho é sua vida e sua vida é o trabalho. E sem o seu trabalho um homem não tem honra e sem a sua honra se fere, se mata..."

EXPERIÊNCIAS ACUMULADAS

Os orientais são sábios em considerar a velhice como o exemplo máximo para os jovens, pois a história da humanidade é formada pela cultura passada de geração à geração, pelo cuidado dos mais velhos transferirem a seus descendentes a gama de vivência e conhecimentos acumulados durante vidas que se prolongaram pela eternidade, através dessa possibilidade, condição do ser humano em apreender e provocar uma evolução cultural baseada nas sementes plantadas por seus antepassados.

Nosso olhar para os mais velho sempre deve ser de carinho, respeito e consideração, sem entretanto deixar que a pieguice nos faça pensar que a proteção pretendida, qualquer que seja ela, resulte em exclusão de participação social.

Os meios de comunicação de massa têm contribuído para que os idosos da atualidade continuem uma vida ativa em todas as áreas. As ocupações, especialmente as femininas, diferenciam-se muito das de outrora. Ao tricô, crochê, foram adicionadas outras atividades. Hoje, maravilhados assistimos uma população idosa inserida no contexto social de outras formas: ginásticas, passeios, danças, etc. Há uma crescente alteração na qualidade de vida desses seres que em algum tempo de suas vidas, ou durante toda ela, foram o norte para a formação de outras pessoas.

Há que se ter consciência da responsabilidade que temos e teremos que ter com os nossos idosos, sem esquecer que daqui a algum tempo, estaremos por aí, a espalhar algum tipo de sabedoria adquirida juntamente com nossos cabelos brancos e as rugas na face.

O envelhecimento populacional é mundial, e motivo de preocupação dos governantes. O Brasil mesmo, não pode mais falar em "país jovem". Em 1900, os idosos representavam 3,2% da população geral do Brasil; em 1960, eram 4,7% e projeta-se que

para o ano de 2020, sejamos o 60º país na lista de idosos, com aproximadamente 60 milhões.

O país terá dificuldades, aliás, como já vem tendo, pois ainda são poucos os benefícios para quem envelhece.

Mas, o que nos interessa realmente é o lado humano da questão, e não estatísticas. Esse sim é o que resulta em benefícios, em segurança, em qualidade de vida, pois cada Parlamentar que tenha a compreensão da importância dos idosos na sociedade, e a sensibilidade para ajudar na transformação da realidade social, que ainda caminha em passos lentos. Cada um que assume esse papel estará, não somente cumprindo uma ação humanitária, mas também concedendo a essa classe, da qual todos faremos parte um dia, caso não sejamos destinados a seguir outro caminho, a oportunidade do bem estar moral, intelectual e uma vida saudável.

Nossa parte vamos fazendo. No Senado fui relator favorável ao Projeto de Lei que concede desconto de 50% nas tarifas de passagens aéreas para maiores de 60 anos, e também assegura o acesso gratuito dos idosos, em eventos culturais, desportivos e recreativos. Além disso, como integrante da Comissão de Assuntos sociais, trabalho pelos projetos que contribuam para uma maior integração dos idosos na sociedade, a fim de que possam ter a garantia de uma vida melhor e mais feliz.

Afinal, devemos isso a nossos pais, avós, bisavós, nossas tias, às Donas Marias e Seus Josés que formaram as gerações de todo o Brasil. Devemos isso também a nós mesmos!

DECISÕES MAQUIAVÉLICAS

"Quando fizer o mal, faça de uma só vez e de forma destruidora para que o inimigo não possa revirar. quando fizer o bem, procure fazer aos poucos para ser lembrado sempre"

"Fazei o mal, mas fingi fazer o bem"

As duas máximas de Maquiavel aplicam-se perfeitamente ao embate entre os Professores Federais do ex-Território e o Governo do Estado do Amapá.

O problema deve ser analisado sob o prisma político, sem deixarmos de considera— as consequências sociais e econômicas que a intromissão do governo do Estado causou.

Jamais esqueço a luta dos professores para conseguirem a agregação de 84,32% aos seus vencimentos, tanto administrativa quanto judicialmente. O direito foi reconhecido por decisão judicial, após um longo percurso administrativo, na qual como Senador,

estive sempre presente, colaborando e impulsionando para que pudesse resultar em um fato positivo aos professores. Podemos hoje dizer, que contribuímos para o feito, em respeito e consideração a uma classe tão essencial à sociedade.

Através do Sindicato, tomei conhecimento que além da perda dos 84,32%, os professores correm o risco ainda de perder a isonomia salarial paga pelo governo federal, desde 1987, devido outra ação do GEA.

A retirada dos 84,32% e a iminência da perda da isonomia, são resultados diretos de ações judiciais intentadas pelo Procurador-Geral do Estado, João Batista Silva Plácido. Aquele mesmo acostumado a desmatar o Judiciário, agredir Juizes e outras coisinhas mais. É claro que estava autorizado por Capiberibe a entrar com as ações. Se assim não fosse, como poderia o Procurador tomar sozinho uma decisão que provocou a retirada de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) da riquíssima economia amapaense, além de causar um impacto negativo substancial nas contas de milhares de famílias, e ainda deixá-las na iminência de agravar a perda? Seria, no mínimo, uma irresponsabilidade.

Mas, nossas considerações não se referem ao fato econômico, e sim ao político, esse, sim, feito dentro da filosofia maquiavélica. Vejam os fatos de **per si**:

- os professores ganham 84,32%, advindo de ação judicial, além de isonomia salarial. Capiberibe nunca teve nenhuma participação política nesse fato, mas alguns adversários seus, sim;

- os professores federais, em sua grande maioria, e o sindicato, não apoiaram Capiberibe na eleição para Governador, e nem o Prefeito por ele indicado na última eleição;

- a União pagava os professores, através do Estado, por isso, o Governo do Estado do Amapá, encontra-se citado no processo;

- embora o GEA, não desembolse nenhum centavo para pagar os professores federais, entrou com as ações, não porque queria obter algo para si mesmo, mas para que os professores deixassem de receber aquilo que de direito, haviam conseguido.

Cabe então a pergunta: porquê o GEA fez isto? Qual o objetivo de não querer que os professores recebessem um bom e digno salário?

A resposta é fácil e nela reside Maquiavel: fazendo o mal, Capiberibe criou a possibilidade de poder fingir fazer o bem, e ainda fez o mal de uma só vez, na expectativa, presumo de ver os professores abaixarem a cabeça e desistirem da ação.

Capiberibe foi a Brasília, com ares de quem iria resolver o problema. O Sindicato reuniu parlamentares e lá se foram todos ... bater fotografias!!! Sim, porque se o Sindicato não tivesse obtido uma liminar mantendo o pagamento até o julgamento do mérito, os professores estariam a ver navios.

Não era ele que pagava, não tinha nada a ver com o caso, mas mesmo assim utilizou-se de artifícios para fazer o mal.

Por trás dessa ação do Governador, existem outras questões, como terrorismo, vontade de dominar o sindicato, mostrar que quando quer fazer o mal, não só pode, como o faz. Os fatos se repetem, o maquiavismo é impossível de ser escondido.

Aos professores, não somente os Federais, como os Estaduais, e todos os servidores públicos, recomendo: não esqueçam ... estaremos dispostos e prontos a encampar a luta por melhorias, como sempre fizemos. Mas essencialmente, é preciso associar os fatos, e ter consciência histórica, para não se deixar ludibriar facilmente.

É HORA DE SABER BRIGAR

Há pouco mais de um ano chegava no Brasil aqueles que prometiam representar um "basta" na sangria praticada contra o consumidor, na hora de comprar remédios: eram os genéricos — medicamentos mais baratos que os tradicionais, feitos com o mesmo princípio ativo. Entre a alegria e a surpresa, o povo reagiu à novidade, como era de se esperar. Ou seja, na base do "só vendo para crer". Bem, passado um ano, não há lá muita coisa para comemorar. A indústria farmacêutica continua operando numa margem de lucro altíssima, algo em torno de 42%. A isso soma-se a carga tributária brasileira que é nada menos do que 30% superior à americana. O resultado nos remete ao velho dito popular que fala da desconfiança do cego quando a esmola é muito grande.

É bem verdade que a política de genéricos nos Estados Unidos começou em 1984, enquanto que no Brasil os primeiros produtos só começaram a aparecer no mercado em fevereiro de 2000. E se não bastasse a nossa própria desventura, a imprensa mundial dá conta de mais um descalabro nessa questão vital, que afeta diretamente a manutenção da saúde humana: trinta e nove grandes multinacionais estão brigando na justiça para impedir que a África do Sul importe do Brasil os medicamentos aqui fabricados e que se destinam ao tratamento de aids. Das doze drogas existentes para o tratamento da aids, o Brasil produz oito similares — coquetéis genéricos que atuam com igual eficiência. É briga de cachorro gran-

de, e no meio da cachorrada está a população sul-africana que tem 10% dos seus habitantes contagiados pelo HIV.

Recentemente, o Brasil ganhou mais um aliado na guerra comercial encabeçada pelos Estados Unidos. A OXFAM, uma organização internacional de ajuda humanitária, com sede em Londres, lançou-se numa campanha mundial contra os grandes laboratórios e os governos de países ricos. A organização os acusa de estarem impedindo milhões de pessoas carentes no mundo de terem acesso a medicamentos mais baratos, ao exigirem o respeito às patentes dos produtos. Definitivamente não é assunto diante do qual devamos nos manter indiferentes. Afinal de contas, uma coisa é defender patente de produtos de luxo que as pessoas podem escolher, como carros, perfumes, etc. Outra coisa, bem diferente, é defender o monopólio na comercialização de produtos dos quais depende a vida alheia, chega a ser imoral a bandeira erguida pelas multinacionais.

A poesia nacional consagra "... um galo sozinho não tece uma manhã..." É verdade. Mas, se às manifestações externas se juntarem os nossos protestos; se tomarmos essa retaliação norte americana como um ponto de honra inegociável; se soubermos impor nossa política comercial numa questão tão delicada, estaremos nos redimindo um pouco do próprio descaso com que são tratadas as questões de saúde no Brasil. Nossos irmãos africanos estendem as mãos para usufruir um pouco daquilo em que já somos quase auto-suficientes. O programa brasileiro de controle da aids está despertando a atenção de organismos estrangeiros. Se é assim, nada mais digno do que impôr-se perante as multinacionais que fabricam os remédios para fazer valer uma parceria comercial que é indiscutivelmente sustentada por princípios humanitários. Quem pode mais, pode o menos.

HOMÔNIMOS DO SUPLÍCIO

Ele podia chamar-se José da Silva, Raimundo Nonato da Silva, Severino da Silva. Passou perto. Chama-se Manoel Rodrigues da Silva, está com 74 anos e teve uma "vida Severina" como muitos de seus conterrâneos. É paraibano, cabra macho, valente como a seca braba que ceifa a vida das crianças na sua terra. Na pia batismal recebeu exatamente o mesmo nome de outro nordestino, este nascido no ceará. Chegaram ao mundo no mesmo dia. O pai e a mãe de um e de outro também tinham nomes idênticos. Mas o Manoel cearense morreu em 1998 e deixou para o Manoel paraibano um legado de má sorte: o nome rigorosamente igual. A história ganha contornos de

azar sobretudo num país onde a burocracia dos órgãos públicos determina que a presença física de uma pessoa não é bastante para provar que ela está viva.

E é assim que começa o fadário do nosso Manoel, o da Paraíba ... Morto à força, no papel! Ele, que nasceu Manoel Rodrigues da Silva, lá na Paraíba, filho de Raimundo Rodrigues da Silva e de Maria Amélia da Silva, desde fevereiro passado teve sua aposentadoria suspensa, porque o Manoel Rodrigues da Silva, lá do Ceará, filho de outro Raimundo Rodrigues da Silva e outra Maria Amélia da Silva, morreu. Um tanto confuso, mas não impossível de entender se houvesse um pouco mais de boa vontade com as pessoas humildes nesse país. Pois bem, morreu o Manoel do Ceará e a burocracia quase mata o Manoel da Paraíba, de fome, de privação, de raiva. Desde fevereiro o Manoel da Paraíba não tem sossego porque precisa cumprir o calvário de provar ao INSS que não está morto. Quem morreu foi outro Manoel, o do Ceará. Mas quem quis ouvi-lo? Quem teve a boa vontade de atender e entender seu apelo? Ora... Ele não é um Matarazzo, um Tamborideguy, um colunável. Ele é da Silva, do INSS, da Paraíba.

Em fevereiro, pegou seu cartão magnético e tentou sacar o dinheirinho da aposentadoria. Que susto! o saldo era zero. Aposentado por invalidez, o Manoel sobrevivente continuou indo todos os dias à agência do Bradesco na esperança de que a Previdência tivesse corrigido o erro e reconhecido que outro Manoel, não ele, havia morrido! Voltava pra casa chorando. seu Manoel, que mora numa pequena casinha coberta por telhas de amianto e que só tem por companhia o vira-latas azulão, vendeu o fogão pra poder comprar comida ao longo dos últimos meses. Agora vendeu também o colchão de sua cama e substituiu por um pedaço de espuma doado pelo vizinho.

No posto do INSS, lá em São João do Meriti, no Rio de Janeiro, todos já o conhecem de tanto que seu Manoel andou por lá, todos os dias, atrás de uma solução para seu problema complicado demais segundo os burocratas da Previdência. Mas, aléluia! Alguém resolveu acreditar na mais evidente das provas materiais: a vida do aposentado. Depois de vê-lo em carne e osso (mais osso do que carne, diga-se de passagem) o superintendente do INSS no Rio de Janeiro, César Diuana, determinou que em uma semana seu Manoel receba todos os proventos que lhe são devidos. Diuana dará também um fogão novo de presente pro Manoel da Paraíba.

O aposentado chorou. Afinal, está vivo e alguém se deu conta disso. Tá bem, que não precisava ser o dirigente do órgão. Qualquer um outro poderia tê-lo feito. Mas, ora, pra quem nasceu na Paraíba, esqueceu da fome, e fez servicinhos “básicos” como trabalhar na construção da transamazônica e da ponte Rio – Niterói, a vida tem que ser assim mesmo: bem Severina, defendida com unhas e dentes e muitas idas à Previdência Social. Esta semana, quando soube que seu caso seria resolvido, seu Manoel permitiu-se uma extravagância: comprou frango e farofa pra comemorar. Graças a Deus está vivo, quer o INSS queira, ou não.

MILHÕES DE JESUS

A Semana Santa já passou e todo o país comungou o grande sentimento religioso em solidariedade ao sofrimento do Nosso Senhor Jesus Cristo. Estive em Macapá onde, tradicionalmente, vou assistir o espetáculo da encenação da Paixão de Cristo que acontece na Fortaleza São José de Macapá. Estava discretamente no meio do público e, na lembrança daquele dia, trago hoje algumas reflexões...

Martírio, crucificação e morte ... Há mais de dois mil anos a humanidade conta a história de Jesus Cristo, enviado à terra para a salvação dos homens, julgado pelo Governador da Judéia, Pôncio Pilatos crucificado vivo, humilhado. Tudo para deixar ao mundo o legado da esperança, do amor ao próximo, da justiça e do perdão. Como acontece com tudo o que é verdadeiro e legítimo, a vida e os exemplos do Galileu não sucumbiram aos modismos. Assim, felizmente, não é cafona dizer: creio em Deus Pai e em seu único filho, Jesus Cristo, Nosso Senhor...

A tradição judaica e a fé cristã consagraram a celebração da páscoa, em rituais que se repetem pelo mundo à fora. A representação artística da Paixão de Cristo se consolida em espetáculos por todo o Brasil, alguns muito simples, outros mais sofisticados, mas todos, marcados por emocionantes dramatizações da vida de Cristo. Feitas onde? Nos palcos de teatro e nos tabladados da vida. Feitas por quem? Por seus filhos ... Milhões e milhões de meninos-Jesus, de homens-Jesus, de mulheres-Jesus.

Alguns podem até questionar a comparação. Bobagem nossa! Certamente, o Rei dos Reis não se constrangeria por ser comparado à sua criação. E a verdade é que a sucessão dos anos na era cristã não foi bastante para minorar o sofrimento de bilhões de pessoas em todo o planeta. São “jesusinhos” sem terra, sem teto, sem pátria, sem pão. São palestinos, afegãos, africanos, brasileiros ... uma legião de homens,

mulheres e crianças que, em pleno século 21, ainda percorrem uma **via crucis**, carregando, cada qual, o enorme peso de sua própria cruz. Uns carregam a cruz do preconceito e são discriminados pela cor da pele, pelo sexo, pela crença religiosa, pela camada social a que pertencem, pela roupa de grife que não usam. Outros carregam a cruz do desemprego e vagam pelas ruas com o olhar perdido dos desesperançados, dos que sabem que voltarão para casa sem poder dar um alento sequer à família. Há os que carregam a cruz das doenças e padecem a dor e o castigo humilhante das filas de hospitais, o descaso do Governo com sua saúde, como se ao mundo a sua vida não fizesse falta. E tem aqueles que carregam a cruz da ignorância. Desses roubam os livros e sobre seus ombros depositam o peso da obscuridade negando-lhes a chance da prosperidade. Há ainda os que carregam a cruz da violência e gritam nos porões das delegacias, vítimas de torturas; ou se calam na vergonha silenciosa dos abusos sexuais, dos incestos, das agressões que marcam o corpo e a alma por toda a vida. Há crianças que carregam a cruz da falta de um lar, da falta de exemplo orquestrado pelo carinho, pela estabilidade de uma família. Vítimas do abandono na mais tenra idade, arrastam suas cruces nos semáforos, nas vielas, nos becos fétidos, as mãos sujas e aflitas pedindo a esmola de cada dia. Não nos esqueçamos dos que carregam a cruz do desamparo legal. Para esses a justiça não tem braços, não tem olhos, não tem voz. A febre legiferante dos códigos velhos e novos não lhes socorre, não lhes abrange. E por que não falar dos que carregam a cruz da fome? esses, coitados, somam quase novecentos milhões de seres humanos, numa estatística cruel que aponta: uma, em cada seis pessoas no mundo, passa fome, como se a produção de alimentos mundial não fosse bastante para dar de comer a todos os povos.

Sim. É desse jeito que milhões e milhões de pessoas seguem celebrando dia-a-dia o seu calvário, numa retomada angustiante e injustificada do sofrimento que Jesus precisou experimentar. Mas ele era o filho de Deus. Ele veio para redimir seu povo, para ensinar aos homens um novo modelo de convivência. Veio para repactuar o nosso convívio, dar novo parâmetro aos desatinos da humanidade. E o que fizemos, meu Deus? O que fizemos?

Na semana transcorrida da páscoa, em todo o mundo, muitos desses seres humanos não precisaram mais carregar sua cruz. Ela tombou, junto com eles, no processo que ceifa a vida dos filhos da fome, das guerras, da violência doméstica, das epidemias,

restando apenas (que me perdoem pelo “apenas” mas foi a vida e não a morte que Deus nos deu como bem maior) a crença e a espera pela ressurreição. Outros, felizmente, puderam celebrar a data com paz e felicidade. As crianças, na sua alegre inocência, abriram festivamente seus ovos de páscoa. Os cristãos rezaram. E assim, a Paixão de Cristo foi lembrada mais uma vez pelos que contam a história e pelos “meninos-Jesus” que em todo o mundo carregam nos ombros, todos os dias, a cruz pesada da luta pela sobrevivência.

NÃO TEMOS TEMPO...

O mundo vive o processo acelerado da globalização. Os meios de comunicação prometem contatos velozes, imediatos. As máquinas se superam na promessa de tornar a vida do cidadão mais fácil. Nos bancos, os caixas eletrônicos se espalham na exata proporção em que some o atendimento direto de pessoa pra pessoa. No lugar do sorriso, a digitação. No lugar do “muito obrigado”, um papelito que avisa que a operação realizou-se a contento. Então você ganha tempo? Doce ilusão ... Os mais humildes não sabem operar as máquinas, e, os mais abastados não podem perder tempo com a solidariedade da ajuda. O sistema vive caindo e, em plena era do computador, é demais esperar que o caixa possa fazer alguma operação manual. Então, lá vai seu tempo ... Nas mesmas filas pra pagar as contas que agora só são aceitas através dos famigerados códigos de barra, com suas enormes seqüências numéricas e tudo isso, torcendo pra máquina não prender seu cartão e para o sistema não cair.

A mecanização nos leva à loucura. O computador, feito pra descomplicar, à qualquer momento deixa você na mão e atrás de um técnico. E lá vai seu tempo, perdido em dezenas de telefonemas, até achar quem possa lhe prestar um serviço rápido, honesto e eficiente. Os carros são velozes e sofisticados ... Mas, aí Jesus! Vivem dando problema! E lá vai de novo o seu tempo perdido em horas intermináveis de orçamentos nas oficinas e concessionárias, onde ficam sua paciência e o seu dinheiro também. Ai você sente saudade do velho fusquinha, que de tão simples, e sem nenhum recurso eletrônico, cumpria seu papel a risca e permitia que qualquer um se aventurasse como mecânico.

Um empurrãozinho dos amigos lá ia ele pela estrada afora...

Vai seu tempo no trânsito e quem vai nos ônibus sofre em dobro! A penúria dos longos trajetos é tão grande quanto os buracos das ruas de Macapá ... Vai

seu tempo nos estacionamento, onde encontrar uma vaga corresponde a um milagre. Vai seu tempo nos sinais, no medo do cara que dirige feito um louco e no enfadonho motorista que dirige tão devagar que atrapalha do mesmo jeito. Vai seu tempo nas filas no INSS do Detran, das unidades de recolhimento de impostos. Vai seu tempo na burocracia pra provar que você já pagou aquela conta. Vai seu tempo pra reclamar das cobranças indevidas no seu cartão de crédito, do carnê que não chegou a tempo, da assinatura da revista que você fez, pagou e nunca recebeu. Só contra-tempo ... haja paciência!

Vai seu tempo na fila arrepiante do supermercado e você ali ... com um picolé, que derrete tão rapidamente quanto a sua paciência, pra pagar. Vai seu tempo na escolha da fila errada – sempre aquela em que acaba o troco, trava o cartão ou aquela em que o freguês leva uma hora pra empacotar meia dúzia de produtos.

Vai seu tempo sofredamente nas filas dos hospitais onde não adianta chegar ainda de madrugada porque nunca lhe dão a certeza do atendimento. E a sensação de perda de tempo se reforça quando depois de horas intermináveis de espera, o médico lhe despacha em dois minutos porque não tem tempo para lhe examinar com o cuidado e, como um mago da adivinhação, faz o diagnóstico só de olhar pra sua cara. Então, diagnosticando às pressas a possível causa orgânica, falta tempo para investigar as mais evidentes somatizações da alma.

É de impressionar. O mundo moderno roubou-nos o tempo de viver, o tempo de rir, conversar, caminhar despreocupadamente. O tempo de cumprimentar o vizinho, de acompanhar a brincadeira das crianças, de soltar papagaio. O mundo nos tirou o tempo de escrever cartas, tomar um gostoso banho de chuva na biqueira de um telhado qualquer.

O mundo moderno quer nos tirar até o tempo de amar, de avaliar o amor, de repensar a união. Marido, mulher e filhos, namorado e namorada ... Todos precisam correr para o trabalho, para o cursinho, pra faculdade, para o banco. A televisão também rouba o tempo do diálogo. Até namorar, agora é via internet.

Os mais velhos pedem um tempo para serem ouvidos. Muita gente não tem. O amor pede um tempo pra se fazer sentir ... A gente não sente. Que pena! No desespero de fazer o tempo render todos perdem muito tempo! Tomara que este pequeno artigo, escrito (devo o confessar) às pressas, possa, de algum jeito, inspirar-nos a busca contrária. Que nos alerte para sermos, pelo menos de vez em quando, senhores de nosso tempo. Que possamos ter tempo de andar de

canoa pelo Rio Amazonas, pra namorar na Praça Zazury, pra andar de mãos dadas pela orla, apreciando o bater das ondas no muro, tomar um tacacá ao fim da tarde, escrever uma carta ou conversar despreocupadamente com aquela pessoa que lhe faz tão bem. Que sobre um tempo para a sua música favorita, pra olhar o sol que se põe e as lindas noites de lua. Que sobre o tempo para você declarar seu amor, pra dar com um pouco mais de calma o beijo de despedida antes de correr para o trabalho. Que sobre o tempo de escutar aquilo que seu filho vem tentando lhe contar, antes que seja tarde para você ouvir e ajudá-lo. Que sobre um tempinho para você olhar as fotografias do seu tempo de criança nas pracinhas de Macapá e a juventude transbordante no bairro do trem, todos ali, com aquelas calças boca-de-sino, muito cabelo, e pouca barriga.

Que o tempo lhe permita viajar ao passado para recordar o primeiro amor. Que sobre o tempo de fechar os olhos um pouco, não para dormir, mas para meditar, agradecer, renovar as forças. E finalmente, que a vida lhe permita um tempo para encontrar a pessoa que guia seu coração. Uma hora, um minuto, não importa! Antes que seja tarde, reserve um tempo para o amor mais verdadeiro que cruzou o seu caminho e que ao menos nesse instante você possa estar por inteiro ao lado dessa pessoa amada.

Mesmo que os tempos de hoje nos pressione a abandonar o prazer de viver, não esqueça que você faz suas escolhas, e tem dever de achar o seu tempo com respeito e união, compromissado com seu próximo. É preciso ter coragem para ser feliz.

O CÉU É O LIMITE...

Ô entradinha fuleira de milênio ... Em todo o país a coisa pega fogo e falta alento para suportar tamanha sucessão de equívocos. A balança comercial permanece negativa no descompasso das importações e exportações. O desespero de aumentar a arrecadação fiscal fere de morte os contribuintes que não têm mais de onde serem sugados. Os índices de violência crescem de forma assustadora e o povo, amedrontado e aflito, tenta escapar como pode das estatísticas cruéis que infelicitam famílias e perpetuam a noção da impunidade. As polícias se rebelam, cruzam os braços e entregam a população à própria sorte já que, também elas, não conseguem ser ouvidas em seus apelos por melhores salários e condições dignas de trabalho. O Congresso Nacional lava a roupa suja enquanto os eleitores assistem atônitos o troca-troca de cadeiras. Ícones da política brasileira derretem como sorvete ao sol. Nos

hospitais públicos a dor dos humildes só consegue ser menor do que as filas e o descaso. A disparada do dólar deixa sem fôlego nosso próprio sonho de moeda estável. Os juros continuam estratosféricos enredando assalariados em dívidas impagáveis junto aos bancos e outras financeiras. O futebol canarinho debate-se na gaiola e na mutilação das asas abre a vergonhosa perspectiva de deixar o Brasil fora da Copa do Mundo. O desemprego continua assombrando o mercado num túnel escuro de onde não se divisa qualquer sinal de luz. E por falar em luz, essa mesmo é que não há! O povo se contorce pra assimilar as medidas de contenção energética e o princípio básico da prestação de serviços públicos é ferido, já que os usuários que não conseguiram atingir a meta de economia têm sua luz cortada mesmo que tenham pago a conta (em todos os sentidos que se queira entender). A indústria, que depende visceralmente de energia para crescer, empaca e ameaça com a única arma de que dispõe para se fazer ouvir: demissão de trabalhadores. A onda de seqüestros não poupa nem a figura mais popular do meio televisivo nacional e o homem do baú chora sua dor de pai. Nem a morte nos poupa. E na dor inexorável da perda lá se foi nosso Jorge Amado abreviando a mais brasileira das criações literárias, Depois de festejar os dez anos de criação do Código Nacional do Consumidor a zombaria bate à nossa porta e vemos os fabricantes maquiando seus produtos ... na embalagem dos biscoitos lê-se a promessa dos 200 gramas, mas na pesagem exata (Pasmem! Comeram nossos biscoitos!) não se acha mais que 170. E o papel higiênico? Que sujeira... Os rolos de quarenta metros, descobriu-se agora, estavam sendo vendidos na verdade com apenas trinta (e olha que com tanta notícia ruim não é só a dor de cabeça que aumenta...). Mas, calma! O céu é o limite Depois de mais de seis anos de espera os servidores públicos são premiados com a proposta indecorosa do aumento de 3%. O poder executivo que é quem de fato elabora todo o orçamento joga a batata quente para deputados e senadores, como se ao Congresso Nacional fosse permitida alguma ingerência maior do que a mera aprovação e alguns pequenos retoques no projeto de lei orçamentária. Que o Congresso encontre a fórmula para aumentar o salário dos servidores. Esqueceram de nos passar a cartola mágica, mas, enfim... Melhor que tudo é a frase do presidente, fechando a semana com chave de ouro: "Se os servidores acham que o céu é o limite que peçam o que quiserem". Ai ai, ai...

O PIOR INIMIGO

Belém, Belém ... Nunca mais fico de bem! Era assim, evocando folcloricamente o nome do nosso Estado-irmão, que bradávamos o grito de guerra contra os inimigos – meninos iguais à gente, franzinos, parrudos, pobres ou abastados, traquinando pelas ruas de Macapá. A motivação da guerra? Ah ... Uma bola acidentalmente furada, a inconformidade com a derrota no jogo, a disputa pela menina mais linda do bairro. A jura era feita com sentimento, no auge da indignação infantil, projetando para a eternidade a bronca que não durava nem dois dias ...

E assim cresceu minha geração. O passar do tempo deu-nos uma visão menos inocente do mundo. Vimos, ao longo dos anos a sucessão de conflitos por motivos étnicos, políticos, de supremacia econômica, por reconhecimento de territórios, pela imposição intolerante de crenças religiosas. Assombraram-nos o horror de duas grandes guerras mundiais, o pesadelo da guerra fria, o holocausto, a busca pela superação nos armamentos químicos, biológicos, nucleares, e o ceifar constante de vidas, tombadas pela fome, pela doença, pela miséria extrema.

Mas, caramba! Eu não perdi o sonho da paz e sempre acreditei que a história poderia tomar aos poucos o viés da conciliação, da harmonia. Qualquer coisa de menino ainda me fazia crer que a marcha insana seria contida por algum processo mágico, por algum apelo de sensatez. E, de repente, no impacto de bombas e no choque de aeronaves contra prédios-referência de um país, caem por terra minhas utopias ... Os fantasmas novamente se agigantam, rindo do meu assombro diante de cenas catastróficas e cruelmente reais. O alvo, para dar contornos ainda mais severos aos fatos, é a nação mais poderosa do mundo, a mais rica, a mais imperiosa. E pegaram pesado, atacando ícones da solidez financeira e militar americana. As torres do portentoso World Trade Center e uma ala do Pentágono ruíram como os prédios do Sergio Naya, fazendo ecoar a dor e o desespero de milhares de pessoas inocentes.

Agora, um atônito Presidente bate os tambores da guerra e promete vingança. Diz que a luta do bem contra o mal dará uma resposta ao silêncio dos inocentes. Mais sangue ... Mais mortes ... Mais guerra. Sobre os ombros de jovens soldados recairá a missão de punir o inimigo. Estratégias diplomáticas e militares se organizam para o ataque, em nome da ordem, da segurança e da honra americanas. Sobre a ingrata contabilidade dos mortos já se rascunha a próxima lista.

E o inimigo... o pior inimigo, onde está? Ora Escondido atrás de todas as sandices que continuam escorrendo em forma de sangue nas veias do novo milênio. O pior inimigo está camuflado atrás de cada lágrima caída, de cada grito de horror, de cada gesto extremo de desespero e incredulidade de todos os tempos. Está o pior inimigo por trás de cada arma disparada, e cada míssil que se projeta, de cada gesto de violência e intolerância contra qualquer ser humano. Sem pátria, sem rosto, sem nome, sem alma — este é o pior inimigo. Pode chamar-se Bin Laden, mas já o chamamos também de Hitler, Ramzi Timothy, Mussolini, Pinochet, Saddam, Nero, Bashar, Torquemada, Pôncio Pilatos — a crueldade, a covardia e a loucura assinam páginas incontáveis da história humana, em todos os tempos, em todas as eras.

Mas, debaixo de escombros, alguns ainda respiram e pensam. Sobretudo, pensam. Os atentados contra a mais poderosa nação do mundo oferecem a todos uma nova oportunidade de reflexão. Dizem que Deus dá a todos a chance de aprender com a dor ou com a alegria. A humanidade tem feito escolhas erradas e continua pagando o preço de cada inconsequência, de cada indiferença, de cada mau trato. Em tempos de globalização porém, o perigo se agiganta e se avizinha. Abramos os olhos. Mudemos de atitude. O pior inimigo ri e debocha de todas as lágrimas e pode estar em qualquer parte, inclusive ao nosso lado, espreitando com cinismo, planejando o novo ataque.

O PRIMEIRO PASSO

A conferência mundial sobre a Aids, iniciada esta semana em Nova Iorque chama atenção pelo grau de mobilidade que está provocando. Não vamos longe, qualquer coisa em torno de dois anos, e lembraremos que líderes de países já bastante castigados pela doença sequer admitiam que seu povo estava sendo afetado. Bem, decidiram todos, felizmente, abrir o olho.

Talvez por essa razão, notícia que mais me sensibilizou esta semana foi a de que até o fim deste mês de julho; o Brasil fabricará genéricos contra Aids e o diabetes. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária já autorizou a fabricação da droga para o diabetes e está concluindo os estudos dos pedidos de registro para sete dos treze medicamentos que fazem parte do coquetel anti-aids. Os novos produtos, mais baratos que os remédios de marcas tradicionais, devem chegar ao mercado em setembro. No Brasil, quase dez por cento da população sofre de diabetes. E, em relação a Aids, as projeções da Organização das Na-

ções Unidas são estarrecedoras – o mundo deverá abrigar, até 2005, cem milhões de pessoas contaminadas pelo vírus do HIV.

Há poucas semanas, aqui neste espaço privilegiado, eu tive a oportunidade de tecer algumas considerações sobre a arrogância do governo americano de querer impor ao mundo sua política comercial em torno dos medicamentos. A pressão da indústria farmacêutica, riquíssima às custas do sofrimento alheio, foi enorme e ainda continua bastante acirrada. É de se esperar, porém, que o Governo brasileiro aproveite a comoção mundial para não transigir na sua defesa pela quebra de patentes de remédios para Aids criticada pelo Governo dos Estados Unidos.

O cenário é particularmente favorável a essa postura. Em seu editorial, o jornal **The Washington Post** destacou que “descontos nos remédios e mais programas promissores em países como o Brasil provaram que o tratamento deve ser parte das estratégias de controle da Aids”. Sobre o Brasil foram feitas menções honrosas, como as do ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, que, na mesma edição, declarou: “O Brasil é um país onde os cidadãos comuns e seus governos estão trabalhando juntos, com grande sucesso, para deter o HIV”.

Os avanços e o reconhecimento que o Brasil tem obtido junto às comunidades estrangeiras devem mesmo servir de ânimo. É bom saber que estamos dando certo em alguma coisa na área da saúde, já que este é um dos aspectos sociais que mais sofrimento imprimem à população, sobretudo aos mais humildes que conhecem amiúde o padecimento das filas de hospitais, o abandono, o descaso e a absoluta falta de acesso aos medicamentos de última geração.

Que Deus continue iluminando a cabeça de nossos cientistas, aproximando os debates da execução prática, ligando o “desconfiômetro” de governantes de países ricos como é o caso dos Estados Unidos, cujo Presidente deveria envergonhar-se de sua oferta irrisória de duzentos milhões de dólares para o fundo proposto pela ONU, que necessita de quase dez bilhões de dólares por ano para combater a Aids nos países mais pobres.

E, por fim, que a vontade divina sensibilize os donos de patentes de remédios. O sucesso obtido, graças às pesquisas realizada por cérebros privilegiados, constitui dom de sabedoria especial e não pode ter sido oferecido ao homem sem a contrapartida da caridade, da partilha, da atenção para com aqueles que sofrem, isso pode parecer piegas e até fantasioso, mas os números da doença nada têm de ilusório e a comoção que provocam é dolorosamente verdadeira.

ra. A perspectiva histórica indica que o desafio a vencer é colossal, mas é ela mesmo que nos ensina, baseada no adágio popular, que toda grande caminhada começa com o primeiro passo.

OPERAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Nos eventuais descompassos da administração pública muitas injustiças são cometidas e acabam sedimentando-se quando nenhuma voz se levanta para cessar seus efeitos. Esta semana, quase os nossos Policiais e Bombeiros Militares se viram como protagonistas de uma dessas desigualdades. Estava em questão o pagamento da GEOPM – a gratificação de operação militar referente aos meses de outubro, novembro e dezembro do ano 2000 que estavam atrasadas. Parecia enredo do dito popular segundo o qual farinha pouca meu pirão primeiro. O entendimento Ministerial foi no sentido de que os recursos disponíveis só eram bastantes para pagar a referida gratificação aos policiais de Roraima. O Amapá não seria contemplado ao mesmo tempo. Foi quando recebi o telefonema do Coronel Alves, indignado com as informações que obtivera junto ao Ministério. Ele pedia a nossa imediata interferência para que também os policiais do Amapá fossem contemplados. A resposta foi imediata.

Ora, até onde se sabe, a dor que dói em chicho, dói em Francisco. Então era a hora deste Senador protestar e o meu destino era um só: O Ministério da Fazenda e a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Orçamento e Gestão. Nada contra os valerosos Policiais de Roraima, mas afinal, por que eles e os nossos não? Toda vez que se trata desigualmente os iguais ou igualmente os desiguais o resultado é a injustiça. Dizem que o bom cabrito não berra, mas ali era preciso berrar. Curiosamente a questão estava sendo decidida em pleno período do chamado recesso parlamentar, com o Congresso vazio, de deputados e senadores em seus respectivos Estados. Dessa vez eu fiquei feliz de não estar no Amapá, já que decidi, mesmo com o recesso, permanecer com o Gabinete em atividade normal. Foi uma daquelas situações oportunas em que nos encontramos na hora certa, no lugar certo.

Exposta a discriminação, o próximo passo era saná-la; e foi o que conseguimos graças a Deus. Os Policiais e Bombeiros Militares do Amapá vão, portanto, receber parte da GEOPM agora neste mês de julho, com o restante do pagamento agendado para os meses de agosto e setembro. A gratificação corresponde a R\$350,18 (trezentos e cinquenta reais e dezoito centavos) paga indistintamente dos soldados aos coronéis.

Passado o dissabor de ter que ficar brigando por uma coisa que é de pleno direito, restou, felizmente, a vitória sobre a tirania. Mas o sucesso não nos deve tirar a disposição para o questionamento. As ações de segurança pública ocupam hoje o topo de linha do debate nacional. Cresce o medo da população e a proporção exata em que também se avolumam os casos de violência, a decadência do nosso modelo penitenciário, a agressão aos princípios de direitos humanos. Nesse caldeirão fervem juntos incontáveis sentimentos — a indignação dos cidadãos de bem, a inconformidade das vítimas da violência, o medo. Fervem também as inquietações e angústias dos profissionais da segurança — homens e mulheres, policiais que se arriscam sistematicamente todos os dias sem que suas próprias necessidades sejam atendidas.

O policial nos dias de hoje, mais do que em todos os tempos, é um ser humano atormentado, dividido entre o dever de proteger a sociedade e o direito de ser também ele e sua família protegidos. As escalas de trabalho continuam cumprindo em diversas unidades regras desumanas. Os programas habitacionais destinados aos militares continuam andando a passos de cágado no país. Eles saem para combater a violência nas ruas, enquanto seus filhos ficam expostos a uma violência ainda pior em bairros onde a marginalidade faz do policial o refém do medo — medo inclusive de que sua família sofra as retaliações dos bandidos que ele ajuda a prender. Falta-lhes apoio psicológico adequado, falta-lhes salários condizentes com o risco profissional que assumem, falta-lhes, muitas vezes, respeito e reconhecimento para a missão que pesa sobre seus ombros. Em todas as corporações, por mais velada que seja a forma de tratar o problema, são inúmeros os casos de policiais que estão sucumbindo aos descompassos emocionais e ao vício da bebida e até de outras drogas na ilusão de tornar mais suave mundo marginal com que convivem. Os princípios de ética, correção, força, coragem e heroísmo se defrontam violentamente com outros valores nada construtivos.

Sim, eles erram. Eles fraquejam — são seres humanos, afinal. Então é preciso ver onde está o erro. Onde, na estrada correta e limpa, começam a surgir os atalhos ruins e onde está, como e por que a agilidade atuam as forças capazes de reverter esse desvio de conduta. De qualquer forma, tenho a absoluta convicção que um desses resgates passa, necessariamente, pela questão salarial. Um policial mal pago, incompreendido, abandonado às suas próprias vicissitudes, está potencialmente vocacionado para se distanciar dos ideais que um dia permearam seu coração.

Eu festejo a inclusão dos policiais e bombeiros militares do Amapá no recebimento da GEOPM e agradeço ao representante dessas corporações na pessoa do Coronel Alves por ter confiado a mim a tarefa de interromper a injustiça que estava para ser cometida. Há poucos dias fui agraciado com uma comenda atribuída pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, lá em Brasília. A honra e a alegria da homenagem acabaram completando-se com essa atuação oportuna e emergencial para incluir os policiais e bombeiros militares do Amapá no pagamento da gratificação de Operação policial. A semana ficou completa e o registro de hoje retrata o meu sentimento de dever cumprido.

PACIÊNCIA DE JÓ

Tudo a seu tempo! Ao assumirmos a presidência do PMDB/AP, estávamos cientes da interferência do Governo do Estado dentro do Partido, e desde aquele momento, através dos meios de comunicação, deixei à vontade aqueles que comungavam com a administração espúria de Capibaribe, para que efetuassem suas filiações no PSB.

As correntes políticas que compõem a legenda peemedebista, sempre tiveram posições bem definidas, exteriorizadas em estilo e pensamento. O grupo liderado pelo Sr. Capibaribe, dentro do PMDB, é conhecido, e a maioria de seus componentes, esteve sempre em busca de cargos e benefícios pessoais, colocando o Partido em um longo período de engessamento e letargia, impossibilitando ações em defesa dos interesses da sociedade amapaense.

Um apêndice do PSB, dentro do PMDB. O Palácio do Setentrião comandou esse grupo, até a retomada de identidade ideológica do Partido. O compromisso com a Luta em prol da verdade, da política correta, do esclarecimento à população, retomou a PMDB.

Felizmente, terão paciência, exercitamos a convivência democrática, respeitando os posicionamentos evidentes a favor do Governo do Estado, e absolutamente contra os do PMDB e do povo amapaense. Embora, desde o princípio, tenhamos deixado os quinta colunas à vontade, enfim, resolveram tomar uma decisão.

A fase de sabotagem do Partido que está sendo ultrapassada, é um avanço. Essas figuras identificadas como chapa-brancas, vivem de uma cultura de ex-Território, onde um DAS, uma gratificação do Governo vale mais do que qualquer ideologia ou sigla partidária.

Ao assumir a Presidência do PMDB, trouxe uma substância doutrinária clara, sem subterfúgios. Os

programas políticos do Partido deram visibilidade ao posicionamento contundente contra corrupção e alversação do dinheiro público, mostrando didaticamente, como o senhor Capiberibe e seus asseclas se comportam contra os interesses da sociedade.

Sou um homem abençoado, o PMDB se revitaliza ainda mais, resgatando suas tradições históricas de luta e compromissos com o interesse do conjunto da sociedade.

É tempo de separar o joio do trigo.

PAÍS DOS BANGUELAS

Fui procurado há poucos dias em meu Gabinete por um conterrâneo, que, desesperado, buscava junto aos Senadores auxílio financeiro para tratar os dentes. Esse é um caso típico daquele dito popular segundo o qual algumas coisas nos fariam rir se não nos causassem extrema piedade. Um cidadão, um trabalhador humilde, desesperado de dor e sem nenhum recurso para tratar-se, pedindo ajuda onde? no Congresso Nacional. Tinha qualquer coisa de patética naquela cena. Então me perguntei, por que é que um ser humano precisa se humilhar tanto se submeter a um calvário para garantir um serviço tão elementar? Com um lado do rosto visivelmente inchado e os olhos marejados de dor, o homem percorria os Gabinetes, recolhendo, aqui e ali, alguma ajuda financeira.

Certa vez, falávamos na tribuna do Senado sobre a absoluta falta de uma política de saúde dentária no país, o que faz do Brasil, o país dos banguelas. Quase 20% da população brasileira nunca teve acesso ao dentista. O Ministério da Saúde considera o número impressionante, mas o espanto não parece ser suficiente para que se opere alguma política de resultados para o problema que é real e alarmante. E se pensarmos que as faculdades despejam a cada semestre um número de dentistas muito acima do que o mercado de trabalho tem condições de absorver, aí mesmo é que a incoerência se revela na sua totalidade.

O percentual a que me referi faz parte de uma pesquisa sobre acesso e utilização de serviços de saúde feita pelo IBGE há quase três anos. Mas, que ninguém se iluda. Não houve melhoras na passagem do tempo. Aliás, se aquele mesmo percentual fosse calculado para toda a população brasileira, chegaríamos (na margem daquela aferição) a mais de 29 milhões de pessoas que nunca tiveram atendimento odontológico. É ridículo. É desumano. É quase inacreditável.

As explicações são tão capengas quanto as providências tomadas. Dizem os burocratas que a diferença é explicável pelo fato de o atendimento odontológico gratuito não ser tão amplo quanto o médico e

também porque a maior parte dos planos de saúde não têm nenhum tipo de cobertura para tratamento dentário. Ah bom! Então é isso... Francamente, era melhor nem tentar explicar.

E ali fiquei eu convicto de que a ajuda financeira que dei ao rapaz provavelmente teria que juntar-se a muitas outras colaborações até ser suficiente para ele conseguir o tratamento do qual precisava desesperadamente. Não sou um Senador rico. Não fiz da política um meio de enriquecimento. Minha campanha foi modesta, meus votos garimpados, um a um, junto ao povo que acreditou no meu trabalho como representante político. Mas, naquele momento, me envergonhei de não poder dar mais dinheiro. Porém, mais vergonha ainda eu tive, de ver um conterrâneo ali, naquela situação vexatória e desumana, lutando com as poucas forças que tinha para não ser mais um no país dos banguelas...

PROTESTOS JUSTOS

Algumas vezes, a forma de protestar contra opressão econômica, injustiça social, tortura, terrorismo, abuso de poder, corrupção, insatisfação política, tem uma característica tão criativa ou inusitada, que às vezes, dada a própria simplicidade do ato, conseguem uma projeção e comunicação, imediata.

Embora alguns se arvorem em transgredir valores que entendem ultrapassados, ou pela simples falta de caráter e respeito às demais pessoas, considerando, quem sabe, que a evolução social chegou a tal ponto de ser tudo aceitável. Entretanto, não raramente, quebram a cara.

Esta semana o Primeiro-Ministro da Itália Silvio Berlusconi, pediu em Gênova, durante o encontro de representantes dos sete países mais ricos do mundo, que não estendessem sua roupa para secar, tradicional hábito praticado em toda cidade italiana. Para surpresa de todos, em protesto, as genovesas expressaram sua indignação, pendurando nas janelas suas roupas íntimas. O protesto não refere-se ao pedido do Primeiro-Ministro, e sim às decisões que os países mais ricos do mundo em tomando, em detrimento dos demais países. A globalização econômica que tem ocasionado um aprofundamento do fosso econômico entre os países ricos e os pobres.

Em Brasília, jovens universitários, literalmente arriaram as calças em frente ao Senado Federal, como sinal de protesto aos vários escândalos, acusações, cujos alvos são ocupantes do Congresso Nacional. O brasileiro, com mais frequência tem conseguido externar seus sentimentos de indignação ante a fatos que refletem a má conduta social, o desrespeito

com as pessoas, e a relegação da coletividade a um plano de inferioridade.

Devemos reagir pacificamente, democraticamente, respeitando o direito das pessoas, física, moral e patrimonialmente falando.

Durante toda minha vida, participei de protesto, e não consigo vislumbrar outro meio mais adequado, de insurgência, e foi através desta forma de manifestação que as mudanças e avanços nas relações sociais, foram evoluindo.

Observo que nos protestos, em que a maioria é mulher, os atos são pacíficos, possuem uma pitada de humor, ou expressiva demonstração de sentimentos por simbologia e correspondência com o universo feminino: no Senado uma estudante cobriu-se tão somente com uma bandeira partidária; esposas de policiais vão as ruas e ocupam quartéis no chamado panelaço; na Holanda mulheres tiraram suas blusas pelo direito a igualdade de todos; no Amapá, mulheres iniciaram a busca pela justiça, vestindo-se de branco, protesto que virou o louvável grupo das lágrimas e hoje comporta homens e mulheres; na Argentina e Chile, mulheres com lenços negros na cabeça protestam contra o desaparecimento de seus filhos.

Nos Estados Unidos, lutando pelos direitos ao trabalho digno, mulheres que trancaram-se em uma fábrica manifestando discórdia com o sistema laboral então vigente, morreram queimadas.

No mundo inteiro, pessoas conseguem exteriorizar suas angústias, indignações, revoltas, contra o descaso, a falta de respeito, a discriminação, a relegação do ser humano e dos valores morais a um plano de inferioridade.

A ausência de solidariedade, união familiar, fé, amor, compreensão, respeito, elementos norteadores das relações humanas, são, não raras vezes, substituídos pela arrogância, pelo mau caráter, discórdia, usurpação de bens alheios, públicos ou privados.

O poder transforma o homem, para o bem ou para o mal. Os acontecimentos espúrios que presenciamos hoje no Brasil, parece desenvolver-se universalmente: na Argentina, o ex-Presidente Menem encontra-se em prisão domiciliar; no Peru o ex-Presidente Fujimori, refugiou-se no Japão, e seu principal assessor está preso; no Brasil, três Senadores foram caçados e outro é alvo de investigações, todos, aqui e nos quatro cantos do mundo, ligados intimamente a desvios de comportamento, que resultaram em lesão ao Estado, e portanto, às pessoas.

O Poder, que deveria servir à pacificação, à proteção dos valores sociais, tem em muitos casos, ser-

vido simplesmente ao interesse particular de quem o detém. É uma situação lamentável, porque, além do mal exemplo, causam seríssimos problemas de ordem moral e social para seus representados.

Preocupo-me tão somente com a manifestação violenta, que está se espalhando pelo Brasil, decorrentes de protestos justificáveis, mas injustos, na medida em que colocam a população a mercê da violência, e em perigo de vida.

O protesto faz parte de minha vida, e faço bom uso dele na medida em que, sob todos os aspectos, e de todos os meios que disponho, falo, grito, berro se for preciso, contra os fatos causadores de indignidade, contra a corrupção que tem reinado absoluto no Governo Estadual, impondo drásticas consequências ao bem estar da nossa população. A violência em índices alarmantes, precário atendimento à saúde pública, etc. o Estado inteiro é mal administrado, se é que se pode falar em administração, considerando que a burla, a farsa, a implantação de discórdia e a utilização da máquina pública como particular são marcantes no atual Governo do Estado.

Meu protesto e luta, até que a situação termine, é contra o caso que se instalou no nosso pedaço de Brasil chamado Amapá.

EM DEFESA DO JUDICIÁRIO

Num desses momentos em que a gente se pega lembrando episódios lamentáveis do cenário nacional e até mundial, veio à memória o triste episódio de destempero verbal de João Capiberibe em frente ao novotel – ocasião em que atacou com palavras chulas e grosseiras os Poderes constituídos do nosso Estado. A mesma lembrança desagradável reportou-me a outra passagem infeliz do governante amapaense, dessa vez, no Igarapé do Lago, miando, em mais uma verborragia irascível, tentou enlamear as instituições.

No curso desta semana, acabei testemunhando o deprimente espetáculo do Deputado Milhomem, que repetiu no Plenário da Câmara Federal, os mesmos desarranjos verbais de seu Líder maior e mentor político. Dissimuladamente o Governador utiliza os seus correligionários como atacantes, baseado na máxima de que "a melhor defesa é o ataque". É de bom alvitre lembrar que seu telhado é de vidro.

Milhomem ocupou a tribuna para enlamear o Poder Judiciário do Amapá – uma das instituições mais respeitáveis do Estado, quicá do Brasil. Conseguiu o que queria: aturdir a todos com a sua saraivada de críticas e assaques grosseiros, desqualificando a atuação dos nossos desembargadores, juízes e até

mesmo funcionários que integram o corpo operacional daquelas instâncias jurídicas.

Meu sentimento, bem como do povo amapaense, é de que o Poder Judiciário não pode servir de “bode expiatório” nos casos vexatórios de mau versação do dinheiro público, como o que vemos agora protagonizado pelo Chefe do Executivo Estadual.

Vender a idéia de que é o Judiciário local que deve pagar a fatura da improbidade, é cometer, no mínimo, um gesto de extrema deselegância e injustiça para com uma instituição que nos tem legado a serenidade e a seriedade de suas decisões. Vivemos um momento muito delicado de nossa história política e administrativa, Tateando nesse universo novo e surpreendente da democracia. É de se esperar, portanto, que um debate contemporâneo em torno de medidas moralizadoras não se baseie justamente no enfraquecimento de um de seus mais valiosos pilares. Proclamemos, antes, o fortalecimento do Judiciário em cada uma de suas esferas, acatando seus julgados em definitivo, não embotando sua autoridade.

A visão turva do Deputado Milhomem distorce os fatos, não lhe permitindo o claro entendimento da importância daquele Poder na consolidação da democracia. Seguir os ditames do seu Governador ao contar a história sob o viés errado foi sua escolha. Sua consciência o induziu ao erro. Então, tenhamos prudência ao apontar culpados. E se for imprescindível fazê-lo, que se use da parcimônia, da serenidade, da seriedade. Que se desvende os olhos e comece a corrigir os erros próprios.

Fica aqui, a título de sugestão, uma passagem da literatura árabe, que nos traz o ensinamento de Khalil Gibran para a responsabilidade, quando sentença: “Nenhuma folha amarelece senão com o silencioso assentimento da árvore inteira.”

TEM VAGA, DOUTOR?

A Universidade de Brasília realizou uma pesquisa para traçar um mapa da representatividade racial no seu próprio núcleo. O estudo revelou que lá o número de estudantes e até mesmo de professores negros é extremamente pequeno, sobretudo nos cursos mais concorridos — medicina e direito. Por isso, os coordenadores da pesquisa decidiram propor a destinação de um percentual de vagas para afro-descendentes nos vestibulares. A entidade quer sair na frente, tornando-se a primeira universidade pública brasileira a adotar tal critério. A idéia ganhou repercussão na mídia e levantou uma polêmica no meio acadêmico de todo o Brasil, cuja população é formada por 45% de pessoas da raça negra, que ainda carregam, em menor ou maior escala, o peso dos 350 anos de cativeiro de seus antepassados e 500 anos de discriminação.

A proposta apimentou o debate e eu logo me transporte ao meu próprio tempo de estudante, quando agitava o campus com discursos inflamados e o coração palpitando, cheio de idéias revolucionárias contestando a segregação em todas as suas variantes. Hoje, mais sereno, mas não menos intolerante em relação à discriminação, sobretudo a racial, me vejo analisando as opiniões que se dividem em torno dessa proposta de reserva de vagas nas universidades públicas para a população negra.

De um lado, ouço opiniões contrárias, de pessoas que afirmam que a reserva é uma forma disfarçada de discriminação e que tal proposta não resolverá o problema da secular marginalização dos afro-descendentes, e nem mesmo servirá para abrir-lhes as portas do mercado de trabalho. De outro lado, escuto os defensores da idéia, que sustentam ser a reserva uma espécie de compensação por tantos anos de exclusão.

Antes que você se incline para um outro lado, analise comigo os números apresentados pelo Ministério da Educação. Ano passado, o provão revelou que apenas 2,2% dos brasileiros que concluem o curso superior são da raça negra, e 13,5%, mulatos. Isso equivale a dizer que dos 191 mil estudantes avaliados nas mais de duas mil e oitocentas faculdades de todo o Brasil, 80% são brancos. E ser quisermos observar outros exemplos desse descompasso, a cúpula dos três poderes constituídos é um bom laboratório: Ministros, Deputados, Senadores e Juizes são esmagadoramente brancos.

É preciso lembrar que a destinação de cotas para determinados grupos já vem sendo experimentada em outros âmbitos do ensino, do trabalho e de algumas relações comerciais e representativas. Instrumentos legais fixaram percentagem de participação de mulheres na lista de candidatos a cargos eletivos. Nos concursos públicos reserva-se um número determinado de vagas para os deficientes (ou, como agora chamam — portadores de necessidades especiais) que, indiscutivelmente, enfrentam incontáveis barreiras físicas, psicológicas e até mesmo orgânicas na “piracema” do acesso aos estudos e ao mercado de trabalho. A força da lei também determinou a concessão de bolsas de estudos em entidades de ensino privadas para estudantes pobres. Em junho próximo passado, os Ministérios da Cultura e da Ciência e Tecnologia firmaram convênio para conceder bolsas de pesquisas exclusivas para negros. Tais medidas não encontram, é bem verdade, resultados imediatos, mas abrem (e isso não há como negar) perspectiva a milhões de brasileiros que de outra forma não seriam, contemplados.

É preciso lembrar que as medidas protecionistas, no caso da reserva de vagas para os afro-descendentes, não se projetam na eternidade. O que está sendo proposta é uma experiência por um número determinado de anos, até que se consiga dar mais equilíbrio no acesso aos ensinos fundamental e médio. É preciso considerar, ainda, que escolas públicas, pela sucessão de políticas erradas de ensino, foram relegadas ao abandono e só recentemente temos visto um esforço no sentido de retomar a qualidade de outrora. Ninguém desconhece que hoje os alunos da rede oficial de ensino em todo o país enfrentam, com muito mais dificuldade, a luta por uma vaga nas universidades públicas, travando uma batalha desigual com os alunos advindos das escolas particulares, cada vez mais bem equipadas e seletivas. O término desse fosso existente entre ricos e pobres passa, necessariamente, pelo resgate de uma escola pública de qualidade porque a educação constitui o mais importante e eficiente instrumento de mobilidade social.

Eu lia, recentemente, um artigo que tratava sobre essa dívida secular e que discorria sobre a tese de que, no Brasil, a discriminação tem uma roupagem mais econômica do que propriamente racial. Desta feita, os pobres seriam marginalizados independente da cor da pele. É verdade. Mas, também é verdade que os descendentes da raça negra sofrem, neste caso, uma dupla segregação – por serem negros e por serem pobres, o que justificaria a adoção de políticas para facilitar-lhes o acesso ao preparo intelectual. Por enquanto, as conquistas têm sido arrancadas quase a fórceps. Não há tanto mistério assim! Se as pessoas mais humildes, negras ou brancas, tiverem respeitado o seu direito a um bom preparo escolar, é claro que não precisarão no futuro, de nenhuma reserva de vagas para o que quer que seja. É só uma questão de garantir um mínimo de igualdade. Não é possível mandar para uma mesma frente de batalha soldados cheios de munição e outros contando apenas com a cara e a coragem. Todo ser humano traz o seu potencial – ou, se quiserem um pouco de poesia, traz em si uma pedra bruta que lapidada pode virar um belo diamante.

Uma reflexão sobre essa realidade talvez ajude a unificar as opiniões e nos fazer aceitar como necessária, oportuna, e até mesmo coerente, a proposta lançada pela Universidade de Brasília. É tempo de pensar e de agir, porque o desenvolvimento de uma nação não distingue matizes. E tampouco pode prescindir da participação e da contribuição intelectual de quase metade de seu povo.

TRANQUILIDADE PÚBLICA

A cada dia que passa, torna-se mais preocupante a insatisfação social que vêm tomando conta da sociedade brasileira. Não é à toa que o caldeirão social, que desde a era “Collor” acendeu-se em fogo brando, está cada dia mais quente.

Não é de se estranhar que esta insatisfação esteja brotando de forma tão passional e organizada, pois as sucessivas crises econômicas têm deixado os brasileiros a mercê de fatores que tiram o sossego de todos: falta de atualização salarial, agravada com o aumento constante de produtos e serviços, acarretando perda substancial do poder aquisitivo. Em muitos casos, inclusive, uma queda brutal na qualidade de vida do cidadão. Os servidores públicos sofrem em dose dobrada, pois além da carga econômica negativa que vêm suportando, ainda há o desemprego a rondar a porta, seja pela perda da estabilidade, ou pelo incentivado Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Até o futebol, alegria do povo, que mesmo nos momentos de sérias crises no País, como a Copa de 70, que serviu de elemento de redenção das agruras passadas pelos brasileiros, parece nos virar as costas.

A violência bate à nossa porta, como se fosse a coisa mais natural do mundo. As pessoas é que ficam presas em suas casas, pelas grades, cães, ou pelo medo que impede a todos de usufruir da qualidade de vida de nossos antepassados, que não possuíam o desenvolvimento eletrônico, de comunicação, etc, que hoje está a nosso dispor, entretanto o prazer do sossego, da tranquilidade, do bom viver, da amizade desprendida, eram presentes em suas vidas.

É com muita preocupação que vemos a ebulição dos quartéis, como hoje ocorre na Bahia, fruto de uma greve justa para os policiais, que cumprem um papel fundamental na sociedade, colocando suas vidas diariamente em perigo. As ações de segurança pública ocupam hoje o topo de linha no debate nacional. Cresce o medo da população na proporção exata em que também se avolumam os casos de violência, a decadência do nosso modelo penitenciário, a agressão aos princípios de direitos humanos. Nesse caldeirão fervem juntos incontáveis sentimentos indignação dos cidadãos de bem, a inconformidade das vítimas da violência, o medo. Fervem também as inquietações e angústias dos profissionais da segurança – homens e mulheres, policiais que se arriscam sistematicamente todos os dias sem que suas próprias necessidades sejam atendidas.

O policial nos dias de hoje, mais do que em todos os tempos, é um ser humano atormentado, dividi-

do entre o dever de proteger a sociedade e o direito de serem também ele e sua família protegidos. As escalas de trabalho continuam cumprindo em diversas unidades regras desumanas. Eles saem para combater a violência nas ruas, enquanto seus filhos ficam expostos a uma violência ainda pior em bairros onde a marginalidade faz do policial um refém do medo — medo inclusive de que sua família sofra as retaliações dos bandidos que ele ajuda a prender. Falta-lhes apoio psicológico adequado, falta-lhes salários condizentes com o risco profissional que assumem, falta-lhes, muitas vezes, respeito e reconhecimento para a missão que pesa sobre seus ombros.

A crise que está ocorrendo em Salvador, sucede as greves de Recife e de Tocantins, considerando que os problemas econômicos no Brasil e na Argentina, com graves reflexos no Brasil, não parece ter um fim num período breve. Entretanto, mesmo aceitando como plausíveis todos os problemas que originaram estas greves, o fato de deixar a população à mercê dos bandidos, é absolutamente reprovável.

Como Senador, nossa responsabilidade é dobrada, por isso lutamos sempre, através de legislação criadoras de fundos que servirão para auxiliar os Estados, e pelas melhorias salariais e administrativas, dos policiais militares, civis, professores, servidores da saúde, enfim, servidores de um modo geral, aliás, nome mais do que apropriado não poderia haver! pois estão eles diariamente a serviço de todos, sendo responsáveis por milhares de famílias amapaenses.

Sou de natureza observadora e primo muito pelo fazer, executar. Há uma necessidade muito grande de Governadores preocupados com a segurança, com a educação, que governem voltados não para a próxima eleição, especialmente os casos de reeleição pretensão de monopolizar todos os poderes do Estado, elegendo Prefeitos fabricados que servirão mais tarde de marionetes, Deputados que vão fazer vista grossa de seus abusos, na Assembléia Legislativa. A quem interessa esta maneira forjada de administrar? Ao cidadão, ao povo, realmente, verdadeiramente, não é.

Para nós amapaenses a crise é sofrida da mesma forma. Entretanto, como a maioria dos servidores públicos são federais recebendo regularmente seus salários, e ainda é possível adquirir produtos com custos baixo na Área de Livre Comércio, nosso povo, que é marcado pelas características de ordeiro, religioso e pacato, vai fazendo suas orações para que as coisas melhorem.

Enquanto isso, o Governo Estadual, na irresponsabilidade que lhe é peculiar, continua com sua propaganda enganosa, gerando novas crises com os Poderes Executivo e Judiciário, levando o nosso Amapá ao caos econômico e administrativo.

Mas o basta, está perto!

VESTIDO AZUL

No vôo que me levava de Macapá à Brasília no início da última semana, eu lia um jornal onde chamou-me atenção uma reportagem que revelava os números da depredação de telefones públicos na capital do país. De acordo com a empresa telefônica de Brasília, lá, todos os meses, uma média de oitocentos e cinquenta telefones públicos — os orelhões — são depredados, tanto nos bairros mais ricos quanto nos mais pobres. Fiquei estarelecido. Afinal, telefones amenizam saudades, diminuem distâncias, salvam até vidas e servem, fundamentalmente, às pessoas mais humildes que não têm em sua própria casa uma linha particular. Eu não li a reportagem até o fim, fiquei divagando, projetando mentalmente o efeito multiplicador daquela destruição e ocorreu-me pensar nas motivações que levam uma pessoa a vilipendiar o patrimônio público. Num país como o nosso, em que a população carrega sobre os ombros uma das maiores cargas tributárias do planeta, como explicar que tanta gente ainda não se dê conta de que a conta do vandalismo sai do bolso do próprio trabalhador, do próprio contribuinte?

A regra vale para tudo. O orelhão que se quebra, a guimba de cigarro que se atira com displicência pela janela do carro e que provoca inúmeras queimadas na vegetação à beira das estradas, o lixo que se atira impunemente nos rios, a água que se desperdiça como se não fosse um bem vital, a pichação de muros, monumentos e prédios públicos e até aquele minúsculo papelzinho que atiramos na rua (como se a ele não fossem somar-se outros tantos que as pessoas igualmente jogam), tudo, rigorosamente tudo, faz parte de uma engrenagem complexa que, posta em movimento, define a qualidade de vida de que um povo pode dispor ou da qual acaba tendo que prescindir. E mais, define também, o grau de educação que temos ou que precisamos indiscutivelmente ter.

Há poucos dias, navegando solitário pela internet, eu li uma história muito delicada, que me pareceu bastante próxima daquilo que eu entendo por cidadania, amor à cidade, amor ao país. Era a história de uma garotinha muito bonita que morava num bairro bem pobre. Sua mãe não era muito cuidadosa, por

isso a menina vivia suja, com roupas maltratadas mais pela sujeira do que pela simplicidade.

A menina freqüentava a escola local. Um certo dia, o professor, penalizado, indagou:

– Como pode uma menina tão bonita vir para a escola tão suja e desarrumada?

Com isso, ele separou uma parte de seu pequeno salário e deu de presente à menina um lindo vestido azul. Quando a mãe viu a filha, lamentou que ela estivesse tão suja usando aquele vestido tão lindo. Então passou a dar-lhe banho todos os dias, pentear seus cabelos e cortar-lhe as unhas. Passada uma semana, o pai da menina indagou à esposa:

– Você não acha uma vergonha que nossa filha sendo tão bonita e arrumada, more num lugar como este, sujo, caindo aos pedaços?

Então, nas horas vagas, ele pintou as paredes da casa e a mãe plantou um jardim. Logo a casa se destacou na vila. Os vizinhos então se envergonharam de seus barracos feios e resolveram também pintá-los e plantar flores em volta. Em pouco tempo todo o bairro estava florido e as casas pintadas. Aí um homem prestou atenção na luta daquela gente simples para tornar o bairro mais bonito e decidiu ir ao Prefeito pedir melhoramentos. A rua ganhou asfalto, o esgoto foi canalizado. As flores completavam o cenário ... E pensar que tudo começou com um vestido azul.

Essa historinha serve para nos lembrar que é mesmo difícil mudar todas as coisas, mas não é impossível mudar algumas delas. É difícil para uma pessoa limpar toda a rua, mas é fácil varrer sua própria calçada. É fora de alcance compor sozinho uma floresta, mas é gratificante plantar uma árvore (ou ao menos cuidar das que já temos...). É difícil reconstruir um planeta, mas é fácil dar uma pequena parcela de contribuição, porque as moedas de amor valem mais do que os tesouros bancários quando distribuídas com bondade e no momento certo. E você? já deu para alguém um vestido azul?

DIA DA MULHER 2001

Mulheres, esses seres tão importantes, que circundam nossas vidas desde o nascimento: são mães, irmãs, primas, esposas, filhas, profissionais em todos os segmentos.

Hoje são mais livre e felizes em relação ao tempo passado, com que conta-nos a história mundial.

Às vezes, fico a observar a condição que elas tem de fazer diversas coisas ao mesmo tempo; telefonam, digitam, e olham as unhas ao mesmo tempo.

Cuidam das crianças, cozinham e assistem televisão simultaneamente, e várias outras coisas

É muito interessante vê-las atuando profissionalmente, tanto quanto em casa. Irrequietas por natureza, possuem uma curiosidade nata que as fazem ter uma percepção universal diferente da masculina. É uma complementação. A natureza em sua sabedoria nos fez assim, homens e mulheres, totalmente ligados, desde o ventre.

A evolução histórica feminina, é surpreendente. Hoje quando verificamos as batalhas empreendidas pelas mulheres nesse século 20, constatamos a maior revolução de que se têm notícia. Transformações profundas foram sedimentadas, jogando luz onde só havia a cegueira do desrespeito e da violência física e emocional. Quando me decidi a escrever este pequeno artigo na passagem do dia internacionalmente dedicado à mulher, o fiz tendo como propósito destacar as nuances bem sucedidas dessa revolução. Mas é muito difícil falar de alegria sem pontuar o processo de dor. É muito difícil saudar a vitória sem reverenciar a luta, daí a lembrança ao que a mulher passou para chegar ao ponto de hoje ao dominarem técnicas e áreas profissionais antes exclusivamente acessíveis ao homem. Sim, foi uma tremenda revolução.

Mesmo assim, apesar de tantos progressos, a tocha continua tendo que ser passada de mão em mão, porque a corrida não chegou ao fim. Uma em cada cinco mulheres no planeta ainda sofre todo tipo de violência. Em países como a África perpetua-se a tradição do corte do clitóris. Ainda meninas elas sofrem a dor lancinante da mutilação genital. As que sobrevivem carregam por toda a vida a marca do rito cruel. São mulheres que jamais sentirão prazer sexual. Em diversos países do Oriente Médio a cada doze horas uma mulher morre queimada, num ritual de suplício e dor extrema. São povos onde a mulher para se casar precisa pagar um dote. Quando o marido ou mesmo a sogra consideram que fizeram um mal negócio eles queimam a moça viva em sinal de descontentamento. No Afeganistão, um país mergulhado em guerra há vinte anos, as mulheres foram reconduzidas à obscuridade, desde que lá se instalou o regime talibã, milícia encarregada de impor a rígida lei islâmica. Um dos primeiros decretos foi a volta do buska, um manto que cobre as mulheres da cabeça aos pés. Sob os panos elas escondem uma tristeza imensa e uma revolta palpitante que fizeram o número de suicídios atingir níveis epidêmicos. O veneno mais acessível é a soda cáustica, que provoca uma morte lenta e dolorosa. Elas também perderam o direito ao passaporte e à carteira de identidade. Proibidas de freqüen-

tar escolas e de trabalhar, foram deixadas na miséria. Mas que ninguém se engane: a dor e a humilhação estão ali, gestando uma próxima etapa de coragem. Elas vão insurgir-se com ou sem a ajuda das organizações internacionais que se revelam impotentes e inoperantes diante da covardia e do atraso.

As mulheres brasileiras somente tiveram direito ao voto em 1930, ainda não têm carteira assinada. Apesar de serem em maioria na população, apenas 13% ocupam cargos de chefia e quase todas, a despeito das determinações constitucionais, ainda sofrem terríveis pressões e são discriminadas quando têm filhos e precisam conciliar as funções maternas com o trabalho. A sensibilidade no trato da lei, está conseguindo, aos poucos, reverter dados que há algumas décadas vinham subsistindo.

No entanto, apesar de tantas limitações sofridas, a mulher que chega ao século 21, fortalecida pela própria trajetória de Luta que empreendeu por anos a fio.

Para seres especiais, uni dia muito especial.

CRISES ANUNCIADAS

O governo federal segue com seu plano de racionamento de energia, executado em meio a uma série de pressões. Elas vão desde as ações judiciais movidas por cidadãos inconformados com as previsões punitivas para quem não se enquadrar, até os próprios tropeços das autoridades designadas para conduzir o plano de racionamento. Em meio ao disse-me disse faltam orientações precisas para o consumidor e sobram desencontros em relação aos procedimentos, como uma orquestra ensandecida, sem a batuta de seu maestro. O curioso de tudo é que a pedra da crise no setor de energia vem sendo cantada há vários anos, sem que ninguém se desse conta da gravidade do tema e mais, sem que fossem tomadas as medidas preventivas e de solução prática. Assim, tal como acontece sempre que faltam planejamento, visão política e estratégias, o barco está afundando sem dar tempo para ninguém escolher a cor da bóia.

A administração pública não é tarefa amena, mas é incômodo, pra não dizer frustrante, bradar ao vento, chamar atenção sistematicamente para um problema e não obter resposta. Agora é a crise de energia e, o coração, na sua inquietude visionária, pergunta: Qual será a próxima? Com a pauta em dia, nem precisamos ir muito longe pra arriscar alguns palpites. Podemos citar, por exemplo, a crise na alimentação. O Brasil produz algo em torno de oitenta milhões de toneladas de grãos, quando deveria estar produzindo pelo menos duzentos milhões, O que se

produz atualmente não atende sequer ao consumo interno. No terreno movediço das crises anunciadas, ninguém duvida que a falta de investimento no setor agrícola projeta os contornos do próximo desarranjo, afundando o país em mais uma tormenta.

E botem as barbas de molho ... A imprensa nacional fez soar esta semana um alarme que, na verdade, já é de conhecimento de todos: A crise no setor de transportes – outra área vital para o desenvolvimento socioeconômico do país. O setor padece da mesma falta de investimentos. Os recursos necessários giram em torno de quatro bilhões de reais por ano, sendo um bilhão só para a manutenção das rodovias. O Ministro Elizeu Padilha sugere a criação de um fundo com receita vinculada. Traduzindo: mais um imposto. Os recursos viriam da parcela de preços específicos que incide sobre os combustíveis. O aconselhamento do ministro foi recebido com surpresa pelos técnicos da área econômica do governo, já que o Ministério dos Transportes deverá ser beneficiado com verba adicional prevista num projeto de crédito suplementar já encaminhado ao Congresso Nacional. Tudo destinado à recuperação das estradas.

Mas justifica-se o medo de Padilha, afinal, farinha pouca, meu pirão primeiro. Com o setor energético clamando por ajuda, ninguém descarta a possibilidade de o governo remanejar recursos de algumas áreas para aumentar os investimentos naquela outra. São as crises anunciadas. Ou por acaso é surpresa nesse país ver um santo ser despido pra que outro se componha?

MINHA VEZ

Quando eu era Deputado Federal, representando o povo do Estado do Amapá em Brasília, tive a oportunidade de experimentar diversas nuances da atividade política. Não dá para esquecer ... a diplomação, a cerimônia da posse, a organização inicial do gabinete, a formação da primeira equipe. O coração, tomado de alegria e ansiedade, dividia-se entre o orgulho e a humildade, entre a coragem e a timidez, entre a comemoração e o forte apelo do trabalho imediato. O hino nacional, ouvido dentro daquele plenário, tinha um som diferente, mesclando a densidade cívica de sua mensagem à grandeza do comprometimento que eu estava assumindo a partir daquele momento. E então me ocorre pensar numa sensação curiosa: naquela estréia eu não estava sozinho. Era como se cada pessoa de minha família, cada amigo, e, sobretudo, cada eleitor, entrasse junto comigo e me sussurrasse baixinho no ouvido: "Vai, Gilvam! Agora é você por nós ..."

Os anos se passaram. As descobertas felizes alternaram-se com algumas frustrações. Eu lembro bem que a primeira alegria foi perceber que alguns sonhos mantinham-se preservados pela fé delicada e pura da juventude, ainda que eu já fosse homem maduro. E lembro também, paradoxalmente, que alguns desses mesmos sonhos, logo revelaram-se difíceis demais de atingir: o sonho da igualdade social, a quimera da autonomia para mudar radicalmente aquele panorama triste que separava os cidadãos em categorias, num contexto cheio de exclusões. Eu lembro também da primeira constatação de que ali se travaria uma luta desigual, onde Estados grandes, impulsionados por uma economia mais forte e por uma representação política mais antiga e dominante, tinham prioridades e vantagens desconcertantes.

Assim, mais uma vez, me dei conta do quão valente eu precisaria ser para questionar e superar a tendência mórbida das desigualdades. Fechava os olhos e procurava ouvir aquelas vozes: "Vai Gilvam, agora é você por nós...". Então os anos se passaram. Os embaraços iniciais deram lugar a uma determinação inquebrantável de fazer cada eleitor amapaense sentir orgulho do voto dado àquele homem do jeep, do ônibus, que não temia em falar ao povo. Um homem que não gostava de calçar sapatos e que tinha prazer em caminhar longas distâncias, para conhecer gente nova, entender a realidade à sua volta, assimilar o jeito de ser do seu povo com suas carências e vicissitudes.

Quando tornei-me Senador, algumas das inquietações primeiras já não me acenaram. A responsabilidade era maior. E o número de pessoas representadas pelo voto, maior ainda. E ali, com mais intensidade, eu podia ouvir aquelas vozes: "Vai Gilvam ...".

Os últimos acontecimentos políticos estão marcando com dureza o coração do povo brasileiro. Errados ou certos, com razão ou fora dela, senadores e deputados andam protagonizando papéis confusos, dúbios e, porque não dizer, débeis. O eleitorado está atônito, tentando formar uma opinião nesse mosaico de defesas e ataques, de ódios que se selam na mesma velocidade em que se desconfiguram. Fariam bem os congressistas se prestassem atenção nas vozes que os acompanham.

Mas, tem que servir para alguma coisa toda essa expiação. A penitência vai além de figuras punitivas, por isso, o discurso da cassação, da condenação, da execração pública não pode falar mais alto que o direito que o país tem de voltar à normalidade. Todos merecem a chance de tentar.

Mas o país é um corpo vivo que sofre profundamente todos os impactos do pensamento, da atuação e da pregação política. Eu me recuso ao papel do entreguismo, prefiro a ordem ao caos, e, definitivamente, não estou na turma do "quanto pior, melhor". Talvez porque tenha inserido na minha mente e selado no meu coração, de forma muito clara, os compromissos que assumi quando me vi eleito Deputado Federal e, posteriormente, Senador da República ... ou talvez, quem sabe, porque passados tantos anos daquela estréia, eu ainda possa ouvir as vozes confiantes que diziam: "Vai Gilvam, agora é você por nós!"

ALEGRIA OU TRISTEZA

(Homenagem Póstuma ao
Deputado Antônio Cordeiro Pontes)

A cultura é a somatória de experiências e da produção humana em todas as áreas. É uma variável determinante, que influencia na maneira de viver e vivenciar as coisas do mundo.

Os guianeses samaracás encaram a morte de uma forma bastante peculiar, bastante diferente da nossa. Quando uma pessoa falece, parentes e amigos – a comunidade mobiliza-se em festas, tocando pelas ruas, seus instrumentos musicais em uma demonstração de alegria, pois na cultura samaracá a morte é um momento de alegria, satisfação, pautada na crença de que o falecido libertou-se, deixando para trás todo sofrimento e agruras da vida terrena, passando para um mundo de felicidade e libertação.

Na cultura brasileira as coisas são diferentes, é a tristeza que encontra abrigo no momento do partir.

Estive no velório do amigo Deputado Antônio Cordeiro Pontes, cumprimentei sua esposa e filhos, inconsoláveis diante da perda do ente querido.

No velório, encontrei alguns amigos, entre eles o Otacílio e a Célia Lima, enfermeira. Sentei ao lado dela, que contou-me, com sua mente prestigiosa, o episódio da morte de Hildemar Maia e Coaracy Nunes. Ela estava na festa de São Sebastião, no Macacoari, naquele fatídico dia. O avião explodiu e incendiou-se. Célia conhecia todas as vítimas e foi escolhida para identificá-las. Foi difícil, disse, mas Hildemar possuía várias pintas no braço, o piloto usava óculos, o outro, óbvio, só poderia ser Coaracy Nunes.

Perguntei-lhe se conhecia o Pontes há muitos anos. A resposta foi imediata foi professor, diretor da Escola Augusto Antunes e da atual Escola Integrada de Macapá. Derrotou Janary Nunes, o muito sagrado da política amapaense. Excelente orador seus discursos encantavam as massas, que o levaram a Deputa-

do Federal por quatro legislaturas, de 1970 a 1986. Discursos feitos em grandes comícios, única atração de sua época.

Combativo, enfrentou a ditadura com memoráveis pronunciamentos da tribuna da Câmara de Deputados. Mais de 200 discursos e 138 projetos de leis registram sua história parlamentar.

Toda semana, o Pontes vinha conversar em meu gabinete e ficava satisfeito, pois eu sempre estava atento às suas conversas, nas quais a preocupação com o Amapá era uma constante, embora o plano espiritual ocupasse a maior parte de seu tempo.

Respeitando sua história e seu significado para o Amapá, criamos laços de amizade que me fizeram estar presente em seu velório e enterro, rituais aos quais há tempos não presenciava.

Às 16:30 horas, do dia 27 de abril de 2001, o caixão desceu à cova. Eu fiquei pensando que, embora todos lamentássemos e o ambiente estivesse tomado pela tristeza, angústia, o amigo poderia sim estar libertando-se e partindo para um mundo melhor. Jamais poderia pensar diferente, pois pessoas de bom coração como ele, não poderiam lograr destino diferente, especialmente no mundo espiritual.

CAMINHADA PARA O SENADO

Dizem que o destino existe.

Confesso, francamente, que nunca imaginei disputar uma cadeira no Senado Federal, pois tinha eleição praticamente garantida para a Câmara Federal. Houve, no entanto, uma reviravolta que acabou levando-me a enfrentar uma disputa que não estava em meus planos.

As forças políticas em movimento arrumavam-se em alianças, avaliando com constância as probabilidades de vitórias de seus candidatos. No caso do Senado, pelas pesquisas, as duas vagas já estavam preenchidas: uma, do então Senado Henrique Almeida, forte candidato do PFL e seus aliados. Na verdade, Henrique costurou muito bem as alianças. Neutralizou uma possível candidatura do então governador do Estado, Annibal Barcellos. Convenceu o seu colega, o então Senador Jonas Pinheiro, a disputar o governo estadual. Essa articulação estava sendo considerada uma perfeita manobra de engenharia política. Quanto aos recursos para a campanha, esses não faltavam.

Em outra raia, situava-se o sergipano Gilton Garcia, ex-governador, um dos primeiros na pesquisa. De uma certa forma, essa performance era fabricada pela mídia. Político profissional, de longa experiência, traba-

lhava, na verdade, a superestrutura da campanha no controle dos meios de comunicação. Naturalmente, só dava Gilton,

Necessitando fazer alianças buscou um pólo de aglutinação, fazendo um correto caminho ao buscar encontrar-se com o presidente Sarney. O seu objetivo era sair candidato único da coligação, ainda em fase de composição. Assim sendo, não havia erro: os analistas acreditavam que inevitavelmente ele seria o mais votado.

Afora outras candidaturas “mais solteiras” como de Rodolfo Juarez, Telma Gameleira e José Muniz, tínhamos ainda outro pólo considerado fortíssimo, liderado pelo então candidato do PSB ao governo, João Alberto Capibaribe, que trazia dois outros candidatos ao Senado: Wagner Gomes, pelo PT e Sebastião Rocha, pelo PDT. Essa coligação detinha um alto índice de preferência popular, conforme os números das pesquisas de opinião.

Nesse complicado emaranhado de articulações, minhas chances eram remotas, quase inexistentes. Foi quando se iniciaram as tentações do desafio. Forças estranhas do destino, de um mundo invisível, passaram a agir na cabeça dos meus amigos. Estes, através de seguidos telefonemas, insistiam na minha candidatura com palavras de incentivo e apoio: “Vamos Gilvam, é agora ou nunca”. Outros, mais acintosos, proclamavam: “Quanto maior o pau, mais bonita é a queda”.

Nas próximas edições, estarei contando novas e interessantes fases da minha trajetória ao Senado Federal.

CARTA ABERTA AO GOVERNADOR E AO POVO DO AMAPÁ

Incapaz de um mínimo de eficiência e compostura na condução dos negócios públicos do Amapá, o Governador Capibaribe tenta esconder sua conhecida incompetência administrativa, manipulando a opinião pública do Estado a seu favor.

Assim, sempre que pode atribui a terceiros a culpa pela própria inoperância no trato da coisa pública, distorcendo a realidade para escapar ao julgamento popular cada vez mais desfavorável a si.

Deste modo, não me surpreende verificar, na semana passada, sua presença no noticiário de Macapá, para reclamar da ausência da maioria da Bancada Federal do Estado à reunião que ele teria convocado para o dia 10 de outubro, no Palácio do Setentrião para discutir propostas e emendas orçamentárias destinadas ao Amapá no Orçamento Geral da União.

Ora, ao contrário de sua versão, foi exatamente Sua Excelência, que, embora previamente convidado, não compareceu à reunião realizada com este fim, no Congresso Nacional, pela totalidade de nossa Bancada Federal, dia 08 de outubro passado, em meu gabinete.

Em tal encontro, aliás, bastante produtivo, os parlamentares amapaenses na Câmara e no Senado definiram, por força até de seu dever constitucional, as emendas de interesse de nosso Estado, no intuito de contemplá-lo com as obras de serviços públicos de que necessita, como, por exemplo, a BR-156 e verbas destinadas às áreas estratégicas de Energia, Saúde e Educação.

Em consequência, o conteúdo e alcance das emendas orçamentárias alocadas em prol de nossa comunidade já têm sua configuração estabelecida pelo trabalho conjunto, zeloso e competente da Bancada do Amapá no Congresso, em obediência à sua missão constitucional típica de discutir e emendar o Orçamento Geral da União.

Como se sabe, os primeiros parlamentos conhecidos no mundo ocidental tiveram como causa mais remota de sua instituição a necessidade de controlar e limitar o Poder Executivo (a princípio o Rei) de criar tributos e com eles realizar gastos públicos.

Se tivesse o Governador algum interesse real na ampliação das verbas orçamentárias federais em benefício do Estado, seria imperioso seu comparecimento a esta sessão de trabalho, já que, em tese, deveria o Chefe do Executivo Estadual participar da alocação daqueles recursos financeiros da União, cuja aplicação, em última análise, lhe caberá executar ou acompanhar sua execução orçamentária.

Para tanto, foi expressamente convidado, mas, além de não comparecer, procura agora dar à opinião pública a falsa impressão de que sua participação nesse assunto estaria sendo boicotada pela Bancada Federal, que teria se recusado a prestigiar uma reunião convocada por ele, no Estado, com o mesmo objetivo.

Tenta, assim, ao agendar uma reunião fictícia, criar um fato político e se apresentar à mídia como dispendo de uma liderança que não tem porque nada fez para merecê-la, e, muito ao contrário, tem pontuado sua gestão de omissão, má-fé e ineficiência assustadoras, como no recente episódio de liquidação extrajudicial do Banco Estadual (BANAP) após operações fraudulentas autorizadas por seus diretores, todos nomeados por ele.

Ainda no campo orçamentário, o Governador tem se revelado um completo desastre, obrigando-me, recentemente, a ingressar contra ele com Ação Popular para forçá-lo a, depois de 10 meses de inércia, finalmente, apropriar para o Estado verbas de R\$1.920.000,00, já liberadas no Orçamento Geral da União e dormindo nos Cofres do Tesouro Nacional, destinadas à implantação da Escola Técnica Federal do Amapá.

Isso significa que, nem sequer os recursos já disponíveis são utilizados em proveito do Estado devido à inaptidão de Sua Excelência para o cargo que ocupa.

A tal ponto chega a incapacidade desse governante, que, nessa mesma reunião a que o Senhor Capiberibe não compareceu, a Bancada Federal houve por bem e por consenso decidir, à vista da desídia contumaz do Governador federalizar o mais possível as verbas orçamentárias alocadas para o Estado.

Esta providência acauteladora se justifica para evitar o desperdício ou a não utilização tempestiva dos recursos públicos, se deixados à responsabilidade de nosso sonolento Governador, destinando, ao contrário, tais receitas diretamente às prefeituras e órgãos federais em operação no Estado como o DNER, por exemplo, no caso da BR-156.

Inteirado de sua péssima reputação como administrador diante da representação política Federal do Amapá, o Senhor Capiberibe finge chamar a Bancada para uma reunião no Estado, que, ele sabe de antemão, nunca iria acontecer, simplesmente porque já tinha sido realizada, e com todo proveito, 2 dias antes, em Brasília, com sua plena ciência desse fato.

Em seguida, ele corre à imprensa para denunciar uma pretensa desunião dos parlamentares do Amapá, como cortina de fumaça aos olhos da opinião pública, tentando, assim, disfarçar sua própria incapacidade de conduzir o Governo e articular-se com a Bancada Federal do seu Estado.

Com esse comportamento covarde e indigno de um homem público em função da importância da sua, pensa desviar a atenção do público das próprias omissões e desmandos, imputando a outros seus erros.

Felizmente, graças ao grau de maturidade política atingido pela cidadania amapaense, a verdade ofuscante dos fatos não poderá ser tapada com a esburacada peneira erguida contra ela pelo jogo de cena promocional de nosso Lamentável Governador.

E a verdade, da qual sou testemunha, é que sem se abalar com seus ataques e golpes publicitários, a Bancada do Amapá continua unida, trabalhando com afinco no interesse do Estado e acima das dife-

renças partidárias, somando sempre os esforços para o bem comum, exorcizando, assim, o sofisma dos demagogos de todas as épocas, segundo o qual seria preciso dividir para governar.

MULHERES NO PODER

Em minhas costumeiras incursões pelo Estado procuro observar os detalhes e a dinâmica que caracteriza a vida das nossas pequenas comunidades. Há, sem dúvida, uma distância evidente entre o homem urbano e o rurícola. Pessoas simples e hospitaleiras, sem grandes ambições, acabam transformando o dia-a-dia de trabalho numa busca constante do mínimo necessário para sua subsistência.

Desta vez, resolvi percorrer uma região onde nunca havia militado politicamente. No roteiro de viagem pelas regiões de Pacuí, Porto Grande, Serra do Navio e as aldeias Waiãpi, incluí também Amaparí. O que faz a diferença de Amaparí em relação aos demais municípios é o fato de que é o único no Estado a ser administrado por mulheres, a começar pela Chefia do Executivo sob a batuta da Prefeita Socorro Pelaes, irmã da Deputada Fátima Pelaes.

Caminhando nas ruas de Amaparí tirei um tempo para conversar com os transeuntes:

– E aí gente, a mulher está correspondendo? E assim ia papeando com quem cruzava.

Do outro lado da rua avistei uma senhora vendendo bugingangas. Me aproximei e perguntei:

– Que tal, mana?

– Eu sou Vereadora, Senador identificou-se estrovertidamente.

– E aqui é o seguinte – emendou – macho não canta de galo. E como para confirmar o que dizia desfilou a lista das autoridades que comandam o Município:

– A Prefeita, a Juíza e a Delegada honram as saias que vestem, Senador, e, na Câmara somos quatro Vereadoras eleitas pela vontade popular.

Imediatamente, lembrei de Mazagão. Ali, a predominância feminina é tão expressiva que até um barro foi graciosamente apelidado de Xirizal.

Em tom de brincadeira, perguntei:

– E qual é mesmo o número do teu sapato?

– 36, senador, pode confiar! – Respondeu na bucha e reafirmou sua condição de feminilidade.

– Sou mulher de verdade. So perco a pose e dou umas “palmadas” no meu marido quando ele sai do trilho. Se não der conta, encaminho o caso pra Delegada e, em última instância, pra Juíza. Nesse percurso, ele amansa que é uma beleza.

Conversei, em seguida, com três candidatos à Prefeitura, praticamente de palmo em cima. E, cá comigo, imaginei que a disputa deverá ser emocionante, lembrando das sábias palavras de Maquiavel que, em seu retiro, falava das querelas e intrigas paroquias muito peculiares das pequenas comunidades.

PROBLEMA DOS 28,86%: UMA SOLUÇÃO 100%

Desde que o Supremo Tribunal Federal julgou procedente Mandado de Segurança a favor de onze impetrantes servidores civis federais, e, portanto, intitulando-os a incorporar 28,86% de reajuste aos seus vencimentos, bem como à percepção dos atrasados desde julho de 1993, este assunto volta a me preocupar.

Não há dúvidas sobre a justiça da decisão:

trata-se de obedecer o princípio constitucional da isonomia na revisão geral dos vencimentos dos servidores federais, inscrito no Art. 37 inciso X, da Carta Magna da República.

Não obstante sua justiça insofismável, tal decisão só produzirá efeitos quanto aos atrasados no ano 2.000, nas palavras do próprio relator do processo, Ministro Marco Aurélio Melo, por estar tal verba sujeita ao Lento regime de pagamento através de precatórios judiciais.

Pior ainda é a situação dos servidores que não ajuizaram a ação no devido tempo, a exemplo dos 11 colegas vitoriosos.

Estes não terão mais a chance de utilizar o rito mais veloz do Mandado de Segurança reservado aos que impetraram a ação até 120 dias após o ato administrativo impugnado, no caso, o pagamento desse percentual feito aos militares em julho de 1993.

A estes restará as chamadas, no jargão forense, vias ordinárias, que, estima-se, só produzirão sentença num prazo mínimo de 5 anos de batalha judicial, haja vista que, mesmo Mandado de Segurança, considerado procedimento sumário e especial, custou aos mencionados impetrantes mais de 3 anos de espera.

E estes constituem a maioria como aponta o porta-voz do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINDISEP), Sr. Antonio Borges, que declarou à imprensa, em 28-2-97, que apenas 18.500 dos 546.000 servidores federais recorreram ao Judiciário para ver reconhecido seu direito ao reajuste.

Neste sentido, ou seja para dar um mínimo de racionalidade e igualdade de tratamento a casos rigorosamente iguais, reparando uma situação de violência quanto a equidade e o bom senso, representada pelo quadro que vimos disrevelar, é que apresentamos em 26-9-95 a esta Casa o Projeto de Lei nº 269/95.

Esta proposição propõe apenas a extensão dos efeitos favoráveis de decisões judiciais transitadas em julgado, versando interesses patrimoniais de servidores em litígio com a administração pública a todos os demais servidores em idêntica situação jurídica.

Com isso, evitar-se-ia acionar a pesada e morosa máquina judiciária para apreciar matéria de solução pacífica, economizando-se recursos tanto públicos quanto particulares, poupando-se a já empobrecida bolsa dos funcionários públicos federais, já vitimados por uma inflação calculada em 64,45% desde seu último reajuste (1º-1-95) até hoje.

Tal proposição mereceu parecer favorável, na Comissão de Constituição e Justiça, do eminente Relator Senador Bernardo Cabral, que, para minha satisfação, entendeu, inclusive, de aperfeiçoá-la através de 2 emendas de sua autoria, aliás, de grande conveniência, oportunidade e rigor técnico.

No entanto, a CCJ não chegou a apreciar a matéria, tendo havido até redistribuição do processo, que aguarda novo Relator.

Por isso, acabo de pronunciar um discurso no Senado Federal convocando os meus colegas senadores a apressarem a votação da matéria, mas nada melhor para despertar o interesse dos representantes políticos para um tema importante que a manifestação e a pressão organizada de suas bases.

Mais do que em nossas articulações parlamentares, confio no que o Presidente Fernando Henrique chamou de "a voz rouca das ruas", cujo som precisa ser ouvido sobre esse assunto de forma a dar novo impulso à inércia legislativa.

São os próprios servidores através de suas associações e sindicatos os principais beneficiários do projeto, e, nesta qualidade, o grande motor e alavanca de sua aprovação.

A justiça não pode ficar reservada apenas aos que têm recursos financeiros e informações porque todos são iguais perante a lei.

Sabemos que a justiça só alcança aqueles que a procuram, mas havemos de convir que, num País em que o acesso fácil ao Judiciário está longe de ser uma realidade, o servidor público mais humilde dificilmente verá tais injustiças eliminadas, em razão da falta de oportunidade de acesso às informações ou pela falta de recursos financeiros para se valer de um bom advogado.

Assim, servidores em idêntica situação jurídica deixam de ser contemplados por decisões favoráveis a seu interesse comum, em razão de a coisa julgada não ir além das partes envolvidas nessas ações.

Ora, como conceber que pessoas na mesma situação e condição funcional sejam discriminadas e vítimas do sistema elitizado da justiça desse País, simplesmente porque uns podem e outros não, porque uns são informados e a maioria carece de informação?

Ou, ainda, como poderá um servidor lotado mais longínquo recanto do Brasil reivindicar um direito que nem mesmo sonha possa ter?

Pelo princípio constitucional da isonomia não é possível aceitar-se que haja diferença de vencimentos e vantagens entre servidores da mesma categoria ou classe funcional.

E é isso que tem resultado do fato de as sentenças reparadoras de prejuízo dos servidores alcançarem apenas aqueles que, mais afortunados puderam litigar em juízo, embora a pretensão deduzida ao Judiciário seja rigorosamente a mesma.

Ademais, é relevante lembrar que o excesso de demandas judiciais tem causado transtornos ao Judiciário que se vê abarrotado de processos, sem condições de julgá-los, comprometendo a sua eficiência, e, conseqüentemente, a sua imagem.

Por sua vez, o Executivo, mesmo consciente da causa perdida, age de forma irracional e inconseqüente, protelando decisões já tomadas contra si, onerando sobremaneira a administração e o contribuinte que a mantém.

Por outro lado, do ponto de vista jurídico, não é novidade, como pode parecer aos mais ortodoxos, darse, como faz o citado projeto, efeito contra todos para a coisa julgada nesta matéria.

A ação civil pública, ação popular e as sentenças normativas da justiça do trabalho de há muito admitem a extensão dos efeitos das decisões a quem não foi parte na demanda, pelo que têm-se constituído, aliás, em formidáveis instrumentos de fortalecimento da cidadania.

Neste sentido, como Senador da República, não posso omitir-me ante tamanhas injustiças cometidas ao longo desses anos contra servidores públicos desse País, que sempre foram e são as maiores vítimas desses famigerados planos econômicos.

Este o espírito do Projeto de Lei nº 269/95: pôr termo a tal situação, que repugna equidade, dando a cada um o que é seu.

Para sua aprovação é preciso, porém, o empenho de todos os interessados, exercendo legítima pressão sobre seu Sindicato, sua Associação ou seu Parlamentar: o que beneficia a todos exige, em contrapartida, o esforço comum para tornar-se realidade.

BATENDO TIMBÓ

As eleições em nosso Estado começam a tomar rumo. Macapá e Santana, pólos políticos decisivos nesse cenário, dão o tom das alianças que se desdobrarão por todos os nossos municípios. Lideranças trabalham mediante afinidade de interesses, buscando sempre a permanência de parcerias visando futuros pleitos. Até mesmo juras de amor e de eterna fidelidade são travadas entre os interlocutores que, fitando-se nos olhos, chegam em algumas ocasiões ao derramamento de lágrimas. Nesse contexto vale tudo, menos a derrota.

Maquiavel em suas citações ensina que para alcançar o objetivo pretendido “não interessam os meios, o que importa são os fins”.

“e certa forma Maquiavel tem lá suas razões, desde que o fator “ética” não seja levado em consideração. A meu ver a ética é um ponto fundamental, sem a qual a imagem do homem público desgasta-se consideravelmente perante a opinião pública e ante as lideranças políticas, pois, acredito que nem sempre se ganha ganhando. Como consequência, aquelas figuras, dadas a espertezas, acostumadas a aplicar rasteiras e ao não cumprimento de compromissos e palavras, arriscam-se a inviabilizar para o futuro uma cadeia que poderia estar garantida nas discussões de alianças e frentes políticas. O desgaste para a imagem dos “líderes” com essa característica é só uma questão de tempo.

Nas últimas eleições o meu partido, o PMDB, fez uma leitura mal feita que, por mais simples que possa parecer, inviabilizou o ingresso do nosso candidato, Salomão Alcolumbre, no segundo turno. Sentindo-se o dono da bola o PMDB preteriu o PSDB do atual prefeito da Capital, que, naquela altura, indicaria o vice de Salomão. Prevaleceu a opinião de quatro gatos pingados que, por questões meramente pessoais de pequenas futricas, acabaram por levar o professor Paulo Guerra a ser o vice, decisão da qual não arreitou pé. O ideal seria Paulo Guerra disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados ou no Senado. Quem sabe, assim, teríamos maiores chances de ganhar mais uma cadeira.

Percebe-se que a história tende a repetir-se. Os mesmos companheiros, equivocadamente, tentam repetir a façanha e desta vez com um reforço por eles considerado de envergadura considerável: o Palácio do Setentrão. Para dar forma a esse propósito existe até um porta-voz do governador infiltrado em nossas fileiras, defendendo abertamente uma coligação com o PSB. O engendramento dessa turma é tanto que recen-

temente chegaram a produzir um documento ameaçado de fuxiquinhos ao nosso presidente Sarney.

Com o objetivo de corrigir os rumos, tomei a iniciativa de desencadear a Operação Timbó. A estratégia é a mesma dos velhos pescadores da região. Devidamente batido, após a tapagem do igarapé político, lança-se então o timbó para que a boiagem aconteça. Espero que flutue de tudo: por que, cachorro de padre, tucunaré e até aracu. Estarei observando atento se virá algum jandiá, o peixe que vira sapo.

Neste caso, mais do que nunca, se aplica o velho adágio do qual jamais esqueço: “Me diga com quem andas, que te direi se vou contigo”.

No que me compete declarar reafirmo que o partido do governador está despachado.

O QUE ME IMPORTA?

Ora, ora, as palavras ... Quando silenciadas podem eventualmente conduzir à omissão. Quando ditas sem pensar, nos fazem perder razão. Se alguém quiser premiar a “escorregadela verbal” da semana é fácil imaginar quem vence! Aquela do Presidente de dizer que uma eventual desclassificação da Seleção Brasileira para a copa do mundo seria mais grave que qualquer crise econômica, ai, ai, ai! Foi um comentário infeliz – disseram uns. Foi uma brincadeira – sustentaram outros.

Patuscadas à parte, o fato é que uma enorme escala de valores precisa ser percorrida quando se pretende comparar a saúde socioeconômica de um país com a frugalidade das alegrias esportivas, mesmo quando se trata de um esporte popular como o futebol. Que ninguém se engane ... A ficha já caiu! Quando eu era pequeno minha mãe dizia que com banana e bolo se engana os tolos. As palavras simples de minha mãe inspiradas nos ditos populares, explicam os sentimentos de um povo que já não troca pão por poesia. Não que tenhamos deixado de lado nossa disposição natural para a alegria. Nem tampouco que tenhamos perdido as referências de prazer que uma boa partida de futebol nos proporciona. Mas, pelo menos, duas coisas nos fazem baixar a bola...

Primeiro, que sob nenhum argumento, nem mesmo o da desesperança, alguém pode dizer, candidamente, que uma desclassificação para um torneio de futebol é mais grave que a fome, o desemprego, o salário baixo, a debilidade dos serviços públicos de saúde, a evasão escolar, a violência, não há como driblar esses tormentos apenas com uma alegria tão fugaz. Segundo, porque, há muito, que o futebol não nos remete aos encantos de outrora, e não seria exatamente uma surpresa se o Brasil ficasse fora do tor-

neio mundial. Eu também não quero ser tão azedo e dizer que isso não representaria uma desilusão. Mas, daí a avaliar que a crise econômica do País é menos grave, vai uma distância sem fim...

Nosso povo vive uma fase de profundas inquietações. E é claro que num quadro de tristeza, toda alegria é bem vinda. Mas precisamos de algo mais perene, mais consistente, mais tangível e duradouro. Por tudo isso, errou Sua Excelência na sua escala de valores.

Ah, sim Queremos de volta os velhos craques, as bicicletas, embaixadinhas, os dribles mágicos, os gols de placa... Queremos ver outra vez os fundamentos do futebol em campo. É de doer o coração ver que o nosso País já foi referência de futebol e que abriga o atleta do século, hoje tropeça nas chuteiras. Os atuais jogadores disputam avidamente os contratos internacionais, mas na hora do "vamos-ver" seguem errando passes, cruzamentos e brilham mais nas boates e nos bares da moda do que nos gramados. enquanto isso nossa bandeira verde-amarela está encolhida, o uniforme da torcida está encardido e esconde-se, sem graça, numa gaveta qualquer do tempo, sim, seria uma delícia resgatar o talento.

Mas eu não tenho dúvidas que o povo brasileiro trocaria tudo isso pela chance verdadeira de viver com qualidade. Pra cada casa própria erguida, pra cada emprego conquistado, pra cada saúde recuperada, pra cada filho concluindo os estudos, pra cada ausência de medo, pra cada sonho realizado um grito uníssono e contagiante de goooooooooooooooooooooo!!! isso sim, é importante.

A FORÇA DO AÇAÍ

Há alguns dias atrás li com interesse, artigo assinado pelo bondoso João Silva, em que discorria sobre as propriedades do açaí. O emérito articulista empregava argumentos contestatórios ao poder afrodisíaco do vinho dessa riquíssima palmeira amazônica, que até mesmo Afrodite, a Deusa da beleza e do amor da mitologia grega, teria lá suas dúvidas em usa-lo, na condição de elemento gerador de energia para imprimir mais virilidade ao ato do amor, que culmina no prazer das sensações relaxantes do sexo, potencialidade essa, aliás, que o nosso caboclo sabe que existe porque está cansado de comprovar na prática.

É bem possível que o articulista tenha interpretado as reações do açaí, digamos, "ao pé da letra" como, por exemplo, a sonolência que se abate imediatamente após a ingestão de uma boa tigela do vinho. Outra característica para quem examina as reações imediatas do açaí é o fato de deixar qualquer caboclo empanzinado. O articulista cita também a proe-

minência estomacal de quem o bebe, argumentando que esse é um fator que dificulta o desempenho sexual. À primeira vista, os argumentos chegam a parecer consubstanciais, mas só à primeira vista. Para falarmos da sesta, recorreríamos a um trabalho desenvolvido por pesquisadores norte-americanos que comprovam, por exemplo, as ações benéficas e saudáveis da sesta após o almoço. Afirmam inclusive que contribui para o desempenho no trabalho e para o bom desempenho sexual. Isto porque os pesquisadores desconhecem os valores e as propriedades do açaí. No entanto, quem está acostumado com ele sabe que seu efeito é retardado. Os bons observadores têm ciência de que suas reações se verificam, na maioria das vezes, no recanto do lar, à noite, nos escuros das esquinas das cidades e vilarejos amazônicos, ou nos pés de aturiazeiros, onde os casais de namorados apaixonados se deleitam na sofreguidão do aconchego delicioso do amor. No pés de aturiazeiros, então, o nosso caboclo vira bicho. Em algumas comunidades ribeirinhas, onde o açaí é a base da alimentação, o índice de natalidade é altíssimo.

Em alguns estados do Sul do país a procura pelo açaí tem sido grande, pois revigora energiza e vitaliza até mesmo o cidadão que se sinta fisicamente entre os mais depauperados. Por lá está em uso uma receita com resultados comprovados. Para quem se acha em estado mole, de cabeça pra baixo, sem ânimo e sem coragem de reagir, eis a receita: em meio litro de açaí adicione quatro castanhas do Pará, uma colher de chá de pó de guaraná e, em vez de açúcar, utilize três colheres de mel de abelha. Bata em liquidificador e beba em seguida. A receita requer alguns cuidados, pois havendo exagero na dosagem os efeitos podem inverter-se perigosamente. Segundo depoimentos de quem experimentou o revertério, corre um frio pela espinha, a voz perde a sonoridade masculina, bate um desejo estranho, uma vontade esquisita de fazer tudo diferente.

Assim é o açaí; portanto qualquer análise impulsiva a respeito dele, sem levar em conta as variáveis do fenômeno, não passa de um mero julgamento precipitado.

ESCÂNDALO DO BANAP: CASO DE POLÍCIA

(Capiberibe e o BANAP: Governo ou Fraude?)

O Governo do Sr. Capiberibe supera as expectativas mais pessimistas.

Ninguém desconhece os desmandos da administração de Sua Excelência: superfaturamentos, desvios de recursos públicos, cobranças de percenta-

gens sobre obras públicas, desfalques fabulosos como os do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Amapá (IPEAP), compra de gráfica e jornais em nome de terceiros (testas-de-ferro), participação em empresas prestadoras de serviços ao Estado e muito mais.

Seus antecedentes de improbidade vêm de longe, remontam à época em que, fantasiado de perseguido político, aproveitou-se da boa-fé de seus companheiros, os verdadeiros exilados, e embolsou recursos a ele confiados e destinados à manutenção daquelas pessoas, forçadas a viver no exterior, longe de sua Pátria.

Com essa mesma falta de escrúpulos com o patrimônio alheio vem se conduzindo na gestão da coisa pública em nosso Estado.

Mas, com o recente escândalo envolvendo o BANAP, e que levou à sua liquidação extrajudicial pelas autoridades financeiras do Banco Central, Sua Excelência superou seus próprios recordes em matéria de corrupção e incompetência.

Conforme informações obtidas junto ao Banco Central, o BANAP, de há muito, vinha apresentando sinais claros de má gestão, ao registrar patrimônio líquido negativo de R\$7,5 milhões, e ao recusar-se a firmar protocolo de saneamento previsto na Medida Provisória 1.556/97 para regularizar sua situação financeira.

Só isso já daria às autoridades federais condições legais de proceder à intervenção, afinal e infelizmente, ocorrida.

Além disso, em 19-12-96 o BANAP prestou-se a garantir operação fraudulenta de captação de recursos no exterior, através da emissão de 12 certificados de depósitos no valor total de mais de US\$6 bilhões.

Ora, a soma de todos os depósitos do BANAP não ultrapassa a modesta cifra de R\$11 milhões, ou seja, cerca de quinhentas vezes menos que a operação assegurada pela Instituição.

Para concretizar a negociata, houve a necessidade de o BANAP apresentar documentos emitidos por autoridades oficiais (Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas Estadual) atestando que o Banco estava em condições de realizar tal operação. Assim, em 20-2-97, o BANAP solicitou ao Banco Central, via Delegacia Regional em Belém-DEBEL – a emissão de declaração reconhecendo a saúde financeira do Banco Estadual e sua conformidade com as normas e regulamentos que regem o Sistema Financeiro Nacional.

Evidentemente, a Delegacia Regional (DEBEL) não forneceu o documento comunicando-lhe sobre a negativa.

A declaração do Tribunal de Contas do Estado do Amapá foi emitida em fevereiro de 1997 e, posteriormente, em 11-8-97, o próprio Tribunal informou ao BANAP que tal documento carecia de valor legal, face a legislação que rege as atividades daquele órgão.

Em 19-8-97, o BANAP solicitou à Debel que confirmasse a autenticidade de declaração em papel timbrado do Banco Central do Brasil, assinada por João Expedito Dias e Nestor Bianchini Azevedo, datada de 3-4-97, contendo as inverdades já citadas. A Debel negou a autenticidade da declaração em 21-8-97 (note-se que transcorreram 4 meses entre a data da declaração apresentada e o pedido ao Bacen de confirmação da autenticidade da mesma).

No dia 20-8-97 certamente conhecedor de que a declaração anteriormente apresentada era falsa o BANAP apresentou nova declaração em papel timbrado do Banco Central, desta vez assinada por Luiz Gustavo de Matta Machado, Chefe de Política Bancária, e Francisco Lopes, Diretor de Política Bancária, e que, obviamente, também era falsa.

Em 22-8-97 a DEBEL determinou ao BANAP a imediata suspensão da operação.

Só então o Bacen foi levado à medida extrema da intervenção em 3-9-97.

É bom salientar que o próprio Banco Central revela que a assunção pelo BANAP de riscos incompatíveis com a sua situação financeira poderia ter causado repercussões altamente negativas para a imagem do País e do Sistema Financeiro Nacional no exterior, visto que os Certificados de Depósitos seriam negociados na Europa e nos Estados Unidos sem que houvesse por parte do banco garantidor a mínima condição de honrar tais compromissos.

Frente a vários indícios de crime (falsificação de documento, uso de documentação falsa, falso reconhecimento de firma, tentativa de estelionato, formação de quadrilha ou bando, gestão fraudulenta e temerária de instituição financeira) tipificados em tese e observados nas operações realizadas pelo Banap e seus administradores, o Banco Central notificou o Ministério Público para abertura do processo-crime competente.

Agora, diante do fato consumado, o Sr. Capiberibe alega desconhecimento de toda a tramóia.

Essa explicação é tão absurda quanto a operação mirabolante e desonesta imaginada pela direção do Banap para obter empréstimo de modo escuso, a ser afinal assumido e pago, se fosse consumado, pelos contribuintes, não só amapaenses, como brasileiros em geral, agravando ainda mais nossa dívida pública.

A operação começou há exatos 9 meses pontilhada, como vimos, de várias tentativas inúteis de ludibriar a fiscalização federal, tempo e uma gravidez, e, assim, mais que suficiente para ser percebida pela principal autoridade do Estado, responsável direto, alias, pela nomeação de toda a direção do Banap envolvida.

A inocência de Capiberibe no episódio é tão verossímil quanto a de uma mulher grávida que alegasse só ter percebido seu estado gestacional, despertada pelo choro do recém-nascido.

Convenhamos, a versão do Sr. Capiberibe só serve para mostrar todo o seu desprezo pela inteligência do povo do Amapá, já tão castigado pela sua ruínosa gestão à frente do Estado, merecendo tal estória a mesma credibilidade que a existência de Papai Noel ou da Mula-Sem-Cabeça.

Ao contrário do que alega são berrantes os indícios da participação ativa do Sr. Capiberibe nestas lamentáveis ocorrências.

Só a título de exemplo desses indícios, pode-se citar o fato de que a firma responsável pela colocação dos títulos emitidos pelo Banap no exterior, tem sede no Canadá e razão social "Hugger International Investimento", sabendo-se das estreitas ligações do Chefe do Executivo estadual com aquele País, tendo, inclusive, retornado, há poucos dias, de viagem dali procedente.

O próprio fato de um banco modesto como o Banap, com apenas 2 agências tenha 14 membros em sua administração, já demonstra o desvio de finalidade da instituição, transformada pelo Governador em um cabide de empregos ao invés de servir ao desenvolvimento do Estado.

Assim, diante de tão palpáveis evidências de dolo, ou, no mínimo, culpa de Sua Excelência na má escolha dos dirigentes do Banco Estadual, o Governador deveria ter a dignidade de renunciar a seu mandato, comprovada sua inaptidão para exercê-lo.

Dado, porém, seu comportamento cínico, capaz de reunir em si mesmo os dois piores defeitos de um homem público – a desonestidade e a incompetência – é preciso que o povo o faça responder pela sua audácia delituosa, pressionando a Assembléia Legislativa, os Deputados Estaduais do Amapá, para que instalem, com urgência uma CPI para elucidação do assunto, podendo chegar ao **impeachment** do Sr. Capiberibe verificadas suas ilicitudes.

Abortada a operação criminosa, o Governador agora tenta tapar o sol com a peneira vindo a Brasília para procurar uma solução desesperada para o Banap.

Felizmente, a bancada do Amapá no Congresso Nacional se antecipou a ele obteve, desde o anúncio

do ato oficial de liquidação do Banap, em 3-9-97, o compromisso do Presidente o Banco Central, o Sr. Gustavo Franco de minimizar o prejuízo do Amapá com o fechamento inevitável do Banco Estadual, pela desastrosa ação do Governador e seus prepostos, abrindo, em seu lugar, uma agência de fomento.

Tal agência será voltada ao desenvolvimento regional e ao aproveitamento dos funcionários atualmente em exercício na instituição.

Além disso, requeremos ao Tribunal de Contas da União, através da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, uma auditoria no processo de liquidação ora promovida pelo Banco Central, para acompanhar mais de perto e divulgar os mínimos detalhes apurados sobre a maracutaia.

Julgamos imprescindível este esclarecimento à população amapaense, porque, se um Governo não cumpre seu papel de prestar conta de sua gestão aos governados, é preciso que alguém, com responsabilidade pública, o faça, em benefício da educação política da comunidade, que precisa distinguir o joio do trigo, sem o que os destemperos e inépcia de alguns mandatários eleitos poderão contaminar até aqueles comprometidos com uma pauta mínima de ética em sua conduta pública.

Tire o povo, em sua sabedoria, suas próprias conclusões.

MANIFESTO AO POVO DO AMAPÁ

Em 1994, o atual Governador do Amapá foi eleito, em segundo turno graças a aliança que reuniu a coligação "Um Amapá de Trabalho", tendo à frente o PMDB e a coligação "Tudo por Nossa Terra", pela qual o Governador concorreu no primeiro turno.

Foram dois os fatores decisivos para a vitória: de um lado, o prestígio da legenda do PMDB, integrada em nosso Estado por nomes como José Sarney e Salomão Alcolumbre, por exemplo, e, de outro, o conteúdo popular e desenvolvimentista das propostas de administração apresentadas à população amapaense pelo então candidato João Alberto Capiberibe, e que foram a própria razão de ser do apoio que lhe emprestamos firmado, aliás, em compromisso público.

Ao votar, no segundo turno, o eleitor foi atraído por essas promessas. No entanto ao ganhar e ser empossado, o Governador Capiberibe passou a ignorá-las.

O que pretende esse desmemoriado?

Tudo leva a crer que é deixar à deriva o barco da Administração Pública, entregando o Governo, como aliás tem feito, a arrivistas como a Sra. Alegretti e o Senhor Ferrari, atraíndo assim, os quadros parti-

dários que sustentaram sua candidatura. Ou será que pretende engabelar o povo transformando-se em Prefeito de Macapá, para ficar de bem com o maior núcleo eleitoral do Estado?

Elegeu-se Governador e, no entanto, age como Prefeito, numa evidente demonstração de inadequação para o exercício do cargo ao qual foi conduzido pelo voto popular.

Se o Governador João Alberto Capiberibe é, apenas, um desmemoriado, pretendemos lembrar-lhe os compromissos assumidos e não cumpridos pela coligação inspirada no lema "Tudo por nossa terra":

- O Programa do Leite e do Pão que deveria ser distribuído às populações mais pobres, nos moldes do governo Sarney, através de associações comunitárias.

- Prioridade para construção e asfaltamento das estradas Macapá – Jarí e Macapá – Oiapoque.

- Treinamento de jovens para o programa o Primeiro Emprego.

- Apoio à Zona Franca, dando respaldo a sua implantação e expansão para o setor industrial.

- Combate a corrupção, tornando a: concorrências mais transparentes, com participação da sociedade organizada nas comissões de licitação.

- Criação de um programa de distribuição de alimentos às populações mais pobres.

- Salário justos e valorização do funcionalismo através de centros de treinamentos e cursos de especialização.

- Programa de aquisição, pelos criadores, de vinte mil matrizes para estimular novos e pequenos produtores.

- Proporcionar ajuda e subsídios à pequena empresa.

- Apoio ao setor cultural com uma lei estadual de incentivos semelhante à Lei Sarney.

O imobilismo e a omissão do Governador não permitiram que esse plano mínimo de governo, que contempla ações e realizações de vital importância para o Estado, saísse do papel, frustrando não só o esforço dos Partidos que apoiaram sua candidatura, tornando-a vitoriosa, mas também e principalmente, lesando os legítimos interesses e a boa fé do povo do Amapá que aspirava ao cumprimento das promessas de campanha.

É notório o fastio que exhibe o Governador em relação aos temas que constituem o interesse estratégico do Estado, tais como, seus problemas infraestruturais de saneamento, saúde, educação, a reorganização de seu porto, suas necessidades energéticas, suas carências de obras viárias, etc.

Em vez de ocupar-se com o que seriam as ações típicas de governo no plano estadual, ele dedica seu tempo e os recursos públicos para atender questões menores, e até intrometer-se em temas de competência municipal, como a limpeza urbana da Capital.

O Senhor Capiberibe, ao decidir comportar-se como Prefeito de Macapá, deixou até de reclamar verbas, inseridas no atual Orçamento Anual da União, por iniciativa de nossa bancada no Congresso como por exemplo, a dotação de R\$1.920.000,00 (um milhão novecentos e vinte mil reais), destinados à construção de Escola Técnica Federal no Amapá, disponíveis para aplicação desde janeiro deste ano, mais ainda não apropriados ao Patrimônio do Estado pela total falta de empenho do Governador eleito.

Incompetente, o Senhor Capiberibe nenhuma providência tomou para executar esta autorização orçamentária e realizar a respectiva despesa, privando a comunidade amapaense da oportunidade de obter melhor qualificação profissional para seus filhos.

Tanta indolência no trato da coisa pública levou-nos a ingressar em juízo com ação popular reclamando do Governador que cumpra seu papel, liberando e utilizando os recursos já disponíveis ou ressarcindo de seu bolso o Tesouro estadual na importância correspondente à verba que, por sua irresponsabilidade e apatia administrativa, desfalca hoje o patrimônio do Amapá.

Mediante essa ação popular, obrigaremos o Senhor Capiberibe a cumprir a aplicação das verbas federais destinadas ao nosso Estado, pois não tem o direito de renunciar a elas, em benefício dos estados mais desenvolvidos, sobretudo quando se sabe que o Presidente da República, que se revelou excelente tributarista, não está disposto a deixar restos a pagar.

Se não o fizer em tempo oportuno, então que seja obrigado a ressarcir, do próprio bolso, o prejuízo do nosso povo, que precisa das realizações por nós solicitadas durante o encaminhamento e aprovação do Orçamento da União.

O povo Amapaense não está em condições de pagar, com seu tributo – duramente atendido pelo trabalho diuturno – a indolência, a má fé ou o completo despreparo de um Governador, que nos penitenciamos de ter ajudado a eleger.

Talvez a ação que propomos sirva para refrescar-lhe a memória fugaz de embusteiro...

Por tudo isso, achamos na condição de Senador da República, na defesa dos interesses do Amapá, ser o nosso dever, vir a público denunciar os desvios éticos e políticos do comportamento do Governador,

que ferem não só compromissos com seus aliados, mas, sobretudo, o superior interesse do povo deste Estado razão pela qual externamos aqui nosso repúdio tanto ao aspecto da infidelidade à palavra dada, quanto ao da ineficácia de sua gestão.

Não nos resta, assim, fiéis às idéias e ao Programa que permitiram seu êxito eleitoral, outro remédio senão ocupar as trincheiras da oposição a seu governo, oposição leal e construtiva, mas incisiva e firme porque está alicerçada em sólidos princípios, entre os quais o maior de todos: o propósito de bem servir ao nosso povo.

VOCÊ, UM SUPER HERÓI

Há poucos dias a imprensa nacional dava destaque à crueldade de uma mãe que, diante da insistência dos filhos pequenos em continuar lendo um gibi de heróis infantis, torrou a mão das crianças no fundo de uma frigideira quente. A dor e o desencanto das pequenas vítimas somou-se ao desalento de todas as pessoas de bom senso que acompanharam o caso pela televisão. A mãe dizia-se arrependida do que fizera. Mas eu não sei se havia mesmo arrependimento naquele olhar. Mais provavelmente havia o constrangimento de ver sua modalidade de tortura exibida em todas as emissoras de tv, jornais e revistas.

Há um mês também, o programa da Rede Globo de Televisão, Linha Direta, exibiu o cinismo de um pai e de uma mãe que ensinavam, em vídeo, como abusar sexualmente de crianças, e fazê-las concordarem em participar de orgias sexuais. As imagens eram repugnantes, principalmente quando se via que as crianças usadas nas fitas eróticas eram os próprios filhos do casal. A mãe não se inibia em estimular sexualmente os filhos pequenos. Aliás, pra ser sincero, eu nem sei porque usei o termo “fitas eróticas”. Não existe nada de erótico na pedofilia.

No primeiro caso, o das crianças que tiveram as mãos queimadas na frigideira, a tortura foi protagonizada pela mãe, porém com a complacência do pai que, indiferente, assistia tudo sem tentar conter a sandice da esposa. No segundo caso, nem omissão havia. Pai e mãe eram protagonistas das sessões de sexo envolvendo os próprios filhos pequenos, que, impotentes, submetiam-se aos caprichos de seus progenitores. E ambos os casos encheram meu coração de revolta e inconformidade. Há muito se sabe que a violência doméstica fere, constrange e mata muito mais que a violência explícita das ruas. Entre quatro paredes, sem distinção de classe social, crianças são seviciadas, espancadas, humilhadas, vilipendiadas. Desprotegidas dentro de uma cultura que não

respeita a dignidade dos mais fracos e indefesos, e, sobretudo, por não terem alcançado um grau de maturidade que lhes permita questionar e insurgir-se contra a tirania e a maldade de um adulto, os infantes são duramente ofendidos no seu universo inocente, perpetuando marcas físicas, morais e psicológicas.

Infelizmente, o mais forte instrumento para interromper essa cadeia punitiva é a própria tomada de consciência dos pais e responsáveis. Uma pessoa a quem reporto consideração, argumentava diante da minha perplexidade, que aqueles pais talvez repetissem o modelo comportamental que aprenderam. Seriam, assim, igualmente vítimas, porquanto, também em sua infância, provavelmente receberam o rigor dos castigos físicos e foram submetidas aos abusos sexuais. Que seja! Mas isso não aplaca a minha indignação, porque aceitar esse argumento equivale a justificar toda forma de violência contra o ser humano já que a história da humanidade, toda ela, é pautada por crueldades e suplícios. Aceitar aquele argumento seria como fechar os olhos diante da iniquidade, dizer que nada pode ser feito porque o ciclo não pode ser rompido. Não. Eu não posso aceitar essa defesa, nem tampouco cobrir com o manto da eternidade aquilo que pode, sim, ser interrompido.

A ninguém é dada a obrigação de seguir pela vida arrastando as correntes da ofensa. E, principalmente, a ninguém é dado o direito de aprisionar outros inocentes no mesmo elo destrutivo. A vida não se repete em ciclos à toa. A mais repetitiva das cenas — a relação de pais e filhos - convida todos à mudança de hábitos. Foi você uma criança infelicitada pela covardia de um pai, uma mãe, um tio desequilibrado? Não infelicite outra criança. Foi você tolhido no seu direito de sonhar, de expressar sua inocência, de acreditar num mundo cor de rosa que acolheria com carinho todos os seus desejos? Não corte as asas de outro “menino-passarinho” — deixe-o voar e alcançar toda a altura que seus sonhos lhes permitirem.

Na última sexta feira, dia 12, comemoramos o dia da criança. Eu sei que muita gente diz tratar-se de mera referência comercial. Ora, por favor, abrandemos o coração. Se a data serve de estímulo ao comércio, tanto melhor. Mas existe, se quisermos enxergar, algo mais puro por trás de cada uma dessas celebrações: é a oportunidade que temos de saudar alguém de forma especial. No caso do dia 12, a data permite que muitos pais dêem aos filhos aquele abraço que anda faltando, aquele carinho que anda esquecido. Sim, é uma pena que alguns o façam só naquele dia - mas não seria bem pior se ja-

mais o fizessem? No livro **insight**, lançado em 99, e já em terceira edição, o escritor brasileiro Daniel de Carvalho Luz destaca nos capítulos finais uma sequência de atitudes que pais e mães precisam tomar diante da missão que lhes foi conferida quando tornaram-se responsáveis pela criação de outro ser humano. O autor ergue um brinde aos pais "... que assoam narizinhos e trocam fraudas, que ensinam aos filhos o valor do respeito, da honestidade, da cortesia ...". E, especialmente às mães, ele enumera uma série de motivos que uma criança tem para ser grata aos cuidados maternos. E diz "... obrigado mãe, por criar com amor, obrigado por não me retribuir as pancadas quando eu chutava por dentro e por dizer que meu nascimento foi o dia mais extraordinário de sua vida, obrigada por pegar do chão a minha colher, obrigado por limpar meu bigode de chocolate com seu onipresente paninho úmido. Obrigado por me ensinar que o tempo curava todas as feridas. Obrigado por cada sorriso, por me distrair antes do médico me dar injeção ...". O autor nos ensina e nos alerta para a importância e a alegria de poder um dia receber as manifestações dessa gratidão. É por isso que nessa data ainda tão próxima do dia da criança eu me permito dividir com você essas reflexões, porque nenhum presente é mais valioso para um filho que o amor verdadeiro de seus pais.

O mundo vive um momento delicado, e em meio a bombas, armas químicas e mísseis, a cobertura jornalística nos permite ver o desespero de homens e mulheres que tentam preservar a vida de seus filhos em ambientes absolutamente hostis. Mas eles estão num contexto de guerra, de extremos. Pouco podem fazer diante da raiva lancinante de líderes políticos e religiosos. Agora, a mãe que torrou a mão dos filhos na frigideira quente e o pai que, junto com a esposa, usava os filhos para encenar orgias sexuais e ainda regozijava-se em vídeo por seus feitos, para estes, eu não vejo contemplação. Nossas crianças, milhares delas, padecem pela falta de acesso a um ensino de qualidade. Nossas crianças, milhares delas, têm sua infância roubada pela necessidade do trabalho antecipado, na luta pelo pão de cada dia. Agora, que além disso, elas ainda sejam objeto de destemperos emocionais, da falta de pudor e de consciência do papel educativo que todo pai, toda mãe, todo tio, todo adulto, enfim, guarda para com os pequenos, isso já não há como aceitar. Toda criança sonha com seus super-heróis. Tomara que você seja um deles...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes por até 20 minutos.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é com satisfação e com espírito cívico, de homem público engajado na luta pelo desenvolvimento do povo do Estado de Rondônia, que ocupo hoje esta tribuna para anunciar as datas das audiências públicas que discutirão o empreendimento do Gasoduto Urucu–Porto Velho.

Sr. Presidente, a notícia me foi dada por meio do ofício que recebi da Gerência de Implementação de Empreendimentos de Gás Natural de nº 0211, de 2001, que passo a ler:

ENGENHARIA/IEGEN/IEGN-0211/01

At: Exmº Senador Rubens Moreira Mendes Filho.
Senador pelo Estado de Rondônia e Vice-Líder do Governo.

Assunto: Gasoduto Urucu-Porto Velho.

Prezado Senhor,

Em continuidade ao processo de Licenciamento do Gasoduto em referência, bem como atendendo às Resoluções do Conama 01/86 e 09/87 e também ao Ofício nº 477/2001 do Ibama, de 22 de outubro de 2001, vimos informar que será realizada, no Estado de Rondônia, precisamente na cidade de Porto Velho, no dia 8 de novembro de 2001, às 19:30h, no Auditório Térreo do Rondon Palace Hotel – Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 491, Bairro Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho/RO –, a audiência pública para discussão do referido empreendimento.

2. Vale salientar que esse evento, presidido pelo Ibama, terá como finalidade expor o conteúdo do projeto do Gasoduto Urucu–Porto Velho, além das suas implicações ambientais, visando dirimir dúvidas, recolher críticas e procurar atender, na medida do possível, às sugestões dos presentes.

3. Aproveitando a oportunidade, gostaríamos de enaltecer o empenho e a colaboração de V. Exª durante a resolução das pendências referentes ao licenciamento em questão bem como pelo apoio que vem sendo dado para a implantação do gasoduto Urucu–Porto Velho no Estado de Rondônia.

Atenciosamente, **Henídio Queiroz Jorge** – Gerente de Implementação de Empreendimentos de Gás Natural."

Voltando ao tema, Sr. Presidente, por essa razão, em atendimento à legislação brasileira, a Petrobras recebeu o Ofício nº 477 do Ibama, que determina as audiências públicas do referido gasoduto nas seguintes localidades e datas: em 6 de novembro de 2001, a audiência será no Município de Coari, no Estado do Amazonas; em 8 de novembro, em Porto Velho; no dia 10 do mesmo mês, no Município de Canutama, no Amazonas; e finalmente em 12 de novembro de 2001, no Município de Lábrea, também no Estado do Amazonas.

Outro importante evento relacionado a esse tema de que participei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi a audiência pública realizada na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, no último dia 30/10, terça-feira passada, requerida pela Deputada Vanessa Grazziotin, uma parceira de primeira hora do Estado de Rondônia, na tentativa de se conseguir uma solução para essa pendência do gasoduto com Porto Velho, assim como do Deputado Salatiel Carvalho. Naquela oportunidade, usei da palavra e defendi com veemência a necessidade da construção deste importante gasoduto para a redenção definitiva do Estado de Rondônia, no que se refere à energia elétrica.

Antes que sejamos questionados a respeito – e é isso que muito empolga as pessoas, às vezes até desinformadas –, nessa perspectiva de se discutir esses temas ambientais e sociais que permeiam fatos envolvendo a região amazônica, quero, nesta oportunidade, lembrar que a capacidade da engenharia brasileira já venceu desafios fantásticos não só na floresta amazônica, com a construção do Gasoduto Urucu-Coari, já uma realidade, mas também com a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, tendo em vista que esse empreendimento cortou o Pantanal do Mato Grosso e a região de Aparados da Serra.

Hoje, o Brasil é o único país reconhecido mundialmente com a tecnologia para realizar a construção de gasodutos em florestas tropicais. O exemplo, como já disse, é a construção e implantação definitiva do gasoduto Urucu – Coari.

No que se refere à construção do gasoduto Urucu – Porto Velho até aqui todos os passos técnicos de estudos específicos, de levantamentos sócio-econômicos e culturais foram elaborados e estão contidos no Estudo de Impacto Ambiental – EIA, e no Relatório de Impacto de Meio Ambiente – RIMA, já distribuídos a todas as Prefeituras alcançadas pelo empreendimento assim como disponibilizados aos Estados da Amazônia, de Rondônia e do Acre, assim como a toda a sociedade civil organizada e a qualquer cidadão interessado.

Após a execução das audiências a que me referi, o Ibama deverá emitir as Licenças Prévia e de

Instalação, o que permitirá iniciar a obra de construção do gasoduto em fevereiro de 2002. Com a conclusão, prevista para março de 2003, Rondônia estará dando uma grande quota de participação no projeto "Avança Brasil", do Governo Federal, quando finalmente colocará em operação a etapa final da termelétrica movida a gás de 403 megawatts na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, resolvendo em definitivo o problema energético de Rondônia e do Acre.

Rondônia, por paradoxal que seja, até pouco tempo atrás tinha carência de energia. Com a conclusão desse grande empreendimento, passará de Estado carente de energia a fornecedor de energia, porque haverá excedente para ser fornecido para o resto do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com a utilização do gás natural pelo Estado de Rondônia, estamos, portanto, em pé de igualdade com os demais Estados brasileiros e países desenvolvidos.

Tenho informação de que a empresa que vai gerir a construção do gasoduto, assim como será a operadora e a transportadora do gás natural, será a TNG Participações. Ela deverá construir o gasoduto, como já disse, entre 18 e 24 meses, com uma tubulação de 14 polegadas de diâmetro e aproximadamente 550 km de extensão, com uma capacidade de transportar 2,3 milhões de m³ por dia, com investimentos na construção da ordem de 250 milhões de dólares.

Veja, Sr. Presidente, o que isso significa para o desenvolvimento da economia e geração de emprego e renda do Estado do Amazonas e o Estado de Rondônia.

Tenho informações de que a empresa TNG Participações será presidida por Dona Angélica Laureano, coordenadora da Área de Desenvolvimento de Negócios do Gás Natural da Petrobras. Essa empresa terá 50% do seu capital pela Gaspetro, que é uma subsidiária da Petrobras, e os outros 50% da Duto Norte, que é formada em partes iguais pela El Passo americana e pela Termogás brasileira.

Sr. Presidente, mais do que geração de energia para a Região Norte, essa obra representa o real sentido da frase "Desenvolvimento Sustentável", uma vez que o combustível utilizado na geração de energia será o gás natural.

Ao contrário do que muitos imaginam, o gás natural é um combustível limpo, mais leve que o ar e ecologicamente correto, porque não polui. Ao utilizá-lo, estamos propiciando mais qualidade de vida à população e às futuras gerações, preservando nosso verde, nossas florestas, enfim, nossa vida. Sobre tudo, estamos utilizando uma riqueza que é nossa, que está em nosso subsolo. E hoje esse gás vem sendo

reinjetado nos poços da bacia de Urucu, sem poder ser aproveitado.

Portanto, Sr. Presidente, fico envaidecido e com a sensação de dever cumprido por haver participado do projeto desde o início. De todas as suas etapas. Foram diversas audiências com autoridades. Foi a mediação de interesses. Foram diversos pronunciamentos desta tribuna defendendo o projeto. E o resultado que hoje testemunhamos é extremamente positivo. Assim, desejo, neste momento, parabenizar a Petrobras, a Gaspetro, a Rongás, que é a empresa rondoniense que vai gerir a comercialização do gás, assim como os Governadores dos Estados de Rondônia e Amazonas, pois finalmente encontraram o caminho do entendimento, e do Acre, que também será beneficiado.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Moreira Mendes?

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Pois não, nobre Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Moreira Mendes, acompanhava seu pronunciamento no meu gabinete e vim correndo, a fim de apartear-lo e parabenizá-lo pela conquista. Recentemente, estive com o Presidente da Petrobras, no Rio de Janeiro, quando conversamos sobre a extensão do gasoduto também para esta região (Uberaba, Uberlândia, Catalão, Anápolis, Goiânia, Brasília) e, conseqüentemente, sobre uma alternativa de energia para cá. V. Exª sentiu e pôde transmitir a todos no seu pronunciamento que precisamos de alternativas. E as empresas hoje não têm como expandir a atividade nesta região, porque não sabem o que pode acontecer amanhã. Estamos dependendo da situação pluviométrica: se chover, nós temos energia; se cair o nível de chuva, teremos um novo apagão e um novo racionamento de energia. Então, nesta ocasião, quero parabenizá-lo e, ao mesmo tempo, informar a V. Exª, que é o grande idealizador do gasoduto e defensor da importância do gás para o seu Estado, para a parte norte do País, que o Presidente da Petrobras estará em Brasília no dia 4 de dezembro, para fazer uma palestra trazendo informações importantes. Na ocasião, eu gostaria de contar com a presença de V. Exª e também com a do Senador Mauro Miranda, que tem levantado essa questão no Estado de Goiás. Muito obrigado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Senador Lindberg Cury, agradeço a V. Exª pelo aparte. V. Exª demonstra, mais uma vez, estar absolutamente inteirado com a importantíssima questão da produção de mais energia no País. E um dos meios de aumentar a produção de forma mais rápida que a construção de hidrelétricas é exatamente a exploração de gás

natural, tanto aquele que importamos da Bolívia quanto este, produto nosso, produzido na bacia de Urucu, assim como o produzido na costa brasileira pela Petrobras.

Com certeza, com maior prazer, estarei participando desse evento a que V. Exª se refere, quando da vinda do Presidente da Petrobras. Aliás, essa empresa tem sido uma parceira de primeira ordem de Rondônia nessa discussão. Foram várias as tentativas de inviabilizar o projeto, mas conseguimos finalmente levá-lo avante e encontrar a construção de um caminho sólido, respeitando os interesses do Amazonas, que terá possibilidade de promover o transporte do gás natural no Estado. Sendo um Estado muito grande e com pouquíssimas estradas, provavelmente o transporte por barcaça poderá ser a solução para suas pequenas localidades. De qualquer forma, a solução para Rondônia deverá ser a construção do gasoduto; de outra forma, inviabilizaria o empreendimento.

De forma que incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V. Exª. E digo que, com muita alegria, participarei desse evento.

Quero, antes de concluir, Sr. Presidente, registrar que Rondônia passará, então, a partir de 2003, a ser o primeiro Estado da Região Norte a utilizar o gás natural na geração de energia, trazendo consigo o desenvolvimento, principalmente por meio do pólo industrial, que certamente se instalará no Estado, e, conseqüentemente, teremos uma aceleração do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, aliado ao maior número de empregos diretos e indiretos.

Lembro ainda que hoje são convertidos no Brasil cerca de 6 mil veículos ao dia de gasolina para uso do gás natural, o que é extremamente importante do ponto de vista econômico.

E, com a chegada do gás natural em Rondônia, será possível, principalmente aos taxistas, aos frotistas e a qualquer cidadão que se interessem por essa economia, fazer uso do gás natural para a movimentação de veículos. Nesse sentido, informo que já encaminhei pedidos de esclarecimento à Petrobras e estamos em adiantados estudos na certeza de que, assim que se consolidar o gasoduto, propiciaremos também aos nossos motoristas a possibilidade de conversão de seus veículos a gasolina ou a álcool para uso do gás natural.

Assim, Sr. Presidente, encerro minhas palavras, repetindo aqui que estou com a certeza do dever cumprido e de que fiz a minha parte na discussão deste importante projeto para o Estado de Rondônia, de viabilização da construção do gasoduto. Encerrada a fase das audiências públicas, tenho a impressão de que, segundo estabelecem as regras, no máximo

em um mês mais, a licença ambiental para construção já estará sendo emitida pelo Ibama e, em menos de um ano, teremos a questão do gás natural transformada em realidade no Estado de Rondônia.

Desta forma, poderemos afirmar que Amazônia e Rondônia realmente são um Estado e uma Região por onde passa o desenvolvimento do nosso País.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOREIRA MENDES EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

ENGENHARIA/IEGN/EIGN-0211/01

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2001

Ao

Senado Federal

Anexa II, Gabinete 19

Brasília – DF

At: V. Ex^a Rubens Moreira Mendes Filho

M.D. Senador Federal pelo Estado de Rondônia, Vice-Líder do Governo

Assunto: Gasoduto Urucu/Porto Velho

Prezado Senhor,

Em continuidade ao processo de Licenciamento do Gasoduto em referência, bem como atendendo as Resoluções CONAMA 01/86 e 09/87 e também o Ofício nº 477/2001 IBAMA — DLQA/COGEL de 22 de outubro de 2001 (anexo), vimos informar que será realizada no Estado de Rondônia, precisamente na cidade de Porto Velho, no dia 3-11-2001 às 19:30h, no Auditório Térreo do Rondon Palace Hotel — Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 491 — N. S^a das Graças — Porto Velho/RO, a Audiência Pública para discussão do referido empreendimento.

2. Vale salientar que esse evento, presidido pelo IBAMA, terá como finalidade expor o conteúdo do projeto do Gasoduto Urucu-Porto Velho, além de suas implicações ambientais, visando sobretudo, dirimir dúvidas, recolher críticas e procurar atender, na medida do possível, as sugestões dos presentes.

3. Aproveitando a oportunidade, gostaríamos de enaltecer o empenho e a colaboração de V. S^a durante a resolução das pendências referentes ao licenciamento em questão, bem como pelo apoio que vem sendo dado para a implantação do Gasoduto Urucu-Porto Velho no Estado de Rondônia.

Atenciosamente, — **Henídio Queiroz Jorge**, Gerente de Implementação de Empreendimentos de Gás Natural.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Nos termos do art. 14, inc. II, alínea "a", do Regimento Interno, concedo a palavra ao ilustre Senador Romero Jucá para uma comunicação urgente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) — O Líder do Governo não era o Senador Ney Suassuna?

Perdoe-me, Sr. Presidente, S. Ex^a agora é Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) — Senador Roberto Requião, nas anotações da Mesa consta, como Líder, o Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Para uma comunicação urgente. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra com o intuito de fazer um registro extremamente importante e solicitar, inclusive, a divulgação do assunto na Rádio Senado e na TV Senado.

A partir de hoje, os 60 milhões de correntistas do FGTS que têm recursos a receber do passivo referente aos Planos Collor e Verão — devolução que foi aprovada no Senado e da qual fui Relator — podem procurar as agências do Correio e obter informações por meio dos **sites** da Caixa Econômica, do Ministério do Trabalho e também em setores bancários e sindicais. O trabalhador deve fazer acordo e habilitar-se ao recebimento dos recursos, que serão pagos no início do próximo ano.

Os bancos têm até janeiro para informar à Caixa Econômica Federal o saldo de cada trabalhador. Por sua vez, a Caixa tem até março para informar ao trabalhador o valor do passivo a que tem direito. A partir de junho o pagamento será feito aos correntistas.

É importante dizer que, na faixa de R\$1 mil — que receberão integralmente em junho de 2002 — estão 54 milhões de contas dos trabalhadores brasileiros.

Portanto, faço esse aviso e registrar que, a partir de hoje, concretiza-se uma matéria importante que foi votada aqui no Congresso Nacional e no Senado Federal, e conclamar a Rádio Senado, a TV Senado e os instrumentos de comunicação pública para que efetivamente divulguem esse aviso no sentido de proporcionar condição para que os trabalhadores possam buscar as informações e fazer o acordo necessário.

Peço também a transcrição, Sr. Presidente, da matéria publicada no jornal **O Globo**, Caixa Econômica recebe pedidos de correção do FGTS e também Saiba mais sobre os seus direitos.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

Caixa Econômica recebe pedidos de correção do FGTS a partir de amanhã

Instituição terá até março para notificar trabalhador sobre o valor devido

Vivian Oswald

• **BRASÍLIA.** A partir de amanhã, os 60 milhões de correntistas do FGTS com direito a receber a correção de R\$ 40 bilhões referente aos expurgos de 68,9% dos planos Collor I e Verão já poderão começar a aderir ao programa de pagamento preparado pelo governo. O termo de adesão e o formulário de cadastramento das contas estarão disponíveis em todas as agências do Correios e nos sites da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) e do Ministério do Trabalho (www.mte.gov.br). Os bancos têm até janeiro de 2002 para enviar para a Caixa o cálculo de quanto os trabalhadores têm a receber. A instituição terá até março para entregar aos trabalhadores os extratos com o valor a que têm direito.

Casos especiais serão resolvidos na Caixa

Só poderão enviar o termo de adesão pela internet os trabalhadores que não tiverem ações na Justiça questionando o pagamento dos expurgos. Os casos especiais, no entanto, como a adesão de parentes ou dependentes de trabalhadores que já morreram, deverão ser resolvidos nas agências da Caixa.

Os trabalhadores não são obrigados a enviar ao mesmo tempo o termo de adesão e o cadastramento. Eles podem primeiro atualizar seus dados cadastrais e deixar para aderir ao programa depois. O Ministério do Trabalho alerta, porém, que quem entregar o termo logo, deve receber o dinheiro na frente. Pouco mais de 54 milhões de correntistas com direito a até mil reais devem ter os recursos libe-

rados ao mesmo tempo.

A ideia do presidente Fernando Henrique Cardoso é antecipar para o início de maio o pagamento da correção do FGTS para quem tem direito a até mil reais de correção e entregar o termo de adesão até março. A previsão anterior era que esses recursos seriam liberados a partir de junho. Para os trabalhadores com direito a mais de mil reais, os recursos serão pagos em até sete parcelas semestrais que serão desembolsadas pelo governo até janeiro de 2007.

No termo de adesão, o trabalhador estará confirmando que aceita receber os expurgos nas condições acertadas com o governo. Assinar o termo, no entanto, não significará que o trabalhador estará concordando com o resultado do cálculo do valor que tem a receber. Isso quer dizer que é possível aderir ao programa de pagamento e questionar o valor a ser recebido na Caixa tão logo o cálculo esteja pronto.

Pela internet, o sistema eletrônico utilizado para que o trabalhador envie o termo de adesão é muito parecido com o da declaração do Imposto de Renda. O correntista do FGTS preenche os dados, se compromete a retirar eventuais ações que tenha na Justiça e envia o termo. A confirmação de que o documento foi enviado é eletrônica. O sistema emite um número de confirmação da operação que deve ser guardado pelo trabalhador. Essa é garantia de que o documento foi enviado.

Dinheiro poderá ser depositado em conta

Para que a Caixa possa enviar os extratos com os cálculos dos expurgos pelo correio, todos os trabalhadores

têm que fazer o cadastramento. Os formulários para o cadastramento estão disponíveis nas agências do correio e na internet.

Para sacar os recursos, grande parte dos correntistas não vai precisar sair de casa. No termo de adesão, é possível indicar o número da conta corrente para o depósito do dinheiro e os aposentados poderão receber o dinheiro com sua pensão. A Caixa firmou um convênio com o INSS que permite essa operação. Os trabalhadores que têm o cartão do cidadão da Caixa também poderão sacar o dinheiro nos caixas eletrônicos da instituição ou nas casas lotéricas.

Os casos mais complicados deverão ser resolvidos diretamente nas agências da Caixa. Dependentes ou herdeiros legais de correntistas que já morreram e sacaram os recursos da conta do FGTS depois de 1989 deverão procurar uma agência da Caixa tendo em mãos o atestado de óbito e o inventário.

A partir de terça-feira, tem início uma megacampanha publicitária do governo para explicar aos trabalhadores os procedimentos que devem ser adotados.

Os prazos já estão correndo e somente um problema pode paralisar todo o cronograma: as ações das empresas e entidades empresariais na Justiça contra a cobrança de dez pontos percentuais a mais na multa devida sobre o FGTS (que subiria de 40% para 50%), em caso de demissão sem justa causa, e de meio ponto percentual a mais referente à contribuição das empresas ao FGTS. Essas duas contribuições são indispensáveis para o pagamento da correção, de

acordo com o decreto que regulamenta o acordo e, sem elas, os procedimentos param instantaneamente.

Por isso, o governo deve entrar nos próximos dias com uma ação direta de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir que a

legalidade da cobrança dessas contribuições. A ação deveria ter sido encaminhada ao STF no início do mês, mas como o governo vem derrubando todas as liminares obtidas na Justiça, resolveu avaliar melhor como fará essa defesa. ■

Saiba mais sobre os seus direitos

Quem tem direito a receber a correção do FGTS?

Todos os trabalhadores que tinham conta em janeiro de 1989 e abril de 1990, mesmo quem já sacou os recursos do Fundo.

Como os trabalhadores saberão o valor que receberão no prazo determinado?

A Caixa vai informar o valor e quando o dinheiro estará disponível pelo envio de extrato para a residência daquele trabalhador cujo endereço no cadastro do FGTS esteja atualizado; pela internet, no endereço www.caixa.gov.br, para aqueles que tenham a senha do Cartão do Cidadão; pelos terminais de auto-atendimento, para acesso mediante utilização do Cartão do Cidadão e senha. O Cartão do Cidadão e a senha podem ser solicitados em qualquer agência da Caixa.

Quando os extratos serão emitidos?

Até março de 2002. Os bancos têm até janeiro de 2002 para enviar à Caixa o cálculo de quanto os trabalhadores têm a receber. E a instituição terá até março para entregar aos trabalhadores os extratos.

Os trabalhadores que retiraram o saldo de

contas inativas terão direito a receber a correção?

Sim.

E as pessoas que trabalharam em empresas que não depositavam o Fundo?

Devem recorrer ao Ministério do Trabalho ou ao Ministério Público do Trabalho.

Todo mundo que já sacou os recursos poderá receber a correção na hora?

Não.

Em que casos o saque poderá ser feito imediatamente (em junho de 2002, quando o governo começa a pagar os recursos)?

Somente para os trabalhadores que têm até mil reais a receber e que já tiverem efetuado os chamados saques definitivos no passado. Incluem-se nesses casos os saques motivados por demissão sem justa causa, por razão de o trabalhador ou seu dependente ser portador do vírus HIV ou por motivo de falecimento. Para quem tiver a receber mais do que mil reais, será respeitado o cronograma de liberação das parcelas.

E quem usou o dinheiro para a casa própria?

Nesses casos, não será possível sacar os recursos. O dinheiro será creditado na conta do trabalhador, que poderá amortizar as suas prestações ou o saldo devedor.

Quem ainda não sacou os recursos da conta daquela época poderá retirar como o dinheiro? Nestes casos, o trabalhador continuará sujeito às regras do FGTS. Os saques só podem ser feitos em caso de demissão sem justa causa, Aids, aquisição da casa própria, entre outros.

TERMO DE ADESÃO É o documento que deve ser assinado pelos trabalhadores que quiserem receber os expurgos do FGTS nas condições

acordadas entre governo, centrais sindicais e empresários. Quem enviar o documento até março de 2002 deve receber primeiro a correção.

QUEM TEM AÇÕES NA JUSTIÇA

Os termos de adesão para quem tem ações na Justiça questionando o pagamento dos

expurgos só poderão ser retirados nas agências dos Correios ou na Caixa. Devem ser assinados e não podem ser entregues pela internet.

QUEM NÃO TEM AÇÕES NA JUSTIÇA

Os trabalhadores poderão ter acesso ao termo de adesão a partir de 5 de novembro nas agências

dos Correios, na Caixa Econômica Federal e nos sites da Caixa (www.caixa.gov.br) e do Ministério do Trabalho (www.mte.gov.br).

O CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

Saldo em R\$	Quantidade de trabalhadores	Porcentagem	Data de início dos pagamentos	Porcentagem
Até R\$ 1 mil	54 milhões	89,9%	Integral até junho de 2002	zero
De R\$ 1 mil a R\$ 2 mil	2,5 milhões	4,2%	2 parcelas semestrais: jul/2002 e jan/2003	zero
De R\$ 2 mil a R\$ 5 mil	2,3 milhões	3,8%	5 parcelas semestrais a partir de janeiro de 2003	8%
De R\$ 5 mil a R\$ 8 mil	552 mil	0,9%	7 parcelas semestrais a partir de julho de 2003	12%
Acima de R\$ 8 mil	756 mil	1,3%	7 parcelas semestrais a partir de julho de 2004	15%

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quanto à transcrição, V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Tem a palavra, pelo prazo regimental de vinte minutos, o Senador Pedro Simon.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, Senador.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Por um lapso, por ocasião do meu pronunciamento, deixei de pedir a transcrição do ofício que li. Registro o pedido para que seja transcrito nos Anais o ofício a que me referi no pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

A Mesa aguarda o encaminhamento do ofício para cumprir o que V. Ex^a deseja.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, defendi com fanatismo dois projetos desta tribuna. O primeiro era o gasto público em campanha. Como na Alemanha, no Brasil só se poderia gastar o dinheiro público. Os cálculos feitos davam R\$7,00 por eleitor. Presidente da República, Governador, Prefeito, Deputado, rico, pobre, todos poderiam gastar exatamente a mesma quantia, e as campanhas seriam absolutamente iguais. Lamentavelmente, ele não foi aprovado. Nem o PT viu com simpatia o meu projeto.

Outro projeto que apresentei foi de que os programas de televisão gratuitos na campanha eleitoral só poderiam ser feitos ao vivo: o candidato, o microfone e o assistente da televisão. Até o PT foi contra, dizendo que os programas ficariam muito cansativos, muito chatos, que muitos desligariam seus aparelhos de TV por falta de interesse. Eu disse: "Mas o programa gratuito de televisão não é feito para ser campeão de audiência; ele é feito para que o candidato fale com o seu eleitorado, para que o povo fique conhecendo o candidato. E a fórmula de o povo conhecer o candidato é o candidato falando ao vivo". Também ele não foi aprovado.

Então, estamos hoje vendo as campanhas presidenciais e as pesquisas feitas. Hoje saiu mais uma. Tenho visto nessas últimas pesquisas a verdadeira concorrência, o grande embate. Os candidatos não importam; o que importa é a disputa entre o Sr. Duda Mendonça e o Sr. Nizan Guanaes. O Sr. Duda Men-

donça, que até ontem era o homem do Maluf, hoje é o homem do PT e o Sr. Nizan Guanaes, que era o homem do Fernando Henrique, agora faz a campanha da Sr^a Roseana.

A que se assiste? Tenho o maior respeito por nossa querida amiga Governadora Roseana Sarney, mas, de repente, com dois programas de televisão, vai para 19%. O Sr. Duda muda o enfoque do PT. Este Partido, com seus propagandistas anteriores, gente do próprio PT, quando focava uma cena do menor passando fome, sofrendo, miserável, dizia: "Esse é o Brasil, você tem que lutar, o PT vai lutar para mudar isso, derrubar esse regime de fome e de miséria e não sei mais o quê." Hoje, na mesma cena da criança sofrida passando fome, há uma música lenta, suave e o locutor dizendo: "Se você se comoveu com essa cena, você já é um pouco PT."

Falo isso para mostrar como eles jogam com a publicidade, algo realmente espetacular. Somos fruto do mercado de consumo, onde consumimos o que a propaganda nos mostra.

Quando vejo o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, relacionando o jogo do bicho ao Governo Estadual, quando vejo fatos que vêm acontecendo em vários lugares, eu me dou conta do mal que fez esta Casa em não votar, em não dar importância aos meus dois projetos.

Vejo os nomes que estão nas pesquisas: Lula, com 33%, Roseana Sarney, com 19%, Ciro Gomes, com 12,8%, Itamar Franco, com 8,2%, Anthony Garotinho, com 9%, e o Ministro José Serra, com 4% das intenções de voto. Eu gostaria de ver se o Ministro José Serra, contando com o Nizan Guanaes para fazer a sua propaganda, não melhoraria sua posição nas pesquisas. Aliás, uma propaganda como a feita pela minha amiga Roseana, o Guanaes poderia fazer com uma série de pessoas e obteria, talvez, resultados iguais.

Eu fico me perguntando por que não estou nas pesquisas. Sou candidato do PMDB, agora registrado oficialmente, juntamente com o Sr. Itamar, para concorrer nas prévias do dia 20 de setembro. Os jornalistas mais importantes e os institutos de pesquisa ignoram a minha pessoa. Chega a tal ponto que a pesquisa **Vox Populi** fez um levantamento de vários itens. Em uma pesquisa estão o Itamar, o Ciro, o Lula, a Roseana, o Garotinho, o Serra e outros. Na segunda pesquisa, tiraram o Itamar e não colocaram ninguém do PMDB. Fizeram uma terceira pesquisa, com índice de rejeição: em primeiro lugar, Senador Pedro Simon, com 80%. Não apareci em nenhuma pesquisa da **Vox**

Populi, eu não existo na pesquisa. No entanto, na hora de registrar a rejeição, publicaram Pedro Simon com 80%.

Escrevi uma carta em que dizia ter muito respeito pelo Sr. Coimbra, um homem que expõe seus argumentos com competência e inteligência. Escrevi uma longa carta expondo meus motivos e perguntando a respeito. Escrevi a segunda. Não recebi resposta de nenhuma das duas.

Acho normal o Lula ser manchete de jornal. É a quarta vez que ele é candidato, é um direito garantido. E é a quarta vez que ele, do início até a véspera das eleições, está em primeiro lugar. Mas há outros nomes. O Sr. Ciro Gomes, por exemplo, não é presidente, não é governador, não é senador, não é ministro, não é nada; é um ilustre cidadão que foi ministro. O que esse homem aparece em manchete nos jornais é uma coisa impressionante. São páginas inteiras com seu nome. O Sr. Tasso lançou-se candidato de repente. Verdade que é Governador. Mas bastou lançar-se candidato para ter seu nome estampado em páginas e mais páginas. Acho normal aparecer o nome do Itamar Franco. É Governador de Minas Gerais, foi Presidente da República, vem batendo no Sr. Fernando Henrique. Agora, o Pedro Simon não aparece. Ele não aparece na mídia e não aparece nas pesquisas.

Eu gostaria que me dissessem em que outro país do mundo uma campanha presidencial é feita como no Brasil? Em que país da Europa, da América, de onde quiserem, as grandes empresas de comunicação e duas ou três agências de publicidade ou de **marketing** político controlam toda a mídia, todo o debate, todos os nomes em torno da decisão sucessória? Queiramos ou não, o Brasil hoje fala no Lula, fala na Roseana, fala no Ciro, nos nomes que estão nas pesquisas, nomes que estão nos jornais.

Nos Estados Unidos, hoje, sabe-se que o próprio Bush, se não fracassar – e talvez fracasse –, será candidato a Presidente dos Estados Unidos na próxima eleição. Sabe-se que o candidato do Partido Democrata a Presidente dos Estados Unidos, em tese, é o Presidente do Partido Democrata. Sabe-se que, na Inglaterra, o atual Primeiro-Ministro é candidato a continuar no cargo e que o chefe do Partido Conservador é quem vai concorrer com ele. Isso acontece em todos os lugares, os candidatos são naturais. No Brasil é que eles são artificiais, "feitos" pela grande imprensa, em conluio com as agências que publicam as pesquisas. E, às vezes, eles obtêm resultados espetaculares, como aconteceu na derrota do Lula para o Collor. O Lula tinha a vitória garantida, mas a Rede Globo, em duas edições do Jornal Nacional, veiculan-

do, de maneira parcial e irreal, os momentos duvidosos do Lula e os grandes momentos do Collor no debate eleitoral, reverteram o resultado, dando a vitória para Collor.

Será que vamos levar adiante este Brasil de fantasias? Até aonde vamos levar a disputa entre Duda Mendonça e Nizan Guanaes? Quem é o melhor, o mais competente? A competição que hoje existe é esta: Nizan Guanaes contra Duda Mendonça. São os dois que estão competindo. O PT não tem; Itamar Franco não tem; eu, coitado de mim! Será que é isso uma campanha eleitoral? Será que é por aí que uma eleição deve ser feita? Será que é por aí que o esclarecimento da opinião pública deve ser levado adiante? Eu não sei. Eu só tenho esta tribuna e pretendo usá-la mais vezes daqui por diante. Pretendo usá-la para que, pelo menos, conste dos Anais e para que o telespectador que assiste à **TV Senado** procure verificar e se adonar desta realidade. Eles recebem parte da verdade.

Sabemos que se pode fazer pesquisa como e quando se quer. Já vi tantos resultados de pesquisa dramáticos que nunca dei grande importância a eles. Vi, outro dia, um jornal publicar, em foto de página inteira, os dois frente a frente, com os seguintes dizeres: "Duelo de titãs". E segue mostrando o esquema de cada um, o de Duda Mendonça fazendo as áreas radicais do PT serem colocadas em um lugar e as áreas **light** em outro.

Anteontem, ainda ouvi o nosso querido Deputado José Genoíno, candidato a Governador de São Paulo, dizer: "Com o discurso que o Presidente Fernando Henrique fez, na Europa, até o Fernando é meio PT." É a linguagem do Duda que está sendo aceita.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador, a coisa é mais grave do que expõe V. Ex^a. Amanhã, provavelmente, os jornais nacionais abordarão a eleição municipal em Curitiba, que foi vencida pelo PFL. Lembra V. Ex^a das declarações do nosso Senador Jorge Bornhausen? "A eleição ainda não está perdida. Vamos ganhá-la", quando o PT estava à frente do Cássio Taniguchi, do PFL. Pois muito bem, pelo que sei, nessa campanha municipal de Curitiba, a GW cobrou R\$5 milhões; a Loduca, R\$3 milhões; e um estúdio de rádio, chamado Nosso Estúdio, R\$2,5 milhões. Foram R\$10,5 milhões gastos em comunicação. Montaram uma cidade cênica, com casas, vilas,

construções. Dali, o material saía para iludir, para divertir – do italiano **divertere** -, desviar do que importa. E o japonês trabalhador – era assim que ele se intitulava – era vendido como um sabonete, sem nenhuma ligação com a realidade. Somas incríveis foram pagas a institutos de propaganda. E alguns estranhos institutos, que, provavelmente, amanhã, o Paraná e o Brasil conhecerão, receberam pelos resultados que divulgavam e não pela pesquisa que faziam, porque pesquisa não fizeram. Então, estamos vivendo uma situação **sui generis**. V. Ex^a fala no financiamento público de campanha e eu contraponho a isso o poder da televisão. Desde que cheguei ao Senado, Senador Pedro Simon, e que assumi esse vazo nacionalista, defendendo empresas nacionais e emprego de brasileiros, nunca mais fui honrado com uma imagem na Rede Globo de Televisão, local e nacional. Outro dia, de uma forma absolutamente indevida e equivocada, tentaram me transformar num Senador intervindo num acidente de automóvel, o que realmente não ocorreu. Mas V. Ex^a, Senador Pedro Simon, não tem defesa. Publicam num jornal que V. Ex^a, Senador, tem 80% de rejeição. E V. Ex^a não tem acesso às pesquisas. E de pouco adianta reclamar na tribuna do Senado, porque a barbaridade não será corrigida, uma vez que essa gente toda funciona a peso de ouro. É a grande manipulação da eleição pela mídia! Some-se a isso essa brincadeira da legislação eleitoral, em que o TSE pode escolher o Presidente da República à revelia do povo, se mal-intencionado for. Não estou dizendo que seja. Mas garantiu essa possibilidade, manobrando para que o Congresso Nacional não votasse uma lei que desse credibilidade ao sistema. Fico aqui me perguntando o que estão fazendo os candidatos, numa eleição dirigida por grandes empresas de propaganda, opinião pública conduzida por pesquisas de opinião, das quais não temos a menor certeza da legitimidade. E assim podendo ser escolhido o Presidente, por uma violação do padrão dos **softwares** do sistema eleitoral profundamente viciado, comprometido e pouco verdadeiro, autêntico, sem nenhuma credibilidade. V. Ex^a está enfrentando um desafio pesado. Mas não se esqueça também dos inimigos internos. De repente surge, contrapondo-se à candidatura de V. Ex^a e de Itamar Franco, a não-candidatura do Presidente do Partido, Michel Temer, partidário claro da coligação dos Partidos da base do Governo, que se coloca como não-candidato do Partido, ou seja, o candidato para eliminar os outros candidatos, apresentar no esquema da escolha uma terceira opção: a da submissão, da coligação com os Partidos

do Governo. Desejo-lhe sucesso, mas a empreitada não é das menores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Respondo o seu aparte começando pelo fim. V. Ex^a não pode dar crédito a esse noticiário da imprensa, que está querendo fazer essa grosseria com o Presidente do PMDB. Querer imaginar que o Presidente do PMDB foi a Paris e conversou com os Presidentes dos Partidos e com o Presidente da República e voltou candidato à prévia do PMDB é não respeitar o Presidente do PMDB. Garanto a V. Ex^a que ele não é candidato. Ele assumiu a Presidência – nós o apoiamos como candidato a Presidente do Partido – com a responsabilidade de garantir a prévia – ele garantiu -, marcar a data da prévia – ele marcou -, regulamentar a prévia – ele regulamentou -, e presidir a prévia – ele vai presidir. Acho que uma figura como a do nosso amigo Temer, respeitável, digna, correta, que tem a missão – e eu lhe disse isso, Senador – de ocupar um vazio, que existe desde que o Dr. Ulysses Guimarães deixou a Presidência, lamentavelmente. A Presidência do PMDB tem sido uma tragédia. É um lugar vazio à espera de um nome. O Presidente do PMDB, Deputado Temer, tem condições de ser esse homem: presidir a prévia com imparcialidade.

A imprensa e alguns jornalistas, em suas colunas, insistem nesse assunto. E há alguém por quem tenho respeito, amizade e que conheço: o ex-Governador do Rio de Janeiro, hoje assessor do Presidente da República. Esse jovem se porta muito mais como assessor do que como Líder partidário. Como assessor, ele está no seu papel de defender Fernando Henrique e de fazer tudo o que pode dentro do PMDB a favor do Presidente, que é o homem que lhe dá a função gratificada. Porque assessoria não é como Ministro. O Ministro é Ministro, é convocado pelo Governo, é Ministro nomeado pelo Presidente, mas ele representa o Partido, está ali representando o seu Partido. O assessor especial é o homem da confiança absoluta de quem o convoca. Tenho um assessor no meu gabinete que é o homem da minha confiança. V. Ex^a tem no seu gabinete um assessor que é o homem da sua confiança. O nosso querido ex-Governador do Rio de Janeiro é assessor da confiança do Senhor Fernando Henrique. Tudo bem. Mas aí a ele dar e a imprensa atribuir permanentemente a ele essas notícias a que V. Ex^a se refere, ele, divulgando, e permanentemente dizendo o que pensa, deveria ter um pouco mais de seriedade e entender que como assessor do Presidente tem que medir as palavras. No entanto, é um homem que quer ditar normas e um homem que está dizendo agora para a imprensa que o Sr. Temer

vai ser candidato e vai disputar as prévias, o que não é verdade. Seria uma página muito triste, seria horrível para o PMDB. Pode haver vários candidatos, mas se há um que não pode ser candidato é o Temer, porque foi escolhido numa disputa acirrada com o Senador Maguito Vilela. O Rio do Grande do Sul ficou com ele; ele foi lá no Rio Grande do Sul garantir a realização da prévia e que ele agiria como magistrado na condição, garantindo que teria prévia e que teríamos candidato próprio e que o PMDB sairia do Governo. Portanto, seria uma tragédia se, de repente, o Presidente do Partido rasgasse tudo.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, e se de repente o nosso colega Michel Temer grita **Vive la France !**, muda o discurso e sai candidato? Como é que vamos nos comportar dentro PMDB, diante dos compromissos por ele assumidos até agora? Porque esta é a palavra mágica: **Vivre la France !** – e o discurso se inverte. É a ironia. A ironia é a inversão de uma realidade esperada e o sinal, o código é **Vive la France !**.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Respondendo a V. Ex^a: se ele for candidato, será uma página triste. As bases não vão aceitar, as lideranças não vão aceitar, e ele será uma página virada da nossa história partidária. Mas ele não fará isso. Ele tem a capacidade e a dignidade suficientes para desempenhar o seu papel, que é o de conduzir o processo.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PDT – PR) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PDT – PR) – Não é difícil compreender a indignação de V. Ex^a. Queria, neste aparte, manifestar a minha solidariedade e o meu respeito à sua trajetória política e à sua competência. Poucas pessoas têm o currículo, principalmente no que diz respeito à ética, e a capacidade de análise política de V. Ex^a: desenha um cenário que é a razão da indignação da população, da descrença do povo em relação às instituições públicas, aos Partidos políticos e aos políticos de uma forma geral. V. Ex^a desenha esse espectro de descrença generalizada com muita competência. Somos responsáveis no parlamento porque não conseguimos ainda concluir a reforma política e conferir ao País um modelo político compatível com as aspirações da nossa sociedade. Ouvi, no início do seu pronunciamento, referência a projetos apresentados, alguns não aprovados, mas há aqueles aprovados

aqui, inclusive referente a financiamento público de campanha, o qual tive a satisfação de relatar e que, remetidos à Câmara dos Deputados, dormem nas gavetas por longo tempo. Aliás, a Câmara tem desprezado projetos aprovados de origem do Senado Federal, e tomado outras iniciativas como o da imunidade parlamentar. Há quanto tempo o projeto de V. Ex^a alterando o instituto da imunidade parlamentar, também aprovado no Senado Federal e remetido à Câmara, aguardava deliberação? A Câmara agora apresenta uma outra proposta e toma a iniciativa que acaba depois retornando ao Senado Federal. Enfim, para concluir, creio que sem um modelo político compatível com a realidade que vivemos, a insatisfação estará sempre se generalizando, não só a de V. Ex^a, que repercute dessa tribuna, a minha daqui, porém a de toda a população brasileira, que repercute em pesquisas de opinião pública e, principalmente, no ato do voto: o eleitor está se afastando das urnas – há uma grande abstenção, com um percentual elevado a cada eleição –, ou protestando pelos votos branco e nulo. Essa é a realidade. Temos que ter competência para promover uma profunda reforma estrutural, a fim de que um novo modelo político possa conferir maior credibilidade às nossas ações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o importante aparte de V. Ex^a. Mas tenho a dizer que sou hoje mais pessimista do que ontem com relação ao trabalho desta Casa. Jogava tudo nos dois projetos: só dinheiro público em campanha e os programas de televisão ao vivo. Creio que eram duas fórmulas por meio das quais não havia mídia, não havia dinheiro, não havia vigarice que fizesse dar errado. Só dinheiro público na campanha! O meu projeto foi nesse sentido e o que V. Ex^a aprovou, também, nesse sentido. E o que está guardado na gaveta da Câmara é nesse sentido. Terminaria com "Pedro Simon candidato à Presidência da República e Antônio Ermírio de Moraes", o homem mais rico do Brasil. A propaganda tinha que ser igual, como é na Alemanha.

O ex-Primeiro-Ministro da Alemanha, considerado o herói do fim do século pela unificação da Alemanha, hoje, é uma figura que caminha pelos corredores do parlamento como um fantasma. Por quê? Porque provaram que ele deu seis telefonemas a seis empresários, para pedir dinheiro e dar a seis parlamentares de uma determinada região, onde ele precisava garantir maioria no colégio eleitoral, que escolhe o primeiro-ministro. Seis telefonemas foram o sufici-

ente para que o Sr. Helmut Kohl desaparecesse como líder político.

No Brasil, no momento em que soubéssemos que a Nação estaria fiscalizando, que o gasto de cada candidato teria que ser absolutamente igual, não haveria dúvida nenhuma de que ela transcorreria num outro ambiente.

Como é que o Pedro Simon chega em um aeroporto, desce de um avião de carreira e fica duas horas esperando um outro avião, e vem um outro candidato pega um jatinho aqui, outro jatinho ali, três jatinhos mais e não sei o quê? Isso teria que ser explicado!

E a campanha ao vivo, que o PT também não quis? A campanha ao vivo é para o candidato aparecer como ele é. Para eu votar em fulano porque é o fulano, e não votar no Duda Mendonça ou no Nizan Guanaes, na imagem que eles criam, como criaram a do Pitta. O Sr. Duda e os técnicos que realizaram a campanha do ex-presidente americano vieram e fizeram um estudo, porque o Maluf não tinha candidato, mas estava em grande ascensão, com grande prestígio. Então, relacionaram dez nomes. Esses técnicos olharam, selecionaram, fizeram teste de televisão e não sei mais o quê e escolheram o Pitta, porque era o mais vazio, era o que não tinha passado, era o que não tinha história, era o que não tinha biografia: "em torno do Pitta, a gente faz o que a gente quer"! E assim fizeram. Transformaram-no em estadista, em economista, em gênio... e deu no que deu!

Não vejo nos Estados Unidos e na Europa um grande jornal, uma grande rede de televisão se meter na questão da escolha dos candidatos presidenciais. Aqui, no Brasil, é o normal. É o normal. Quem está vendo, quem está fazendo diariamente é a mídia, que dá páginas inteiras para quem ela quer. E será que isso é liberdade de imprensa? Eles dizem: "O jornal é meu, então eu faço o que quero"! Mas será que é isso o que se quer na busca do bem comum de uma sociedade?

Em segundo lugar, vêm as pesquisas, que publicam o que querem. Eu estou vendo ali ilustres jornalistas, comentaristas da maior importância, pelos quais tenho o maior respeito. É claro que eles sabem. O Drumond e o Sebastião sabem que, no final da eleição, se acomodam os números. "Muitas vezes, ela joga tudo em fulano; vai, vai, vai, e deixa o beltrano lá em baixo. Mas quando a eleição começa a se aproximar, o beltrano tem que subir, porque tem que dar uma resposta, e o fulano tem que baixar".

Uma vez, perguntaram a um desses homens de mídia: "Vem cá, mas como é que se explica essa loucura? Como é que eu tinha 30% a mais e agora já es-

tou com 12% a mais, e você está me dizendo que, na próxima, será 100%? Na verdade, você sempre teve 30% a menos. Você está voltando para a realidade. Nós estamos dando a você agora a realidade dos números, porque eleição é eleição".

Então, eu fico a me perguntar: Aonde nós vamos chegar, quando a hora mais importante, que é a escolha de um Presidente da República, deve ser precedida de um debate entre as pessoas, entre os grupos partidários, em torno de idéias, de filosofias e de pensamentos? Aonde chegaremos?

Está lá o Ciro Gomes, candidato do Partido Comunista, dizendo que ele é o candidato mais simpático da Direita.

Outro dia, no Ceará, em uma reunião, ele disse que político está embaixo de cocô de galinha e, depois, disse que não falou isso. Está lá a nossa realidade a perguntar: não deveria haver um pouco mais de seriedade nessa questão? Não deveria a imprensa publicar, debater, sim, mas não querer fazer, adonar-se: esse pode ser, aquele não pode ser?

Agora, meu Senador Álvaro Dias, o Congresso é o grande culpado, porque não votou as leis que consolidavam os partidos políticos; não votou as leis que consolidam a vida partidária no nosso País. Estamos aqui fazendo uma lei eleitoral para vigorar por dois anos, atendendo aos interesses dos que têm maioria no Congresso naquela eleição. E despreocupados. Uma lei que seja séria, que seja responsável e que seja permanente em termos de futuro. Qual a razão de, a cada dois anos, sempre votarmos uma nova lei eleitoral, mudando a anterior? É que são feitos arreglos e acordos de última hora.

Estou aqui, Sr. Presidente, primeiro felicitando o Duda Mendonça, porque penso que ele está ganhando do Nizan Guanaes, porque a Dona Roseane com zero e, em questão de um mês, a colocou em dezenove. E o Duda Mendonça não consiga tirar o Lula da área dos 100 pontos percentuais. Com relação a meu amigo Itamar Franco, cujo percentual de intenções de voto baixou, se não empregar alguém dessa competência para entrar no jogo, ficará à margem. Com relação a mim, só fico na expectativa da prévia do MDB.

Tenho uma certa vaidade de afirmar que, se ganhasse essa prévia e tivesse direito a 7 minutos de televisão durante 60 dias, teria condições de dizer algumas verdades, de esclarecer alguns pontos e dados, falando a este País, a começar pela televisão, pelo rádio e jornal, por candidaturas e por partido. Não imagino o resultado, mas sei que faria um bom trabalho para o meu País.

Pasqualini, meu mestre, duas vezes candidato a Governador do Rio Grande do Sul e duas vezes derrotado porque era ético demais, dizia que uma campanha é o momento de pregar idéias e pensamentos, de esclarecer, de instruir e, até mais, de educar o povo. Acho que é por aí.

A mim me disseram: "Simon, tu és candidato. Para vires aqui, ao Estado, tens de pegar um avião; para ires ao Mato Grosso, tens de pegar um avião; em São Paulo, tens de esperar duas horas para chegar em Campo Bom e fazer a palestra, a fim de, no dia seguinte, voltares, pelo mesmo percurso, a Brasília. Assim não vais ganhar. Onde está teu esquema de publicidade e teus agentes? Onde estão as pessoas para conversar com a **Globo**?" Não as tenho. Se para ser candidato é preciso entrar nesse esquema não será fácil para mim. Já recebi ofertas de avião, de locais, de verbas e as agradei. Agradei publicamente o oferecimento por gente importante de verbas razoáveis. Não seria mais o Pedro Simon se fizesse o que fazem aqueles dos quais discordo.

Neste fim de tarde de segunda-feira, em que a pesquisa CNT/Sensus lançou seus últimos números, venho dizer que dependem do Congresso Nacional as reformas de que precisamos. Lamentavelmente, o Congresso ainda não está ciente de sua missão. Valsamos ao sabor dos acontecimentos, até a Oposição. Os meus dois projetos – sobre o dinheiro público e a campanha e sobre propaganda ao vivo na TV – foram vistos com antipatia até pela Oposição. São dois projetos que realmente mexem com a estrutura vivenciada por nós aqui.

Encerro, Sr. Presidente, felicitando a minha amiga Roseana Sarney, mas de modo muito especial, parabenizando o Sr. Nizan Guanaes e reconhecendo sua competência. E me dirijo ao meu amigo Duda Mendonça, perguntando qual vai ser o ato dele, qual vai ser a fórmula do contra-ataque para responder à última do Nizan Guanaes.

E ficamos nós para o próximo **round** da eleição brasileira. Assistam na Rede Globo de Televisão e nas outras que a resposta virá, e via televisão, via empresas de publicidade, via pesquisas, nós saberemos o resultado. Por enquanto, sabemos que há um confronto, um duelo total entre Duda Mendonça e Nizan Guanaes. Com Duda, o Lula continua em primeiro. Nizan tirou a sua candidata do zero, e, agora, ela alcançou os dezenove pontos percentuais. Veremos a que ponto isso vai chegar.

Mantenho meu nome porque acho que além dessas pessoas, além dessa força e além desse po-

derio, existe o povo brasileiro e a nossa responsabilidade de respeitá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 653, DE 2001

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens, consistentes em inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento dos irmãos Nassib Jabur, falecido em 25 p.p. e José Jabur, sepultado no dia de hoje.

Justificação

Nassib Jabur foi Secretario de Estado no Paraná, onde desenvolveu intensa atividade como empresário agrícola e homem da Comunicação Social, tendo sido pioneiro no ramo da Televisão na condição de Diretor da TV Tibagi, uma das primeiras estações implantadas no Interior do Estado, através da qual promoveu campanhas em prol do desenvolvimento do Paraná.

Já José Jabur foi prefeito por três vezes do município de Porecatu, nas décadas de 70, 80 e 90. A última vez que esteve à frente de prefeitura do Município foi no período entre 1992 a 1996. Era um político sério e estimado pela população de Porecatu, para onde a família, descendente de liban-ses, se fixou depois de haver residido em Tacipa, São Paulo, onde o ex-prefeito nasceu.

Pelo incontestável papel que ambos exerceram no desenvolvimento do Paraná, particularmente na Região Norte do Estado, Nassib e José Jabur tornaram-se merecedores do mais profundo respeito da comunidade paranaense.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2001 – **Alvaro Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Em votação.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Para encaminhar, passo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Osmar Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, apenas para justificar esse voto de pesar. Sei que represento aqui a vontade de milhares de paranaenses amigos de Nassib Jabur e José Jabur. Dois irmãos, um ex-Secretário de Estado, tive a honra de tê-lo como Secretário durante minha gestão à frente do Governo do Paraná. Foi um homem de comunicação, um ser humano da maior grandeza, que procurou contribuir com o seu trabalho e sua dedicação no auxílio a milhares de pessoas no meu Estado. Creio que a grandeza de alma, as virtudes sagradas de ser humano que respeita o seu semelhante estão corporificadas na figura de Nassib Jabur, que perdemos há poucos dias...

Hoje houve o sepultamento de seu irmão, José Jabur, três vezes prefeito da cidade de Porecatu, homem dedicado à gente humilde da cidade que prestou extraordinário serviço como administrador competente, aplicando corretamente os recursos públicos, com postura ética exemplar. Mereceu o respeito da sua cidade e por isso, por três vezes, foi eleito Prefeito.

Lamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como todos os que os conheceram no Paraná. É por meio desse voto de pesar que se faz uma homenagem póstuma a dois irmãos. E, nesta hora, esta é a nossa palavra de conforto aos seus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Em votação o Requerimento n.º 653, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2001

Altera o art. 319 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 319 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. A pena aumenta-se de um terço até a metade se o crime é cometido em inquérito judicial, policial, parlamentar, administrativo ou civil público. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade brasileira assiste, atônita, a sucessivos escândalos de corrupção cujos responsáveis, na maioria das vezes, restam impunes em virtude da inconclusão de procedimentos investigatórios que, não raramente, caminham lentamente por intencional deliberação dos encarregados de sua condução.

Necessário, pois, o aperfeiçoamento da redação do tipo penal de prevaricação, retirando-se do seu elemento subjetivo o dolo específico ("fim de satisfazer interesse ou sentimento pessoal"), de difícil configuração e que torna praticamente impossível a comprovação da materialidade do delito e, por conseguinte, a responsabilização penal dos infratores.

Este projeto de lei aperfeiçoa o tipo penal da prevaricação, de modo que o dolo corresponda à simples vontade de concretizar os elementos objetivos do tipo.

O aumento da pena-base faz-se necessário para emprestar maior rigor na punição, de caráter penal, do funcionário que não cumpre com os deveres inerentes às suas atribuições.

O acréscimo do parágrafo único dispendo sobre causa de aumento de pena é imprescindível em face da indiscutível gravidade da conduta dos agentes públicos que, detentores de poder investigatório legalmente atribuído, retardam, deixam de praticar ou praticam ato, em investigação, contraria a expressa disposição de lei.

Isto posto, conclamamos os ilustres pares para aprovação deste projeto, que proporcionará uma resposta mais efetiva às condutas de infidelidade ao dever de ofício e à função exercida, não permitindo, conseqüentemente, a deterioração da administração pública.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2001. –
Mauro Miranda.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Código Penal

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato do ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena — detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

**Vide art. 438 do Código de Processo Penal.*

Condescendência criminosa

*(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania — decisão terminativa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) — O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tenho, com frequência, ocupado esta tribuna para questionar a política econômica adotada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Sou convencido de que as bases dessa orientação econômica são frágeis e não se sustentam por muito tempo. O artifício dos juros altos como mecanismo de reduzir os índices inflacionários, entre outros mecanismos, tem comprometido o desenvolvimento econômico do País e punido demasiadamente a classe trabalhadora.

Os jornais dos últimos dias divulgaram dados do IBGE que dão conta de redução no rendimento médio dos trabalhadores. Considerando os dados referentes ao mês de agosto de 2001, a renda do trabalhador brasileiro teve uma queda real de 4,6% em relação ao mesmo mês do ano passado. Se considerarmos apenas aqueles que possuem carteira assinada, a queda no rendimento foi ainda maior, atingindo 4,8%.

Em valores monetários, o rendimento médio do trabalhador, que era de R\$784,98 em agosto de 2000, passou a ser de R\$749,53 no mesmo mês de 2001. Somente entre julho e agosto desse ano de 2001 a perda real foi de 1,9%. Ou seja, de um mês para o outro, o trabalhador que ganhava R\$1.000,00, passou a ter R\$19,00 a menos do seu poder compra.

Entendo que essa queda no rendimento dos trabalhadores brasileiros é decorrente de um modelo de gestão econômica que prioriza remessas vultuosas para pagar juros à banqueiros internacionais, em detrimento de investimentos que possibilitariam o crescimento da nossa economia. São cerca de 4 bilhões de reais, sugados todos os meses, na forma de superávit primário, para pagar parte dos juros da dívida.

A queda no rendimento do trabalhador está diretamente ligada ao nível de desemprego, que, por sua vez, se relaciona com o pífio crescimento da nossa economia. Precisariamos crescer acima de 5% ao ano para oferecer emprego aos novos trabalhadores que entram no mercado, a chamada população em idade ativa. Mas com o baixo desempenho da nossa economia, a tendência é que o trabalhador seja ainda mais sacrificado.

Contudo, se considerarmos a Pesquisa Mensal de Emprego divulgado pelo IBGE, abrangendo as seis maiores regiões metropolitanas do País, veremos que houve uma queda brutal no número de pessoas ocupadas. Em setembro de 2000, o número de pessoas economicamente ativas — PEA que era de 18.599.845, nessas seis regiões metropolitanas, caiu para 18.380.544 em setembro de 2001.

Vejam Sras. e Srs. Senadores, a gravidade do atual cenário do mercado de trabalho no nosso País. No último ano, tivemos piora nos níveis de renda do trabalhador e também queda no número de trabalhadores ocupados, ainda que os índices de desemprego divulgados pelo governo se mantenham estáveis, já que a pesquisa não considera aqueles trabalhadores que desistiram de procurar emprego.

Vivemos, na verdade, um momento de desânimo da nossa classe trabalhadora. Além disso, o aumento no número da população em idade ativa, sem que esta entre para o mercado de trabalho, também contribui para a queda no rendimento médio dos trabalhadores, já que o crescimento do desemprego aumenta o poder do patrão nas negociações salariais.

Portanto, é de vital importância essa reflexão sobre o desemprego e sobre a queda no rendimento dos trabalhadores. Prevalecendo a atual política econômica, esse quadro recessivo tende a se acentuar. Com a queda da renda e conseqüentemente do consumo, teremos redução ainda maior nos níveis de produção. Entraremos num círculo vicioso. Nem mesmo na época de fim de ano, em que o comércio tem seu melhor desempenho, é esperado grande crescimento nas vendas.

Sr. Presidente, popularmente se diz que a corda arrebenta do lado mais fraco. O empresariado brasile-

iro, com o vai-e-vem da economia, tem procurado se defender. A queda nos níveis salariais, sobretudo no trabalho formal, não deixa de ser um modo de passar adiante o aperto. O trabalhador, por sua vez, vê-se impelido ao empobrecimento, engrossando a fila dos subempregados, até chegar à indigência.

A sociedade como um todo perde. O desânimo do trabalhador, o aumento da violência e da mendicância são consequência direta de tudo isso.

Vejam, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é um efeito em cadeia. A renda dos trabalhadores é vital para o crescimento da economia e da nossa produção doméstica. Gerando trabalho e aumentando nossa riqueza, estaríamos também melhorando a distribuição de renda.

Outra questão a ser abordada é a que trata dos diferentes níveis de rendimento por região. Enquanto em São Paulo o rendimento médio dos trabalhadores, verificado em junho de 2001, foi de R\$898,47 – segundo dados do IBGE, o rendimento verificado nas regiões de Salvador, Recife e Belém do Pará foi, respectivamente, R\$443,77, R\$479,07 e R\$616,40, ou seja, entre 49% a 69% menor do que em São Paulo. Sendo que este último, o dado relativo a Belém, se à coleta feita pelo DIEESE.

Achei oportunas essas reflexões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, porque estamos em processo final de discussão do Orçamento Geral da União, para o ano de 2002. E essa proposta orçamentária, que tem a cara do último acordo que o Brasil assinou com o Fundo Monetário Internacional, acentua ainda mais essa tendência de recessão e de sacrifício do País e da classe trabalhadora, na medida em que o texto que deverá ser aprovado, em poucas semanas, prevê um superávit primário de 3,5% do nosso PIB, em detrimento de investimentos que seriam fundamentais para impulsionar o crescimento de nossa economia.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2001 (nº 4.941/2001, na Casa de

origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gás natural e de carvão mineral, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.185 e 1.186, de 2001, das Comissões de Assuntos Econômicos, e de Serviços de Infra-Estrutura, Relatores: Senadores Bello Parga e Fernando Matusalém, respectivamente.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54, DE 2001
(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno nos termos do Requerimento nº 638, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 54, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.226, de 2001, Relator: Senador Pedro Piva), que autoriza o Estado de Goiás a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 3 –

PARECER Nº 1.239, DE 2001
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 647, de 2001 – art. 281 do Regimento Interno (Escolha de autoridade) (Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.239, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 235, de 2001 (nº 1.094/2001, na origem), Relator: Senador Pedro Piva, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Luiz Fux, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hélio de Melo Mosimann.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste*, tendo

Parecer favorável, sob nº 937, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

– 5 –

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1996

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996 (nº 3.162/97, naquela Casa), de autoria da Senadora Marina Silva, que *dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.171, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Eduardo Dutra.

– 6 –

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 21, de 2001)

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 635, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que *estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais e da outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.169, de 2001, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação do vencido.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 227, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2001 (nº 553/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a*

Associação da Rádio Comunitária Redenção FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção de Gurguéia, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.204, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 259, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2001 (nº 788/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Sistema Comunitário de Comunicações Santamariense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.141, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 262, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2001 (nº 795/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Assaré para o Desenvolvimento e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaré, Estado do Ceará*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.131, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Pontes.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2001 (nº 802/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária da Estância a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Santa Bárbara, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.110, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 42 minutos.)

(OS 20519)

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

PETIÇÃO DO SR. RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO
A RESPEITO DA PUBLICAÇÃO DE DECLARAÇÕES PREVISTAS
NO ART. 6º DA RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993, DO SENADO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE

De acordo com o Parecer nº 59/2001-ADVOSF, da Advocacia do Senado Federal – de cujo texto oficial o advogado do requerente recebeu cópia junto à Secretaria-Geral da Mesa –, lido na 19ª Reunião do Conselho, em 18 de setembro último (esta publicada à página 22610 do *Diário do Senado Federal* de 25.9.2001), a petição do Sr. Rodrigo Monteferrante Ricupero está prejudicada.

Quanto ao item “d” da mesma petição, informe-se ao requerente a indicação das publicações, no *Diário do Senado Federal*, das Atas de Eleições dos Presidentes do Conselho. Senado Federal, em 23 de outubro de 2001. **Senador JUVÊNCIO DA FONSECA**, Presidente. (Petição nº 8, de 2001)

ATO DO PRESIDENTE

Nº 270 . DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

exonerar, a pedido, **DERALDO RODRIGUES GOULART** do cargo, em comissão de Diretor da Subsecretaria de Projetos Especiais, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 5 de novembro de 2001..



Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE

Nº 271 . DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

exonerar, **ANDRÉA VALENTE DA CUNHA** do cargo, em comissão de Diretora da Subsecretaria de Divulgação e Integração, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 5 de novembro de 2001



Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 272 , DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear, **ANDREA VALENTE DA CUNHA** para exercer o cargo, em comissão de Diretora da Subsecretaria de Projetos Especiais, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 5 de novembro de 2001.



**Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal**

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
NÚMERO 138, DE 2001

O **Diretor-Geral do Senado Federal**, no uso das suas atribuições e, considerando a necessidade de estabelecer o calendário de encerramento dos procedimentos orçamentário, financeiro e contábil, referentes ao exercício de 2001, **RESOLVE**:

I – Fixar as seguintes datas limites:

14 de dezembro de 2001:

- Validade de pré-empenhos emitidos;
- Prestação de contas de suprimentos de fundos.

21 de dezembro de 2001:

- Emissão de Notas de Empenho;
- Recebimento, pela SSAFIN/SEAFIN, dos processos em condições de imediata liquidação e pagamento.

28 de dezembro de 2001:

- Pagamento de processos devidamente liquidados;
- Recebimento, pela SSAFIN, de processos para inscrição em Restos a Pagar, devidamente instruídos pelos gestores dos contratos e autorizados pela autoridade competente.

04 de janeiro de 2002:

- Remessa à SSAFIN dos relatórios de almoxarifado, com movimentação até 31.12.2001.

II – A iniciativa de propor a inscrição de saldo de empenho em **Restos a Pagar** e seus respectivos valores é da inteira responsabilidade dos gestores. Quando se tratar de anulação de saldo de empenho, a iniciativa também será dos gestores dos contratos.

DIRETORIA GERAL

III – As datas limites fixadas no item I são **improrrogáveis**, por imposição do funcionamento do próprio sistema SIAFI.

IV – Informações adicionais podem ser obtidas através dos ramais **3171, 3369 e 3372**.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 1º de novembro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral